Revista Portuguesa de História Militar

Ano III – n.º 4
Junho 2023

Revista Portuguesa de História Militar

Dossier:

Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945

Revista Portuguesa
de
História Militar

ANO III - N.º 4

PORTUGAL NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1939-1945

PORTUGAL NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL
1939-1945

Revista Portuguesa de História Militar
Ano III - n.º 4

Editor:
Comissão Portuguesa de História Militar

Diretores:
Abílio Pires Lousada e Humberto Nuno de Oliveira

Conselho de Redação:
Carlos Borges da Fonseca – Secretário-geral da CPHM
Jorge Silva Rocha – Gabinete de Apoio da CPHM

Conselho Editorial:
João Vieira Borges – Presidente da CPHM
Abílio Pires Lousada – Diretor da Revista
Humberto Nuno de Oliveira – Diretor da Revista
Membros do Conselho Científico da CPHM

Capa: Jorge Silva Rocha
Imagem de capa: "Baterias Anti-Aéreas, Colocadas em Posição de Fogo no Dia dos Exercícios Contra Ataques Aéreos" - PT-TT-EPJS-SF-001-001-0084-1211Q (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal O Século, Álbuns Gerais n.º 84, doc. 1211Q).

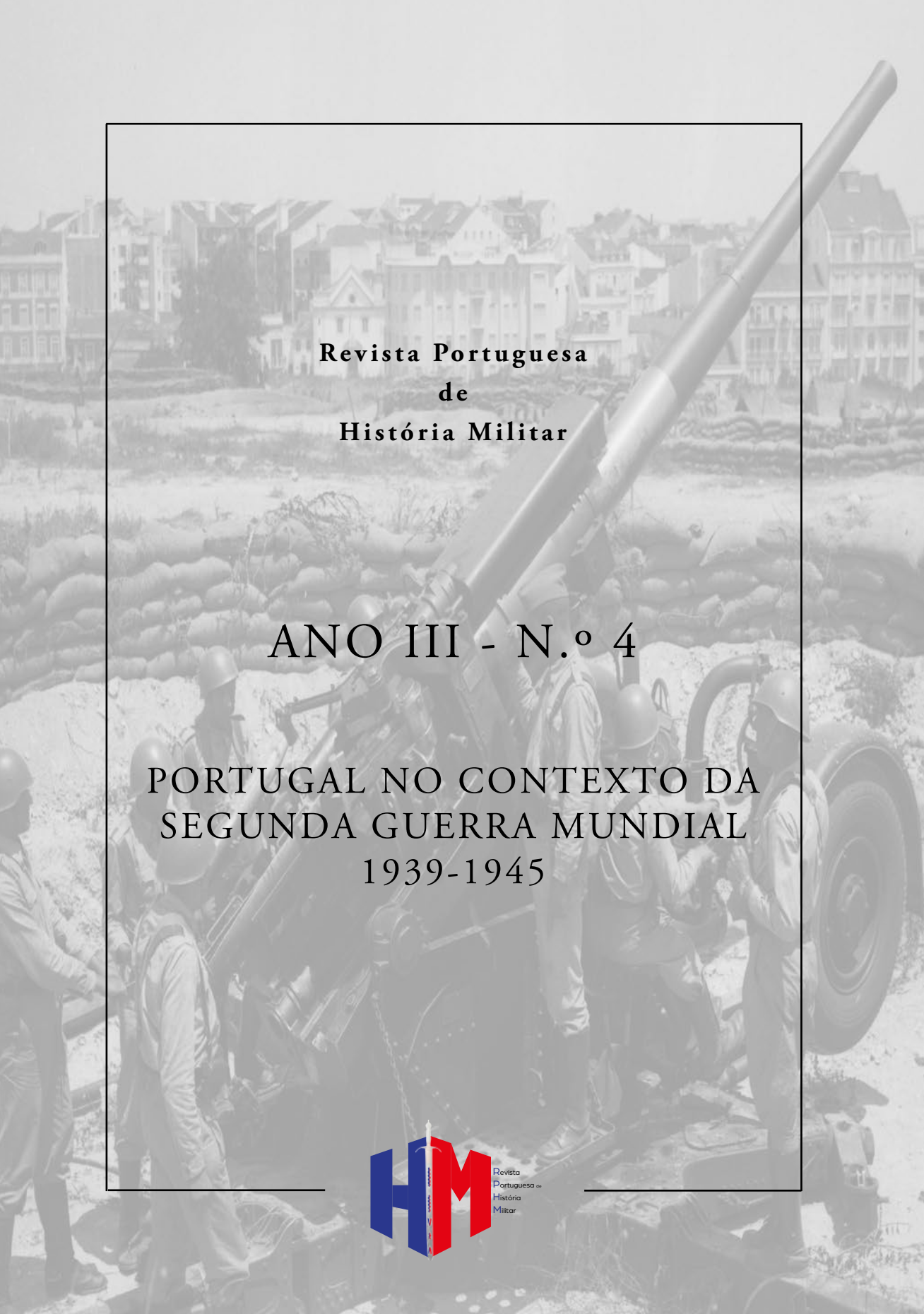
IMPRESSÃO
Rainho & Neves - Artes Gráficas

Junho de 2023

Depósito legal: 494794/22

ISSN: 2795-4323

Todos os direitos reservados



Revista Portuguesa
de
História Militar

ANO III - N.º 4

PORTUGAL NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1939-1945

Revista Portuguesa de História Militar

INDÍCE

PORTUGAL NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 1939-1945

Editorial
Abílio Pires Lousada & Humberto Nuno de Oliveira
Directores 11

1. ***Guerra Civil de Espanha: A Viagem do Nyassa a Tarragona***
José Luís Andrade 17

2. ***A Defesa Militar de Portugal de Entre-as-Guerras à 2.ª Guerra Mundial: Doutrinas e Estratégias***
António Paulo Duarte 39

3. ***Os Planos Para A Defesa De Portugal Contra O Invasor (1935-1945). Diplomacia Militar Em Tempo De Guerra***
Jorge Silva Rocha 61

4. ***A Defesa Antiaérea de Angra do Heroísmo na 2.ª Guerra Mundial. 1940-1943***
Jaime Ferreira Regalado 83

5. ***Receios, Privações E Miséria Num Ambiente De Prevenção Armada: Ecos Da Ii Guerra Mundial Nos Açores***
Sérgio Rezendes 105

6. ***A Marinha Portuguesa e a 2.ª Guerra Mundial***
Augusto Salgado 127

7. ***A Invasão Australiano-Holandesa De Timor***
David Martelo 147

8. ***A Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra N.º 27 de 5 de Julho De 1940***
Pedro Soares Branco 167

9. ***A Missão Militar de Observação à Alemanha e Frente Leste de 1942 e os Seus Reflexos Falerísticos***
Humberto Nuno de Oliveira 183

10. ***Operation Longshanks***
David Miller 201

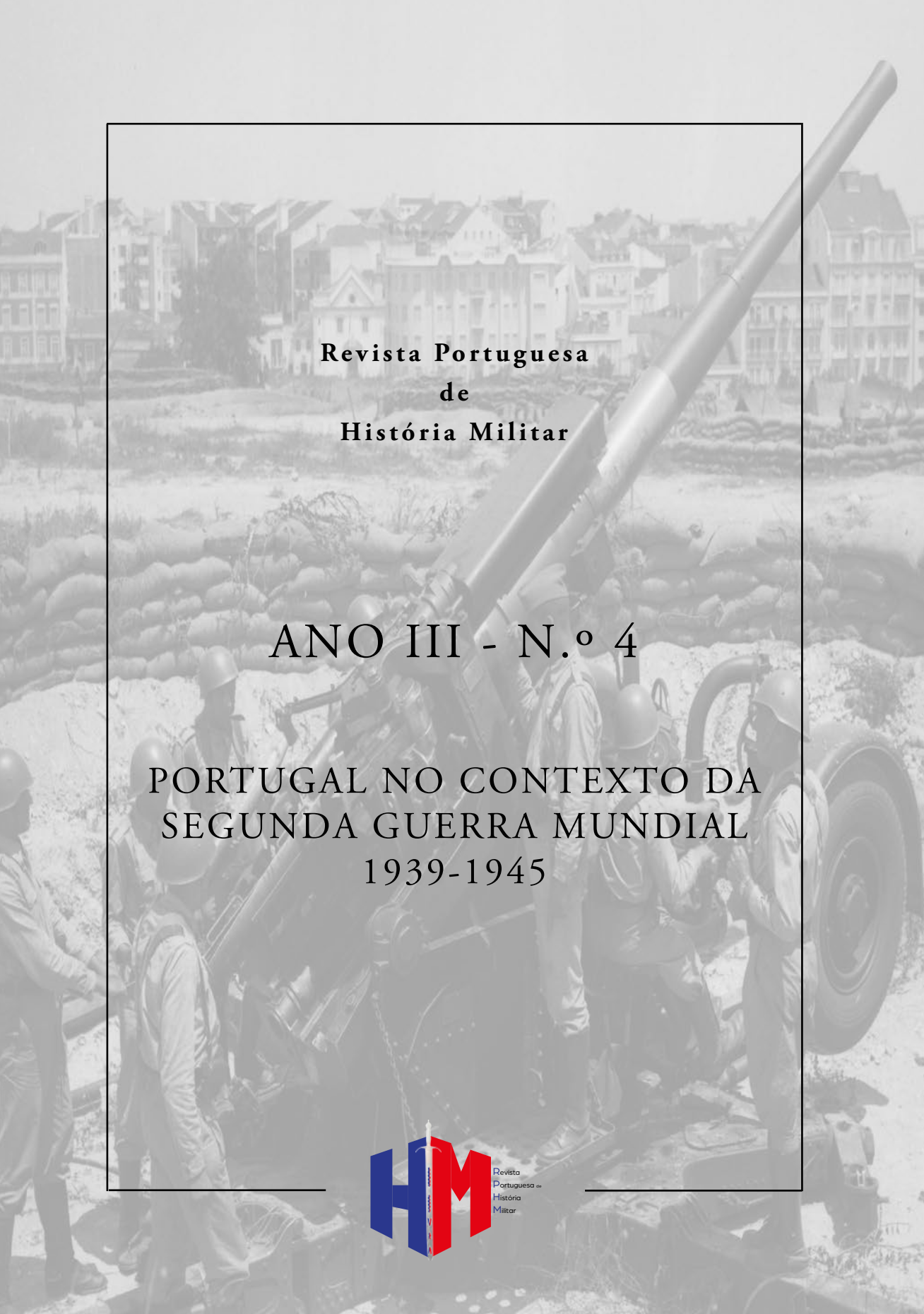
11. ***Jorge Rei: Relato e Memórias da Campanha Aliada***
António Fragoeiro 219

12. ***O Desfile: as Homenagens de Portugal à Força Expedicionária Brasileira***
Carlos Roberto Carvalho Daróz 231

13. ***Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima. Angra Do Heroísmo-Açores***
Jaime Ferreira Regalado 255

TEMA EXTRA-DOSSIER

A Correspondência De Portugal E A Guerra Civil Americana. 1862
Júlio Rodrigues da Silva 273



Revista Portuguesa
de
História Militar

ANO III - N.º 4

PORTUGAL NO CONTEXTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 1939-1945

Revista Portuguesa de História Militar

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

EDITORIAL

Abílio Pires Lousada & Humberto Nuno de Oliveira
Directores

A estratégia de acções sucessivas desenvolvida pela Alemanha de Hitler durante a segunda metade da década de 1930, absorvendo o Sarre, anexando a Áustria, desmembrando a Checoslováquia e culminando com a invasão da Polónia, a 1 de Setembro de 1939, conduziria inevitavelmente o continente a uma nova guerra. As declarações de guerra do Reino Unido e da França à Alemanha, dois dias depois, conduziram à Segunda Guerra Mundial, que duraria seis anos, causaria cerca de 60 milhões de mortos e traria ao mundo uma nova ordem política assente em duas potências emergentes: os Estados Unidos e a União soviética.

Beligerante na Primeira Guerra Mundial, Portugal guardará neutralidade na Segunda, uma neutralidade difícil, duramente negociada e colaborante na segunda fase do conflito.

As mais constantes e fortes relações bilaterais de Portugal foram as desenvolvidas com a Espanha, tendo Madrid feito parte do triângulo diplomático de Lisboa, onde se incluía Londres/Washington. Se o perigo espanhol se manteve, com Salazar assumiu contornos específicos, que aproximaram os dois países. O primeiro acontecimento marcante foi a Guerra Civil de Espanha (1936-1939), que implicou um problema de segurança na fronteira terrestre. O conflito, como é sabido, internacionalizou-se, com a Espanha a servir de palco de «ensaio» entre as ideologias nazi-fascista de Hitler e Mussolini (apoiantes de Franco) e comunista de Estaline (apoiante de Azãna). Salazar, ideologicamente próximo de Franco e temendo um regime comunista junto às fronteiras, fez do apoio sub-reptício ao caudilho espanhol um desígnio nacional, tendo a vitória deste dado início a uma base de entendimento na Península.

Também a Segunda Guerra Mundial contribuiu para essa cooperação. Consciente que assegurar a neutralidade passava por igual pressuposto na política espanhola, Salazar assumiu que a chave do sucesso estava na intermediação da Inglaterra e na assinatura de um tratado entre Portugal e a Espanha. Assim, os

dois Estados assinaram um Tratado de Amizade e de Não Agressão, em 1939, e firmaram o Pacto Ibérico, em 1940, onde a neutralidade face ao conflito mundial e a convergência de interesses peninsulares ficaram vincadas.

Assim, o Pacto com a Espanha e a prevalência da Aliança Inglesa constituíram os dois argumentos diplomáticos fundamentais para a neutralidade portuguesa durante a guerra. De facto, o bom entendimento entre os dois países peninsulares e a declaração da neutralidade portuguesa, facilitarão a não-beligerância espanhola e pesarão, significativamente, para manter a distância de Portugal e da Espanha em relação aos beligerantes do conflito. É evidente que o sucesso da neutralidade portuguesa se prende não só com os interesses e os objetivos de Portugal e Espanha, mas também com os interesses das próprias potências beligerantes na neutralidade estratégica da Península Ibérica, o que favoreceu e, em última instância, permitiu a concretização dessa neutralidade.

Neutralidade que surgia também condicionada pela posse do volfrâmio e pela dispersão das suas possessões em África, no Índico e no Pacífico. O triângulo estratégico Metrópole-Açores-Madeira motivava, à Alemanha, a invasão do primeiro vértice, e à Inglaterra e aos Estados Unidos a ocupação dos outros dois; no Pacífico, Timor encontrava-se na esfera de *Co-prosperidade* japonesa e na fronteira dos interesses estratégicos da Austrália; quanto ao volfrâmio, um minério estratégico ao nível dos armamentos, interessava a ambos os beligerantes. Mas, simultaneamente, essa situação conferia a Portugal uma importante liberdade de ação diplomática, exponenciada pela não existência de reivindicações territoriais. Daqui resultou a neutralidade colaborante, que concedeu aos aliados facilidades de utilização da base de Santa Maria (Reino Unido) e das Lages (EUA), a partir de 1943 e 1944, respetivamente, como moeda de troca da libertação de Timor-Leste, entretanto ocupado pelo Japão, e a venda de volfrâmio aos beligerantes.

A neutralidade era a situação normal dos pequenos poderes europeus quando a guerra começou. Se muitos a abandonaram foi por terem sido invadidos pela Alemanha, a Itália ou a URSS. Portugal escapou a esse desiderato porque as grandes potências em confronto preferiam a manutenção das neutralidades peninsulares, mesmo quando quiseram usar de forma activa o espaço insular atlântico. O período de maior perigo foram os meses de Julho a Dezembro de 1940, quando a Alemanha pretendeu lançar uma grande ofensiva em direção a Gibraltar e ao Norte de África, que implicaria a beligerância espanhola e o ataque a Portugal. Depois, a preparação do plano Barbarossa de ataque à Rússia desviou a Alemanha do projeto de invasão da Península.

A neutralidade portuguesa acompanhou as várias fases da guerra: na fase de equilíbrio (Junho 1941-Maio 1943) são os aliados que querem manter a Península neutral, importante numa altura em que se planeiam os desembarques no Norte de África (Novembro de 1942); na fase da supremacia aliada, a Inglaterra pede o uso das bases nos açores em nome da aliança. Portugal concorda, na base de uma

neutralidade colaborante, pensando na preservação do regime no pós-guerra através de uma maior aproximação dos Aliados.

Feito o enquadramento temático do N.º 4 da Revista Portuguesa de História Militar (RevPHM), impõe-se analisar, a nível político-militar e estratégico, a forma como o Estado Português lidou com as várias vicissitudes e circunstâncias a que foi sujeito durante a mais complexa e destrutiva das guerras. Daqui decorrente, importa aquilatar que planos de defesa territorial foram equacionados, que medidas militares implementadas, forças projectadas e conhecimentos adquiridos, tendo em conta primacial a manutenção da neutralidade e a preservação da soberania das várias parcelas territoriais portuguesas.

O acervo da Revista inicia-se com uma abordagem prévia sobre a Guerra Civil de Espanha e a questão dos refugiados da Frente Nacional em Portugal, em que José Luís Andrade desmistifica, documentalmente, a tese do seu encaminhamento para as forças sublevadas de Franco. Como ponto de polémica aborda a questão da viagem do *Niassa* a Tarragona.

António Paulo Duarte e Jorge Silva Rocha emprestam o enquadramento político-estratégico do contexto de Portugal no âmbito da Segunda Guerra Mundial. O primeiro autor analisa «A Defesa Militar de Portugal de Entre-as--Guerras à 2.ª Guerra Mundial», ao nível das doutrinas e estratégias. Em concreto, "a estratégia militar de defesa construída, de acordo com o planeamento dos anos 30 do século XX, de como esta pretendia responder às ameaças que emergiam". Deixa ainda "no ar" de que modo replicariam as forças nacionais em caso de ataque de um potencial inimigo O segundo começa por referir que quando eclode o conflito mundial "nenhum dos organismos militares portugueses tinha ainda efetuado qualquer planeamento sério com vista à salvaguarda da integridade territorial e da soberania do país", atendendo à afectação dos recursos militares para questões de ordem interna. Se a Guerra Civil de Espanha fez soar "o alarme", a realidade da guerra obrigou a uma diplomacia militar em tempo de guerra, representando o reino Unido o actor charneira. Realmente, "com escassos meios militares próprios e sem garantias de auxílio externo, a defesa militar do território continental português teria sido meramente simbólica".

Jaime Regalado e Sérgio Revezes centram-se na defesa definida para o arquipélago dos Açores, com especial ênfase para a ilha Terceira, com amostra de ilustrações e esquemas alusivos. Jaime Regalado foca a potencial invasão arquipelágica pela Alemanha ou pelos EUA e Reino Unido, a possibilidade aventada de transferência da soberania, a projecção de forças a partir de território continental e a requalificação do sistema defensivo das ilhas S. Miguel – Terceira – Faial. Especificamente, o binómio meios aéreos/defesa aérea, e respectivas componentes técnico-tácticas, ocupa parte da sua análise, apresentando Angra do Heroísmo como preocupação fulcral e o Reino Unido como aliado primacial.

A abordagem de Sérgio Rezendes contempla principalmente a vertente humana açoriana e as dificuldades sentidas no dia-a-dia à conta das ameaças de agressão ou ocupação subjacentes, a presença de um assinalável contingente militar metropolitano e a afectação dos recursos para a defesa militar. Consequentemente, face às exigências impostas pelo poder, o espírito de sacrifício dos açorianos foi levado ao limite, e o nível de vida num nível baixo, sobrelevando a cumplicidade entre Estado e sociedade. Conforme conclui, "a missão cumpre-se pelo espírito de equipa e resiliência entre autoridades civis e militares, procurando-se na concórdia a resolução dos problemas".

Augusto Salgado versa sobre a Marinha Portuguesa, apresentando a gestação de novos meios e as pouco conhecidas, mas muito relevantes, acções de combate desempenhadas para salvamentos de náufragos, no Atlântico e no Índico, durante todo o conflito mundial. David Martelo transporta-nos para a complexa realidade geopolítica vivida com a questão de Timor. Entre a pretensão dos governos holandês e australiano ocuparem preventivamente a metade leste de Timor (a Ocidental é soberania holandesa), a tergiversação do Reino Unido a lidar com tais pretensões e a irredutibilidade de Salazar em só aceitar a presença militar estrangeira em caso de invasão do território pelas forças nipónicas, a neutralidade portuguesa foi colocada em causa. Assim, no meio termo entre o desembarque de forças australiano-holandesas para barrarem o território australiano e a projecção de efectivos portugueses a partir de Moçambique para marcar posição de soberania, os japoneses atacaram e ocuparam a ilha.

Pedro Soares Branco expõe, com ilustração por fotografias da época, uniformes usados pelo Exército Português durante o período da Segunda Guerra Mundial. Para o efeito, recupera a "Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra n.º 27, de 5 de julho de 1940", documento fundamental para a compreensão da uniformológica, curiosamente não publicado em Ordem do Exército. Por sua vez, o artigo de Humberto Nuno de Oliveira, com recursos a fotografias da época e alguns documentos, "aborda as consequências falerísticas resultantes da Missão militar portuguesa de observação à Alemanha e Frente Leste de 1942, na perspectiva dos oficiais portugueses envolvidos bem como dos oficiais alemães que acompanharam a mesma". Rematando que alguns oficiais foram prejudicados pelo momento e conjuntura da guerra, não tendo recebido as condecorações portuguesas para que haviam sido propostos.

David Miller recupera o episódio pouco referenciado do ataque britânico ao navio mercante alemão *Ehrenfels* em Goa, em 1943. Entre a história contada recentemente em livro e visionada em filme, o autor avança pela veracidade dos factos afirmando que se tratou de uma operação bélica com objetivo sério, realizada com precisão e que resultou em cinco mortos, na destruição total de quatro navios mercantes e suas cargas e, principalmente, a eliminação total da ameaça às operações navais aliadas no Oceano Índico. Já António Fragoeiro aborda

a história contada na primeira pessoa do militar luso-descendente Jorge Rei, que participou nos dias seguintes aos desembarques do Dia D, na Normandia, como mecânico responsável pela manutenção e recuperação de viaturas e construção de estruturas e pontes, acompanhando e fotografando os acontecimentos até aos momentos finais do Terceiro Reich. O artigo de Carlos Daroz, partindo da Força Expedicionária Brasileira que combateu a Alemanha Nazi em Itália, tem o propósito de analisar o porquê de as forças terem desfilado em Lisboa a seguir ao conflito e como o acontecimento e respectivas homenagens foram percebidas pela imprensa escrita dos dois países.

Conforme norma da RevPHM em incluir em cada número um museu militar ou museu com acervo militar, faz todo o sentido que na temática em apreço o leitor possa visitar «O Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima», polo do Museu de Angra do Heroísmo/Ilha terceira, Açores. Constituído e inaugurado em 2016, é o único espaço museológico de temas militares não tutelado pelo Ministério da Defesa nacional. Tanto pelo edifício, onde se encontra instalado (antigo hospital militar), como pelo seu acervo, constitui um importante repositório de objetos, conhecimento e memória, material e imaterial, incontornável para e estudo e compreensão da História Militar de Portugal e dos Açores em particular. É com isto e muito mais que Jaime Regalado, Técnico Superior do Museu, guia o leitor em geral e os amantes da museologia em particular, por um dos mais notáveis repositórios da nossa memória histórica-militar.

A revista encerra, como vem sendo hábito, com artigos extra-Dossier. Júlio Rodrigues da Silva transporta-nos para a Guerra Civil Americana através da «Correspondência de Portugal», no ano de 1862. O texto analisa "as informações transmitidas aos leitores portugueses, moldando a sua visão da guerra civil americana", tendo em atenção "as limitações e insuficiências das notícias transmitidas, valorizando as perceções e conceções ideológicas dos seus redatores".

A RevPHM está profundamente grata pela colaboração de elevada pertinência histórica e rigor científico, generosidade que fundamenta que este presente número sobre Portugal e a Segunda Mundial chegue aos leitores com diversidade, originalidade e qualidade. Se os leitores são a razão de ser para que a Revista vá semestralmente acontecendo, os autores são a alma de uma escrita histórica que a justifica. Um bem-hajam!

ABÍLIO PIRES LOUSADA

Militar Historiador e Mestre em Estratégia, co-Director da Revista Portuguesa de História Militar. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e membro fundador da Associação Ibérica de História Militar. Autor/co-autor de 18 livros e de mais de 70 artigos sobre História Militar e Estratégia. Prémio Defesa Nacional e Jornal do Exército

HUMBERTO NUNO DE OLIVEIRA

Historiador (doutor em História), co-Director da Revista Portuguesa de História Militar. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e da Direcção de História e Cultura Militar. Presidente da Academia Falerística de Portugal. Professor da Universidade Pedagógica Nacional - Dragomanov (Quieve). Cumpriu, como Miliciano, o Serviço Militar Obrigatório no Exército Português

Citar este texto:

LOUSADA, Abílio Pires, OLIVEIRA, Humberto Nuno de – Editorial. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/LAXL9277

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

GUERRA CIVIL DE ESPANHA: A VIAGEM DO NYASSA A TARRAGONA

José Luís Andrade

Resumo

A questão do tratamento dos refugiados frente-populistas por parte das autoridades portuguesas durante a Guerra Civil de Espanha tem sido um dos temas mais controversos da historiografia que lhe está associada. O assunto é geralmente abordado de uma forma que possa constituir mais um ariete para vilificar o regime do Estado Novo do que para clarificar os factos de forma isenta. Sobretudo propagada pela chamada campanha antifascista desenvolvida pela Komintern durante e após a Guerra Civil de Espanha, instalou-se uma narrativa de referência sobre o tema que, no entanto, é posta em causa pelo repatriamento de cerca de 1.500 refugiados frente-populistas, civis e militares para a Catalunha, por escolha do Governo de Espanha a oferta do Governo Português. Transportados no paquete Nyassa saíram de Lisboa a 10 de Outubro de 1936 rumo a Tarragona.

Palavras-chave: História Militar, Espanha e Portugal, Guerra Civil de Espanha, Tratamento de Refugiados, Operações Navais.

Abstract

The Portuguese authorities handling of front-populist refugees during the Spanish Civil War has been one of the most controversial topics in the historiography associated with the conflict. The subject is usually approached through an angle that turns out to be more of a battering ram to vilify the Estado Novo regime than to clarify the facts fairly and without bias. Mainly spread by the so-called anti-fascist campaign developed by the Komintern during and after the Civil War in Spain, the implanted narrative became a reference mark on the matter. However, it is called into question by the repatriation of about 1,500 front-populist refugees, civilians and military personnel to Catalonia by choice of the Government of Spain at the offer of the Portuguese one. They were ferried

on the liner Nyassa and left Lisbon on October 10, 1936, towards Tarragona, having arrived there on the 13 th.

Keywords: Military History, Spain and Portugal, Spanish Civil War, Refugee Handling, Naval Operations.

Uma das distorções mais recorrentes na análise histórica (e ainda mais na jornalística) do papel de Portugal no conflito que devastou o país vizinho no segundo quinquénio dos anos trinta do século passado e que ficou conhecido como Guerra Civil de Espanha (doravante designado abreviadamente por GCE) diz respeito à questão dos «refugiados». Na maioria das vezes, o juízo envolvido nesta designação não traduz um conceito humanitário inclusivo, sendo quase sempre usado como marcação política, tendenciosa e parcial. Por exemplo, a historiografia dominante não o aplica aos refugiados espanhóis que fugiram da repressão do governo espanhol da Frente Popular, sempre vistos na perspectiva da luta de classes como «privilegiados, merecedores de todas as privações». O conceito é geralmente usado em exclusivo para com os simpatizantes do Governo de Madrid, «forçados a fugir para Portugal pela perseguição fascista às suas ideias». A questão destes acoitados e o seu tratamento por parte das autoridades portuguesas de então, foi manejada internacionalmente como uma das mais graves queixas que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Madrid, Julio Álvarez del Vayo, e Maksim Litvínov (*n.* Meir Henoch Mojszewicz Wallach-Finkelstein), o seu homólogo soviético, levantaram contra Portugal no Comité de Londres que zelava pelo cumprimento da política de não-intervenção estrangeira na GCE. A denúncia específica era que as autoridades portuguesas entregavam sistematicamente aos sublevados todos os que «fugiam à barbárie fascista» e que haviam sido forçados a buscar refúgio em Portugal.

A narrativa dominante sobre a GCE reflecte uma visão quase uniforme baseada no mito de que a luta foi uma guerra de resistência do «povo espanhol», maioritariamente «republicano e democrático», contra a pulsão local do «fascismo internacional». No entanto, muitos historiadores destacados como Burnett Bolloten, Hugh Thomas e, mais recentemente, Stanley Payne reviram a sua leitura inicial para concluir, como mostram as recentes palavras deste último, que, afinal, a GCE resultou essencialmente de uma tentativa de «revolução colectivista marxista a que se opuseram pela força moderados e conservadores espanhóis». Mas o apetite por versões pré-mastigadas ou abreviadas bem como as teias ideológicas contemporâneas alimentaram o mito, com uma penetração facilitada num público cada vez mais crédulo e receptivo devido à ignorância e à apatia grassantes. Não por acaso, os relatos mais significativos nessas histórias são quase sempre baseados em «factos», «considerações» e «testemunhos»

retirados de abordagens parciais, com propósitos facilmente identificáveis como inerentemente relacionados com o activismo ideológico e a sua propaganda.

O envolvimento de Portugal na GCE não é excepção a essa abordagem. Quando não é ignorado, muitas vezes é considerado, para todos os efeitos, em estreito alinhamento com a facção insurrecta. No entanto, essa presunção e as narrativas históricas dela decorrentes resultam geralmente de precipitação, mesmo má-fé, ou, na melhor das hipóteses, da vulgar atracção pegajosa de aderir ao relato que se foi impondo. Quando se procura dissecar a forma como essas narrativas se foram inculcando, o que surpreende é que raramente são mencionadas memórias e depoimentos de representantes oficiais dos poderes democráticos da época, nomeadamente de registos diplomáticos do Reino Unido e dos Estados Unidos em Portugal e Espanha.

A questão dos refugiados frente-populistas em Portugal

Para enquadrar corretamente o problema dos refugiados espanhóis simpatizantes do governo da Frente Popular que buscaram o exílio em Portugal durante a GCE temos de o encarar em dois períodos distintos: o primeiro, entre o pronunciamento militar (o chamado *Alzamiento*) de 17/18 de Julho de 1936 e 28 de Abril de 1938, data em que Portugal reconheceu o chamado Governo de Burgos, e o segundo, a partir dessa data até ao fim da guerra em 1 de Abril de 1939. Se a entrega de refugiados, conforme alegado pelo governo de Madrid, é questionável na primeira fase, na segunda correspondeu à prática padrão de acordo com os procedimentos do direito internacional. No entanto, mesmo que se prove que durante o primeiro período houve casos de entrega de «refugiados», cabe perguntar se os factos denunciados (mas nunca realmente provados) seriam a prática corrente do governo português ou apenas casos pontuais da responsabilidade das forças de protecção e vigilância da fronteira. Sobretudo quando é sabido que estas tinham efectivamente recebido instruções para impedir a entrada extraviada de fugitivos espanhóis a todo o custo. Mas, mesmo nesses eventuais casos, teriam os fugitivos entrado mesmo em território português, acabando processados, detidos e entregues aos rebeldes, ou teriam sido pura e simplesmente sido impedidos de atravessar a raia?

A problemática dos refugiados frente-populistas, apresentada sempre sob uma capa do foro humanitário e esgrimida *lâchement* pelas forças interessadas no aviltamento político do Governo português de então, não poderá nunca obnubilar o facto sobejamente demonstrado do perigo que constituía para a ordem instituída em Portugal o pendor revolucionário de activistas da esquerda radical espanhola. Mas importa também saber se a abordagem assumida pelo governo português não foi feita na estrita observância das boas práticas do direito internacional. Por exemplo, o caso referido por César Oliveira em *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, em que menciona a «entrega de 54 refugiados às autoridades

fronteiriças ao serviço dos rebeldes» correspondeu na realidade a uma legítima recusa de admissão e não a uma entrega.[1] O mesmo autor, embora reconhecendo que a questão dos refugiados atingira uma dimensão especialmente relevante durante a campanha dos sublevados para a conquista de Badajoz, sublinha que o problema já existia anteriormente, corrigindo Iva Delgado, que praticamente limita as ocorrências àquele episódio.[2] Segundo Oliveira, de Caminha a Vila Real de Santo António, registou-se uma entrada incessante de espanhóis fugindo ao conflito iniciado com a sublevação de parte das forças armadas espanholas,[3] que, no entanto, começou a abrandar abruptamente de Agosto a Dezembro de 1936. Em regra, os civis que conseguiam cruzar a fronteira, se não tivessem documentos de identificação válidos, eram encaminhados para uma triagem pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), enquanto a unidade militar mais próxima se encarregava de processar os militares ou membros das forças de segurança espanholas.

De facto, com o fracasso do *Alzamiento* militar e mal iniciada a guerra civil, o fluxo de refugiados vindos de Espanha já era tão significativo que o Ministério da Guerra sentiu a necessidade de transmitir as seguintes instruções às unidades militares:

Os emigrantes [*sic*] devem permanecer detidos até que seja promovida concentração em qualquer localidade ou acampamento especial; nenhum subsídio em dinheiro será dado, mas alimentação e acomodação correspondentes à sua categoria social serão disponibilizadas. Para o efeito, os civis serão equiparados ao posto de soldado raso, podendo ser-lhes fornecida roupa branca quando tal for considerado indispensável.[4]

Se dúvidas houvesse sobre o destino a dar aos refugiados pelas autoridades portuguesas, esta circular dissipá-las-ia. Tem sido, por vezes, citada uma nota do Major Aviador António de Sousa Maya sobre «a necessidade de as instruções serem dadas verbalmente dada a sensibilidade do assunto»,[5] mas esta é uma prática normal em termos de confidencialidade da informação e foi sugerida a 31 de Agosto de 1936, ou seja, mais de quinze dias depois da queda de Badajoz, que é a data a que a maioria das denúncias reporta.

No final de Setembro de 1936, cerca de 170 refugiados considerados como «vermelhos» estavam internados no Forte de Caxias. Desde o início da Guerra Civil de Espanha até ao final daquele mês, pelos seus próprios meios muitos outros haviam partido para França e outros países europeus. Quando não

1 César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha, Lisboa, 1987, Edições «O Jornal»*, p. 158 e Nota 46 (p. 229) dos registos da Secção de Safara da Guarda Fiscal no Arquivo Histórico Militar.
2 Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Mem Martins, Europa-América, 1980, p. 93 *et seq*.
3 *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, *op. cit.*, p. 155.
4 PT/AHM/ «Instruções às unidades militares sobre os emigrados espanhóis», 24 de Julho de 1936.
5 *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, *op. cit.*, p. 157.

regressados a Espanha como acontecera com o General Juan García Gómez-Caminero, inspector-geral do Exército, que, encontrando-se em León aquando dos momentos iniciais do *Alzamiento*, depois de ter mandado entregar armas da tropa aos milicianos asturianos e leoneses que respondiam ao pedido de auxílio vindo de Madrid, decidiu refugiar-se em Portugal. Após uma curtíssima estadia no Forte de São Julião da Barra,[6] regressou a Espanha por Badajoz, dias antes da tomada desta cidade pelos rebeldes. Ou Ángel Galarza Gago, outro «irmão» maçon de nome iniciático *Victor Hugo*, antigo Director-geral de Segurança, com grande pendor para a violência e declarada hostilidade para com a Igreja Católica, que depois de se refugiar em Portugal, regressou a Madrid onde jogaria um papel importante nos massacres de presos políticos, particularmente em Paracuellos.

No improvisado campo de concentração da Herdade da Coitadinha, próximo da Choça do Sardinheiro, entre o Ardila e a ribeira de Múrtega, em Noudar, Barrancos, no Alentejo, estiveram oficialmente internados 614 refugiados até 8 de Outubro de 1936, mas, segundo informação do comandante militar de Beja, o seu número pode ter ascendido a 806. No Forte da Graça em Elvas, em finais de Setembro de 1936, encontravam-se 136 refugiados espanhóis. Cerca de uma centena de homiziados políticos oriundos das fronteiras norte e nordeste haviam sido encaminhados para a delegação da PVDE no Porto. Além de em Caxias, também no Forte de São Julião da Barra, igualmente na orla costeira dos arredores de Lisboa, estiveram detidos oficiais superiores do Exército Espanhol, *Guardia Civil*, *Carabineros* e *Guardia de Asalto*, em número que não ultrapassou as duas dezenas.

O tratamento dispensado pelas autoridades militares foi, em geral, bastante razoável. Por exemplo, o General Domingos Oliveira, Comandante Militar de Lisboa e o grande apoio militar de Salazar que lhe havia sucedido como chefe de governo, tinha determinado que «os emigrados políticos fiquem, por deferência, no interior da Fortaleza [São Julião da Barra, hoje residência oficial do Ministro da Defesa]. Devem receber comida correspondente à sua posição. Podem

6 Na ocasião, dois generais do Exército espanhol passaram por lá: Rafael Rodríguez Ramírez e Juan García Gómez-Caminero, Inspetor-geral do Exército, e general de três estrelas. A PVDE, dias depois, colocou-os na fronteira de Badajoz, então ainda nas mãos do governo de Madrid. O último, acompanhado pelo seu ajudante-de-campo, Major Manuel de Orbe Morales, a 19 de Julho, vindo de Orense, chegara a León e ordenara ao General Carlos Bosch y Bosch que fornecesse armas à coluna de mineiros asturianos que tinha entretanto chegado à cidade a caminho de Madrid, o que Bosch acabou por fazer após uma hesitação inicial. García Gómez-Caminero, apanhado pelo *Alzamiento* em León e apercebendo-se de sinais ameaçadores para a sua causa, só teve tempo de fugir para Portugal pela fronteira de Bragança. Contrariamente ao que é voz corrente, dos 24 generais de Divisão no activo do Exército espanhol na época, apenas 6 participaram na sublevação: Cabanellas, comandante da Divisão territorial baseada em Zaragoza, Franco e Goded, comandantes dos arquipélagos (Canárias e Baleares, respectivamente), Queipo de Llano, Inspector-geral dos *Carabineros*, Andrés Saliquet Zumeta e Joaquín Fanjul Goñi, estes dois últimos sem comando atribuído. Ao todo, dos 85 generais do Exército (3 tenentes-generais, 24 generais de Divisão e 58 generais de Brigada, considerando que Amado Balmes havia morrido a 16 de Julho de 1936) apenas 30 (35%) aderiram aos rebeldes, enquanto 65% permaneceram do lado do governo da Frente Popular.

comunicar com o exterior, telefonar, escrever e receber visitas».[7] Segundo César Oliveira, o número de refugiados da Frente Popular cujo número preciso pôde ser apurado é de 1.350 indivíduos, referindo-se aos do Forte de Caxias e da Graça (Elvas) e Herdades da Coitadinha e da Russiana, junto ao posto de vigilância da GF do mesmo nome, no extremo nordeste de Barrancos. Os detidos em outros lugares e localidades não foram incluídos neste cômputo.

Fig. 1 - Refugiados frente-populistas espanhóis em Portugal

A origem dos refugiados

É preciso ter em conta as ameaças à segurança pública e à integridade territorial que o Governo português sentia nas zonas fronteiriças e os cuidados que teve para evitar que a agitação revolucionária que se vivia em Espanha na primavera de 36 alastrasse a Portugal. Portanto, mesmo antes do início da GCE, a fronteira estava mais guardada e protegida. Quando eclodiu o conflito, grandes bandos de partidários da Frente Popular, oriundos maioritariamente da bacia mineira de Rio Tinto, na província de Huelva, aproximaram-se instintivamente da fronteira portuguesa, evitando o contacto armado com as colunas improvisadas que os rebeldes haviam enviado contra eles desde Sevilha. Por exemplo, o chefe do posto da Guarda Fiscal da Amareleja relatou que «uma coluna comunista composta por 500-600 homens estava concentrada perto da ribeira do Ardila; impedida de entrar em Portugal, seguiu pela linha da fronteira para Norte; outra coluna com numerosos civis e *Carabineros* comandados por um capitão […] fez saber que

7 PT/AHM/Despacho do General Domingos Oliveira em 1 de Agosto de 1936.

resistiriam até ao fim, não se rendendo às forças portuguesas porque sabiam que seriam entregues aos nacionalistas».[8]

De onde veio a maioria dos refugiados que entraram em Portugal nessa altura? Para acharmos uma pista significativa, é necessário olhar para a *Guardia Civil* e para a atitude díspar que teve em relação ao *Alzamiento*. Nas maiores cidades, como Madrid ou Barcelona, talvez considerando o que acontecera com a *Sanjurjada* em Agosto de 1932, a *Guardia Civil* esteve ao lado do Governo e foi até o factor chave para derrotar a insurreição militar. No entanto, em áreas remotas do interior, as suas forças sentiram-se ameaçados pelo assédio de elementos hostis mobilizados pelos sindicatos de extrema-esquerda ligados aos partidos e facções anarquistas, socialistas e comunistas. A atitude dos destacamentos da *Guardia Civil* dispersos pelo interior acabou sendo determinada pela disposição das guarnições locais, pela vulnerabilidade das famílias dos guardas e pela tenacidade do poderio frente-populista presente no terreno. Ora tanto o noroeste da província de Huelva como a província de Badajoz estavam entre as regiões mais desestabilizadas pela propaganda revolucionária. Após a queda de Huelva para os insurgentes em 29 de Julho de 1936, muitas das guarnições da *Guardia Civil* e de *Carabineros* ao sul da área mineira da província, que no início do levantamento militar haviam hesitado, tentando passar despercebidas, decidiram juntar-se aos rebeldes dissociando-se das autoridades governamentais.

Um dos casos de resistência isolada mais digno de menção aconteceu em Encinasola, localizada no extremo noroeste da província de Huelva, em frente à vila portuguesa de Barrancos. Apesar de encurralados em território hostil, a *Guardia Civil* e os *Carabineros* assumiram o controlo da povoação desde o início do *Alzamiento*, mantendo a ordem até à chegada das forças rebeldes, o que só aconteceria cerca de dois meses depois, a 24 de Setembro de 1936. Como o comandante posto, um tenente, tinha ido a Huelva para receber orientações da hierarquia (tendo posteriormente regressado a Encinasola por território português), à frente das forças estava um cabo de *Carabineros*. A 11 de Agosto, face a um iminente ataque das forças frente-populistas que cercavam a vila, parte da população civil refugiou-se em Portugal após a destruição de um pontão para retardar o avanço do inimigo.[9] A 26 de Agosto, as forças rebeldes, vindas do Sul, ocuparam finalmente a aldeia de Rio Tinto e, dois dias depois, após a tomada de Aroche, chegaram à fronteira portuguesa de Ficalho por Rosal de la Frontera.[10]

Com a chegada das forças rebeldes àquelas zonas fronteiriças, a situação mudou em Encinasola. As pessoas que se haviam refugiado em Portugal voltaram, e os sitiantes tornaram-se fugitivos, buscando, por sua vez, abrigo em Portugal. Muitos

8 PT/AHM/ «Relatório do chefe do posto da Guarda Fiscal da Amareleja», 22 de Setembro de 1936. Esta massa armada deveria ser formada por fugitivos de Oliva de la Frontera e de Jerez de los Caballeros que haviam acabado de ser tomadas pelos rebeldes.

9 José Manuel Martínez Bande, *La Campaña de Andalucia*, Monografias de la Guerra de España del Servicio Histórico Militar, n.º 3, Madrid, San Martin, 1984, p. 134.

10 *Ibidem*, p. 138.

deles, temendo represálias, fizeram-se acompanhar pelas famílias. Sendo muitos mais do que os refugiados que fugiram para Portugal pelo Caia e por Campo Maior durante e imediatamente depois da tomada de Badajoz pelos rebeldes, esta é a origem do grosso dos espanhóis reunidos e internados nos campos da Herdade da Coitadinha e Choça do Sardinheiro, junto ao posto da Guarda Fiscal da Russiana de Cima, que tinham atravessado a fronteira pelas zonas confinantes de Barrancos, Amareleja e até Sobral da Adiça.

O Repatriamento dos Refugiados

Se a esmagadora maioria viera da Andaluzia e das zonas fronteiriças da Extremadura, também havia um número significativo que viera da Galiza e das regiões de Zamora e Salamanca. Todos buscaram no país vizinho refúgio para escapar às ondas de choque originadas pela revolta militar conservadora que, ao falhar, se transformaria rapidamente em guerra civil. Portugal era um porto seguro para os apoiantes dos rebeldes ou mesmo dos «neutros» da teoricamente chamada «terceira Espanha». No entanto, para os simpatizantes da Frente Popular que buscavam abrigo provisório perante o avanço das colunas do Exército de África e que, talvez com a consciência pesada, temiam a sua acção vingativa pelos crimes cometidos, o desconforto e a insegurança eram notórios. A verdade é que a questão dos refugiados espanhóis preocupava o governo português. E após alguma reflexão, quer por razões humanitárias quer por questões de segurança interna, o Governo português decidiu patrocinar o repatriamento para território detido pelo governo da Frente Popular daqueles que assim o desejassem.

Comunicada a intenção a Madrid através da embaixada de Espanha, Lisboa informou Madrid de que se encarregaria de todas as despesas inerentes à operação, solicitando apenas a indicação do porto de destino. No mesmo dia em que as forças do general rebelde José Henrique Varela libertavam o *Alcázar* de Toledo, o governo espanhol aceitou a oferta indicando Tarragona como ponto de desembarque. Em mensagem datada de 6 de Outubro de 1936, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros informou o Chefe do Gabinete do Ministro do Interior que «sobre a situação dos refugiados espanhóis em Portugal, o Governo espanhol, por Nota de 28 do mês passado, aceitou a oferta que lhe foi dirigida pelo Governo português».[11] Um navio comercial português seria disponibilizado para transportar os refugiados para a cidade portuária de Tarragona, na Catalunha, o local designado pelo Governo espanhol para o efeito. A Nota oficial refere que «aqueles que não quiserem beneficiar do repatriamento patrocinado pelo governo português ou que não estiverem dispostos a sair às suas próprias custas para qualquer outro destino estrangeiro poderão permanecer em Portugal, mas compreensivelmente terão cumprir as regras que o Governo

11 PT/BCM-AH/ «Vapor Niassa – Relatório do CAPIBAN sobre refugiados espanhóis marxistas para Tarragona», Pasta 118/4 (6/IV/8/3).

português lhes vier a impor».[12]

Fig. 2 - Foto do *Nyassa* dos anos 40. Nos anos 30, o casco do paquete apresenta-se pintado com cores claras.

O Governo português contratou à Companhia Nacional de Navegação (CNN) o paquete *Nyassa*, sob o comandante António Bettencourt, para realizar a operação prevista. O *Nyassa* era um navio de passageiros de 9.000 toneladas, de origem alemã, construído em 1906 em Geestemünde por J. C. Tecklenborg. Tinha sido projetado para transportar 108 passageiros de primeira classe, 106 de segunda classe e 1.828 de terceira classe. Foi lançado ao mar sob o nome de *Bülow* pela companhia de navegação alemã Norddeustscher Lloyd em Bremen. Quando a eclosão da Primeira Guerra Mundial o apanhou no alto-mar em 1914, o seu comandante decidiu refugiar-se no porto de Lisboa, um ancoradouro neutro na altura. Em Março de 1916, depois de a Alemanha ter declarado guerra a Portugal, o navio foi tomado pelo governo português e rebaptizado *Trás-os-Montes*. Em 1925, a empresa privada Companhia Nacional de Navegação comprara-o ao Estado e denominara-o *Nyassa*, identificação que manteria até ao seu desmantelamento em 1951. Durante a Segunda Guerra Mundial e no período anterior, o *Nyassa* (assim como o transatlântico *Serpa Pinto*) transportaria refugiados judeus para a América e para a Palestina.[13] Milhares de refugiados judeus fugindo da perseguição nacional-socialista encontraram um refúgio temporário em Portugal.[14]

12 *Ibidem*.

13 *Palestine Post*, 1 de Fevereiro de 1944.

14 Muitas celebridades, artistas e escritores refugiaram-se em Portugal na altura; entre eles estavam Bela Bartok, Marc Chagall, Max Ernst, Leon Feuchtwanger, Arthur Koestler, André Maurois e Erich Maria Remarque, além de Pierre Dreyfus, filho de Alfred Dreyfus. «O nome da sinagoga de Lisboa, Shaaré Tikvah, que significa Portas da Esperança, refletia o significado que a capital portuguesa tinha assumido como o último porto aberto aos refugiados que fugiam da Europa. Como país neutro, Portugal — um local onde os judeus não se fixavam há centenas de anos [*sic*] — tornou-se um portal inesperado para a liberdade». Ilan Braun em «A História do *Serpa Pinto*» em *The Rebbe.org* (web). O *Nyassa* também seria contratado várias vezes (pelo menos três) pelo Governo da Segunda República Espanhola no Exílio e por algumas associações

No dia 10 de Outubro, pelas 12h20, o *Nyassa* deixou Lisboa com destino a Tarragona.[15] O governo português colocou-o sob o comando formal de um oficial da Marinha de Guerra Portuguesa, como capitão-de-bandeira[16] – o Comandante Álvaro Gil Fortée Rebello. A custodiá-lo, fez seguir o contratorpedeiro *Douro* como escolta armada sob o Comandante Augusto Gonçalves de Azevedo Franco. A bordo do *Nyassa* seguiam 1.445 simpatizantes espanhóis da Frente Popular, que haviam buscado refúgio em Portugal fugindo das forças rebeldes. Além de Miguel Granados, governador civil de Badajoz, quinze oficiais, nomeadamente o Coronel Ildefonso Puigdengolas Ponce de León, comandante militar daquela cidade, o Major Antonio Bertomeu Bisquert, o Capitão Guillermo de Miguel Ibañez, 14 sargentos e 177 cabos e soldados, incluindo alguns *Carabineros*, juntaram-se aos 1.238 civis, incluindo 205 mulheres deixando Portugal para Tarragona.[17] Os 1.445 tinham declarado que preferiam ir para áreas controladas pelo Governo de Madrid. A viagem decorreu sem grandes incidentes, salvo exigências de tratamento mais deferente por parte de alguns passageiros, nomeadamente pelo ex-comandante militar de Badajoz, Coronel Puigdengolas. Segundo o relatório do capitão-de-bandeira do *Nyassa*, aquele queixou-se-lhe recorrentemente de que era iníquo misturar pessoas de alto estatuto social com pessoas de baixo nível, pouco educadas e asseadas. Salvo em algumas excepções que considerou despropositadas, o comando do *Nyassa* acedeu aos pedidos.

Os problemas graves surgiram quando os navios chegaram a Tarragona. Aparentemente, as autoridades locais manifestavam total desconhecimento sobre a missão, alegando até a inconveniência da chegada, já que as provisões na cidade mal davam para alimentar os seus habitantes. Só após intermináveis consultas a Madrid e Barcelona foi possível conseguir autorização para desembarcar os refugiados, mas não sem que os milicianos presentes no cais cessassem de

de apoio aos refugiados frente-populistas para os transportar para o México, como por exemplo o *British National Joint Committee for Spanish Relief*, presidido pela Duquesa de Atholl. A última viagem foi de Casablanca a Veracruz, no México, em Setembro de 1942. José Alonso Mallol, ex-Diretor-Geral de Segurança do Governo da Frente Popular e depois delegado do Comité de Ajuda aos Republicanos Espanhóis [*Junta de Auxilio a los Republicanos Españoles* (JARE)] em Marrocos, organizou e contratou o transporte.

15 A imprensa espanhola cobriu a chegada do *Nyassa*. Por exemplo, *La Voz*, 14 de Outubro de 1936, p. 1 e «Un buque portugués repatria a 1.445 españoles refugiados de Extremadura» in *El Sol*, 14 de Outubro de 1936, p. 4.

16 No moderno glossário náutico português, «Capitão de Bandeira» é o oficial da Marinha de Guerra que embarca, com funções de comando, num navio mercante nacional colocado ao serviço do Estado português. O capitão de bandeira compartilha o comando do navio com o comandante civil e pode interferir nos procedimentos de navegação.

17 PT/BCM-AH/Vapor *Nyassa* – «Relatório do Capitão de Bandeira do transporte *Niassa* com refugiados espanhóis para Tarragona» /Núcleo 320 – Pasta 118/4–6/IV/8/3. O diário catalão *La Vanguardia*, de 14 de Outubro de 1936, menciona seis chefes e oficiais, 29 pessoas entre suboficiais e cabos, 127 mulheres e crianças e 1.199 homens entre civis e soldados, o que não perfaz um total de 1.445 pessoas. Por seu lado, o *ABC* de Madrid, no seu número de 15 de Outubro, p. 14, em «Han llegado a Tarragona», menciona dez chefes, oficiais, suboficiais da Aeronáutica, Infantaria e *Carabineros*, 15 professores primários, quatro médicos, quatro advogados, dois veterinários, 130 mulheres, 59 crianças, 130 *Carabineros*, 20 soldados do Exército e 1.000 civis do sexo masculino.

procurar impedir o que alegavam ser uma invasão dos «fascistas». Como o apoio por parte dos operadores do cais não foi fornecido para a instalação de rampas, os repatriados foram forçados a descer pela escada de portaló. Assim que desceram em terra firme, foram interrogados pelos milicianos, que acabaram assim por confirmar que o governo português tinha repatriado os seus compatriotas. Soltaram então gritos de aclamação para com os recém-chegados, contrastando com a frieza com que lidaram com os oficiais, incluindo Puigdengolas.

Foi então que o delegado da Autoridade Portuária, um tenente de Infantaria, acompanhado de representantes dos comités revolucionários, pretendeu revistar o navio a pretexto de verificar que nenhum conterrâneo tinha ficado para trás, retido pela Armada Portuguesa. Com firmeza, o Capitão-de-bandeira secundado pela tripulação do *Nyassa* expulsou rapidamente a turbamulta que insistia em invadir o navio, incentivados por gritos de «morte a Portugal e ao Fascismo». No entanto, a posição firme assumida pela tripulação do *Nyassa*, e do *Douro* em retaguarda, esfriou os ânimos. O Capitão-de-bandeira do Nyassa solicitou a imediata presença a bordo do delegado da Autoridade Portuária. Sem milicianos por perto, desculpou-se pelo comportamento dos seus compatriotas, dizendo-se impotente para controlar os bandos armados. Perante o pedido de dois oficiais para se deslocarem ao Consulado Britânico, o oficial espanhol impôs a condição de que fossem disfarçados, à paisana, o que eles obviamente recusaram.

O *Nyassa* aguardava ainda a chegada de sete cidadãos portugueses residentes na Catalunha que haviam comunicado às autoridades consulares portuguesas o desejo de serem repatriados. Possivelmente como represália pela atitude enérgica do pessoal dos navios portugueses, o Governo espanhol fez saber que tal embarque só seria possível em Alicante. Os capitães dos navios decidiram então partir, mas novo revés surgiu quando os milicianos impediram a libertação das amarras. Como exercício de força, os marinheiros portugueses e as forças de segurança que integravam a missão assumiram posições de combate, e os canhões e metralhadoras tiveram que ser exibidos para intimar os operadores do cais e obrigá-los a desamarrar os cabos.

Para ajudar a controlar uma massa tão grande de pessoas que de antemão se previam hostis a Portugal, o governo de Lisboa tinha enviado agentes da PVDE e da PSP a bordo do *Nyassa* para protecção de recurso. Integrava a missão o Capitão Ruy Pessoa de Amorim da PVDE, acompanhado de quatro agentes e um destacamento da PSP composto por 50 polícias enquadrados pelo chefe João José de Morais e três subchefes sob o comando do Tenente de Cavalaria Eduardo Sousa de Almeida. Além disso, para salvaguardar eventuais necessidades de recurso à violência e garantir a ligação com o *Douro*, também embarcara no *Nyassa* uma força da Marinha composta por oito marinheiros chefiada pelo Primeiro-Tenente Horácio Anjos de Carvalho. A leitura e análise do quase esquecido relatório do Capitão-Tenente Fortée Rebello no Arquivo Histórico da Marinha Portuguesa permitiu-nos aceder a toda aquela informação detalhada, incluindo a relação

completa do armamento portátil que equipava as forças de segurança naquela missão.

Fig. 3 - Força da PSP a bordo do Niassa

O Relatório do Comandante Fortée Rebello

O relatório começa por recapitular ao Almirantado a missão que lhe fora confiada e a descrição das circunstâncias do embarque dos refugiados: «Embarquei no navio no dia 10 deste mês [Outubro] às 5h30, tendo recebido nove orientações verbais do Ministro [da Marinha] e outras instruções escritas do Estado-Maior do Almirantado. Os refugiados marxistas, transportados para o cais da Fundição em comboios e autocarros vindos de várias partes do país, embarcaram entre as 7h e as 11h30. Durante as operações de entrada a bordo, 14 graduados, cabos e soldados dos *Carabineros* declararam que preferiam ser levados para a região fronteiriça ocupada pelos nacionalistas espanhóis e, como tal, foram entregues aos cuidados da PVDE.[18] Dois refugiados doentes também não puderam embarcar porque o médico do navio decidiu que a viagem iria agravar o seu estado de saúde podendo mesmo colocar as suas vidas em risco; um sofria de broncopneumonia grave e o outro tinha dois ferimentos de bala».[19]

18 Foi possível identificar pelo menos os sargentos-mores Santiago Agujetas García e José Menor Barriga, os sargentos José Méndez Hidalgo, Fernando Gómez Muñoz e Joaquín Zafra Mill, os cabos de *Carabineros* Diego González Carmona e Leoncio Palácios e o motorista Manuel Álvarez. Todos eles tentaram regressar à zona rebelde de Espanha tendo enviado pedidos nesse sentido aos generais Franco e Queipo de Llano, por sugestão de Gil Robles. Héctor Alonso García, *El coronel Puigdengolas y la batalla de Badajoz (Agosto de 1936)*, Valencia, PUV, 2014, pág. 318.

19 PT/BCM-AH/ Vapor *Nyassa* – Relatório do CAPIBAN (Refugiados espanhóis para Tarragona) / Pasta 118/4 – 6/IV/8/3.

Depois de visitar o *Douro* para receber instruções do respectivo comandante, Fortée Rebello regressou ao *Nyassa* e ordenou à tripulação que se preparasse para partir ao meio-dia. Resolvida uma pequena avaria no *Douro* à saída, a viagem decorreu tranquilamente até Tarragona. Ambos os navios tentaram cumprir a instrução do Ministro da Marinha para realizar a viagem no menor tempo possível. No dia 11, pelas 18h30, ao atravessarem as águas do Estreito de Gibraltar, foram sobrevoados por dois hidroaviões em duas ocasiões distintas, segundo um radiotelegrama enviado do *Nyassa* ao GABINETEMAR (Estado-Maior do Almirantado). Não conseguiram identificar a primeira aeronave, mas a segunda era claramente um aparelho dos rebeldes marcado como «512».[20]

No seu relatório, Rebello destaca: «No início da viagem, chamei à minha presença os mais altos oficiais dos refugiados abordo a quem ordenei que comunicassem aos seus compatriotas as regras de disciplina a observar durante a viagem. Embora o acatamento tivesse geralmente sido o adequado, a maioria dos oficiais espanhóis comportou-se de uma forma cívica que deixava muito a desejar e pouco ou nenhum aprumo militar. Isso contrastava com a atitude educada de civis de menor estatuto social e a correção militar de sargentos, cabos e soldados. No geral, não houve grandes queixas, apenas pedidos de melhoria de alojamento. Curiosamente, essas reclamações eram quase sempre justificadas por alegadas diferenças de classe social, entre as quais quase sobressaía a categoria de "proprietário". Confesso que concedi algumas fosse, por evidente justiça, como por exemplo reunindo os filhos com os pais, fosse por mera conveniência política».[21]

Narrando detalhadamente o que aconteceu à chegada a Tarragona, Rebello diz: «pedi ao capitão do *Douro*, que tinha fundeado à entrada do porto, autorização para nele entrar e atracar. Após alguma hesitação de terra, o prático chegou com ordens para que o navio fundeasse na área do molhe *Parallel*, a 20 metros de distância do cais. Em seguida, acompanhado por um funcionário, subiu a bordo o delegado da Autoridade Portuária; era um tenente de Infantaria que alegou que nenhum oficial da Marinha estivera disponível para ocupar o cargo. Reconheceu que a chegada do *Nyassa* fora uma surpresa para todos, afirmando que não havia nenhuma indicação de Madrid ou Barcelona sobre a nossa missão. O tenente espanhol queria saber tudo sobre os passageiros que transportávamos, se eram fascistas ou simpatizantes do governo, o seu número e a localização fronteiriça da sua entrada em Portugal. Quando o informei sobre o número de refugiados que trazia, ele ficou preocupado porque, embora ainda houvesse comida em Tarragona, ela escasseava. Comunicou-me que ele teria de entrar em contacto com Barcelona e Madrid através do Comissário de Guerra e contava trazer a

20 PT/ANTT/Mi/gm/ maço 481 (Pt. 8)/10/NT 353. Provavelmente era o *Savoia-Marchetti* SM.62/S-12 de Cádis que, originalmente vindo da Galiza, passara pela base do Bom-Sucesso em Lisboa, e operava então no Estreito.

21 PT/BCM-AH/ Vapor *Nyassa* – Relatório do CAPIBAN (Refugiados espanhóis para Tarragona) / Pasta 118/4 – 6/IV/8/3.

resposta o mais rapidamente possível».[22]

Procurando dar cumprimento ao seu objetivo secundário, registou: «Enquanto esperava, fui observando o que se passava no porto. Atracado a um dos molhes estava o vapor espanhol *Monte Cervera*, com prisioneiros mantidos à vista por milicianos armados. Estimámos serem duzentos e tal, reconhecendo padres, alguns militares e mulheres que ocasionalmente eram retirados de lá para serem executados. Pelo menos foi o que nos disseram o médico do porto, que nos deu a impressão de não ser simpatizante da Frente Popular, e o próprio delegado da Autoridade Portuária, que parecia estar a actuar sob coação. No cais, avistei muitos milicianos, soldados da *Guardia Nacional Republicana* (GNR)[23] e duas mulheres, todos armados e equipados com uniformes (de que os nossos marinheiros, polícias e tripulantes zombavam por lhes parecerem mais adequados ao Carnaval) com as cores das diferentes facções e partidos, predominando o vermelho e preto dos anarquistas».[24]

Rebello notou que «à entrada do cais, havia grupos de milicianos que impediam a livre circulação dos transeuntes, olhando de longe o nosso navio. Um oficial refugiado chamado Borrego [seguramente o Alferes Joaquín Borrego Martínez] dirigiu-se aos outros, pedindo-lhes que se abstivessem de manifestações barulhentas ou cumprimentassem com a saudação do punho cerrado erguido enquanto aguardavam o desembarque. Enquanto isso, vários barcos passaram perto do vapor português. Os seus tripulantes, armados, saudaram com os punhos levantados; apenas três dos refugiados a bordo responderam, tendo eu ordenado que fossem retirados imediatamente para um dos compartimentos abaixo do convés. Às 12h30, o Capitão do Porto substituto regressou acompanhado por um civil catalão encarregado dos assuntos do Consulado de Portugal, trazendo finalmente a autorização para atracar no cais e desembarcar os passageiros. Seguindo instruções, os responsáveis da PVDE e da PSP deveriam contactar as autoridades consulares para proceder ao repatriamento de cidadãos nacionais ou mesmo estrangeiros que assim o requeressem. Ordenei ao meu adjunto que os acompanhasse. A autoridade portuária desaconselhou a excursão, sobretudo se fossem uniformizados, afirmando que ninguém tinha controlo sobre a turbamulta. Embora os oficiais portugueses destacados para a diligência insistissem em

22 *Ibidem*.

23 Sob as ordens dos generais Sebastián Pozas Perea e José Sanjurjo y Rodríguez de Arias, a *Guardia Civil* fora crucial para reprimir a sublevação militar em Madrid e em Barcelona, sob o comando do general José Aranguren Roldán e do coronel Antonio Escobar Huerta. A revista brasileira *PAN, Semanário de Leitura Mundial*, de 27 de Agosto de 1936, reconhece esse facto ao afirmar nas suas páginas do meio que a *Guardia Civil* espanhola tem sido o esteio do Governo de Azaña. Em 29 de Agosto de 1936, para premiar a fidelidade dos *guardias civiles* que haviam permanecido leais ao governo durante o *Alzamiento* de Julho de 1936 e separá-los dos «*traidores rebeldes*», as autoridades de Madrid decidiram renomear a *Guardia Civil* nas áreas que controlavam como *Guardia Nacional Republicana*. Para comandar a nova força, escolheram o general José Sanjurjo y Rodríguez de Arias.

24 PT/BCM-AH/ Vapor *Nyassa* – Relatório do CAPIBAN (Refugiados espanhóis para Tarragona) / Pasta 118/4 – 6/IV/8/3.

cumprir a sua missão em terra, eu, por precaução, impedi-os de desembarcar. O responsável pelos assuntos da Chancelaria do Consulado de Portugal disse-me que apenas sete cidadãos portugueses em Barcelona haviam manifestado desejo de regressar a Portugal e deveriam chegar a Tarragona pelas 18 horas».[25]

Às 14h10, com o navio finalmente atracado ao cais, Rebello destaca as suas dificuldades: «Fui informado de que ninguém em terra estava disposto a fixar as pranchas. Resolvi então fincar as escadas de portaló no cais e montar um serviço de vigilância para proteger o perímetro. Enquanto essa manobra era realizada, vários autocarros para recolha dos passageiros chegaram ao molhe. O desembarque foi feito de acordo com a seguinte ordem: primeiro, mulheres e crianças, depois, oficiais e afins, sargentos, cabos e soldados e, por último, civis. Os oficiais e alguns membros da tripulação ajudaram as mulheres mais idosas e as crianças mais novas a descer. Com exceção de dois, os oficiais foram recebidos com frieza, principalmente o mais graduado, o coronel Ildefonso Puigdengolas. Sargentos, cabos e soldados foram acolhidos com entusiasmo, tendo o Comissário de Guerra, um Sargento-mor, abraçado todos efusivamente. Os civis foram recebidos com vivas à liberdade, à República e à Rússia, e "morte aos fascistas!"».

«Os refugiados, que na sua maioria nos tinham convencido a bordo de que eram uns pobres-diabos, quando se viram em terra firme, mostraram todo o seu ódio, erguendo os punhos cerrados e apoiando com grande entusiasmo os vivas à Rússia. Até as mulheres procederam assim. Alguns dos que nos haviam pedido para mudar de alojamento (quase nos convencendo de sua inocência e da justeza da medida) mal desembarcaram, de frente para o navio, começaram a gritar "morte ao fascismo!". A certa altura do desembarque, um grupo de milicianos aproximou-se do *Nyassa* e, fitando os oficiais portugueses no passadiço, gritou "morte aos canalhas e bandidos fascistas!". Ordenei a suspensão do desembarque e avisei a Autoridade Portuária da incorrecção dos seus camaradas, que tão insolentemente respondiam ao gesto do Governo português e à amabilidade que os oficiais e demais tripulantes tinham demonstrado para com as mulheres e crianças. Depois de um dos seus oficiais ter falado com eles, pareceram acalmar sem, no entanto, deixar de nos olhar com rancor insolente».[26]

«Concluída a operação de desembarque e com a saída dos autocarros, o delegado da Autoridade Portuária subiu as escadas, seguido por dois milicianos, pedindo-me a lista dos repatriados. Entreguei-lhe uma nota com os números gerais do manifesto dos passageiros sem discriminação de identidade e o oficial, depois de verificar, disse-me que queria revistar o navio porque fora informado pelos refugiados desembarcados de que eu tinha três detidos a bordo. Respondi-lhe que poderia ter a bordo quem muito bem quisesse, mas que de facto não havia mais nenhum espanhol no navio; além disso, eu mesmo havia ordenado uma busca minuciosa por elementares razões de segurança. No entanto, ele insistiu

25 *Ibidem.*
26 *Ibidem*.

em entrar no navio com os que o seguiam e que haviam indo aumentando em número. Com grande paciência, para evitar um conflito grave, tentei convencê-lo de que não o podia permitir porque se tratava de um navio ao serviço de Portugal com estandarte da Marinha de Guerra, frisando que a sua atitude estava em total dissonância com a generosidade do Governo português. Descartando o argumento, elevando o tom de voz, exigiu, para se retirar, a minha palavra de honra de que eu estava a dizer a verdade. À medida que o diálogo se desenrolava, a escada de portaló ia-se enchendo de marxistas armados, em atitude ameaçadora, exigindo uma inspecção ao interior do navio».[27]

«Esgotada a paciência e estando a falhar aparentemente a persuasão, perante a atitude que se estava a tornar ofensiva para a minha condição de oficial da Marinha Portuguesa, no temor de um assalto ao navio, empurrei os milicianos mais perto de mim escada abaixo. De seguida, ordenei aos marinheiros e polícias próximos que varressem todo o pessoal estranho ao navio para longe da escada. Nas áreas periféricas do cais, os marxistas assumiram uma atitude agressiva e desafiadora, apontando as armas carregadas para a amurada do navio. Os oficiais ocuparam imediatamente as posições de combate previamente atribuídas, com a Marinha e as Forças de Polícia prontas para defender o navio. Sob minha orientação e as ordens do seu comandante, a tripulação içou a escada de portaló e afrouxou as amarras, fazendo com que o navio se afastasse cerca de vinte metros do molhe. Com as nossas forças dispostas no convés, estava seguro de que bastava uma rigorosa demonstração de força, com as metralhadoras apontadas e as armas carregadas para os marxistas se dispersarem em grande alvoroço. Enquanto isto se desenrolava, tinha mandado avisar o *Douro*. O contratorpedeiro, face à ameaça, tinha assumido posição de combate, preparando-se para entrar no porto. O prático, o piloto espanhol, ainda a bordo, foi expulso e voltou ao cais. Decidi não cortar os cabos para não dar a impressão de estar a fugir e aguardei ordens verbais do comandante do *Douro*. Por rádio, pedi-lhe que me enviasse a sua lancha para transportar o Capitão Pessoa de Amorim e o tenente Carvalho à sua presença para o informar pessoalmente de todos os detalhes do incidente. Ao regressarem, trouxeram o seu consentimento para que eu pudesse cortar as amarras quando assim o entendesse e a garantia de que estaria à disposição para me apoiar no que fosse necessário».

«À medida que a noite se aproximava, as condições de segurança do navio agravavam-se. Preparava-me para cortar os cabos de amarração quando chegou o responsável pelos assuntos da Chancelaria do Consulado de Portugal, acompanhado por um grupo de milicianos marxistas, informando que vinham entregar o visto das autoridades de saúde para que o *Nyassa* pudesse partir imediatamente. O piloto do porto apareceu, mas recusou-se a cumprir a sua missão porque não tínhamos moeda espanhola para lhe pagar. Um dos milicianos presentes no local, afirmando ter experiência de piloto de barra, ofereceu-se para

27 *Ibidem*.

exercer essa função e dispôs-se a aceitar qualquer moeda, pois queriam apenas ver-nos partir o mais rapidamente possível. O pretenso prático ordenou para terra que os cabos fossem soltos dos cabeços do cais, mas o mercante acabou por ser evidentemente manobrado pelo capitão do *Nyassa*».

O Relatório do comandante do *Douro* – capitão de mar-e-guerra Augusto Gonçalves de Azevedo Franco – corrobora na essência a narrativa do Capitão-de-bandeira do *Nyassa*.[28] Diz que, além de ter escoltado o paquete até Tarragona, tinha instruções para depois render o *Vouga* em Alicante, devendo evitar contactos entre as duas tripulações. Chegou à cidade catalã às 9h42 do dia 13 de Outubro, ancorando fora do porto, mas a curta distância. Quando se deslocou ao *Nyassa*, testemunhou o espanto das autoridades locais, alegando terem sido surpreendidas com a chegada do navio. De volta ao *Douro*, assistiu à confusão que se desenrolava no cais após o desembarque dos 1.445 passageiros. Alertado pelas mensagens do *Nyassa*, apercebeu-se de que os estivadores e outro pessoal portuário se recusavam a deixar o navio largar, impedindo a libertação dos cabos. Além disso, viu muitos milicianos entrincheirados no edifício da Alfândega e num cargueiro atracado ao cais, manifestando uma atitude inexplicavelmente agressiva. De imediato, mandou retirar as protecções das peças de artilharia e entrar em posições de combate e, a pedido de Fortée Rebello, decidiu enviar a lancha com um oficial, o guarda-marinha Mendonça, ao *Nyassa*.

Relata que vieram a bordo Pessoa de Amorim e Horácio de Carvalho, confirmando a recusa dos estivadores em deixar o *Nyassa* partir e a ameaça dos milicianos de não deixarem embarcar no paquete os cinco refugiados portugueses esperados naquele dia vindos de Barcelona. O capitão do *Douro* diz ter dado ordem a Fortée Rebello para partir a qualquer custo, mesmo que tivesse de cortar os cabos. Depois de alguma confusão, o *Nyassa* acabou por zarpar por volta das 19 horas. Azevedo Franco enviou um radiotelegrama ao responsável pelos assuntos do Consulado de Portugal em Tarragona, pedindo-lhe que reencaminhasse os esperados refugiados de Barcelona para Alicante. Podiam ser repatriados no *Vouga* e, caso não chegassem a tempo, seriam então acolhidos no *Douro*.[29] Às 7h25 do dia 14, o *Douro* chegou a Alicante e ancorou ao largo. No dia 17 embarcaram o Visconde de Riba Tâmega, Encarregado de Negócios de Portugal junto do Governo espanhol, e o Cônsul Geral em Madrid, Vasco Pereira de Carvalho que regressavam definitivamente a Portugal. No dia 23, foi a vez de entrarem a bordo o ministro plenipotenciário Augusto Mendes Leal, a freira Maria Júlia Pignatelli de Almeida, de 32 anos, e o sargento Lisandro Luís de Macedo, de 50. No dia 21, pelas 15 horas, o navio, para abastecimento, entrou no porto e atracou, por estibordo, ao navio mercante inglês *Nela*. No dia 24 de Outubro de 1936, o *Douro* zarpou e, olhando de esguelha para Tânger, rumou a Lisboa.

28 PT/BCM-AH-Núcleo 25/item 125. «Relação da Comissão do Contratorpedeiro *Douro* a Tarragona e Alicante». 6/XXXIX/6/5.

29 Mais tarde veio a saber-se que essas pessoas já haviam deixado Barcelona para Marselha.

Conclusão

Ainda que a imprensa portuguesa da época e alguns livros como *Quem vem lá? Gente de Paz! Gente de Guerra…*[30] se refiram a ele, o episódio do *Nyassa* tem sido praticamente ignorado ou descartado pela historiografia que analisa o envolvimento português na última Guerra Civil de Espanha. Embora César Oliveira o mencione resumidamente, mesmo investigadores de renome, como Fátima Patriarca, manifestaram o seu espanto ao tomarem conhecimento do episódio. Depois de o relatório do Capitão-de-bandeira do *Nyassa* ter sido encontrado pela primeira vez no Arquivo Histórico da Marinha, Patriarca afirmou: «Fiquei espantada com isto porque sempre se disse que Portugal entregava os refugiados republicanos aos nacionalistas. Afinal, cerca de 1.500 refugiados republicanos foram entregues em Tarragona por um acordo entre o Governo português e o legítimo Governo de Madrid».[31]

Como descobriu Patriarca, o caso do *Nyassa* não se enquadra na narrativa corrente que atribui às autoridades do *Estado Novo* a entrega sistemática às forças rebeldes de refugiados simpatizantes da Frente Popular «para serem invariavelmente fuzilados». Citando erroneamente César Oliveira, o investigador Moisés Lopes chega a afirmar que «muitos dos que se encontravam na Herdade da Coitadinha, em Barrancos, foram entregues directamente às autoridades espanholas presentes na fronteira».[32] Mas vai mais longe ao insistir, alheio aos numerosos testemunhos então publicados, que «os 1.500 refugiados espanhóis detidos em Portugal foram transportados para Tarragona, no navio *Nyassa* onde foram entregues às autoridades nacionalistas».[33] Na verdade, não faz mais do que repetir o que muitos outros historiadores persistem em afirmar sobre a questão dos refugiados. Por exemplo, negando toda a evidência histórica, José Sánchez Jiménez, replicando Tuñon de Lara, insiste que «o Coronel Puigdengolas [...] depois de se refugiar em Portugal, foi preso e entregue pelo governo vizinho [português] ao coronel Yagüe».[34]

Perante a evidente vulnerabilidade que a viagem do *Nyassa* representa na narrativa de vilanização do regime liderado por Salazar, a maioria dos autores engajados na quase hegemónica historiografia revisionista recorreu a uma velha técnica de mistificação histórica: engendrar uma quixotesca figura-herói cuja actividade, por sua exclusiva vontade, explicaria a salvação dos refugiados. A honra coube a um jovem oficial de genuíno perfil humanitário, que acolheu e protegeu

30 Félix João Camilo Correia, *Quem vem lá? Gente de Paz! Gente de Guerra…*, Lisboa, e/A, 1940, pp. 95-98.

31 *Público*, Lisboa, 28 de Outubro de 2006, artigo de Isabel Salema.

32 Moisés Alexandre Antunes Lopes, *Refugiados Espanhóis em Portugal (936-38): O caso de Elvas*, Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017, p. 84.

33 *Ibidem*, p. 125.

34 José Sánchez Jiménez, *La España Contemporánea*, Vol. III (De 1931 a nuestros días), Madrid, Istmo, 2004, p. 154.

eficazmente os fugitivos espanhóis de Encinasola e regiões vizinhas. Chamava-se António Augusto de Seixas. Nasceu em Montalegre a 29 de setembro de 1891 e faleceu a 27 de outubro de 1958 na Casa Militar de Saúde Familiar anexa ao Hospital Militar Central de Lisboa. Em Abril de 1924, sendo ex-sargento, ascendeu ao posto de segundo-tenente do quadro de pessoal da Guarda Fiscal. Foi colocado como Comandante de Secção em Freixo-de-Espada-à-Cinta e depois em Chaves; promovido a tenente em Abril de 1928, foi destacado para o Gerês (1930); por motivos disciplinares (repreensão registada pelo Comandante-Geral da GF em Fevereiro de 1932), foi transferido do Batalhão N.º 3 para o N.º 2, vindo para o Sul para o posto da GF de Safara (1932). Foi condecorado com a Ordem Militar de Cristo em 1935. Em 6 de Novembro de 1936, foi suspenso após ação disciplinar subsequente aos acontecimentos com os refugiados espanhóis.[35] Em Janeiro de 1938, a punição foi revertida, permitindo-lhe ser reintegrado no activo, sendo colocado como comandante do Posto da GF de Sines, Batalhão N.º 1, de onde será exonerado a 20 de Junho de 1942, na sequência de outro processo disciplinar por aceitação indevida de gratificações ilegais de pescadores estrangeiros.

O rompimento diplomático com Madrid, em 23 de Outubro de 1936, foi simbolicamente feito para coincidir com a resposta do governo português às acusações e denúncias de Alvarez del Vayo apresentadas em Genebra

35 No seu processo, nas questões de avaliação respondidas pelo seu comandante do Batalhão, sedeado em Évora, o Tenente Seixas é classificado como tendo boa aptidão física, bom comportamento moral e cívico e vontade de aumentar os seus conhecimentos mas é considerado negativamente como pouco preocupado com o seu serviço e os interesses do Ministério das Finanças, evidenciando uma conduta militar medíocre e um fraco desempenho do comando. Na Nota Biográfica do seu processo consta que, a 4 de Novembro de 1936, foi punido pelo Ministro das Finanças [Salazar] com dois meses de inactividade. A pena foi cumprida no Quartel Militar de Elvas, onde se apresentou em Dezembro de 1936. Segundo consta do seu processo, as razões invocadas para aquela punição disciplinar foram:
Apesar de ter conhecimento concreto das ordens do subsecretário de Estado da Guerra [Fernando dos Santos Costa], do comandante da 4ª Região Militar e do seu comandante-geral para evitar a entrada de refugiados espanhóis em Portugal, perto da Choça do Sardinheiro, num sector da fronteira cuja defesa e vigilância inclusivamente estava a seu cargo, permitiu a concentração de algumas centenas de indivíduos de nacionalidade espanhola, sem dar conhecimento do facto aos seus chefes e organizando uma espécie de campo de concentração fora da vista das autoridades militares e sem o conhecimento do Governo; desde o início da concentração espanhola na Choça do Sardinheiro, a 21 de Setembro, manteve as autoridades militares e policiais iludidas sobre a dimensão dessa concentração, recorrendo a evasões ou informações incompletas ou inexatas; conseguiu que um oficial do Batalhão de Caçadores 4 que, no cumprimento das suas funções militares se propusera a fazer sair do território português os espanhóis concentrados em torno da Choça do Sardinheiro, desistisse dos seus propósitos face à informação que deu de que o facto já era conhecido e consentido pela PVDE quando esta polícia apenas tinha conhecimento da existência de 17 refugiados espanhóis; só a 7 de Outubro instado a informar e já não podendo ocultar a dimensão dos factos, informou as autoridades militares da existência de 180 espanhóis no local já indicado quando o número efectivamente existente era bem superior. Factos desta natureza, além de resultarem em danos materiais e morais para o Estado, que para cumprir os compromissos assumidos, teve que cuidar do transporte desses espanhóis ao porto espanhol de Tarragona, constituem violações aos parágrafos 1º, 2º, 3º, 56º, 61º e 62º do artigo 5º do Regulamento Disciplinar da Guarda Fiscal. PT/AHGNR/Guarda Fiscal/Processo n.º 1259.

alguns dias antes. No entanto, se as acusações deste último (e de Litvínov) e a correspondente resposta do governo português foram marcantes, não menos importante para desencadear a abrupta decisão de Salazar foi a questão de quão ingrata e mesquinha fora a atitude do governo da Frente Popular demonstrados no episódio de Tarragona dias antes. Na sua opinião, depois de o país ter gasto tanto dinheiro e esforço para transportar quase 1.500 refugiados «vermelhos» no paquete *Nyassa* para um porto designado pelas autoridades da Governo de Madrid, fora absolutamente imperdoável o velhaco acolhimento que a missão portuguesa tivera na chegada àquela cidade. Mas para perceber isso é preciso varrer as camadas de pó da propaganda e conhecer os princípios e as formas de reacção típicas do autocrata português, coisas que os investigadores dominantes muito raramente se dão ao trabalho de fazer.[36]

Fig. 4 - Oficiais e Marinheiros no Niassa

36 *V. g.* Arnau Gonzàlez i Vilalta, «L'incident del Nyassa al port de Tarragona (13 d'octubre del 1936) i el trencament de les relacions diplomàtiques entre Portugal i la República espanyola: la versió original i la periodística» em Drassana, Museu Marítim de Barcelona, n.º 21, Dezembro de 2013, no dossier *Guerra i Pau*, pp. 26-38.

JOSÉ LUÍS ANDRADE

Nasceu em Idanha-a-Nova em 1954. Em 1977 licenciou-se em Engenharia Electrotécnica pela Academia Militar (como aluno civil). Foi Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros. É auditor do Curso de Defesa Nacional (1991). É Doutor em História Contemporânea pela Universidad de Navarra.

Citar este texto:

ANDRADE, José Luís – 1. Guerra Civil de Espanha: A Viagem do Nyassa a Tarragona. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/UECM9533

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A DEFESA MILITAR DE PORTUGAL DE ENTRE-AS-GUERRAS À 2.ª GUERRA MUNDIAL: DOUTRINAS E ESTRATÉGIAS

António Paulo Duarte

Resumo

O texto procura estudar e analisar o modo como Portugal procurou responder às ameaças decorrentes da 2.ª Guerra Mundial, na perspetiva da defesa militar e da estratégia militar a ela associada. Assim, começa-se por estudar e ponderar sobre o modo como os estrategos e estrategistas portugueses foram entendendo o modo como a guerra futura seria travada, no período de entre-as-guerras, através de obras publicadas e outra documentação de arquivo. Esta parte compreende uma reflexão sobre quais as fontes que poderão ser manuseadas para de forma mais inteligível compreender as doutrinas da estratégia nacional entre-as-guerras e durante a 2.ª Guerra Mundial. Subsequentemente, analisar-se-á a estratégia militar de defesa construída, de acordo com o planeamento dos anos 30 do século XX, de como esta pretendia responder às ameaças que emergiam, e de que modo, replicariam à uma ação de um potencial inimigo, não se deixando de interrogar sobre o seu sucesso ou fiasco, interpelação essa lida sobre uma paleta ampla.

Palavras-Chave: Estratégia, Guerra, Portugal, 2.ª Guerra Mundial, Forças Armadas.

Abstract

The text seeks to study and analyse how Portugal sought to respond to the threats arising from the 2nd World War, from the perspective of military defence and the military strategy associated with it. Thus, it begins by studying and pondering the way in which Portuguese strategists came to understand how the future war would be waged, in the inter-war period, through published works and other archival documentation. This part comprises a reflection on which sources can be used to more intelligibly understand the doctrines of national strategy between the wars and during the Second World War. Subsequently, the

military defence strategy built will be examined, according to the planning of the 30s of the twentieth century, of how it intended to respond to the threats that emerged, and how they would replicate the action of a potential enemy, not forgetting to question his success or fiasco, an interpellation that deals with a wide palette.

Keywords: Strategy, War, Portugal, 2nd World War, Armed Forces.

Introdução

Em termos genéricos Portugal foi um Estado neutral durante a 2.ª Guerra Mundial. Na realidade, essa neutralidade foi quebrada em várias ocasiões, com a invasão de Timor, primeiro, por forças neerlandesas, da Batávia, e australianas, e subsequentemente, por nipónicas, justificando-se com a presença dos seus inimigos, no território em disputa, subsequentemente, com a cedência de bases militares à Grã-Bretanha, nas Lages, e aos Estados Unidos, em Santa Maria, ambas nos Açores. Estas situações, distintas, na realidade, espelham que a neutralidade não é de quem a propugna, mas de quem a defende e a procura conservar. Assim, mesmo um neutral deve imperativamente precaver-se contra os riscos e as ameaças, de cariz coercitivo, que podem sobre ele, impender, por parte dos Beligerantes. Sendo Portugal, velho aliado de uma das principais potências beligerantes da 2.ª Guerra Mundial, a Grã-Bretanha, e tendo a sua mais tradicional ameaça, a Espanha, de conluio com a principal potência adversária da velha aliança anglo-portuguesa, a Alemanha hitleriana, seria de esperar que o mais tenebroso ensombramento a paz dos portugueses, despontasse deste último potentado. Todavia, assim não seria o caso, a não ser por um breve e excecional momento, como habitualmente, a guerra tendo situações de todo inusitadas, nomeadamente, que das diversas vezes em que a neutralidade esteve pendurada no limbo, essa ameaça de quebra adviesse precisamente das potências anglo-saxónicas, quer no caso de Timor, quer no que respeitou às ilhas açorianas, desde muito cedo cobiçadas pelos Estados Unidas da América, e em certas circunstâncias também pela Grã-Bretanha.

E neste panorama que este texto procurará estudar e analisar o modo como Portugal procurou responder a essas ameaças e outras ameaças, decorrentes da conflagração mundial, na perspetiva da defesa militar e da estratégia militar a ela associada.

O texto começará por estudar e refletir sobre o modo como os estrategos e estrategistas portugueses foram entendendo o modo como a guerra futura seria travada, no período de entre-as-guerras, através de obras publicadas e outra documentação de arquivo, com que se procurará apreender o modo como se construiu uma leitura sobre a experiência marcial e de como esta permitiu erigir

padrões doutrinais para responder à forma como supostamente seria a beligerância a porvir. Esta parte compreende uma reflexão sobre quais as fontes que poderão ser manuseadas para de forma mais inteligível compreender as doutrinas da estratégia nacional entre-as-guerras e durante a 2.ª Guerra Mundial.

Subsequentemente, analisar-se-á a estratégia militar de defesa construída, de como esta pretendia responder às ameaças que emergiam, e de que modo, replicariam à uma ação de um potencial inimigo, não deixando-se de interrogar sobre o seu sucesso ou fiasco, observando-se todavia que esta avaliação tem de ser, na realidade, efetuada numa paleta mais alargada que a estritamente militar, seguindo-se o substantivo princípio de que uma estratégia militar serve uma estratégia política e uma, ainda mais lata, política de Estado.

1. Da Doutrina à Estratégia Entre-as-Guerras

Não há um documento institucional que delineia a doutrina de guerra com que Portugal deveria confrontar um adversário bélico entre-as-guerras e durante a 2.ª Guerra Mundial. Não obstante, tal não significa que não houvesse documentos institucionais instituindo alguma forma de doutrina, não sendo, todavia, esta uma doutrina geral estratégica sobre o modo como Portugal deveria confrontar um oponente. Com efeito, numa perspetiva doutrinal, os documentos mais institucionais que instituem uma doutrina são "O Novo Regulamento para o Serviço de Campanha (Provisório)", publicado em 1927[1] e o "Regulamento para o Serviço de Campanha", publicado em 1935[2], em três volumes, dos quais os mais interessantes, para o nosso tema são, o primeiro, Organização, e o segundo, Operações. Estes documentos doutrinais, na sua natureza, são uma visão da forma como uma força militar terrestre deve operar em contexto de guerra, de acordo com uns princípios gerais de guerra, mais intuídos que expressos, e que numa perspetiva atual se pode e deve aproximar de um manual de tática ou de grande tática.

O Novo Regulamento para serviço de campanha de 1927 pauta-se por uma grande, se não total ausência do termo estratégia no seu conteúdo. Apesar de começar pela institucionalização do Exército de Campanha, "o conjunto de forças militares mobilizadas destinadas em entrar em «operações ativas»"[3] e de apresentar o "Comandante-em-Chefe", o comandante do exército de campanha, nomeado por decreto do governo[4], o seu papel, função e missão, assim como a natureza do seu planeamento, através do "plano de manobra"[5], jamais o termo estratégia ou outro afim desponta nas páginas que são neste regulamento dedicadas

1 Ministério da Guerra, *Novo Regulamento para o Serviço de Campanha (Provisório)*, Papelaria, Livraria e Tipografia Fernandes e Ldª, Lisboa, 1927.

2 Ministério da Guerra – Estado Maior do Exército, *Regulamento para o Serviço de Campanha, Operações*, I parte, Organização e II Parte, Operações Lisboa, Papelaria Fernandes, 1935.

3 Ministério da Guerra, 1927, p. 2.

4 Idem, pp. 20-21.

5 Idem, ibidem, pp. 23-30.

à chefia da guerra. Expressões como "campanha", "operações", "plano" não são acompanhadas, como seria de julgar, pela expressão estratégia.[6] Esta ausência da palavra estratégia permanece nas páginas finais dedicadas à guerra irregular.[7] É tanto de estranhar que só poder-se-ia justificar por se ter uma visão algo elevada da estratégia, mas como se observará, não é o caso, até considerando igualmente a quase total ausência igualmente do termo tática, no mesmo manual. Na realidade, o conceito de "operações" parece absorver os termos tática e estratégia, sendo aquela noção – hegemónica – a definir o lugar próprio do espaço onde a guerra acontece.

O Regulamento de 1935 define que "o objetivo do Exército na guerra é a destruição das forças armadas terrestres e aéreas do inimigo e a imposição da nossa vontade em harmonia com a política do Governo da República".[8] Note-se, curiosamente, os laivos clausewitzianos da definição, mormente na gramática da destruição da força do oponente e na imposição a este da vontade alheia,[9] assim como a precisa distinção entre a natureza do ato bélico e a sua relação harmoniosa com a lógica política. A destruição da força militar do oponente, por sua vez, advém da batalha, "a batalha como ato culminante da guerra, tem por fim destruir a potência material e a força moral do adversário."[10] A ideia de estratégia aparece nesta parte sobre a fórmula inicial de a "preparação estratégica da batalha" imediatamente a seguir, implementando nesta fase quer manobras, "de reconhecimentos estratégicos a grande distância", quer de interdição da frente ("dificultando os transportes estratégicos"), quer ações ofensivas, "as marchas e transportes (…) das G. (grandes) U. (unidades) para tomarem o dispositivo inicial, (…) em harmonia com a manobra a realizar (…)", quer defensivas, "um dispositivo apropriado à manobra defensiva (…). [11] Vê-se por esta lógica, que no sentido estrito a estratégia mais não é, neste manual, que a aplicação de uma manobra de vasta amplitude, todavia, no campo estritamente bélico militar, com vista a implementar a batalha.

Sintomático desta leitura sobre a estratégia é a forma como a ação, assim como os poderes do Comandante-em-Chefe, aquele a quem cabe o "comando superior de todas as forças em operações"[12], são apresentados e atribuídos. Ao Comandante-em-Chefe incumbe a "direção superior do conjunto das operações", "a alteração da ordem de batalha inicial" e "concluir convenções, tréguas, suspensões de armas

6 Veja-se as páginas entre a p. 2 e p. 30.

7 Idem, pp. 452-454.

8 Ministério da Guerra, 1935, I, p. 3.

9 Com efeito, afirma Clausewitz na sua fórmula inicial que a guerra é um duelo, que tem por fito, compelir o adversário a vontade do seu oponente, por via ou meio da destruição, da destruição dessa oposição. Clausewitz, Carl Von, *On War*, Princeton, Princeton University Press, 1989 (1976) (1832), pp. 75. Só a montante desta visão inicial, despontará a ideia da guerra como instrumento da política. Idem, pp. 86-88.

10 Ministério da Guerra, 1935, II, p. 1.

11 Ministério da Guerra, 1935, II, pp. 2-3.

12 Ministério da Guerra, 1935, I, p. 8.

e armistícios, que julgue convenientes, não podendo contudo, sem expressa autorização do Governo da República, ajustar alguma convenção que envolva preliminares de paz".[13] Este último caso, da qual está ausente qualquer ideia de estratégia, como em qualquer das cláusulas, que definem as atribuições do Comandante-em-Chefe, evidenciam o quanto a ideia de estratégia era, à época, na sua lógica, de substância contraída, muito estritamente militar e estritamente relacionada com a manobra pré-engajamento armado. Só isso explica que algo tão estratégico como negociar com o inimigo nunca seja visto como parte de uma estratégia (nacional) mas um estrito problema das operações militares.

Sobre uma leitura mais estratégica, ainda que num sentido estritamente militar, não há, que se reconheça, obra doutrinal institucional, não obstante, uma obra de cunho pessoal, pelo peso intelectual e institucional que a personalidade que a escreve tinha nesse período, no comando do Exército, deve ser considerada muito relevante para a doutrina militar, as "Conferências sobre Estratégia. Estudo Geoestratégico dos Teatros de Operações Nacionais", obra em dois volumes, que analisa de impressionante forma sistemática o espaço metropolitano de Portugal e as necessidades que dele decorrem em termos dos meios exigidos para a defesa militar, considerando os recursos demográficos nacionais.[14] Obra que sai da mente do general Tasso de Miranda Cabral, figura que tem papel de relevo, não só no ensinamento da estratégia aos futuros generais do Exército Português, como adquire relevância na política militar de defesa nacional nos anos da Segunda Guerra Mundial, como chefe do Estado-Maior do Exército.[15]

Tasso de Miranda Cabral inscreve a sua obra, como o título indica, na estratégia. Não é, segundo os padrões contemporâneos, um estudo geoestratégico, analisando as circunstâncias estruturantes espaciais de uma estratégia integral, mas na realidade, uma abordagem, a partir da estratégia militar, sobre o espaço territorial metropolitano português, um estudo, como afirma, de teatro, no quadro de uma aproximação que hoje, dir-se-ia ser operacional. Com efeito, Tasso de Miranda Cabral define, *ab initio*, a sua ótica de que vê "reconhecida a necessidade das questões estratégicas, tão ou mais importantes que as questões táticas" e mais adiante observa que "é indispensável que cada país possua uma doutrina estratégica e uma doutrina tática perfeitamente nacionalizadas, isto é adaptando-se maravilhosamente à sua política militar, às características do terreno desse país, à organização e armamento do seu exército, à índole e psicologia do seu povo (…)."[16] A estratégia despontava subordinada ao poder militar – adaptada à sua política militar e à organização do seu exército. Assim sendo, o estudo de Tasso de Miranda Cabral sobre os teatros de operações exprimia inevitavelmente

13 Idem, p. 9.

14 Cabral, Tasso de Miranda, *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais,* Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1932.

15 Sobre o papel de Tasso de Miranda Cabral nesse período, veja-se Duarte, António Paulo, *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958,* Lisboa, ICS, 2010, passim.

16 Cabral, Tasso de Miranda, Op. Cit., pp. 17-18 e 20.

as condições às quais o poderio militar subordinava a estratégia, mas indo ainda mais longe, submetia-a também às condições táticas: "Deve ser adquirida em primeiro lugar, a doutrina tática e só depois de ter sido solidamente discutida e baseada é que deve ser estabelecida a doutrina estratégica."[17] Não se admire, se a ótica teórica do General Ferreira Martins for seguida sobre a estratégia; este, referindo Culmann, em 1924, define estratégia "como sendo a arte do generalíssimo e dos comandantes em chefe nos diversos teatros de operações", essencialmente uma "arte da conceção",[18] esta adquire uma natureza muito mais estocásticas e circunstancial que a dimensão mais perdurável e infraestruturante da tática e da técnica de combate ligada à tipologia e às condições de utilização do armamento e à mobilização das forças militares nacionais.

Estes três documentos compõem, no essencial, o modo bélico, com o qual o país deveria pretender agir em termos de poder militar terrestre, em caso de eclosão de uma guerra em que a metrópole portuguesa fosse invadida: as operações ao nível da tática e da grande tática e da estratégia militar. Para um cabal entendimento do que se está a estudar, interessa, todavia, ir mais fundo e questionar de que forma se relacionava a guerra com a estratégia e qual no limite, o verdadeiro significado que a palavra tinha para a elaboração de uma política de defesa nacional.

Uma fonte particularmente relevante para esta interpretação são as sebentas sobre o tema, existentes na Biblioteca da Academia Militar, na sede, em Lisboa. A 4ª Cadeira da Escola Militar, "Organização dos Exércitos – Organização Militar Portuguesa – Estratégia – Geografia e História Militar" apresentava aos discentes, na Secção II, Estratégia, lecionada pelo então Tenente-Coronel Barros Rodrigues, a estratégia, esta mais não sendo "decretada a mobilização e realizados os transportes (…) entra-se logo no domínio da estratégia ao executar o plano de concentração – primeira operação de ordem estratégica na execução da guerra – segue-se-lhe depois o desenvolvimento estratégico, que é a passagem da zona ou zonas de concentração inicial para a final ou finais, terminado esta desenvolvimento, entra-se no chamado período das marchas estratégicas ou manobra estratégica que há de conduzir as tropas ao campo de batalha. Travada esta (o autor não a define como estratégico o engajamento, o puro choque das armas, que é do campo da tática), entra-se na perseguição estratégica, caso a adversário tenha sido vencido (…) ou caso se tenha sido vencido, se recorre à retirada estratégica."[19] Observa-se aqui, considerando a definição apresentada, que a estratégia se subordina às operações, que por sua vez se subordinam à

17 Idem, pp. 20-21.

18 Martins, Ferreira, "Prefácio", em Cabral, Tasso de Miranda, *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1932, pp. 7-14, aqui, p. 9.

19 Rodrigues, José Filipe de Barros, A 4ª Cadeira da Escola Militar, "Organização dos Exércitos – Organização Militar Portuguesa – Estratégia – Geografia e História Militar, Apontamentos, Escola Militar, 1935-1936, *Biblioteca da Escola Militar, Biblioteca da Academia Militar, da Estefânia*, Cota 21213, 35, p. 14.

guerra (o que como se observará, dá imensa relevância à tática, que comanda a organização dos exércitos), que na continuação subordinam à política militar, que por sua vez subordina à política (política externa e política diplomática), sendo de sublinhar a ideia de subordinação sucessiva (e por isso se optar pela repetição dessa palavra), do mais alto para o mais baixo e de inversão da pirâmide estratégica, que submete a política geral do Estado à guerra e à tática.

Não obstante, uma leitura da defesa nacional ficaria desfigurada se outros tantos documentos não fossem para a sua compreensão mobilizados, nomeadamente no que respeita ao nível político. Para este nível interessa começar por ler dois pequenos artigos, publicados nas atas do I Congresso da União Nacional, na sua singeleza, contém um programa para a política de defesa nacional, que será, na realidade, implementado com algumas modificações posteriormente. Pela mão de Fernando Santos Costa, "Algumas considerações relativas à organização do Exército"[20] e de José Barros Rodrigues e Fernando Santos Costa, "Organização geral da Nação para o tempo de guerra".[21] Os textos apresentam o modo como Portugal deveria organizar e preparar as suas forças militares terrestres e a forma como se deveria instituir o seu comando político-militar. Note-se, em acordo com o que se vai examinando, a organização militar, a sua estrutura orgânica, delineia-se a partir das gramáticas táticas. Para Santos Costa e Barros Rodrigues, a organização da nação para a guerra, deveria alicerçar-se na conscrição universal, considerando que guerra moderna deixou de ser um embate entre soldados, para o ser entre povos, obrigando à mobilização de toda a força nacional, observando, não obstante que a mais importante função da defesa nacional cabe à mobilização militar, à conscrição universal.[22] Os autores afiançam a subordinação do força armada ao governo que dirige a guerra, mas deixam aos comandantes-em-chefe a livre condução das operações.[23] No que respeita à organização do Exército, Santos Costa refere que "o problema têm, então dois dados essenciais: a Nação Armada de que fala a nossa Constituição Política, e a cobertura (...)."[24] Assim, o autor propõe que o país organize um exército que possa em tempo de guerra crescer para uma força de 80.000 a 100.000 homens por cada 1.000.000 de habitantes.[25] A força proposta aproximar-se-ia daquela considerada como passível de mobilização apresentada na obra de Tasso de Miranda Cabral, cerca de 550.000 efetivos em pé de guerra.[26] Como se pode observar, a arquitetura militar terrestre deriva da demografização da guerra e da relevância desta para a sustentabilidade do esforço de beligerância, assim como para a lógica com que

20 Costa, Fernando Santos, "Algumas considerações relativas à organização do Exército", I Congresso da União Nacional, Lisboa, (s/ed), 1935, pp. 141-164.

21 Rodrigues, José Barros e Costa, Fernando Santos, "Organização geral da Nação para o tempo de guerra", I Congresso da União Nacional, Lisboa, (s/ed), 1935, pp. 165-187.

22 Rodrigues, José Barros, e Costa, Fernando Santos, Op. Cit., pp. 168-169.

23 Idem, pp. 163 e 183.

24 Costa, Fernando Santos, 1935, p. 144.

25 Idem, p. 146-147.

26 Cabral, Tasso de Miranda, 1932, 2º Vol., pp. 287 e 312.

gramática do combate delineia a organização da tática geral e das operações (a cobertura).

Esta perspetiva é, de algum modo, institucionalizada, quando em 1935, Santos Costa emite um parecer para o governo sobre as orientações a seguir na organização da defesa nacional e do exército. Neste parecer é, imediatamente ao seu início, apontado que a "força armada de um país é o mais seguro instrumento da sua política internacional", e que o "conjunto de princípios que presidem à organização e à constituição da sua força armada (…) vulgarmente se chama política militar".[27] Considerando a conjuntura do sistema internacional e a sua estrutura geopolítica, imensa espaço raiano com Espanha, limitações ao apoio direto inglês, Santos Costa chega à "conclusão lógica de todas essas premissas: necessidade para Portugal de ter organizado um exército de terra, tão grande quando o permitam os seus recursos em homens (…), o sistema da «Nação Armada» com o serviço geral e obrigatório para todos os cidadãos,"[28] "num efetivo aproximado de 100.000 homens (…) e a possibilidade de aquisição [de armas] para os restantes 400.000."[29] Como observa de início o autor, toda esta análise, mesmo considerando o tablado internacional, não se insere na estratégia, mas na política militar e todo este processo analítico é definido no quadro político.

Há aqui uma certa inversão da hierarquia, na exata medida em que os regulamentos, essencialmente táticos, provêm institucionalmente da organização, a estratégia militar, advém de um general, que, não obstante, à altura da sua produção escrita, ainda era coronel, apresentando-a de uma forma pessoal, não institucional, e a política é proposta por dois jovens oficiais, é certo, à altura já, próximos da liderança governativa de António de Oliveira Salazar. Esta situação parece caricata, mas na realidade, o caso é mais complexo e exige uma elucidação mais profunda, a seu tempo apresentada.

A produção doutrinária, obviamente, não se reduzia a estes textos, aparecendo em livros e revistas da especialidade, observações, propostas e análises sobre o modo como a cada um dos níveis da guerra, se poderia pensar a defesa militar de Portugal. Não tendo o impacto dos textos anteriormente apresentados, permitem configurar quais as dinâmicas doutrinantes dominantes (não doutrinais, porquanto sendo sobre doutrina, não a definem, mas apenas espelham o seu ideário mais relevante). Neste particular é de realçar a obra do Capitão Elias da Costa que se abalança a publicar uma "Análise Tática do Campo de Batalha", um estudo sobre a tática a usar na guerra, com base, diz o autor, "resultadas das experiências das guerras anteriores".[30] Um aspeto interessante é o autor

27 Costa, Santos, "Rearmamento do Exército. Parecer", em *Presidência do Conselho de Ministros,* e, *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista*, Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar, Vol. I, (1935-1950), Mem Martins, (s/e), 1987, pp. 58 e 59.

28 Idem, p. 60.

29 Idem, Ibidem, p. 62.

30 Costa, Elias da, *Análise Tática da Batalha, com um discurso sobre A preparação do soldado para a guerra*, Edição do Autor, Leiria, 1936, p. 11.

propor um método para "conduzir os recrutas a uma conceção aproximada da guerra moderna, não só sob o ponto de vista tático, mas até sob o ponto de vista estratégico, pelo estudo muito sumário do armamento, das suas propriedades e do seu emprego no quadro da batalha."[31] Observe-se de novo aqui, uma leitura da ideia de estratégia por excesso tatizada, reduzida a uma dimensão que hoje se afiançaria pertença da tática e da técnica, e objetivamente muito longe da política.

Aquilo que advinha intrinsecamente da força militar era, na realidade, a dimensão bélica, o manuseamento do poderio bélico do Estado, inscrito no equipamento e na organização que encapsulava o seu manuseamento. A organização militar usava as armas, ao serviço do Estado, e na sua essência, era esse uso que lhe justificava a existência, a capacidade de pôr as armas em prol do Estado-Nação. A essência do ato bélico passava então pelo regulamento de campanha que definia de modo geral os procedimentos da ação bélica, traduzíveis em operações e procedimentos técnicos e táticos. Eis porque o instrumento conceitual definidor por excelência da atividade específica da força militar terrestre fosse o regulamento de campanha, a que estavam subordinadas as operações, a tática e a estratégia. Pelo contrário, a estratégia, entendida como a ciência do general ou da manobra, circunscrevia-se na prática concreta às circunstância de cada guerra e à habilidade de cada Comandante-em-Chefe, à sua conceção e à sua decisão, ambas obviamente eivadas de personalidade própria, mesmo que considerando os princípios da guerra, que todavia, eram manuseados pelo general supremo segundo a sua maior ou menor genialidade, e tinham como baliza as possibilidades, mesmo que fossem muito criativas, que a organização, o armamento, o tempo e o espaço permitiam. Mesma as políticas, na sua fórmula coeva de política militar, tinham de considerar os constrangimentos postos pelas possibilidades do armamento e dos seus procedimentos à organização da força bélica. Não obstante, enquanto as operações, ou seja, a manobra, eram pertença da conceção e decisão do comandante-em-chefe, do seu discernimento, a organização, como remetia para uma arquitetura social, passava para a dimensão superior da política, todavia, sendo a organização, a da força armada, as armas, de algum modo, constrangiam as opções da política. Na realidade, estando no cerne da ação militar, a batalha (o manuseamento das armas), as armas e a ação das armas – a essência da ação militar coeva – eram o horizonte e a baliza sobre o qual se estruturava a manobra estratégica e a organização política e social da força bélica. Esta centralidade da batalha explica a inversão dos conceitos, partindo toda a arquitetura de segurança e defesa da época, da guerra para a política, passando pela tática, pelas operações e pela estratégia, estando o seu núcleo duro focado na lógica da batalha, no choque de armas. Temos assim uma possível explicação para a inversão da tríade estratégica – não da política à tática, mas da tática à política.

31 Idem, p. 15.

Esta situação criava engulhos e tensões numa política mais integrada de defesa nacional. Conta Franco Nogueira que optando Salazar, em definitivo, para a resolução da problemática da defesa nacional, interrogada de forma incisiva pela proximidade da guerra, o avolumar da crise europeia e do transe espanhol, convoca um conselho de ministros para 10 de fevereiro de 1936, em que pelo próprio, são expostas as linhas-mestras do problema: começa por observar que não há possibilidade de assentar uma política de guerra, mas pode-se definir uma política militar para uma hipótese de guerra, por um lado, face a um inimigo externo direto, a Espanha, ou a uma conflagração que envolva diretamente a Grã-Bretanha e através desta, Portugal como seu aliado, o que implicaria um exército de terra tão forte quanto os recursos nacionais o permitissem, sendo neste caso, imprescindível a garantia que uma potência aliada fornecesse à proteção das comunicações marítimas portuguesas, o centro de gravidade do nosso poder militar seria assim terrestre, mas com fortes bases navais – Lisboa, Açores, Madeira e Cabo Verde – que apoiassem a ação de domínio marítimo do nosso parceiro estratégico, por outro lado, é aventada outra hipótese de beligerância, esta nas colónias, ou contra as colónias – perdidas estas, provavelmente perder-se-ia a independência – contenda, que à altura, só aconteceria com a cumplicidade do Império Britânico ou, a sós, por parte da Alemanha ou da África do Sul, neste caso, o centro de gravidade da força armada nacional seria a Armada e o mar, incumbindo ao Exército, no essencial, a ordem pública.[32] Este Conselho de Ministros, que na realidade se prolongou até 15 de fevereiro, já foi dissecado em outras obras de historiografia e posto no seu contexto mais lato,[33] todavia o relevante neste conselho de ministros sãos as hipóteses aventadas por Salazar, um militar, e para a qual já se seguiu as linhas teóricas desenvolvidas pelo Exército e por oficiais do Exército, outra, até agora, neste texto, não referida, mas que remete para a outra força armada que compunha com a força terrestre o poder militar português nos anos 30, a Armada. Com efeito, a segunda opção, ligada a uma possível guerra nas colónias, sem ameaça direta à metrópole, se consignada como prioritária, daria centralidade à Marinha Portuguesa.

O planeamento naval nos anos 20 e 30, na realidade, não se focava nas colónias, jamais, todavia as esquecendo nas suas equações. O grande projeto do Almirante Pereira da Silva, nunca consumado, pensado em meados da década de 20 do século XX, seria, de algum modo, a base para a modernização naval de inícios dos anos 30, com as construções navais do projeto do almirante Magalhães Correia.

A proposta de Pereira da Silva é exposta num longo texto publicado nos Anais do Clube Militar Naval em 1924, a principal fonte para o conhecimento do seu

32 Nogueira, Franco, *Salazar, os tempos áureos (1928-1936). Um Estudo Biográfico*, Coimbra, Atlântida Editora, (s/l), p. 364.

33 Veja-se Faria, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Força Armadas (1935-1941)*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto da Defesa Nacional, pp. 96-98 e Duarte, António Paulo, *Op. Cit.*, pp. 92-94.

projeto e naval.[34] O autor começa então por assumir a subordinação da política militar à política em geral, mas considera por seu turno que a preponderância de Armada ou do Exército resultam da tipologia da ameaça; se marítima ou colonial, a primazia deve pertencer à Armada; se terrestre, a primazia seria dada ao Exército (note-se como a gramática da ameaça subordina a lógica político-estratégica à tática dos meios). Não deixa, contudo, de ressalvar um pormenor que acaba por relevar o peso da Armada, seja qual for a ameaça, visto que mesmo para uma defesa terrestre é imprescindível assegurar a retaguarda, isto é, a defesa das costas e das rotas marítimas que suportam a defesa da metrópole e da capital do Império.[35] A função da Armada seria a de contestar/disputar o mar próximo e as proximidades do porto de Lisboa ao potencial inimigo e aos seus meios navais. Esta função de contestação seria efetuada por um conjunto de flotilhas de navios de batalha, cruzadores ligeiros, contratorpedeiros, submarinos e aviões, que operariam em combinação. Não dispondo de recursos para construir navios de batalha – couraçados e cruzadores de batalha, um país deveria concentrar o seu esforço naval na constituição de flotilhas de navios ligeiros, cruzadores, contratorpedeiros, submarinos, aviões e lança-minas, operando através de incursões rápidas e devastadoras sobre a força inimiga, suas instalações e bases, e suas forças de batalha.[36] Seguindo esta modalidade de ação, o autor propõe que a Armada fosse constituída por três módulos, um de navios de superfície, outro de meios aéreos e o último de meios submersíveis. Os meios de superfície seriam compostos por uma força conjunta de cruzadores e contratorpedeiros, devendo-se adquirir três cruzadores rápidos, três líderes de flotilha, cruzadores-torpedeiros, um tipo de contratorpedeiro mais pesado, e outros nove contratorpedeiros. A estes poder-se-ia juntar quatro ou cinco cruzadores velhos para fins de serviço colonial. Seriam constituídas três flotilhas de submarinos com 4 navios cada, visando operar em ações de emboscada, principalmente visando aos comboios de assalto anfíbio de um potencial agressor. Quanto aos meios aéreos, seriam necessários adquirir meios de exploração, regulação de tiro e bombardeamento.[37]

Este conceito de poder naval seria adaptado pelo Ministro da Marinha, almirante Magalhães Correia. O rearmamento da Armada é orientado pelo Decreto-Lei 18.633 de 17 de julho de 1930, que define o programa com que se pretende iniciar a primeira fase do processo de construções navais. O decreto, em poucas páginas, condensa todas as propostas teóricas do pensamento navalista e maritimista dos anos 20. Começa por salientar o peso das condições geográficas e históricas na definição da política de defesa, ou seja, o facto de Portugal ser uma nação orientada para o mar, para o Atlântico, dotado de um vasta e disperso Império Colonial, assente no desenvolvimento do comércio, cada vez mais

34 Silva, F. Pereira da, "Política Naval e Política Naval Portuguesa", *Anais do Clube Militar Naval*, Nº1/2/3, janeiro/fevereiro/março de 1924, pp. 5-165.

35 Idem, pp. 5-13.

36 Idem, ibidem, pp. 141-144.

37 Idem, ibidem, pp. 144-145.

intenso entre a metrópole e as colónias, derivado da ingente expansão geral do tráfego marítimo.[38] Portugal é nas palavras do legislador um país de indeléveis feições marítimas e coloniais.[39] O primeiro período da primeira fase comportaria a construção de 2 avisos de 1.ª classe (cerca de 2000 ton.), 2 avisos de 2.ª classe (cerca de 1000 Ton.), 4 contratorpedeiros (entre 1400 e 1800 ton.), 2 submarinos (700-800 ton.), 1 transporte de aviões com 12 aparelhos embarcados, 2 vedetas de fiscalização de pesca, e material de aviação, além de torpedos, minas e munições de artilharia. No conjunto, a primeira fase, incluído o segundo período de aquisições levaria à aquisição de 1 cruzador ligeiro, 2 avisos de 1.ª classe e 4 avisos de 2.ª classe, 6 contratorpedeiros, 4 submarinos, 2 canhoneiras e 1 transporte de aviões.[40] Na realidade, jamais seriam construídos o navio cruzador e o navio transporte de aviões. Dem igual modo, o projeto de construções navais nunca passou da primeira fase, que se prolongaria até 1937.

Em 1933 seriam incorporados pela Armada os novos contratorpedeiros Lima e Vouga (1.588 Ton.) e os novos avisos de 2.ª classe Gonçalves Zarco e Gonçalves Velho (1.435 Ton.). Em 1934 chegaria o submarino delfim. O ano de 1935 marcaria em definitivo a renovação com a chegada e incorporação da maioria dos navios do programa de 1930, incluindo os dois mais poderosos navios do plano de 1930, os dois avisos de 1.ª classe Afonso de Albuquerque e Bartolomeu Dias (2.473 Ton.), recebendo-se ainda os contratorpedeiros Dão e Tejo, um aviso de 2.ª classe (1217 Ton.) e os Submarinos Espadarte e Golfinho. Em 1936 ainda se receberia o contratorpedeiro Douro, e em 1937 o aviso de 2.ª classe João de Lisboa.[41]

A esquadra tinha uma característica mista, sendo simultaneamente, uma esquadra de batalha de superfície, com os contratorpedeiros e os submarinos, estes tendo uma função complementar aos dos navios anteriores, e colonial, de ação sobre as colónias, com base nos avisos, sendo dois destes, os mais poderosos navios da nova esquadra. Eram treze navios, num total, aqueles que nos anos 30, se incorporaram à Armada. Esta esquadra, ainda bastante nova, seria aquela com que Portugal enfrentaria a 2ª Guerra Mundial (em 1939, os mais velhos tinham apenas seis anos de idade).

O ano de 1937, aquele que vê chegar o último navio do programa naval, é aquele em que as reformas militares passam da ideia e do conceito à letra de lei. As leis 1960 sobre a Organização do Exército e 1961 sobre o Recrutamento e o Serviço Militar são a base da organização militar portuguesa durante o Estado Novo. Elas são acompanhadas por uma hoste de legislação de suporte, mas no campo próprio da defesa, definem e delimitam um modelo e uma visão da guerra

38 Decreto-Lei 18.633 de 17 de julho de 1930, *Colecção da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1931, pp. 154-156.
39 Idem, p. 154.
40 Idem, ibidem, p. 155.
41 Arquivo Geral da Marinha, Documentação Avulsa, Caixa 1392.

futura que perduraria até para lá do Estado Novo.[42] Em tempo de paz, afirmava a lei 1960, o Exército seria composto por dois tipos de unidades, unidades de fronteira e unidades de linha, sendo as primeiras forças de campanha destinadas à utilização imediata, e as segundas, forças de reforço quase automático, passíveis de estarem operacionais em número reduzidos de dias (art.º 34). Incumbia também a estas últimas unidades a instrução militar e a preparação tática e técnica dos quadros inferiores (art.º 36). As unidades de linha eram organizadas em redor de 4 divisões (art.º 37).[43] A lei 1961 sobre o recrutamento e o serviço geral confirmava a formação de uma força baseada no princípio e no conceito de nação armada, criando um serviço militar geral obrigatório de 28 anos, repartido em três núcleos, as tropas ativas com seis anos, as tropas licenciadas com dezasseis anos e as tropas territoriais com seis anos.[44] Não há tempo, neste breve excurso, para analisar e dissecar o debate em torno da dimensão que imperativamente deveria ter o Exército, para tornar efetiva a missão de defender a soberania e a integridade do território metropolitano.[45] Interessa sublinhar todavia que as leis 1960 e 1961 consagram a primazia da lógica da força militar terrestre na edificação da política militar, ou seja, daquilo a que hoje denominaríamos de política de defesa nacional. E é com estas ideais e estes conceitos, e com as limitações dele decorrentes que o Estado Português e a Nação Portuguesa enfrentariam, de um ponto de vista militar, as dinâmicas político-estratégicas da 2.ª Guerra Mundial.

2. Da Doutrina ao Engajamento. As questões da defesa de Portugal na 2.ª Guerra Mundial

Afirmar a neutralidade de Portugal na 2.ª Guerra Mundial, e reconhecer que de facto, pese alguns casos que a podem interpelar, o país se manteve no essencial afastado da guerra não é de todo saber ler a história portuguesa nesse período. Ao eclodir da guerra mundial, ainda à altura, estritamente europeia, o conceito militar apontava a concentração dos seus recursos numa ameaça oriunda de Espanha e na defesa da raia, como se observou, pensando-se numa grande batalha terrestre. Quanto à armada, a defesa das cercanias de porto de Lisboa, numa batalha de guerrilha naval, combinava-se com a possibilidade da ação sobre uma ameaça às colónias portuguesas. A realidade evidenciaria duas grandes ameaças sobre a soberania nacional, durante o conflito, na verdade, sobre um denso manto negro que ensombrava o mundo e Portugal, como é óbvio, o do triunfo na guerra do Eixo Italo-Alemão-Nipónico, duas ameaças mais diretas à soberania nacional emergiram, estas de forma direta, implicaram a movimentação de forças e a manobra militar, com o desenvolvimento de uma ação operacional por parte

42 Ordens do Exército, Nº9, 13 de outubro de 1937, Lei 1960 de 1 de setembro de 1937 e Ordens do Exército, Nº 9, 13 de outubro de 1937, Lei 1961 de 1 de setembro de 1937.

43 Ordens do Exército, Lei 1960, p. 699 (de facto, está mal paginada e é referida como 701).

44 Ordens do Exército, Lei 1961, pp. 714-715.

45 Sobre todo este longo e tenso debate, veja-se Duarte, António Paulo, *Op. Cit.*, pp. 69 e seguintes para o debate geral e mais especificamente para o debate legislativo, as pp. 106-114.

das Forças Armadas portuguesas, o paradoxo é advirem da aliança das Nações Unidas: os Estados Unidos da América sobre os Açores, o da Austrália sobre Timor-Leste. Estas duas questões vão irromper em 1941 e prolongar-se-ão por toda a guerra, até ao seu termo.

Antes de nos focarmos sobre estas ameaças é preciso observar que o Eixo não deixou de enturvar a neutralidade portuguesa, não o fez, nem com o nível de risco, nem com o prolongamento temporal, nem com o grau de periculosidade que se deram com as questões açoriana e de Timor-Leste. Houve da parte de Espanha, algures entre o verão de 1940 e a primavera de 1941, entre a derrocada francesa e a invasão da União Soviética pela Alemanha Nazi e seus aliados, ideias e intenções vagas, planos e planeamento, para invadir Portugal, uma "grande tentação", mas só isso. Nunca, todavia, estas ideias ou intenções vagas chegaram a ser uma política ou verdadeiramente um objetivo estratégico a adquirir. Meras pretensões, não saíram do papel, das ideias ou das conversas, jamais se pôs a hipótese, assim parece hoje, de pôr em pé de guerra uma força militar para invadir Portugal, pese os planos, que é preciso salientar, se inseriam numa manobra mais vasta de confrontação com a Grã-Bretanha e assalto a Rocha de Gibraltar.[46] Facto semelhante acontece com a Alemanha. Hitler aprovou uma diretiva operacional – Operação Félix – visando uma rápida ocupação de Portugal, mas esta diretiva na realidade nunca passou de uma previsão, na possibilidade de …, e por isso nunca foi efetivamente uma ameaça real.[47] Pelo contrário, quer no caso dos Açores, quer no caso de Timor, factos sucederam-se e objetivos foram definidos, forças militares foram preparadas e algumas agiram mesmo, e em geral, no fim da guerra, os desideratos de ambas as partes alcançados por via de negociações.

A questão dos Açores começa mais cedo, no verão de 1940, com o colapso militar da França, e com a ameaça pendente de ocupação de Gibraltar por parte de uma aliança hispano-alemã. Para a Grã-Bretanha, as ilhas açorianas adquirem um valor acrescido. A esta olhar mais agudo da Grã-Bretanha sobre os Açores vai adicionar-se o muito mais acutilante dos Estados Unidos da América, por integrarem as ilhas açorianas no dispositivo da sua defesa hemisférica, como guarda avançada, em relação ao continente americano ou posição avançada em relação à Europa, e temerem a sua ocupação, nunca prevista ou intentada, por parte da Alemanha Nazi, chegando a procurar a colaboração do Brasil para uma forma mais benigna de controlo das ilhas, substituindo estes as supostamente inexistentes forças militares portuguesas. Assim, em cima da mesa estiveram vários planos operacionais, algumas vezes, à beira de serem implementados, isto em 1941 e em 1943.[48] A eclosão da guerra levou o comando do Exército Português

46 Segue-se Ros Agudo, Manuel, *A Grande Tentação. Os Planos de Franco para Invadir Portugal*, Alfragide, Casa das Letras, 2008 (2007), principalmente as pp. 224-232.

47 Uma tradução, a partir do inglês, da diretiva da Operação Félix, está em Rosas, Fernando, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a Política Externa do Estado Novo nos Anos 30 e 40*, (s/l), Editorial Fragmentos, (s/d), pp. 121-125.

48 Segue-se Telo, António, Os Açores e o Controlo do Atlântico, Porto, Edições Asa, 1993, pp.

a remeter instruções para os comandos militares nos Açores com vista a tomada de medidas de carácter defensivo nas ilhas. Segundo Ernesto Machado, à altura comandante militar dos Açores, as instruções obrigaram-no a mudar o seu posto de comando de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada e a escolher as melhores posições para a instalação de artilharia de costa.[49] Em outubro de 1940, partiriam as primeiras forças expedicionárias metropolitanas para os Açores resultante da decisão de reforçar a defesa insular com contingentes vindos do continente.[50] A crise diplomática com os Estados Unidos de meados de 1941, as palavras do senador Pepper, que causaram grande ansiedade em Lisboa,[51] torna imperativo o robustecimento da defesa dos Açores, sendo esse ano, conjuntamente com o de 1943, aqueles em que se dá o mais vigoroso envio de contingentes militares da metrópole para os Açores. Assim, o grosso dos contingentes militares do continente enviados para os Açores foram ativados a partir de abril de 1941, com 13.000 homens enviados nesse ano, e em 1943 com 6.400 soldados, ou seja, nos momentos de maior tensão com os aliados (e neste último caso, provavelmente, pela cedência da base das Lages para uso pela Grã-Bretanha). No total, cerca de 32.000 soldados guarneceriam as ilhas face a uma ameaça, ameaça esta, no essencial, focada nos Estados Unidos da América.[52] A crise só serial resolvida em fins de 1943, com, quer a Grã-Bretanha, quer os Estados Unidos da América, a assegurarem o acesso às ilhas açorianas, por via de acordos com Lisboa, as Lages para os Britânicos e Santa Maria para os Estados Unidos da América, este último acordo, relacionado igualmente, com a outra crise com a soberania portuguesa, a ocupação de Timor-Leste,[53] primeiro por forças militares australianas e neerlandesas e subsequentemente por nipónicas.

A questão de Timor começa, na realidade, a 17 de dezembro de 1941 quando 350 soldados australianos e 450 neerlandeses, vindos da adjacente colónia holandesa da Batávia (hoje Indonésia) ocuparam, numa ação, hoje dir-se-ia preventiva, o território pertença soberana do Império Colonial Português,[54] com o receio de que este fosse utilizado pelo Japão para alvejar os territórios dos seus vizinhos.[55] O governo de Lisboa reage com uma enérgica nota de protesto, ao

309-317 e 335-337 e 344-345 e 383-389.

49 Machado, Ernesto, *Recordando nas Duas Grandes Guerras*, Lisboa, 1959, pp. 89-90.

50 Cruz, Manuel Braga da, Org, e Prefácio, *Correspondência de Santos Costa*, Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo, 2003, Doc. 200, pp. 171-172. Carta de Santos Costa para o CMA, brigadeiro Marques Godinho datada de 20 de fevereiro de 1941.

51 Segue-se Telo, António José, *Portugal na Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Perspetivas & Realidades, (s/d), pp. 368-369.

52 Duarte, António Paulo, Op. Cit, pp. 189 e 192-193.

53 Sobre a instalação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América nos Açores e os acordos com Portugal, veja-se, por exemplo, Telo, António, 1993, pp. 393-400 e 446-455.

54 Fontoura, Nuno Álvaro Lemos da, "Timor", em Oliveira, A. N. Ramires de, Coord., *História do Exército Português (1910-1945),* Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1994, pp. 495-546, aqui p. 506.

55 Na realidade, houvera negociações anteriores, procurando enxertar a defesa de Timor no quadro da defesa do Império Britânico e das Colónias Batavas neerlandesas, na conjuntura de uma ação agressiva do Japão contra estes. Fontoura, Nuno Álvaro de Lemos, *Op. Cit.*, p. 503.

que na prática é uma invasão, endereçada ao governo de Londres, iniciando-se um prolongado imbróglio político e diplomático, que inclusive, leva à retirada do Embaixador Português na Grã-Bretanha a 3 de janeiro de 1942.[56] Três meses depois, justificando-se com a presença de tropas inimigas, forças japonesas atacam Timor-Leste, a 19 de fevereiro, e ocupam o território até setembro de 1945.[57] A resposta a estas invasões obrigará as Armada a preparar duas expedições navais, uma em inícios de 1942, no quadro da resolução diplomática da crise encetada pela invasão australiana e holandesa, e em acordo com o negociado com Lisboa, com o envio de uma força militar que substituísse as forças estrangeiras então em Timor-Leste. A expedição previa o envio do aviso Gonçalves Zarco, um dos avisos de 2.ª classe, para funções coloniais adquiridos nos anos 30 e o paquete João Belo com uma força militar mobilizado do Exército Colonial, oriunda de Moçambique. A expedição nunca chegará a Timor-Leste, tendo sido inviabilizada pela invasão japonesa.[58] Os acordos, assinados em 28 de novembro de 1944, entre o governo português e os Estados Unidos da América facilitando o uso de um aeroporto, pelos norte-americanos, em Santa Maria contemplava igualmente, por este país, o reconhecimento e a garantia da soberania de Portugal sobre Timor-Leste, assim como a participação de Portugal nas operações militares no Oceano Pacífico conducentes à libertação desse território.[59] Criou-se assim a necessidade de prever uma nova força expedicionária a Timor-Leste, com vista igualmente a poder ter de participar numa operação das Nações Unidas com vista à libertação desse território. Conforme o colapso das potências do Eixo se aproxima do seu desfecho há uma preocupação acrescida com a soberania do território. A informação de que incumbiria à Austrália a receção da rendição japonesas nas ilhas indonésias preocupa o governo que Lisboa, que teme as pretensões australianas sobre o território de Timor-Leste.[60] É por isso que Salazar é célere. A expedição militar é de antemão preparada, inicialmente na expectativa de participar nas operações militares das Nações Unidas no Pacífico. Dela fazem parte dois navios, os avisos de 1.ª Classe Bartolomeu Dias e Afonso de Albuquerque e o aviso de 2.ª Classe Gonçalves Zarco, que acompanham uma força do exército metropolitano e colonial, de cerca de 4000 efetivos, na sua maioria oriundos de Moçambique.[61] A rendição das forças japonesas dá-se a 5 de setembro, perante as autoridades portuguesas, ao governador de Timor,

56 Brandão, Fernando de Castro, História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 322.

57 Idem, pp. 323 e 330.

58 Fontoura, Nuno Lemos de, *Op. Cit.*, p. 507.

59 Brandão, Fernando de Castro, *Op. Cit.*, p. 328.

60 Sobre este assunto seguimos Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), PT/AHD/3/MNE-MO/LEM-UK-ELON/275-Srn. 4663, Sala 3, Estante 69/Pasta 5, 37.150, Pasta, 1945, Processo A/A-A/T – Açores – Timor, Telegrama Expedido, Londres, 7 de setembro de 1945, nº 500, do Embaixador Português em Londres, assinado Palmella; contém ainda mapa das áreas de ocupação aliada e um recorte com uma notícia do *Daily Telegraph* de 30 de agosto de 1945, sobre as áreas de ocupação aliadas no pacífico e a preocupação portuguesa com Timor-Leste.

61 Fontoura, Nuno Lemos de, *Op. Cit.*, pp. 542-3.

engendrando um último imbróglio com os governos de Londres e Camberra que pretendiam que a rendição das forças militares japonesas fosse feita a forças militares australianas. A solução engendrada por Lisboa, dirimiu o imbróglio fazendo com que este ato final fosse efetuado num navio no alto mar e nunca em território de Timor, o qual estava à altura do ato, já sob soberania de Lisboa.[62] A expedição militar portuguesa chega entre 29 de setembro e 9 de outubro de 1945 à Baia de Díli assegurando ao governador o poder para afirmar o controlo e a soberania de Portugal sobre Timor-Leste.[63]

A previsão da guerra nos anos 30 do século XX pelos altos mandos da Força Armada, Exército e Marinha, focava-se numa ameaça continental, fundamentalmente a Espanha ou algum outro inimigo, advindo de território espanhol. Para contrariar essa ameaça, a Armada armou-se de navios de combate de superfície, os contratorpedeiros e de submarinos e o Exército equipou-se com a mobilização de uma vasta conscrição, a "nação em armas." Essa possibilidade de ameaça existiu, nunca revelando, todavia, o grau de periculosidade previsto pelo planeamento de guerra nos anos anteriores à 2.ª Guerra Mundial. Outro tipo de ameaça fora antevisto pela Armada, uma ameaça sobre os territórios ultramarinos, para o qual era necessário acautelar meios que assegurassem a capacidade de Lisboa em reforçar a defesa das colónias. Esta, pela Armada, consubstanciou-se na efetivação de navios de guerra dotados de grande autonomia e poder de fogo que permitissem reforçar a defesa colonial: os avisos de 1.ª e 2.ª classe. Na realidade, as ameaças, com elevado grau de periculosidade, advieram de outros lados; dos Estados Unidos da América, que ao visar a segurança hemisférica, revelou particular apetite para controlar e por sob sua cobertura as ilhas açorianas, preparando algumas vezes forças, para pela força as ocupar; da Austrália, que argumentando com a ameaça que o Japão lhe poderia por, servindo interesses próprios mais amplos, com a eclosão da guerra no Oceano Pacífico, ocupou "manu militar" Timor-Leste, o único território sobre soberania nacional que acabou por participar na 2.ª Guerra Mundial.

Assim, para os Açores, Portugal, à falta de meios de outra índole, apostou no reforço militar das ilhas com uma vasta massa de forças militares terrestres, cerca de 32.000 expedicionários – que segundo o na altura major Humberto Delgado pouco serviriam para travar uma invasão, mas tropeçavam nos pés uns dos outros, [64] prisma talvez correto de um ponto de vista tático, mas que falha no essencial. Esta numerosa força militar evidenciava a vontade de assegurar a soberania de Portugal sobre as ilhas, induzia nos aliados anglo-saxónicos duas inibições – a da incerteza ao não poderem prever a reação de Salazar e quanto esta poderia favorecer o Eixo na guerra e a de terem de matar soldados de um

62 Pereira, Bernardo Futscher, *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*, Lisboa, Dom Quixote, 2012, pp. 445-449.

63 Fontoura, Nuno Lemos de, *Op. Cit.*, pp. 542-3.

64 Cruz, Manuel Braga da, *Op. Cit.*, Doc. 191, p. 163, Carta de Humberto Delgado a Fernando Santos Costa de 12 de janeiro de 1942.

aliado – postergando as suas decisões para um momento em que outra alternativa não houvesse, por a ameaça se tornar tão absolutamente real, que a apropriação pela força das ilhas almejadas, nutrindo-se assim as condições para a resolução do dilema ser tratado diplomaticamente, como aconteceu.

A Armada parece ter-se mostrado mais previdente ao equipar-se com 6 avisos aquando do programa naval de 1930. Estes foram muito importantes para assegurar a componente naval das expedições, e a consequente capacidade de projeção de força militar, que nunca tendo efetuado operações de guerra, permitiram, não obstante a Portugal assegurar os meios militares com que evidenciar a capacidade de controlo territorial de Timor-Leste e a afirmação sobre este território da soberania de Portugal.

Conclusões

A doutrina militar portuguesa no período entre-as-guerras na realidade focava-se no modo do combate e nas operações a ele associadas. Para lá desta doutrina entravam em jogo dinâmicas externas à arte militar da guerra como a política e a diplomacia, ou mais propriamente personalizáveis como a ação do general comandante-em-chefe, o estratego que deveria virtualizar através da sua conceção e ação as dinâmicas infraestruturais da tática e da técnica das armas aquela associada. A arte da guerra centrava-se na realidade na gestão do engajamento das armas e a guerra mais não era que o choque das armas (a batalha, como alguns afiançavam). Neste sentido, a tática (e a arte da guerra, como choque de armas) subordinava as operações, a estratégia e por fim a política, considerando que esta deveria subordinar-se à política militar, esta entendida como a melhor forma de organização possível para assegurar a capacidade de travar a guerra, através do domínio da tática.

Toda a problemática da organização da política de defesa do Estado Novo, nessa década, anterior à grande conflagração mundial e à Guerra Civil de Espanha, perpassa pelas dificuldades em subordinar a organização militar às condições da guerra e da tática que delineavam o modo como se via a beligerância a advir. Estas passavam por uma grande força militar terrestre baseada na "nação em armas" e na conscrição geral que assegurassem a defesa e a integridade da metrópole contra uma invasão continental, em princípio observada como sendo pelo país vizinho, e por uma esquadra de batalha naval que protegesse os acessos ao porto de Lisboa e as comunicações marítimas portuguesas, contribuindo adicionalmente com capacidade de reforçar as colónias em caso de invasão.

Todavia, com a 2.ª Guerra Mundial, as ameaças e os perigos mais evidentes tomaram características muito distintas. Não deixando de emergir uma ameaça continental, pela conjuntura da guerra, esta jamais adquiriu a periculosidade com que se ponderara as ameaças no período entre-as-guerras. Pelo contrário, ameaças

a esse tempo, pouco imaginadas, despontaram como bastante mais perigosas – a pressão dos Estado Unidos sobre os Açores e da Austrália sobre Timor-Leste, esta concretizada numa invasão (com fins preventivos, supostamente). Para ripostar a estas ameaças foi necessário enviar forças expedicionárias, nomeadamente, salientando-se pelos efetivos mobilizados, 32.000 homens, aquelas que se dirigiram aos Açores. Não obstante, mesmo a expedição final remetida para Timor-Leste tinha um efetivo elevado, acima de 4.000 efetivos, considerando ainda a distância que teria de percorrer.

Pode-se dizer que nesse sentido, com a aquisição de Avisos e com a preocupação com as linhas de comunicação, a Armada Portuguesa, revelou-se mais previdente que o Exército na edificação de capacidades que efetivamente responderam às ameaças mais concretas e perigos mais reais, que aqueles antevistos nos anos entre-as-guerras, pelos altos mandos militares. Não obstante, não deixa de ser verdade que foram mais as circunstâncias que as estruturas que impeliram para fora do continente algumas das ameaças antevistas nos anos 20 e 30 do século XX, todavia nunca catalisadas.

Como última reflexão, a montante deste estudo, mas com ele correlacionado, pode-se por a hipótese de uma leitura mais ampla e estruturante de a Armada ter ajudada a percecionar de forma mais clarividente os riscos, os perigos e a as ameaças que, num contexto de guerra, à época, impenderiam sobre Portugal e o Império Colonial Português. Mas esta hipótese está na verdade pendente de outro estudo, não do que este pretendiam dissecar.

Fontes

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE), PT/AHD/3/MNE-MO/LEM-UK-ELON/275-Srn. 4663, Sala3, Estante 69/Pasta 5, 37.150, Pasta, 1945, Processo A/A-A/T – Açores – Timor, Telegrama Expedido, Londres, 7 de setembro de 1945, nº 500, do Embaixador Português em Londres, assinado Palmella.

Arquivo Geral da Marinha, Documentação Avulsa, Caixa 1392.

Decreto-Lei 18.633 de 17 de julho de 1930, Colecção da Legislação Portuguesa, Lisboa, 1931.

Ministério da Guerra – Estado Maior do Exército, *Regulamento para o Serviço de Campanha, Operações, I parte, Organização e II Parte, Operações* Lisboa, Papelaria Fernandes, 1935.

Ministério da Guerra, *Novo Regulamento para o Serviço de Campanha (Provisório)*, Papelaria, Livraria e Tipografia Fernandes e Ldª, Lisboa, 1927.

Ordens do Exército, Nº9, 13 de outubro de 1937, Lei 1960 de 1 de setembro de 1937.

Ordens do Exército, Nº 9, 13 de outubro de 1937, Lei 1961 de 1 de setembro de 1937.

Livros

BRANDÃO, Fernando de Castro – *História Diplomática de Portugal. Uma Cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

CABRAL, Tasso de Miranda – *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais*. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1932.

CLAUSEWITZ, Carl Von – *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1989 (1976) (1832).

COSTA, Elias da – *Análise Tática da Batalha* (com um discurso sobre a preparação do soldado para a guerra). Leiria: Edição do Autor, 1936.

COSTA, Fernando Santos – "Rearmamento do Exército. Parecer", em Presidência do Conselho de Ministros, e Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, *Correspondência de Santos Costa para Oliveira Salazar*. Mem Martins: Vol. I, (1935-1950), (s/e), 1987.

COSTA, Fernando Santos – "Algumas considerações relativas à organização do Exército". Lisboa: *I Congresso da União Nacional* (s/ed), 1935.

CRUZ, Manuel Braga da Cruz (Org, e Prefácio) – *Correspondência de Santos Costa*. Lisboa e São Paulo: Editorial Verbo, 2003.

DUARTE, António Paulo – *A Política de Defesa Nacional, 1919-1958*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010.

FONTOURA, Nuno Álvaro Lemos da – "Timor". In *História do Exército Português (1910-1945)*, Coordenação de A. N. Ramires de Oliveira. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1994.

Machado, Ernesto, *Recordando nas Duas Grandes Guerras*, Lisboa, 1959.

MARTINS, Ferreira, "Prefácio". In *Conferências sobre Estratégia. Estudo Geo-Estratégico dos Teatros de Operações Nacionais* de Tasso de Miranda Cabral. Lisboa: Estado-Maior do Exército, 1932.

NOGUEIRA, Franco – *Salazar, os tempos áureos (1928-1936). Um Estudo Biográfico*. Coimbra: Atlântida Editora, (s/l).

PEREIRA, Bernardo Futscher – *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Lisboa: Dom Quixote, 2012.

RODRIGUES, José Filipe de Barros – *Organização dos Exércitos – Organização Militar Portuguesa – Estratégia – Geografia e História Militar. Apontamentos*. Escola Militar, 1935-1936, Biblioteca da Escola Militar, Biblioteca da Academia Militar, da Estefânia, Cota 21213, 35.

RODRIGUES, José Barros e COSTA, Fernando Santos – "Organização geral da Nação para o tempo de guerra". In *I Congresso da União Nacional*: Lisboa, (s/ed), 1935.

ROS Agudo, Manuel – *A Grande Tentação. Os Planos de Franco para Invadir Portugal*. Alfragide: Casa das Letras, 2008 (2007).

ROSAS, Fernando – *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica. Estudos sobre a Política Externa do Estado Novo nos Anos 30 e 40*. (s/l), Editorial Fragmentos, (s/d).

SILVA, F. Pereira da – "Política Naval e Política Naval Portuguesa". In *Anais do Clube Militar Naval*, Nº1/2/3, janeiro/fevereiro/março de 1924.

TELO, António José – *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, (s/d).

TELO, António – *Os Açores e o Controlo do Atlântico*. Porto: Edições Asa, 1993.

ANTÓNIO PAULO DUARTE

Professor Auxiliar da Academia Militar, História Militar. Investigador do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar (CINAMIL). Investigador do Instituto de História Contemporânea (FCSH/UNL). Membro do Observatório Político. Doutor em História Institucional e Política Contemporânea (FCSH/UNL). Estuda as temáticas da Estratégia, História Militar e História da Guerra.

Citar este texto:

DUARTE, António Paulo – A Defesa Militar de Portugal de Entre-As-Guerras à 2ª Guerra Mundial: Doutrinas e Estratégias. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/CUMX6426

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

OS PLANOS PARA A DEFESA DE PORTUGAL CONTRA O INVASOR (1935-1945). DIPLOMACIA MILITAR EM TEMPO DE GUERRA

Jorge Silva Rocha

Resumo

Os planos para a defesa de Portugal continental durante a Segunda Guerra Mundial refletem as perspectivas e os receios dos decisores nacionais, e permitem entender as suas motivações não declaradas na definição do rumo do País num momento especialmente complexo.

À data do início da Segunda Guerra Mundial nenhum dos organismos militares portugueses competentes tinha ainda, pelas mais variadas razões, efetuado qualquer planeamento sério com vista à salvaguarda da integridade territorial e da soberania do país. A conjuntura internacional, despertando poucas preocupações no seio do regime instituído, tinha dado lugar a uma excessiva afetação dos recursos militares à manutenção da ordem interna relegando para segundo plano as questões relacionadas com o planeamento da defesa militar do País.

A primeira grande alteração na percepção de potenciais ameaças militares externas acontece com a eclosão da Guerra Civil de Espanha, momento em que se desenvolvem as primeiras iniciativas no sentido de se conceberem planos para a defesa militar de Portugal. Planos que tinham sido relegados para segundo plano no período entre guerras em face da inexistência de um inimigo externo claramente definido bem como de qualquer ameaça percetível à soberania nacional.

Até 1945 seguir-se-ão dois outros momentos relevantes, intimamente ligados ao evoluir do conflito e às circunstâncias dele derivadas, que acabaram por impulsionar uma mais intensa e assertiva actividade de planeamento de defesa em Portugal.

Palavras-chave: Portugal, planos de defesa, Segunda Guerra Mundial, Grã Bretanha, Espanha.

Abstract

The plans for the defense of mainland Portugal during the Second World War reflect the perspectives and fears of national decision-makers and allow us to understand their unspoken motivations in defining the country's course at a particularly complex moment.

At the start of the Second World War, none of the competent Portuguese military departments had yet, for a variety of reasons, carried out any serious planning with a view to safeguarding the country's territorial integrity and sovereignty. The international situation, arousing little concern within the instituted regime, had given way to an excessive allocation of military resources to the maintenance of internal order, relegating issues related to the planning of the country's military defense to a secondary level.

The first major shift in the perception of potential external military threats came with the outbreak of the Spanish Civil War. It was from that moment on that the first initiatives were developed to design plans for the military defense of Portugal. Plans that had been ignored in the interwar period in the face of the absence of a clearly defined external enemy as well as any perceived threat to national sovereignty.

Two other important moments would follow until 1945, closely linked to the evolution of the war and the circumstances arising from it, which ended up boosting a more intense and assertive defense planning activity in Portugal.

Keywords: Portugal, defense plans, World War II, Great Britain, Spain

1. Contexto geral

Desconsiderando doutrinas universalmente aceites, no período compreendido entre as duas Guerras Mundiais Portugal os decisores portugueses centraram a sua atenção nas opções de forças militares sem que tivessem sido definidas, de forma clara e objetiva, as estratégias de defesa e militar nacionais. Políticos e militares centravam então as suas atenções nos fatores de decisão mais relevantes do momento, o fator orçamental e a manutenção da ordem interna, sem que tivessem sido ponderados todos os elementos fundamentais da estratégia nacional de defesa. Ou seja, sem que tivessem sido definidos com detalhe as necessidades de defesa nacional essenciais para a edificação e estruturação adequada de umas Forças Armadas capazes de defender quer os interesses quer os objetivos nacionais.

Nas vésperas do início da Segunda Guerra Mundial não existia em Portugal

qualquer plano de defesa actualizado devidamente estruturado e adaptado às importantes alterações conjunturais entretanto ocorridas na cena internacional e os escassos estudos teóricos sobre potenciais ameaças militares externas estavam também eles desactualizados. De igual modo, não se conhece relato de que, em Portugal, tivesse sido feito qualquer estudo de lições aprendidas resultantes de conflitos militares em que tivessem estado envolvidas outras potências coloniais.

Condicionados por um modelo organizacional dominado pelo Ministério da Guerra, os principais Comandos do aparelho militar português, e em especial os do Exército, estavam desprovidos da mais elementar capacidade decisória em questões tão importantes como, por exemplo, a gestão do pessoal.

No Exército, a ascensão de oficiais ao generalato ocorria sem grandes preocupações com critérios de seleção no seio de um Corpo de oficiais do quadro permanente com escasso número de elementos habilitados para as funções de Estado-Maior. Um Corpo de oficiais com um déficit significativo de efectivos para garantir as necessidades de comando de Grandes Unidades em campanha, envelhecido e com longos períodos de permanência no mesmo posto. A instrução militar dos maioritariamente iletrados efectivos do Ramo terrestre das Forças armadas portuguesas era muito reduzida e ineficiente. O mau estado do armamento ligeiro da Infantaria e da Cavalaria impedia, desde 1933, a execução de fogo real de instrução; o armamento de Artilharia estava obsoleto e em grande medida incapaz para o serviço; a Engenharia não dispunha dos mais elementares equipamentos e meios para o cumprimento da sua missão; a produção de munições, obsoleta e muito inferior à existente no início da Primeira Guerra Mundial, era insuficiente para as necessidades correntes do Exército e, os poucos meios motorizados de que dispunha estavam inoperacionais por falta de técnicos habilitados para a sua manutenção. Resumindo, deficientemente organizado, ultrapassado em termos tecnológicos e doutrinariamente afastado dos preceitos das novas formas de fazer a guerra, o Exército não tinha a mínima capacidade para contrariar a investida de uma força militar invasora.

Igual rumo seguia a Armada que, não obstante todo o investimento realizado até 1935, no final da década de trinta vivia momentos de decadência e insignificante operacionalidade. A reduzida frota naval disponível, cerca de uma dezena de navios, distribuía-se entre Lisboa, Açores e Madeira e, Cabo Verde. Os submarinos apenas efectuavam missões de treino em águas junto ao continente; o arsenal do Alfeite, tecnologicamente ultrapassado, apenas conseguia acorrer às mais simples necessidades de manutenção da frota. A eclosão da Segunda Guerra Mundial acabou por ditar dificuldades adicionais no acesso a construtores navais estrangeiros dispostos a vender a Portugal meios navais adicionais para colmatar as faltas existentes, comprometendo definitivamente qualquer possibilidade de resistência contra qualquer ameaça naval externa.

A Aeronáutica Militar portuguesa, composta por cerca de sete dezenas de

aviões, tinha também ela uma reduzida operacionalidade em face da obsolescência dos seus meios, mas, também, pelo pouco conhecimento das novas tácticas de emprego de meios aéreos em combate surgidos na segunda metade da década de trinta.

A excessiva atenção dispensada pelo Regime às questões da manutenção da ordem pública interna limitou durante muito tempo a capacidade das Forças Armadas se dedicarem à sua principal missão – a do estudo e organização da defesa militar do País.[1] Abstraídos de uma realidade internacional marcada pela omnipresença do risco de beligerância entre nações, as mais altas hierarquias de Portugal, políticas e militares, foram incapazes de considerar de forma séria a possibilidade de Portugal poder vir a estar envolvido, por vontade própria ou alheia, num conflito armado à escala mundial que tornasse necessária a defesa armada do País.

Não obstante toda a legislação produzida ao longo da segunda metade da década de 1930 ser clara no que respeita às responsabilidades Governamentais na definição da política militar de Portugal bem como na orientação superior da preparação da Defesa nacional, os anos que antecedem o início da Segunda Guerra Mundial são marcados por um comportamento político errático nas questões relacionadas com a Defesa Nacional que não favoreceu o desenvolvimento de qualquer estudo útil e que justifica, em certa medida, a inação dos diversos organismos militares com responsabilidades directas no planeamento da defesa militar de Portugal.

O processo de elaboração dos planos de defesa desenvolvido em Portugal em resposta à conjuntura da Segunda Guerra Mundial compreende três fases intimamente ligadas à forma como, em três momentos distintos, se alterou em Portugal a partir da segunda metade da década de 1930 a perceção da ameaça.

2. 1935-1938: Os primeiros estudos

Datam do início dos anos trinta os primeiros esforços levados a cabo por estrategistas militares portugueses, entre os quais se destaca Tasso de Miranda Cabral, com vista à adoção de novos conceitos e métodos de planeamento estratégico pelos organismos responsáveis pela Defesa Nacional.

No entanto, até ao início da Guerra Civil de Espanha em 1936, não se operou em Portugal qualquer alteração significativa a esse respeito nem se fez um acompanhamento mais cuidado da evolução da conjuntura internacional em geral e da degradação do ambiente de segurança em particular. A dedicação quase exclusiva às questões relacionadas com a segurança interna impediu que, de forma séria, tivesse sido equacionada a possibilidade de Portugal poder vir a

1 Defesa Militar - «*Ação levada a efeito por meios militares para garantir a independência nacional, a segurança das populações e, especificamente, a integridade do território.*» - Santos, José Alberto Loureiro dos, (1991), *Como Defender Portugal,* Lisboa, IAEM, pp. 15.

estar envolvido num conflito armado à escala mundial que exigisse a intervenção das Forças Armadas para defesa do País segundo planos militares de defesa previamente estudados e treinados.

A Guerra Civil de Espanha é a causa imediata da primeira grande alteração no que respeita à percepção da ameaça em Portugal e principal responsável pela modificação de processos e ritmos decisórios no seio dos organismos responsáveis pelo planeamento da defesa do País.

Os acontecimentos no Pais vizinho têm como consequências a menorização da prioridade concedida durante muitos anos à ameaça interna e a assumpção por parte dos decisores políticos e militares da existência de uma nova realidade securitária derivada da materialização de uma ameaça externa de carácter peninsular que colocava em risco os interesses nacionais.

Salazar, inquieto, revela perante a Assembleia Nacional a sua preocupação com a súbita ameaça espanhola e com a possibilidade de na Península Ibérica poderem ter de vir a coexistir dois regimes de características antagónicas. [2] Sem perda de tempo, ordena-se o reforço da vigilância das fronteiras terrestres e marítimas ao mesmo tempo que se reforçam as medidas de manutenção da ordem pública em face da crescente inquietude demonstrada por uma opinião pública portuguesa receosa das consequências internas da guerra civil em Espanha. -

Confirmavam-se os receios surgidos imediatamente antes do início do conflito discutidos no seio do poder político com possibilidade de desenvolvimento segundo três cenários distintos e progressiva gravidade da ameaça, sintetizados genericamente do seguinte modo: esboroamento do aparelho de Estado espanhol com facilitadora do estabelecimento e actuação em território espanhol de grupos armados compostos por oposicionistas portugueses dispostos a levar a cabo acções violentas contra o regime instituído em Portugal; eclosão em Espanha de uma guerra civil que levasse ao aparecimento no seio do Estado espanhol de duas facções com interesses antagónicos em que uma dessas facções promovesse a invasão de Portugal; invasão de Portugal resultante de uma acção política espanhola posta em marcha para distrair a atenção da opinião pública interna.[3]

Para fazer frente ao primeiro cenário de ameaça teria de promover a reorganização e o rearmamento acelerado de uma força militar terrestre, com efectivos correspondentes a uma Divisão, para uma eficaz defesa da fronteira com Espanha. Para fazer frente ao segundo cenário Portugal necessitaria já de uma força militar equivalente a cinco divisões e, no caso do cenário mais gravoso, o terceiro, vir a concretizar-se, as autoridades portuguesas sabiam de antemão que só com auxílio militar externo inglês se poderia equacionar resistir ao ataque

2 *"(…) Não digo que não tenha de haver cuidados especiais e que os factos desenrolados à nossa volta não nos causem preocupações, sobretudo se algum país se esquecer do que deve à correcção internacional (…)".* Salazar, António de, *Discursos e Notas Politicas, v*ol. II, 2ª ed, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 113 e segs.

3 Telo, António José, *A inversão da política militar em 1932,* In Nova Historia Militar, Barata, Manuel Themudo, Teixeira, Nuno Severiano, dir., Círculo de leitores, Lisboa, 2004, p. 413.

de uma força atacante espanhola composta por um número de efectivos muito superior ao das forças portuguesas.

Os sempre presentes constrangimentos financeiros acabaram por ditar o adiamento do rearmamento das Forças Armadas. Chegados ao início da Segunda Guerra Mundial não existia qualquer plano oficial para a defesa do país e o número de meios humanos e materiais disponíveis apenas seriam suficientes para a organização de uma Divisão deficientemente armada. As mediadas adoptadas para fazer frente à tão temida ameaça espanhola acabaram por resumir-se à intensificação da vigilância policial das fronteiras nacionais, à organização nas unidades e guarnições mais próximas da fronteira de destacamentos auto--transportados que pudessem acorrer a qualquer local onde a sua intervenção fosse necessária e, à implementação de um dispositivo de observação das costas do Minho e Algarve por unidades da Marinha

Esta fase do planeamento de defesa português estendeu-se até 1938, ano em realizaram os primeiros estudos com vista à elaboração de planos de defesa para fazer face à ameaça espanhola.

Esses primeiros planos surgem na sequência de atribuladas conversações militares luso-britânicas. Preocupado com a defesa dos interesses nacionais Salazar promove um sem número de iniciativas diplomáticas com o objectivo de conseguir obter garantias firmes de auxílio militar britânico em caso de ataque espanhol a Portugal, tarefa dificultada pelo esmorecimento das relações diplomáticas e comerciais entre os dois velhos aliados causado pelo apoio a Franco por parte das autoridades portuguesas.

Pouco sensíveis às pressões portuguesas, os fornecedores de armamento atrasam deliberadamente os fornecimentos a Portugal o que levou Salazar a ordenar a suspensão de todas as encomendas até então celebradas com fornecedores ingleses. Eram tantos os entraves que Salazar decidiu enviar missões militares à Alemanha e Itália com o objectivo de aí adquirir o material necessário ao rearmamento português. Na imprensa inglesa surgiram então, em pouco tempo, as primeiras chamadas de atenção para o facto de Portugal estar a adquirir armamento alemão e italiano e o Presidente do Conselho logo tratou de tirar proveito do alarme lançado pelos jornais. A pressão diplomática portuguesa sobre o *Foreign Office* intensificou-se com um relembrar constante da importância estratégica de algumas posições geográficas portuguesas, nomeadamente o triângulo Lisboa – Açores – Cabo Verde.[4]

A pressão portuguesa acabou por produzir os efeitos pretendidos no dia 20 de Fevereiro de 1938 com a chegada de uma *Missão Militar Britânica* (MMB) a Lisboa. Os estudos luso-britânicas que se seguiram serviram para confirmar o que há muito se temia – Portugal não poderia ambicionar defender a totalidade

4 Veja-se nossa Tese de Mestrado Rocha, Jorge Manuel Lima da Silva (2008), *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943)*, Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar.

do seu território metropolitano e a Inglaterra não poderia prestar qualquer tipo de apoio terrestre no início de uma guerra. As primeiras divergências entre Lisboa e Londres surgiram quando a delegação portuguesa, pretendendo que a Inglaterra se envolvesse na discussão dos problemas militares de terra, mar e ar, concluiu que os representantes britânicos revelavam uma maior inclinação para o estudo da defesa naval e aérea enquanto demonstravam um certo, senão total, desinteresse pelas questões da defesa terrestre portuguesa (exceção feita aos assuntos respeitantes à defesa das bases navais).

Do decurso das conversações, o chefe da missão militar britânica solicitou por diversas vezes ao seu homólogo português que lhe fossem dados a conhecer os planos de defesa nacionais para assim se poder estudar a forma mais adequada da Grã-Bretanha participar na defesa de Portugal. Ora, à data das conversações luso-britânicas não existia ainda em Portugal qualquer plano de defesa oficialmente aprovado e os delegados portugueses, conscientes da lacuna existente, procuraram sempre afastar-se de respostas comprometedoras. Reagindo ao embaraço da situação Salazar acordou com o chefe da missão portuguesa, Brigadeiro Tasso de Miranda Cabral,[5] e Santos Costa,[6] a entrega de um esboço de plano de defesa, desprovido de qualquer valor oficial por não ter sido aprovado pelos organismos competentes. Cumprindo as directrizes estabelecidas pelo ministro da Guerra, no curto espaço de um mês o Brigadeiro Miranda Cabral e o Comodoro Botelho de Sousa elaboram o designado esboço de *Plano Mínimo de Defesa do País* (PMDP). Este PMDP previa a actuação conjunta de forças militares portuguesas e britânicas num cenário de invasão terrestre por forças espanholas. Assumindo a incapacidade de, com os meios existentes, defender a totalidade do território continental português, estabelecia como prioritária a defesa de Lisboa mediante o pré posicionamento de forças ao longo de duas linhas defesa.[7]

O dispositivo de defesa então idealizado pelos autores do Plano revelava-se totalmente desproporcionado para a realidade militar portuguesa: 1 grande Quartel-General do exército em campanha, 3 CE a 9 Divisões; 1 Batalhão de carros; 2 Regimentos de artilharia pesada; 2 Brigadas de cavalaria; 4 Regimentos de Cavalaria; 7 Batalhões de Caçadores e 3 Batalhões de metralhadoras pesadas. O poderio militar terrestre português estava reduzido por esta altura a 5 Divisões; 1 Batalhão de carros; 2 Regimentos de artilharia pesada; 2 Brigadas de cavalaria, 4 Regimentos de cavalaria; 10 Batalhões de caçadores e 3 Batalhões de metralhadoras. Existia por isso um défice de 4 Divisões que, na opinião de Miranda Cabral, poderiam ser obtidas mediante a mobilização de licenciados, após a aquisição ou a cedência pela Grã-Bretanha de todo o equipamento necessário á sua mobilização.[8]

Ao fim de quase um ano de conversações, pouco se alcançou e tudo permaneceu

5 Que por essa altura era, para além de chefe da delegação portuguesa, sub-chefe do EME.
6 Subsecretário da Guerra.
7 NA ADM 1/16990.
8 NA ADM 1/16990.

mais ou menos como no início. O Estado-Maior britânico considerava que Portugal apenas podia contar com as unidades já existentes (5 Divisões) e com elas devia estabelecer o dispositivo de cobertura do território. Com tão poucos meios disponíveis, afigurava-se-lhes impraticável a ideia de levar a cabo uma defesa avançada, tão ao gosto de Tasso de Miranda Cabral, chefe da delegação portuguesa.

Preocupado com o rumo destas conversações luso-britânicas em curso, o Major-General do Exército Júlio Morais Sarmento, enviou ao Ministro da Guerra um memorando no qual alertava para a necessidade do país se preparar para a guerra e os riscos que para a soberania nacional podiam advir do facto de Portugal não dispor de um plano de guerra e, de forma indirecta, criticava a forma como tinham sido elaborados os planos de defesa apresentados à MMB, ou seja sem que tivessem sido ouvidos os organismos competentes, bem como o excessivo protagonismo individual de quem tinha participado na sua elaboração e em particular de Tasso de Miranda Cabral, autor dos estudos originais que tinham servido de base para a elaboração dos referidos planos.

Deste modo, Morais Sarmento deixava perceber o incómodo causado pelo facto de, sendo o seu posicionamento hierárquico superior ao de Miranda Cabral e a ele lhe competir a supervisão das conversações com as autoridades britânicas, ter sido deixado completamente à margem quer das conversações quer da elaboração dos planos de defesa então apresentados.

A resposta ao questionário do Major-General do Exército surgiu três meses depois sob a forma de "*Projecto de Plano de Guerra Português*" (*Plano 38*), um documento onde uma vez mais estava presente a visão estratégica de Tasso de Miranda Cabral.

Este plano era, como fez questão de salvaguardar o seu autor, um mero ensaio de "Plano de Guerra" que não tinha outro objectivo que não fosse, dando resposta às questões colocadas pelo Major-General do Exército relativamente à defesa militar do País, explicitar em termos gerais alguns conceitos orientadores que o Governo pretendia fossem tidos em conta aquando da elaboração de um documento definitivo sobre a defesa nacional. Este não era, portanto, um documento final e o seu autor deixava clara a necessidade de outros organismos fornecerem o seu contributo com vista à concepção de um plano o mais completo possível.

O *Plano 38* trata da hipótese de guerra na Península Ibérica, dispensando especial atenção ao território metropolitano português.

Em caso de guerra caberia ao Exército assegurar, no âmbito da sua "missão normal", a manutenção da integridade do território e a soberania do Estado. A defesa poderia então ser feita de duas formas: posicionando as forças portuguesas num dispositivo defensivo destinado a garantir a posse de uma parcela do

território nacional em concordância com a "missão mínima" do Exército ou, então, dispondo o grosso das forças de forma a cobrir a quase totalidade do território nacional (missão máxima).

A opção do Governo era clara e, não deixando de considerar as duas hipóteses, optava pela segunda. As forças deveriam então ser dispostas em posições defensivas que cobrissem a maior parte do território nacional impedindo que o inimigo marchasse sobre as cidades de Lisboa e Porto. O Plano 38 descrevia também, pela primeira vez, o auxílio militar que se esperava fosse prestado pelas forças britânicas: defesa das rotas marítimas; defesa de Portugal continental e das suas possessões ultramarinas a partir do mar e, envio de forças aéreas. De fora ficava o apoio terrestre numa primeira fase da guerra.[9]

Já em Março de 1939, o Major-General do Exército deixaria bem clara a sua total discordância relativamente à opção estratégica de defesa integral do território nacional. Em sua opinião, era mais do que evidente que o Exército não estava dotado de suficientes meios humanos e materiais para garantir a defesa integral do país. A reorganização da força militar estava ainda no início e o reduzido número de Divisões então existentes inviabilizava qualquer lógica de defesa integral do país. Segundo Morais Sarmento, o projecto de Miranda Cabral, apadrinhado por Salazar e Santos Costa, estava condenado ao fracasso.[10]

3. 1939 – 1940 – a reaproximação ao velho aliado

No 1º trimestre de 1939 o agravamento da situação europeia já não passava despercebido ao Governo português. A probabilidade de eclosão em solo europeu de um conflito armado de grandes dimensões era então muito elevada e as suas consequências imprevisíveis.

Com o incentivo da Inglaterra, apostada em contrariar tentações expansionistas da Alemanha e da Itália, Oliveira Salazar e Nicolau Franco assinam o Tratado de Amizade e Não Agressão Luso-Espanhol, o Pacto Ibérico.

Quando a guerra eclode em Setembro de 1939, o ambiente securitário no Mediterrâneo não sobre alterações significativas uma vez que Itália segue o caminho da neutralidade e a Espanha não revela grande interesse em envolver-se no conflito.

Em Portugal procura-se materializar os planos de rearmamento em curso. Um rearmamento que as autoridades britânicas continuam a apoiar até ao momento em as circunstâncias ditadas pelo recrudescimento dos combates as obrigam a acautelar as suas próprias necessidades.

A deterioração do ambiente de segurança europeu acabou por levar o Governo

9 ANTT/AOS/CLB/MMB-2.
10 *Idem, ibidem.*

português a abdicar em definitivo dos objectivos de defesa avançados estabelecidos no projecto de *Plano de Guerra* de 1938 e, também, a solicitar oficialmente ao Governo de Sua Majestade Britânica o envio de técnicos militares com vista ao estudo da modernização do dispositivo de defesa costeira para protecção de Lisboa e Setúbal. A escolha destas regiões não é aleatória e decorre das recomendações efectuadas pelas autoridades britânicas no final dos trabalhos da primeira Missão Militar Britânica. Finalmente tornara-se evidente para as autoridades portuguesas a impossibilidade de, com os meios então existentes, defender a totalidade do território continental português, sendo por isso necessário, empenhar todo o poderio militar do País na defesa de Lisboa e Setúbal.[11]

As autoridades britânicas responderam afirmativa e prontamente à solicitação de Lisboa e, sem colocarem qualquer condição, procederam à nomeação de uma delegação composta pelo Major-General F.W. Barron[12] (inspetor de defesas fixas) e pelo Comandante Vaughan (técnico do Almirantado britânico). A sua chegada a Lisboa teve lugar durante o mês de Fevereiro de 1939 e os estudos por eles realizados prolongaram-se até 24 de Junho, data em que apresentaram o relatório que, a partir de então, passaria a ser conhecido como *Plano Barron.*[13]. Londres estava disposta a retomar o bom relacionamento com Portugal de modo a contrariar a crescente influência da Alemanha na Península Ibérica, ao meso tempo que procurava controlara a ocorrência de acções mais intempestivas das forças vencedoras da Guerra Civil de Espanha. É neste contexto que a Inglaterra se envolve no planeamento militar nacional, através do Plano Barron.

O *Plano Barron* estabelece as premissas para a defesa marítima/costeira e antiaérea dos estuários dos rios Tejo e Sado e foi elaborado a partir da fixação de zonas vulneráveis nas regiões de Lisboa e Setúbal (cidade e instalações portuárias).

Seguindo o Plano, a defesa marítima de Lisboa seria organizada em 4 Grupos de defesa, 2 destinados ao contra bombardeamento (Grupos Norte e Sul - Baterias de Alcabideche, Parede, Raposa e Outão) e 2 Grupos para defesa próxima respetivamente do Tejo e do Sado (Grupos do Tejo e Setúbal - Baterias da Parede, Reduto Gomes Freire, Lage e Raposeira). A defesa ficava completa com Barragens contra lanchas torpedeiras, zonas iluminadas, Baterias de defesa das barragens e, projectores de descoberta.[14]

11 A vinda dos técnicos ingleses para o estudo da modernização do dispositivo defensivo daquelas duas regiões estratégicas constitui um revés para aqueles que, como Miranda Cabral e Santos Costa, preconizavam a defesa integral do território continental português.

12 BARRON, Frederick Wilmot (1880-1963), Major General. Registo de serviço: Royal Artillery 1899; South African War 1899-1902; Gunnery Staff Course 1906-1907; Instructor in Gunnery 1909-1913; Staff College 1914; 1ª Guerra Mundial em França, Gallipoli, Mesopotamia e Pérsia 1914-1918; General Staff, War Office 1920-1924; Inspector of Fixed Defences, War Office 1934-1938; 2ª Guerra Mundial,1939-1941- Inspector of Fixed Defences, General Headquarters Home Forces and War Office; reformado em 1941. Fonte: King's College London - Liddell Hart Centre for Military Archives.

13 NA ADM 1/10215

14 Um relatório das autoridades britânicas datado, de Agosto de 1939, considerava adequados

O dispositivo de defesa antiaérea pensado pelos autores do Plano contemplava a existência de pelo menos 9 zonas geográficas consideradas vitais para a sobrevivência da cidade Lisboa: o porto comercial; os cais e as docas que se estendem até Belém; os depósitos de combustíveis situados na Banática (Este da Trafaria); os ancoradouros situados a Sul e Sudeste da cidade; o Arsenal do Alfeite; a estação de caminho-de-ferro do Barreiro e as fábricas dessa localidade; a fábrica de explosivos de Vale de Milhaços; os paióis de munições e armamento situados na Serra de Monsanto e em Braço de Prata; o Centro de Aviação Naval então em construção a Oeste do Samouco (futura Base Aérea do Montijo); fábrica de munições de Barcarena e as estações de TSF[15] situadas *a grandes distâncias de Lisboa.*[16]

Analisado pelas autoridades portuguesas, o dispositivo proposto no Plano para a defesa marítima de Lisboa e Setúbal não mereceu, partindo dos pressupostos em que assentou a sua elaboração, reparos de maior das autoridades portuguesas. A defesa proposta para os estuários dos rios Tejo e Sado obtém a concordância por parte do Conselho Superior do Exército (CSE) que se apressou a propor a aquisição das quantidades e tipos de equipamento propostos no Plano. No entanto, estava longe de ser perfeito. Segundo o CSE, o estudo da defesa de Portugal não podia ser efectuado de forma parcelar já que podia conduzir a uma apreciação "defeituosa" do problema e à adopção de uma solução imperfeita e inútil.[17] Mais, o CSE considerava que a defesa de Lisboa devia ser estudada de forma mais aprofundada englobando as vertentes terra, mar e ar e, sempre como parte integrante de um plano geral de defesa do País. O parecer do CSE relativamente ao plano para a defesa antiaérea seguia no mesmo tom critico. Em causa estava a forma demasiado simples e esquemática como tinha sido estudado o problema já que Barron apenas se tinha preocupado com a implementação de uma barragem aérea em torno da cidade, deixando de parte a necessidade de defender todo o espaço aéreo sobre Lisboa.[18]

Em resumo, e parafraseando o General Carlos Maria Pereira dos Santos «(…) O trabalho dos referidos peritos não [era] para desprezar em absoluto. O que [havia era] que reduzi-lo às proporções que realmente [tinha]: o de uma importante contribuição para o estudo da defesa de Lisboa».*[19]*

os meios propostos pelo general Barron para a defesa de Lisboa tendo em conta a escala de ataque vislumbrada. O War Office considerava improvável que tal ataque viesse a ocorrer chegando o autor do texto a interrogar-se se o valor das instalações portuárias existentes em Lisboa justificaria tamanho investimento. NA 1/10215.

15 Telegrafia Sem Fio.

16 Sem referir quais sendo provável que se referisse as estações TSF de Alcochete e Amadora. NA ADM 1/10215.

17 «Em hipóteses mais gerais assentam os estudos feitos pelos artilheiros portugueses e por isso mesmo os seus projectos são mais completos do que o do General Barron» - AHM/FO 029/1/351.

18 *Idem*.

19 *Idem*.

Nos primeiros meses de 1940 assiste-se a um agravamento significativo da situação internacional. A nível interno, Salazar deixa perceber a sua preocupação face aos acontecimentos mais recentes que ditaram que o conflito se tivesse aproximado perigosamente de zonas de importância capital para a manutenção da paz na península. Procurando contrariar o mal-estar causado pela subalternização da Majoria General do Exército, o Governo altera o rumo seguido aquando da elaboração do Plano 38 e decide finalmente ouvir os órgãos a quem estava legalmente atribuída competência para a elaboração de tão importante documento. E, contrariamente ao esperado numa altura em que o leque de ameaças se tinha diversificado, Salazar solicita à Majoria General do Exército que proceda à elaboração de um plano de guerra que considere a defesa terrestre do País na hipótese de uma guerra contra a Espanha.

Estudos recentemente publicados revelam[20] que, em Dezembro de 1940, Franco ordenou efectivamente ao Alto Estado-Maior espanhol que redigisse um plano ofensivo para a invasão de Portugal, em simultâneo com um ataque surpresa a Gibraltar, no âmbito de um plano espanhol mais alargado de guerra contra a Inglaterra. Um plano de invasão de Portugal por uma força composta por cerca de 250.000 homens que avançariam a Norte (linha Ciudad-Rodrigo, Guarda, Celorico da Beira, Coimbra, Lisboa) e a Sul do Tejo (linha Elvas, Évora, Setúbal) para ocuparem Lisboa e, a partir daí, conquistarem o País. Equacionava-se a invasão de Portugal porque em Espanha se temia que forças militares britânicas, ao a brigo da Aliança luso-britânica, vissem a estabelecer as suas bases de operações em solo português no caso do ataque a Gibraltar se concretizar.

O designado *Plano 40 – Plano de Guerra Português* ficou pronto em Agosto mas só seria aprovado em Dezembro de 1940 e equacionava a existência de três tipos de missões passíveis de serem atribuídas às forças do Exército em caso de guerra na Península: missão máxima, missão mínima e missão de recurso. A hipótese da Espanha, pressionada pela Alemanha, poder vir a declarar guerra a Portugal não podia ser descartada devendo, por isso, considerar-se a Espanha como inimigo provável e sobre essa constatação fazer assentar o plano de guerra. As missões máxima e mínima são definidas nos mesmos moldes das consideradas no *Plano 38* ou seja a primeira contemplava a defesa avançada junto à raia e a segunda a defesa de uma faixa de território englobando certos pontos vitais. A novidade estava então na missão de recurso - defender o que fosse possível com os meios existentes.[21]

O Governo, agarrando-se uma vez mais ao irrealismo dos seus planos, optava pela defesa integral do território nacional seguida da hipótese de defesa parcelar por «(…) serem aquelas [soluções] que poderiam permitir a reunião no tempo e no espaço de todos os recursos do País e inclusivamente a chegada e desembarque

20 "Plano de campanha número 1 (34)2 - Manuel Ros Agudo, *A Grande Tentação. Os Planos de Franco para Invadir Portugal*, Alfragide, Casa das Letras, 2009, pp. 224-233.
21 ANTT/AOS/CLB/MMB-2, Pasta 1, Procº 3, fls. 507.

de elementos de reforço vindos das ilhas adjacentes, das colónias (…)».[22] Desconhece-se como chegariam esses reforços ao continente português uma vez que Portugal não dispunha de capacidades navais ou aéreas que permitissem por em marcha uma operação de transporte e logística tão exigente. No que respeita ao apoio dos aliados ingleses o plano serve para, mais uma vez, deixar bem claro que a defesa da integridade nacional só seria conseguida com a intervenção de forças britânicas.

O *Plano 40* segue ideias e intenções anteriores sendo, no entanto, de destacar alguma evolução nas percepções do Governo português que aceita finalmente que Portugal só poderia aspirar defender de forma razoável o território continental caso se conseguisse organizar e armar um mínimo nunca inferior a 12 Divisões. O Governo admite também pela primeira vez a possibilidade de poder vir a ser necessário evacuar o maior número de forças e recursos para as ilhas ou colónias.

Sobre os efectivos previstos no *Plano 40* diria o Chefe do Estado-Maior do Exército, Miranda Cabral, que apesar de ser louvável a intenção manifestada de disponibilizar 12 Divisões para a defesa do País ela «(…) não passava duma aspiração patriótica, absolutamente irrealizável (…)» e que com as 5 Divisões à data existentes seria impossível ocupar e defender a totalidade do território nacional restando por isso «(…) uma defesa fragmentada, inconsistente, sem eficiência alguma, não recomendável e sempre de condenar».[23]

4. 1940 – 1945 – A ameaça alemã

A terceira fase da evolução dos planos de defesa nacionais tem lugar a partir da segunda metade de 1940 e prolonga-se até 1945.

Por deficiente avaliação das implicações da derrocada da resistência francesa, em meados de 1940 Mussolini abre caminho para o envolvimento da Itália na guerra assumindo que a vitória da Alemanha estaria para breve.

Em Espanha, fazendo também ele uma avaliação deficiente dos desenvolvimentos mais recentes do conflito, Franco considera estarem reunidas as condições para o triunfo da Alemanha e apressa-se a enviar à Alemanha, em outubro de 1940, o responsável pelos Assuntos Exteriores, Serrano Suñer para preparar um encontro entre Franco e Hitler em Hendaya tendo em vista a possível entrada da Espanha no conflito ao lado das forças do Eixo. Em troca, Franco esperava conseguir um lugar à mesa dos vencedores e a obtenção para Espanha de proventos territoriais em Gibraltar, Marrocos, Argélia e Portugal. Isto ao mesmo tempo que o seu embaixador garantia em Lisboa a Oliveira Salazar que não existia nenhum desvio em relação aos Tratados firmados entre os dois países nem qualquer intenção de atentar contra integridade territorial de Portugal.

22 ANTT/AOS/CLB/MMB 2, fl. 570.
23 AHM/FO 06/D/4/23 – 5.

Espanha manter-se-ia fora da Guerra porque Hitler, com planos já pensados para o País, não tinha intenção de acalentar as ambições de Franco, mas também porque este, desperto para a possibilidade do conflito se prolongar no tempo, adoptou uma postura mais cautelosa ao fazer depender a beligerância espanhola da existência dos necessários recursos nacionais, á data muito depauperados.

A derrota do Exército francês em meados de 1940 transformou uma guerra europeia num conflito mundial.[24] Em Portugal, a súbita queda da França fez aumentar em os receios de uma invasão terrestre levada a cabo por forças alemãs e espanholas. Sabe-se hoje que as forças alemãs tinham efectivamente um plano estudado para atacar Gibraltar, composta por uma Divisão Panzer e uma Divisão de Infantaria motorizada no eixo Cáceres – Badajoz, que avançaria até Lisboa em dois dias, enquanto forças espanholas entravam em Portugal por diversos pontos da fronteira.

Decorriam ainda os trabalhos com vista à elaboração do *Plano 40* quando Salazar, numa acção paralela desencadeada pelo crescente temor de guerra na Península Ibérica, deu início a uma série de contactos diplomáticos secretos com os aliados britânicos para indagar do auxílio «(…) que nos poderia ser dado pela Inglaterra, quer imediatamente, quer no caso de se efectivar qualquer atentado contra a nossa soberania (…)».[25] O Governo português, colocado perante a possibilidade de um ataque à soberania portuguesa por potência estrangeira, pretendia estar precavido contra todas as eventualidades sendo por isso importante saber se o Estado-Maior britânico já tinha considerado tal possibilidade. Na resposta enviada a Lisboa, o Governo inglês, concordava com as inquietudes manifestadas pelas autoridades portuguesas, e prontificando-se a receber em Inglaterra um oficial de EM que, de forma secreta, examinasse com os organismos militares ingleses a hipótese de Portugal vir a sofrer um ataque à sua soberania.

O inimigo assumido era agora alemão e o Estado-Maior britânico previa que uma eventual força invasora fosse composta por 4 Divisões, duas que actuariam a Norte do rio Tejo (1 Divisão mecanizada e 1 Divisão de infantaria apeada) e as outras duas a Sul do referido rio (1 Divisão motorizada e 1 Divisão de infantaria apeada). Segundo os cálculos britânicos, sem a colaboração da Espanha, seria necessário cerca de 1 mês para que as forças terrestres inimigas alemãs percorressem a distância que separava a fronteira franco-espanhola do território português. O cenário era algo intimidante, mas, na óptica do Estado-Maior britânico, as forças militares portuguesas poderiam resistir, com os meios existentes, numa zona de defesa extrema em torno de Lisboa (que mais tarde viriam a definir como sendo a mesma das Linhas de Torres Vedras) sendo que a ocupação dessa mesma zona se devia processar logo que fosse desencadeado o ataque.

24 , Filipe Ribeiro de Meneses, A queda da França, in *Relações Internacionais*, Março: 2004 01, IPRI, Lisboa, 204.

25 ANTT/AOS /CLB/DNAI.

Na sua apreciação, as autoridades militares britânicas sugeriam que se concentrasse o grosso da força numa linha de defesa imediata de Lisboa deixando a defesa do Porto e do Algarve a cargo de um mínimo de tropas locais. A defesa da totalidade do território continental estava definitivamente colocada de parte e caso a defesa parcelar proposta falhasse, não restaria outra alternativa que não fosse a transferir os órgãos de soberania para os Açores. A última hipótese equacionada no *Plano 40* surgia assim como única tábua de salvação possível para a manutenção da soberania nacional. No caso de vir a concretizar-se esse cenário, o Governo inglês comprometia-se pela primeira vez a prestar uma assistência militar efetiva que englobava o auxílio na transferência dos órgãos de soberania nacional para os Açores; o fornecimento das peças de AAA (9,4cm e 40mm) necessárias à defesa daquelas ilhas e assistência técnica na sua montagem; a cedência de alguns aviões torpedeiros; disponibilização do material destinado à defesa marítima local (redes, minas, barragens, etc.); ampliação dos aeródromos existentes.[26]

Este *Plano de colaboração britânica e portuguesa em caso de emergência* (Plano de Evacuação) aprovado em Agosto de 1942 compreendia duas fases: A 1.ª fase do Plano era da inteira responsabilidade do Governo português. Implicava o aumento significativo da capacidade de defesa do arquipélago dos Açores bem como uma acentuada melhoria das infra-estruturas existentes. Além disso, exigia a constituição de reservas alimentares, de combustíveis e de munições para 60 dias.

O sucesso da 2.ª fase do Plano estava dependente da completa execução das ações previstas na 1ª fase do plano. Teria início no dia em que o governo considerasse não estarem reunidas as condições necessárias à manutenção da neutralidade portuguesa e estimava-se serem necessários de 12 dias a 3 semanas para que a evacuação dos órgãos de soberania para os Açores pudesse ser levada a cabo com sucesso e nas melhores condições.

O Plano não sairá, uma vez mais, do papel e Salazar, desiludido, afirmava «(...) os delegados portugueses convidados para ajustarem com representantes militares britânicos um plano de colaboração entre Portugal e a Inglaterra para a evacuação que se tornasse necessária na hipótese de ataque ao território português continental, trouxeram de Londres um plano de medidas a tomar pelo Governo português nas ilhas adjacentes e em Cabo Verde com o objectivo de que estas não corram perigo em caso de ataque de forças alemãs e estejam preparadas para nelas actuarem forças navais e aéreas britânicas».[27]

Em 1943 a evolução do conflito deixava já antever para que lado penderiam os pratos da balança, sendo cada vez evidente um desfecho em que a vitória pertenceria às forças aliadas. Nesta fase da Guerra estão já afastados os receios de

26 AHM/F15/7/290
27 ANTT/AOS/CLB/DNAI-2, fl. 62

beligerância espanhola e as posições no Norte de África estão seguras em mãos de forças aliadas.

Esta evolução dos acontecimentos internacionais provocou um aceleramento das acções do Governo português no sentido de desenvolver contactos diplomáticos de aproximação ao bloco vencedor. Ao mesmo tempo, as autoridades britânicas tentavam a todo o custo reatar as boas relações com o velho aliado português tendo em vista, sobre tudo, a concessão de facilidades militares nos Açores. A reaproximação dos dois velhos aliados acontece por interesse mútuo e com Portugal a dar o primeiro passo logo no início de 1943, propondo a realização de conversações tendo em vista uma revisão dos planos de evacuação aprovados em 1942.

Essas conversações acabariam por realizar-se em Londres a partir de Setembro de 1943 e culminariam com a aprovação, já após a cedência de facilidades nos Açores aos britânicos, de um plano, o *Plano 43*, para a defesa do território continental português que viria a servir de referência aos planos de defesa no imediato pós-guerra.[28]

O *Plano 43* tinha como objectivo principal a criação das condições consideradas indispensáveis para a cooperação de forças portuguesas e britânicas na defesa de Portugal continental, mas, como o chefe da delegação britânica deixou claro desde o início das negociações, não constituía qualquer compromisso oficial vinculativo. O documento apenas previa, partindo de um cenário prefixado pelas autoridades portuguesas, o tipo e calendarização de um eventual auxílio militar britânico. O cenário traçado equacionava a possibilidade da Espanha e/ou a Alemanha reagirem negativamente à presença de militares ingleses nos Açores. Portugueses e britânicos consideravam pouco provável que tal reação viesse a verificar-se, mas, precavendo qualquer acto menos reflectido, havia que preparar o país para o pior. Portugal colocava novamente o foco na defesa terrestre do território continental.

Segundo as estimativas do Chefe do Estado-Maior do Exército português, Tasso de Miranda Cabral, o inimigo avançaria inicialmente com uma força de 5 a 8 Divisões, precedidas ou acompanhadas de uma ou duas Grandes Unidades blindadas e de Cavalaria. Seguindo o mesmo raciocínio, considerava que 4 a 5 daquelas Divisões seriam empenhadas na ocupação de Lisboa enquanto as restantes avançariam seguindo o curso do rio Mondego.[29]

Perante este cenário, o governo português ordenaria a mobilização para a defesa terrestre do território continental, além das 3 Divisões de Infantaria existentes, todas as forças de Aeronáutica e de Defesa Terrestre Contra Aeronaves (DTCA). A missão das forças portuguesas, fixada pelas autoridades britânicas, consistiria, numa primeira fase, em retardar o avanço das forças invasoras sobre a

28 AHM/F15/7/290
29 AHM/F15/7/290/59

península de Setúbal, Lisboa, Porto e Coimbra[30] ao mesmo tempo que garantia a posse dos principais portos (Porto, Lisboa e Setúbal) de modo a permitir o livre desembarque das forças militares britânicas que iriam, num segundo momento e com a cooperação das forças portuguesas, lançar a contraofensiva. Mais pormenorizadamente, a participação portuguesa no Plano passaria pela criação de 2 núcleos de defesa (Norte e Sul). A força do núcleo Norte, composta por 1 Batalhão de Infantaria, 1 Grupo de Artilharia de Montanha e um Batalhão de Metralhadoras, teria por missão impedir a invasão pela fronteira Norte. Resistindo inicialmente na zona da Guarda aguardaria o desembarque das forças britânicas (1 Brigada) após o que retiraria sobre o Porto. A força Sul seria constituída por 3 Divisões de Infantaria concentradas da seguinte forma para a defesa de Lisboa: Divisão A, Pontes de Santarém – Setil; Divisão B, zona de Arraiolos – Évora -Montemor e, Divisão C, pontes de Belver - Abrantes. Como se pode verificar, uma Divisão estaria empenhada na protecção dos acessos à cidade de Setúbal (local de desembarque das forças britânicas) e as restantes duas na defesa das travessias sobre o rio Tejo.[31]

As forças navais portuguesas seriam responsáveis pela defesa local dos portos nacionais, pela luta antissubmarina e desminagem das rotas de aproximação a esses mesmos portos. Teriam também a seu cargo a escolta e protecção dos navios mercantes portugueses, sendo auxiliadas nesta tarefa pela aviação naval que também estaria empenhada em patrulhas antissubmarino ao longo das costas portuguesas.

O auxílio militar inglês processar-se-ia da seguinte forma: em Z+16[32] seria enviado 1 Batalhão de infantaria, 1 Grupo de elementos destinados a preparar a chegada do grosso das forças britânicas e alguns sapadores mineiros que iriam reforçar os sapadores portugueses empenhados nas destruições destinadas a retardar o avanço das forças invasoras; em Z+29 chegariam a Portugal duas Brigadas destinadas à defesa de Lisboa e Porto e 1 regimento blindado (cerca de 50 carros de combate); em Z+46 seria a vez de chegarem as restantes unidades destinadas a completar o dispositivo de defesa – 1 corpo de exército a duas Divisões de infantaria (menos um Grupo de Brigada) e 1 Divisão blindada (menos 1 regimento blindado).[33] O apoio aéreo previsto pelas autoridades britânicas contemplava a instalação de radares e centros de interceção em Lisboa e Porto; o envio de 2 Esquadrilhas de caça, 2 de bombardeiros, 1 de reconhecimento e 1 de caça noturna. O auxílio aéreo britânico passaria também pelo ataque a centros vitais localizados em território espanhol a partir de diversos pontos situados na periferia peninsular, em particular no Norte de África.[34]

30 Seguindo esta ordem de prioridades

31 AHM/F15/7/290

32 Dia Z – dia em que as autoridades inglesas aprovassem oficialmente a prestação de auxílio AHM/F26/13/336/241

33 AHM/F26/13/336/241

34 *Idem, ibidem*.

À semelhança de conversações anteriores, os trabalhos de revisão dos planos de defesa terminaram com resultados pouco favoráveis aos interesses portugueses. Nos moldes em que tinha sido redigido, o plano de cooperação militar anglo-português para a defesa de Portugal poucas hipóteses tinha de vir a ser posto em prática como deixa perceber o desabafo de Tasso de Miranda Cabral quando se refere ao trabalho dos representantes portugueses e à forma como a delegação britânica tinha conduzido as conversações: «É evidente que, se mais não fizeram ou conseguiram, foi porque tiveram de lutar com um adversário profundamente agarrado à sua tradicional política de situações pouco precisas, vagas e por vezes nebulósicas, para que lhe seja sempre possível tomar, no momento critico, a solução que melhor convier aos interesses da Inglaterra.»[35]

Epílogo

Os planos de defesa são documentos vitais para a concretização dos objectivos políticos e estratégicos dos Estados e foram-no claramente para o regime salazarista no conturbado período da II Guerra Mundial. Fundamentais para a definição das políticas de defesa e militar de Portugal, os planos de defesa elaborados em Portugal ao longo da década de 1935-1945 resultam de uma intensa acção diplomática e constituem um instrumento valioso de política com vista à sobrevivência do Regime de então.

O contexto geral da Segunda Guerra Mundial e, em particular, as intenções reveladas ao longo do conflito pela principal potência do Eixo e pelo seu potencial aliado na Península Ibérica relativamente a Portugal, os complexos processos negociais e decisórios no seio das alianças entre Estados aliados e o impacto decisivo das questões de ordem logística na concretização de metas estabelecidas, desempenharam um papel fulcral na determinação da viabilidade dos planos de defesa idealizados em Portugal entre 1935 e 1945

Com estas premissas em mente, e com a certeza de que os planos de defesa são apenas pontos de partida para a prossecução de objectivos que o desenrolar de qualquer conflito se encarrega de tornar voláteis, o estudo e análise da documentação de arquivo produzida pelos mais altos escalões políticos e militares do Portugal de então permite constatar a existência de uma realidade dominada por duas questões fulcrais em torno das quais se desenvolvem, a partir da segunda década de 1930, a política militar e o planeamento de defesa português.

Em primeiro lugar, nos anos que medeiam entre 1935 e 1943, as autoridades portuguesas revelam quase sempre uma estranha fixação na criação de uma capacidade efectiva de defesa avançada da fronteira terrestre portuguesa e, consequentemente, na criação de uma força militar colossal que no máximo da sua força rondaria as quinze Divisões, mas que seria sempre insuficiente para

35 AHM/F15/7/290/62

fazer frente a forças invasoras que anteviam muito superiores. À data do início da Segunda Grande Guerra tinham já sido gastas avultadas somas de dinheiro com o rearmamento do Exército no entanto, o ramo terrestre da força armada nacional estava ainda muito distante do poderio ambicionado por Salazar, Santos Costa e, de certa forma, Tasso de Miranda Cabral. Em 1940 apenas 3 Divisões tinham recebido o seu armamento ligeiro e as dificuldades de aquisição de armamento pesado de características modernas eram enormes. Já na segunda metade de 1943 o número máximo de efectivos passiveis de serem mobilizados não seriam suficientes para o emprego operacional de 5 Divisões deficientemente armadas e equipadas.

A ambição desmedida dos decisores portugueses é por diversas vezes notada pelas autoridades militares britânicas que, de forma mais realista, consideravam que as forças militares portuguesas dificilmente poderiam aspirar defender a totalidade do seu território continental. A ideia prevalecente em Portugal de que, com meios próprios, se conseguiria opor com sucesso resistência contra a primeira investida de uma força invasora era totalmente surrealista e a acalentada esperança de obtenção de auxilio externo inglês que permitisse garantir as fases de resistência que se seguiriam a esse primeiro embate tinha poucas probabilidades de se concretizar porque se afastava claramente da grande estratégia britânica para os anos decisivos da Guerra.

O número de anos que nos separa dos acontecimentos então vividos possibilita já uma mais distanciada e clara apreciação das verdadeiras razões por trás do aparente desfasamento existente entre os objectivos estratégicos de defesa traçados pela cúpula decisora nacional e os planos realmente aprovados no período em apreço para a defesa do território continental.

Em nossa opinião, a divergência é, efectivamente, apenas aparente na medida em que todos os indícios apontam no sentido da continuidade de objectivos há muito tempo ponderados e estabelecidos: a sobrevivência e perpetuação do regime salazarista no pós-guerra à sombra de um exército robusto. A conjuntura de guerra serviu de pretexto para o desenvolvimento de conversações e estudos com vista à obtenção de apoios para o crescimento do aparelho militar nacional que noutras condições levariam muito mais tempo a concretizar-se. E esse reforço da capacidade militar servia, mais além do efeito dissuasor, o propósito nunca abandonado de garantir a manutenção da ordem interna.

A segunda questão que gostaríamos de realçar está relacionada com o auxílio militar britânico em caso de guerra. Reavivando os acontecimentos vividos durante as Guerras Peninsulares, o planeamento luso-britânico para a defesa militar de Portugal traz uma vez mais à superfície o receio de subordinação à estratégia britânica tendo em conta que a preservação da soberania nacional estava uma vez mais dependente da velha Aliança Inglesa. Salazar forçou uma

aproximação política e diplomática à Inglaterra, mas tudo faz para evitar que a as autoridades britânicas se imiscuíssem em demasia nas questões da defesa de Portugal por temer que esse envolvimento pudesse vir a condicionar as opções e ações das autoridades portuguesas.

O rumo dos acontecimentos encarregou-se de, em nossa opinião, confirmar que os receios do Presidente do Conselho não eram totalmente infundados na medida em que, voluntária ou involuntariamente, Portugal acabou por ficar gradualmente mais dependente do auxílio militar britânico. Os interesses estratégicos de Portugal e da Grã-Bretanha eram distintos e as conceções defendidas pelas autoridades britânicas potenciavam fundadas dúvidas relativamente às verdadeiras intenções dos velhos aliados.

A questão do auxílio militar britânico a Portugal em caso de agressão externa dominou parte significativa do planeamento militar luso-britânico. Portugal pretendia uma definição concreta desse auxílio, mas a Grã-Bretanha não pretendia comprometer-se em demasia. Ficou claro logo nas primeiras conversações militares luso-britânicas (1938) que não existia qualquer intenção da Grã-Bretanha vir a apoiar Portugal envolvendo-se num conflito terrestre de duvidoso interesse para as aspirações britânicas.

A ideia de que à Grã-Bretanha apenas interessava salvaguardar os seus próprios interesses ganhou terreno entre aqueles que, como Tasso de Miranda Cabral, não escondiam o seu desagrado pela excessiva dependência da assistência militar britânica. Não será descabido aceitar que as autoridades britânicas apenas estavam interessadas na segurança que as costas portuguesas podiam conferir às principais rotas marítimas do Atlântico e às ligações a Gibraltar e ao Mediterrâneo.

Contrariando aquelas que eram, megalómanas ou não, as conceções de defesa dos organismos militares portugueses, a Grã-Bretanha tratou sempre de colocar a tónica na defesa de Lisboa e dos Açores. Receava-se abertamente que a Grã-Bretanha apenas estivesse interessada em servir-se do território português para defender os seus interesses sem salvaguardar os de Portugal, no entanto e salvo raras excepções, as autoridades portuguesas revelaram ao longo de todo o processo de planeamento uma estranha aceitação passiva das conceções estratégicas britânicas. A Grã-Bretanha apenas estava interessada na obtenção de facilidades para a instalação e operação das forças militares em território português e Portugal alcançar o maior benefício possível com a situação.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que, efectivamente, a defesa militar de Portugal nos complexos anos da Segunda Guerra Mundial dificilmente poderia ter ido mais além do patamar das aspirações patrióticas dos decisores políticos e militares de então. Com escassos meios militares próprios e sem garantias de auxílio externo, a defesa militar do território continental português teria sido meramente simbólica.

Bibliografia

SALAZAR, António de Oliveira – Discursos e notas políticas. Coimbra: Coimbra Editora,1959.

TELO, António José – Portugal e a NATO: o Reencontro da Tradição Atlântica. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

_____ – Os Açores e o Controlo Atlântico. Lisboa: Edições ASA, 1993.

BARRIO, António Marquina – España en la política de seguridad occidental (1936-1986). Madrid: Ediciones Ejército, 1986.

DUARTE, António Paulo – A Política de Defesa Nacional, 1919-1958. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

CARRUTHERS, Bob – Hitler's Wartime Orders: The Complete Fuhrer Directives 1939-1945. Pen & Sword: 2018.

MENESES, Filipe Ribeiro de – "A queda da França". In Relações Internacionais. Lisboa: Março de 2004.

ROCHA, Jorge M. Lima da Silva – Planeamento de Defesa e Gestão das Alianças: Portugal nos Primeiros Anos da Guerra Fria 1945-1959. Lisboa: ISCTE-IUL, 2013. Tese de doutoramento. Disponível em www:<http://hdl.handle.net/10071/6989>.

ROCHA, Jorge Silva, Portugal na Segunda Guerra Mundial. Defesa Nacional e Ordem Pública - Evolução dos Planos Militares de Defesa (1939 – 1943), Tese de Mestrado, Universidade dos Açores - Academia Militar, 2008.

MAGALHÃES, José Calvet de – "Portugal e os Estados Unidos – relações no domínio da defesa". In Estratégia. Revista de Estudos Internacionais, (3), 1987.

RODRIGUES, Luís Nuno – No Coração do Atlântico: os Estados Unidos e os Açores (1939-1948). Lisboa: Prefácio Editora, 2005.

_____ – "O Acordo Luso-Americano dos Açores de 1944". In Luís Nuno Rodrigues et al (Coord.) Portugal e o Atlântico, 60 Anos dos Acordos dos Açores. Lisboa: CEHCP, 2004.

AGUDO, Manuel Ros – A Grande Tentação. Os Planos de Franco para Invadir Portugal. Alfragide: Casa das Letras, 2009.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS – Dez Anos de Política Externa: 1936-1948: a Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, vol. XIII, 1986.

PRESTON, Paul – The Politics of Revenge: Fascism and the Military in Twentieth-century Spain. Routledge: 1995.

OLIVEIRA, Pedro Aires – "Continuidade e Mudança na Política Externa Portuguesa após o 28 de Maio". In ALMEIDA, João Marques de et al (Coord.), Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal, Séc. XIX-XX. Lisboa: Edições Cosmos-IDN, 2008.

Fontes – Arquivos
Arquivo Histórico Militar

FO 06 - Repartição de Gabinete do Ministro da Guerra / Exército

F15 – Fundo particular Pinto Lelo

F26 - Fundo particular Miranda Cabral

Instituto do Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT) / Arquivo Oliveira Salazar

ANTT/AOS/CLB/MMB-2

ANTT/AOS /CLB/DNAI

National Archives – Londres

NA ADM 1/16990

NA ADM 1/10215

JORGE SILVA ROCHA

Militar e Historiador, é Licenciado em História, Mestre em História Militar e Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL. Desde 2013 é investigador integrado do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-IUL. Publicou diversos trabalhos em Actas de eventos e Revistas e é autor/coautor de três livros, um dos quais galardoado com o prémio de Defesa Nacional 2013. Desempenha funções institucionais no Gabinete de Apoio da Comissão Portuguesa de História Militar.

Citar este texto:

ROCHA, Jorge Silva – Os Planos Para a Defesa de Portugal Contra o Invasor (1935-1945). Diplomacia Militar em Tempo de Guerra - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/EISI5991

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A DEFESA ANTIAÉREA DE ANGRA DO HEROÍSMO NA 2.ª GUERRA MUNDIAL - 1940-1943

Jaime Ferreira Regalado

Resumo

No final de 1940, apesar da *sui generis* neutralidade portuguesa, pairava sobre os Açores o espectro da invasão pelos Estados Unidos da América, pelo Reino Unido ou pela Alemanha, a par com a potencial utilização deste território insular para acolher a transferência dos órgãos de poder de modo a conservar a soberania em caso de invasão de território de Portugal Continental. Neste contexto, procedeu- -se a requalificação do sistema defensivo das ilhas S. Miguel, Terceira e Faial, adaptando-o à realidade da 2.ª Guerra Mundial. Assim, teve lugar a construção de casas-mata em algumas fortificações do século XVI, o reforço da defesa de costa com a instalação de novas baterias e modernização da bocas-de-fogo e, a partir da Primavera de 1941, o envio da Força Expedicionária aos Açores, a maior projecção de forças portuguesas alguma vez feita, com a colocação, no total, de cerca de 28.000 homens em armas, distribuídos pelo referido triangulo insular. Face à crescente importância da ameaça aérea, foi também contemplada, pela primeira vez no espaço insular, a defesa contra aeronaves. Os Açores receberam os primeiros sistemas de armas antiaéreos, do mais moderno e sofisticado que, à época se produzia, fornecidos pelo Reino Unido, dos quais, a Bateria de Artilharia Antiaérea do Pico das Cruzinhas, no Monte Brasil, na Ilha Terceira, constitui um exemplo.

Palavras-chave: História Militar Açores, 2.ª Guerra Mundial, Açores, Artilharia Antiaérea.

Abstract

By the end of 1940, despite Portugal's sui generis neutrality, the Azores faced the spectre of invasion by the United States, the United Kingdom or Germany. In addition, the Azores islands were also prepared to accept the Portuguese Govern

to maintain their sovereignty in the circumstance of a Portuguese mainland invasion. In this scenario, the defensive system of the islands S. Miguel, Terceira and Faial was upgraded, adapting it to the reality of the 2nd World War. Some 16th-century fortifications improved with bunkers, reinforcement of coastal defence by installing new batteries, ordnance modernization and, from the spring of 1941, the largest deployment of Portuguese forces ever made, of around 28,000 men at arms in nine months - the Expeditionary Force to the Azores - distributed across the mentioned islands.

The increasing importance of the aerial threat dictated the need for an anti-aircraft defence system to complete the Azores' defence. Thus, the S. Miguel, Terceira and Faial islands received the first anti-aircraft systems of the most modern and sophisticated available at the time, supplied by the United Kingdom, among which the Anti-aircraft Artillery Battery of Pico das Cruzinhas, on Monte Brasil, Terceira Island, is an example.

Keywords: Azores Military History, Azores, World War II, Anti-aircraft Artillery.

Introdução. Os Açores e a neutralidade portuguesa

Desde pouco após o início do povoamento que os Açores foram fundamentais na ligação da Europa com o Novo Mundo ultramarino, assumindo uma importância geoeconómica e geopolítica de dimensão internacional.

A partir do último quartel do século XIX, os Açores ganharam uma nova valência associada às ligações globais. Para além da que já detinha com as rotas marítimas, juntaram-se então as comunicações telegráficas[1], que rapidamente se tornaram estratégicas, tanto na esfera civil como militar. A partir do início do século XX[2], o desenvolvimento dos meios aéreos trouxe uma nova dimensão estratégica ao arquipélago dos Açores. Primeiro, no plano civil, com as aeronaves transatlânticas, capazes de ligar as duas margens do Atlântico com um reduzido número de escalas. Depois, no plano militar, sobretudo durante a 2.ª Guerra Mundial, que inauguraram uma nova era no controlo do Atlântico Norte, que passou a incluir também o controlo do seu espaço aéreo.

No contexto da 2.ª Guerra Mundial, a manobra político-militar aliada e a política externa portuguesa centraram-se na gestão da neutralidade de portuguesa[3], uma neutralidade cooperante e tacitamente aceite pelos dois lados do conflito. Esta neutralidade *sui generis* permitiu que Portugal, uma fraca potência militar,

1 Kocher, 2014.

2 Sobretudo na década de 1930, no período dos grandes desenvolvimentos da aeronáutica entre as duas grandes guerras.

3 Telo, 1991; Telo, 1993; Andrade, 1993.

com um império colonial extenso e frágil, encontrasse um espaço de afirmação política e económica. A possibilidade de conceder facilidades a Inglaterra nas ilhas atlânticas e de as negar à Alemanha, colocou os Açores no epicentro da gestão desta neutralidade. Nas palavras do Professor Adriano Moreira "*esta atitude, única na experiência internacional, foi aceite pelos dois lados do conflito e veio acrescentar uma nova e difícil categoria à teoria internacional da neutralidade*"[4].

Apesar de neutralidade reclamada no início do conflito, a Aliança com Inglaterra estava presente e fazia-se sentir no imperativo estratégico de negar[5] ao inimigo (Alemanha) o uso de portos ou aeródromos portugueses, em especial nas ilhas atlânticas[6], compensando a Alemanha com o fornecimento de importantes matérias-primas para a indústria militar, tal como também eram fornecidos a Inglaterra, enquanto mantinha a amizade com Espanha, apoiando discretamente as forças nacionalistas durante a Guerra Civil. Até Junho de 1943[7], esta foi a linha mestra que condicionou a política externa portuguesa.

Com a capitulação da França, em Junho de 1940, o cenário europeu adensou-se e a máquina de guerra alemã aproximou-se da Península Ibérica, obtendo acesso pleno ao Atlântico pela costa Norte francesa e ao Mediterrâneo pela costa Sul, mudando substancialmente o cenário de guerra na Europa e no Atlântico.

À medida que os anos de guerra passavam, esta neutralidade portuguesa passou de uma solução conveniente a um problema difícil de administrar.

Porém, o período de maior tensão foi vivido entre Novembro de 1940 e Junho de 1941, quando Hitler emitiu a Directiva Nº 18, relativa ao objectivo de conquistar Gibraltar com o apoio espanhol (*Operação Félix*), que implicava a invasão preventiva do território de Portugal continental por forças espanholas[8] com o apoio alemão (*Operação Isabella*), de modo a negar uma plataforma para o contra-ataque britânico de reconquista de Gibraltar.

A manifesta incapacidade portuguesa para suster esta prenunciada invasão, sem poder contar com o apoio britânico, preocupou tanto o Governo Português, como o reino Unido, que temiam o desfazer-se do equilíbrio ibérico e a queda da neutralidade de Portugal e Espanha, e, muito especialmente, os EUA, ainda neutrais, que temiam o uso dos Açores como plataforma para a Alemanha lançar um ataque sobre a costa Leste dos EUA. Neste cenário, "todos os olhares" se voltaram para os Açores, que assumiram de novo uma extrema importância estratégica para o controlo do Atlântico. Para o Reino Unido e para os EUA

4 Moreira, 1981.

5 Uma vez mais, uma estratégia de negação, na qual era mais importante garantir que os alemães não tivessem acesso a quaisquer facilidades nesses territórios do que propriamente aos britânicos ocupá-los.

6 PRO FO 371 24064 Agosto de 1939 cf. Telo, 1993 p. 303.

7 16 de Junho de 1943, quando o Reino Unido fez o primeiro pedido oficial de facilidades nos Açores (MNE, 1973, vol. XII, Doc. 82).

8 A possibilidade de concretização do velho sonho de Franco (Agudo, 2009).

era impensável que caíssem nas mãos do Eixo, fosse na sequência da invasão de Portugal, ou por uma acção ofensiva alemã directamente sobre os Açores.

Para Portugal, a invasão preventiva dos Açores, ostensivamente mencionada e preparada pelos EUA, ou mais discretamente por Inglaterra[9], constituía, tal como uma invasão alemã, um atentado à soberania portuguesa, que era vital impedir. A sugestão britânica de transferir, com o seu apoio, o governo português para os Açores, como forma de conservar a soberania em caso de invasão do território continental, pareceu ser a proposta mais aceitável e coincidente com os interesses portugueses.

Face a estas ameaças, em meados de 1940 o Governo Português enviou para os Açores uma comissão de oficiais de Engenharia e Artilharia, comandada pelo general Lacerda de Machado, para preparar a defesa do triângulo S. Miguel-Terceira-Faial, destinada a conter uma potencial invasão e preparar a transferência do Governo. Simultaneamente, começou a ser preparada a Força Expedicionária aos Açores que, entre Abril e Novembro de 1941, projectou para estas ilhas 28.000 homens[10]. Adicionalmente, todo o material de artilharia que não estivesse envolvido na contenção/retardamento da invasão de Portugal continental foi transferido para os Açores, assim como transferiu praticamente todas as aeronaves da Aeronáutica Militar para São Miguel e Terceira, numa acção simultânea de concentração de meios e de colocação a bom recato de todo o material de guerra excedente. Com estas medidas, o Governo Português pretendia igualmente tranquilizar, digamos que com pouco sucesso, os anseios norte-americanos e britânicos sobre a possibilidade de os alemães beneficiarem desta plataforma atlântica.

Na verdade, O *Plano de Defesa dos Açores*, traçado em 1941, destinava-se à prevenção de uma ameaça que tanto poderia vir da Alemanha, do Reino Unido[11] ou mesmo dos Estados Unidos da América. Enquanto a Inglaterra manteve uma atitude mais pragmática, de avançar ou permitir os EUA de avançarem, para a invasão preventiva dos Açores, apenas no caso de Portugal continental, Gibraltar ou as Canárias caírem nas mãos do Eixo, os EUA mantiveram uma atitude mais incisiva sobre a ocupação dos Açores, independentemente de ocorrerem essas condições ou mesmo do consenso britânico. A ocupação preventiva pelos EUA esteve marcada para 22 de Junho de 1941, com um contingente mais elevado do que o inicialmente planeado, dada a resistência acrescida que esperava encontrar

9 Apesar de preventiva, houve da parte de Inglaterra uma relutância em invadir os Açores de modo a não comprometer a neutralidade portuguesa, enquanto empenhava todos os esforços diplomáticos para que Portugal aceitasse a ajuda americana na defesa dos Açores, enfrentando a resistência obstinada de Salazar. Ainda assim, o Reino Unido não deixou de ter também preparada uma força em grau de prontidão *sete dias* para o fazer (*Operação Brisk*).

10 A maior força alguma vez projectada por Portugal até à Guerra do Ultramar.

11 "[…] se Portugal estiver neutral, as forças dos Açores e de Cabo Verde ripostarão ao ataque da esquadra britânica até ao limite das suas possibilidades…" palavras de Salazar (MNE, 1973, Vol IX, Doc. 2247).

com a presença da Força Expedicionária estacionada nos Açores.

Porém, a partir de Março de 1941, Inglaterra teria já conhecimento que a Alemanha desistira da conquista de Gibraltar e se preparava para a ofensiva sobe a Rússia, iniciando-se assim um período de redução das tensões por parte do Reino Unido, aparentemente sem revelar essa informação ao EUA. Assim, enquanto Inglaterra foi sendo mais complacente com a hipótese de não invadir preventivamente os Açores, os EUA, sem estarem, nessa altura, na posse da informação viragem da Alemanha para a Frente Leste, mantiveram a Operação Gray, aprovada por Roosevelt a 4 de Junho, e que 48 horas depois foi desmobilizada, possivelmente por tomarem conhecimento da situação.

A *détente* de Junho de 1941 não era, porém, definitiva. Previa-se que a vitória alemã na Frente Leste ocorresse antes do Inverno e a conquista de Gibraltar voltasse a entrar na agenda do Eixo, pelo que os planos de invasão preventiva dos Açores, sobretudo pelos EUA, não foram completamente descartados.

Entretanto, face às crescentes capacidades e emprego de meios aéreos neste conflito, surgiu a necessidade de instalar nas ilhas atlânticas, Açores, Madeira e Cabo Verde, dispositivos de defesa antiaérea que assegurassem não só a protecção de áreas sensíveis de algumas das ilhas destes arquipélagos, mas também para criar uma rede de controlo do espaço aéreo na manobra pelo controlo do Atlântico Norte[12].

Citius, Altius, Fortius – A Evolução da Ameaça Aérea

A exploração de meios aéreos com motor para fins militares ocorreu poucos anos antes do início da 1.ª Guerra Mundial, destinados unicamente a missões de observação[13]. Porém, durante a guerra, o espectro de missões foi alargado ao bombardeamento e, mais tarde, às missões de interdição do espaço aéreo – aviação de caça. Naturalmente que a exigência de novas missões foram promovendo o desenvolvimento de novas aeronaves com maiores capacidades, sendo muito evidentes as diferenças entre as aeronaves do início e do fim desse conflito. Porém, o grande salto tecnológico surgiu no intervalo 1918-1939, suportado pelo desenvolvimento dos motores de combustão interna, da produção de ligas metálicas leves que permitiram substituir, primeiro parcialmente e depois totalmente, as estruturas em madeira e os revestimentos em tela, garantindo maior resistência e protecção do piloto (o bem mais difícil de substituir no

12 A evolução dos sistemas de armas de artilharia antiaérea é indissociável da transformação da ameaça aérea, evoluindo ambos, como é habitual na tecnologia militar, segundo uma lógica de acção-reacção. Assim, apenas por conveniência de estudo e clareza, são aqui tratados separadamente.

13 "A*ircraft are suitable for scouting only. Any dream of aerial conflict was simply the product of a too fertile imagination, a falling often found in younger men with insufficient service to recognize certain things as utterly absurd*." 1912. Porta-voz do Estado-Maior do Exército Americano. Cerca de três anos depois a realidade seria bem diferente.

binómio homem-aeronave), assim como de partes críticas da aeronave, face aos impactos produzidos pelas armas antiaéreas.

Na década de 1930, as aeronaves militares dispunham já de capacidades e desempenhos incomparavelmente superiores às do final da 1.ª Guerra Mundial. Com este aumento de capacidades, foi possível alargar ainda mais o espectro de missões e introduzir profundas transformações na táctica do emprego de meios aéreos, sobretudo ao nível do seu uso combinado com as forças terrestres, na preparação de ofensivas e apoio à sua manobra. Estas transformações tecnológicas tiveram o seu epicentro na Alemanha do III Reich, tendo como banco de ensaios a Guerra Civil de Espanha. Emergiram, assim, novas e diversificadas aeronaves, com as respectivas tácticas de exploração, de onde se destaca o emprego de bombardeiros ligeiros ou médios, apoiados por aeronaves de caça, combinados com as forças terrestres, que deram origem ao *Blitzkrieg*, chave do sucesso das operações militares alemãs no início da 2.ª Guerra Mundial.

O contínuo desenvolvimento das aeronaves, cada vez mais rápidas, com tectos de operação mais elevados, revestimentos mais resistentes e maior capacidade de deslocamento de armamento, homens ou carga, trouxeram novos desafios à artilharia antiaérea[14]. A maior velocidade das aeronaves criou janelas de tempo mais estreitas nas quais os fogos de artilharia podiam bater a aeronave; a maior altitude, embora facilitando a pontaria pela menor velocidade angular, exigiu maiores alcances e precisão dos aparelhos de pontaria, enquanto as blindagens mais resistentes trouxeram novas exigências às granadas de artilharia, em termos de calibre[15], composição explosiva e espoletas empregues.

Uma comparação, em termos gerais, sem especificar modelos, mostra que, no início da Guerra Civil de Espanha, um bombardeiro voava com velocidades entre 150-180 km/h, com um tecto de serviço entre 3.000mt a 5.000mt enquanto, no final da 2.ª Guerra Mundial, a velocidade de um bombardeiro genérico oscilava entre 350 a 480 km/h, com um tecto de serviço que podia atingir os 10.000mt.

14 s.a., 1936.
15 s.a., 1937; s.a., 1938.

Fig. 1a - Canhão antiaéreo alemão 77mm (Krupp), montado em viatura automóvel, durante a grande Guerra. Imagem colorida de fotógrafo desconhecido. Wikicommons

Fig. 1b - Canhão antiaéreo francês, de 75 mm modelo 1913, montado em viatura automóvel, capturado por foças da Wehrmacht, em 1940. Claramente uma evolução da peça de campanha de tiro rápido 75 mm. Imagem de fotógrafo desconhecido. Wikicommons

Aspectos Gerais da Evolução da Artilharia Antiaérea

Com o início da 1.ª Grande Mundial, na qual os meios aéreos motorizados (e não só) foram empregues de forma crescente e alargando o seu espectro de missões cada vez com maior eficiência, todos os poderes envolvidos neste conflito foram desenvolvendo sistemas de armas específicos para bater aeronaves, tirando partido das bocas-de-fogo de tiro rápido, frequentemente adaptando peças de artilharia de campanha. Apesar das diferentes origens, estas peças apresentavam várias características em comum: rotação da peça em torno de um eixo central (360°); ligações elásticas adaptadas ao funcionamento com ângulos de tiro muito elevados (com o tubo-peça próximo da vertical) e montados em viaturas automóveis, o que indicia já a importância da mobilidade das baterias de antiaérea. Numa primeira fase, os calibres eram ainda reduzidos, destinados a bater aeronaves construídas em madeira e tela, que pouco exigiam das granadas de artilharia empregues, conservando estas características ao longo de todo o conflito.

Foi na década de 1930, que a artilharia destinada a bater aeronaves teve uma rápida evolução tecnológica, em reação à evolução das capacidades das aeronaves em termos de velocidade, altitude, capacidade de armamento e resistência estrutural. A principal adaptação ocorreu em torno do equilíbrio entre calibre e cadência de tiro, impondo um complexo diálogo entre as vantagens dos grandes calibres e baixa cadência de tiro ou um menor calibre e maior cadência de tiro, com reflexos na mobilidade. Foi a evolução em torno do binómio calibre/cadência

de tiro, a que se juntaram os primeiros sistemas de carregamento automático[16] (repetição automática), que os sistemas de armas evoluíram segundo duas grandes linhas: a artilharia antiaérea ligeira, de pequeno calibre, grande cadência de tiro e com grande mobilidade; a artilharia antiaérea pesada, de maior calibre, com menor cadência de tiro e geralmente fixas ou semifixas de baixa mobilidade, mas que permitiam maiores alcances verticais e o uso de granadas explosivas de grande potência. Também para a artilharia antiaérea, sobretudo alemã, a Guerra Civil de Espanha serviu de ensaio, tendo participado, como observadores, vários oficiais de artilharia portugueses, de onde colheram inúmeros ensinamentos que se revelariam de grande utilidade para a futura escolha dos sistemas de armas e para a criação de uma doutrina táctica portuguesa[17].

Assim, pode dizer-se que nos alvores da 2.ª Guerra Mundial, os sistemas de armas de artilharia antiaérea ligeira estabilizaram em torno dos 40 mm[18], enquanto os sistemas de armas de artilharia antiaérea pesada estabilizaram em torno dos 90 mm[19]. Porém, a eficácia da artilharia antiaérea não se cinge ao calibre, cadência de tiro ou alcance. O desenvolvimento e a optimização dos sistemas de pontaria e de regulação do tiro, bem como os sistemas de detecção e aquisição de alvos ou de referenciação são igualmente fundamentais para a sua eficácia.

Uma análise estatística do número médio de tiros de artilharia antiaérea necessários para abater uma aeronave[20] ao longo do tempo, dá-nos uma percepção da evolução da eficácia dos sistemas de armas de antiaérea entre o fim da Grande Guerra e o fim 2.ª Guerra Mundial.

16 Que permitiram elevar muito significativamente a cadência de tiro nos calibres menores.

17 Vejam-se os vários relatórios elaborados por estes oficiais, impressões e notas pessoais sobre as suas experiências com os diferentes sistemas de armas. Vide PT/AHM/DIV/1/38 cx. 42, 43, 44, 53, 58, 62, 66 e 70 (fundo antigo).

18 Do qual o sistema sueco Bofors é o paradigma, e outras armas de sucesso como a FLAK 38 (38 mm).

19 Caso das Vickers-Armstrong 9,4 cm (94 mm) que equiparam os Exército Português e a FLAK 88 (88 mm) alemã.

20 Embora estatisticamente possa ser uma análise grosseira, dividir o número de granadas gasto pelo número de aeronaves abatidas, num determinado ano, as diferenças são tão significativas que nos permitem retirar algumas ilações, como seja o contínuo aumento de eficácia da antiaérea e a constactação do grande salto entre o fim da 1.ª e o fim da 2.ª Guerra Mundial.

Quadro I – Representando a evolução da eficácia do tiro antiaéreo ao longo da Grande Guerra e no final da 2.ª Guerra Mundial.

Reino Unido		Alemanha	
Ano	Nº de médio de tiros para abater uma aeronave	Ano	Nº de médio de tiros para abater uma aeronave
1915	-	1915	11 585
1916	-	1916	9 889
1917	8 000	1917	7 518
1918	4 550	1918 (Maio)	5040
1918 (final)	1 500		-
Ano	**Nº de médio de tiros para abater uma aeronave**		
1945	230		

Dados obtidos a partir de PT/AHM/DIV/3/45/22/22

A Artilharia Antiaérea em Portugal até 1943

Em Portugal, o interesse pela artilharia antiaérea manifesta-se pelo menos desde 1916, como nos dá conta a publicação do primeiro estudo sobre este assunto realizado pelo Capitão Ramos da Costa[21]. Porém, como só em 1931 foi adquirida a primeira bateria de artilharia antiaérea[22] (Bateria AA 7,5 cm S.A. m/931), com peças Vickers 75 mm de tiro rápido, e mais três baterias do mesmo sistema em 1935, foi enão possível constituir o primeiro Grupo de Artilharia Contra Aeronaves (GACA 1), em Cascais. Em 1938, foi elaborado um plano mais alargado para a defesa antiaérea de Portugal, realizado pelo General Tasso de Miranda Cabral[23]. Pela dimensão do dispositivo proposto para este fim, o Governo Português não teve capacidade de fazer a aquisição do material antiaéreo necessário. Foram, entretanto, surgindo outros estudos nacionais, por vezes adaptando estudos internacionais, sobre o emprego de artilharia antiaérea e que estão na base da futura doutrina táctica portuguesa[24,25].

21 Costa, 1916.
22 Borges, 2007.
23 Cabral, 1938.
24 1938, PT/AHM/DIV/3/45/22/22.
25 1937, PT/AHM/DIV/3/45/22/25.

Pouco depois, no contexto da cooperação militar anglo-portuguesa, foi solicitado ao governo britânico um estudo que contemplasse a defesa antiaérea de Portugal continental. Este foi elaborado e apresentado, em 1939, pelo Major-General F. W. Barron, que defendia que, ao invés de um dispositivo nacional, a defesa antiaérea devia concentrar-se em espaços críticos, tendo resultado um plano para a defesa de Lisboa (Plano Barron) de um ataque por mar (parte 1)[26] e para a defesa antiaérea de Lisboa (parte 2)[27]. Com base neste plano, e face á possibilidade de bombardeamento de Lisboa pela Alemanha, seguiu para Londres, a 20 de Fevereiro de 1941, uma comissão de oficiais portugueses para discutir a sua operacionalização[28]. Desta reunião emanou o plano definitivo para o dispositivo de Defesa Antiaérea de Lisboa (DAAL), que contemplava 14 baterias de peças pesadas 9,4 cm (56 peças), 4 baterias de peças ligeiras 40 mm Bofors (50 peças) e 5 baterias de referenciação. Com a aprovação desta aquisição, iniciaram-se no final de 1941 os trabalhos de engenharia para receber as referidas baterias, tendo sido adquiridas inicialmente 3 baterias com carácter de urgência, enquanto as restantes peças seriam entregues de forma faseada. Porém, face à importância estratégica dos Açores no controlo do Atlântico Norte e na gestão da neutralidade portuguesa e ibérica, foi imposta a condição, pelo Reino Unido, que as primeiras peças de artilharia antiaérea a fornecer seriam instaladas nas ilhas atlânticas, Açores e Cabo Verde, em detrimento de Lisboa.

Assim, durante a *détente* de 1941, teve início o fornecimento das peças AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong e a sua instalação nas ilhas, em moldes que não são, ainda hoje, bem conhecidos.

A expectativa de que a Alemanha "resolveria a questão" na Rússia antes da chegada do Inverno e a possibilidade de retorno a uma situação de necessidade de invasão preventiva dos Açores, poderão ter condicionado o potencial de combate destas peças antiaéreas, sendo conhecidos relatórios, nos quais, os comandos militares referem que o número de munições fornecidas por Inglaterra era muito restrito[29].

Assim, em data que não é possível determinar rigorosamente, mas, pelo menos nos Açores, estimada no fim do Verão de 1941[30], que o mais moderno material de artilharia antiaérea aliado foi instalado em Portugal, com todos os benefícios e dificuldades que uma novidade tecnológica desta dimensão, terá acarretado.[31]

26 PT/AHM/FO/029/1/351/42.

27 PT/AHM/FO/029/1/351/41.

28 Borges, 2007.

29 Andrade, 1993.

30 Sabe-se que em 13 de Outubro de 1941, com base em fotografia no Arquivo de Regimento de Artilharia Antiaéra nº 1 – RAAA1, desembarcava em S. Vicente (Cabo Verde) a 6ª Bateria AA (9,4 cm), pelo que será de supor que antes tenham sido instaladas as baterias idênticas nos Açores, entre elas a do Pico das Cruzinhas.

31 A percepção exacta das datas, moldes de fornecimento e instalação (que implicava significativas obras de engenharia) bem como a doutrina táctica a implementar, diferente do planeado para Lisboa, merece um estudo aprofundado que ainda não foi feito.

A par com as peças AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong, em reparo semi-fixo foram igualmente fornecidos os diversos materiais que integravam as baterias de referenciação, numa fase inicial os altitelémetros[32] e os seguidores visuais (preditores)[33], sem os quais não era possível operar as peças. Estes, por elementos introduzidos manualmente pelos operadores ou obtidos pelo altitelémetro, fazendo o seguimento visual da aeronave, quando as condições meteorológicas assim o permitiam, comunicavam às peças os elementos de tiro através de cabos MagSlip, sem que os serventes apontadores tivessem de observar o alvo ou fazer quaisquer cálculos para o ângulo de extrapolação.

Complementavam uma Bateria AA 9,4 cm um Pelotão de Peças 4 cm m/940 Bofors, destinadas não só a cobrir alguns ângulos mortos dos sectores de tiro das peças 9,4 cm, mas também a defesa antiaérea próxima da própria posição da Bateria.

Após 1943, nos Açores, estes meios foram complementados com os Projectores de Antiaérea de 150 cm m/940, com os respectivos grupos geradores. Não há conhecimento que tenham sido recebidos localizadores pelo som. No final, segundo números de 1954, Portugal recebeu 178 peças AA 9,4 cm Vickers-Armstrong e 498 peças AA 40 mm Bofors.

A Defesa Antiaérea de Angra do Heroísmo: uma Abordagem Táctica

De todas as posições de antiaérea fixa em espaços insulares, Açores, Madeira e Cabo Verde, o da Ilha Terceira é o único que mantém o dispositivo completo[34], com o PCT (Posto de Comando de Tiro), os quatro espaldões, com os respectivos paiolins, para as quatro Peças AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong que compõem a Bateria, dois espaldões, com os respectivos paiolins, para duas metralhadoras pesadas destinadas a assegurar a defesa imediata da posição e um paiol, aproveitando um antigo paiol do século XVII. Por fim, os caneiros por onde passavam os cabos MagSlip permitem hoje perceber a rede de ligação entre as peças e o PCT. Adicionalmente, esta bateria é a única que se destina a exclusivamente ao fogo antiaéreo, já que as restantes posições, em outras ilhas, podiam também bater alvos de superfície no mar. Por tudo isto, tomou-se esta bateria como modelo de estudo.

O desconhecimento, até hoje, do conjunto de documentação que descreve exactamente os aspectos tácticos do dispositivo de defesa antiaérea da cidade Angra do Heroísmo, que garantidamente existe ou existiu, levou-nos a desenvolver

32 Height and Rangefinder Nº 3 MK IV Barry & Stroud.

33 Seguidor Visual (Preditor) Nº 2 Mk I m/940 Sperry.

34 Na verdade, a posição da bateria de antiaéria fixa do Pico das Cruzinhas, na Ilha Terceira, é a única completa e com as respectivas peças na posição, em todo o país e, tanto quanto foi possível verificar, a única na Europa.

uma abordagem conjectural esclarecida[35] e simplificada, que permita inferir as preocupações defensivas e entender a funcionalidade do dispositivo táctico que pode, ainda hoje, ser observado no Monte Brasil.

A concepção de um dispositivo de defesa antiaérea inicia-se, inevitavelmente, pela identificação dos objectivos remuneradores[36] para o inimigo. Neste caso, tratando-se de uma posição de antiaérea fixa, serão pontos ou áreas sensíveis. Uma vez identificados os potenciais objectivos, importa estabelecer uma ordem de prioridades com base na sua importância. Na Ilha Tterceira de 1941, afigura-se-nos como objectivos mais prováveis, a Fortaleza de S. João Baptista, a principal estrutura militar de Angra do Heroísmo (actual Regimento de Guarnição Nº 1), o porto de e a cidade de Angra do Heroísmo, por esta ordem de prioridades, convicção que é confirmada pela localização da bateria no Pico das Cruzinhas.

Fig. 3 – Imagem satélite da Ilha Terceira com a localização dos objectivos remuneradores mais prováveis assinalados (mancha encarnada). Adaptado de imagem do Centro de Informação Geoespacial do Exército (http://www.igeoe.pt/cigeoesig/),

35 Para o efeito, apoiámo-nos em vários elementos, britânicos e portugueses, da doutrina táctica de antiaérea, sistema canhão, para artilharia pesada, destinada a bater aeronaves a média altitude.

36 Áreas, estruturas ou agrupamento de forças que sejam importantes, para o inimigo, destruir ou aniquilar, através do seu vector aéreo, numa acção preparatória ou de apoio às suas forças terrestres.

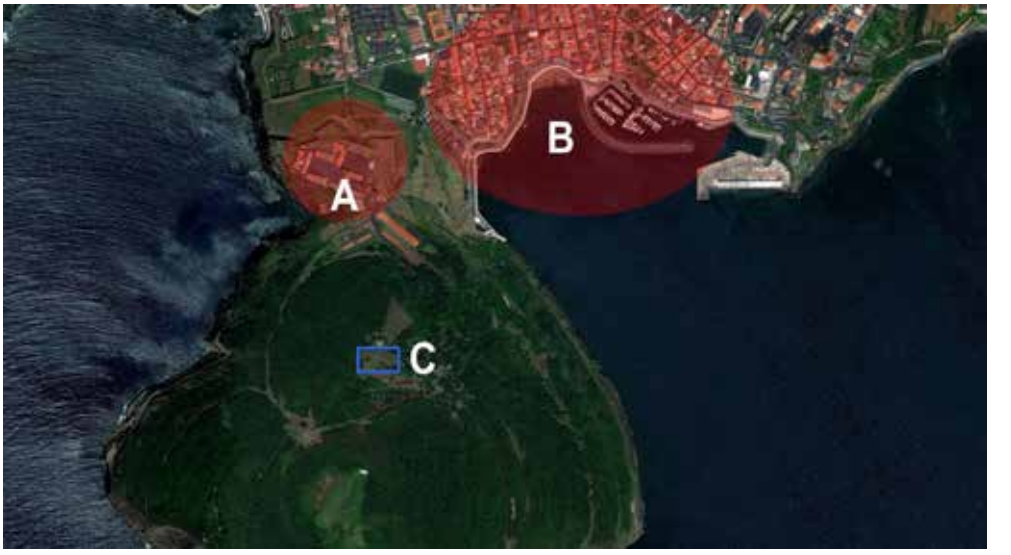


Fig. 3 – Imagem satélite ampliada da região do Monte Brasil, parte da Cidade de Angra do Heroísmo e Porto das Pipas, com os objectivos remuneradores referidos, Fortaleza de S. João Baptista (A) Porto e cidade de Angra do Heroísmo (B) identificados (mancha encarnada) e a Bateria AA do Pico das Cruzinhas (□). Adaptado de imagem do Centro de Informação Geoespacial do Exército (http://www.igeoe.pt/cigeoesig/)

Segue-se, naturalmente, a caracterização da potencial ameaça aérea (tipo de acção[37] e o tipo de aeronaves empregues). Neste caso, sendo mais provável que a acção seja o bombardeamento dos referidos pontos sensíveis, levantam-se aqui várias questões relacionadas com a autonomia das aeronaves. Dada a exiguidade de meios aeronavais alemães e pela manobra político-militar descrita, o quadro de ameaças deve cingir-se, com maior probabilidade, a aeronaves americanas, lançadas de porta-aviões, nesse caso, bombardeiros médios ou ligeiros[38]. Assim, a bem da facilidade de estudo considerar-se-ão velocidades e tectos de operação médios, sem especificar nenhuma aeronave em particular que, no período em análise, serão aeronaves com velocidades máximas na ordem dos 450 km/h e com um tecto de operação máximo de cerca de 6.500mt (21 300 pés) e o bombardeamento, feito a uma velocidade máxima estimada de cerca de 200 km/h.

Caracterizada a ameaça, a variável que importa em seguida caracterizar é o "eixo mais provável de aproximação" tendo em conta as premissas anteriores em conjunto com a análise geomorfológica da região. Para tal é necessário considerar vários aspectos. Em primeiro lugar, é fundamental que o artilheiro se coloque na posição do piloto e perceba qual seria o eixo de aproximação ao objectivo que

37 Bombardeamento, observação, ataque ao solo, etc.

38 Apenas por facilidade de estudo considerar-se-ão velocidades e tectos de operação médios, sem especificar nenhuma aeronave em particular.

conferiria às aeronaves, a menor exposição possível à artilharia, tirando partido do relevo, de modo a conferir-lhe maior protecção, preservando assim o potencial de combate da aeronave e, se possível, beneficiar do efeito surpresa.

Fig. 4 – Imagem satélite da ilha Terceira, com representação o relevo, e destaque das curvas de nível de cotas mais elevadas (linhas encarnadas) visíveis do Posto de Comando de Tiro (PCT) da Bateria do Pico das Cruzinhas. Adaptado de imagem obtida do Centro de Informação Geoespacial do Exército (http://www.igeoe.pt/cigeoesig/).

Fig. 5 - Giro de Horizonte, visto de Sul para Norte, a partir do Posto de Comando de Tiro, sendo visíveis a cristas das serras, em alinhamento com as linhas encarnadas da Fig. 4.

Face a estas premissas e observações, e sabendo onde as peças de artilharia antiaérea foram posicionadas, o eixo mais provável de aproximação das aeronaves inimigas será de Norte para Sul, deslocando-se as aeronaves em voo a baixa altitude, a coberto visual das referidas serras, até atingirem o "*pull up point*"[39].

Fig. 6 – Imagem satélite da ilha Terceira, com representação do relevo, e destaque das curvas de nível de cotas mais elevadas (linhas encarnadas) e o eixo mais provável de aproximação (seta encarnada). Adaptado de imagem obtida do Centro de Informação Geoespacial do Exército (http://www.igeoe.pt/cigeoesig/)

Reforçam esta convicção a forma do dispositivo da Bateria AA, com os espaldões a formarem um semi-círculo com a parte convexa virada a Norte e o facto de a Sul, a linha de horizonte do mar não ser visível, pela presença de dois picos (Pico do Facho e Pico do Zimbreiro) ambos de cota mais elevada que o Pico das Cruzinhas e demasiado próximos (cerca de 300 m) para que se possa considerar um empenhamento a Sul sobre a crista destes picos.

39 Quando o piloto eleva a aeronave acima da linha de horizonte ficando, a partir desse momento, apto a finalizar a pontaria para lançamento de bombas (assumindo a acção mais provável como bombardeamento), ficando, no entanto, a partir desse momento, exposto ao fogo da artilharia. Corresponde ao momento mais crucial para ambas as partes: pilotos e artilheiros.

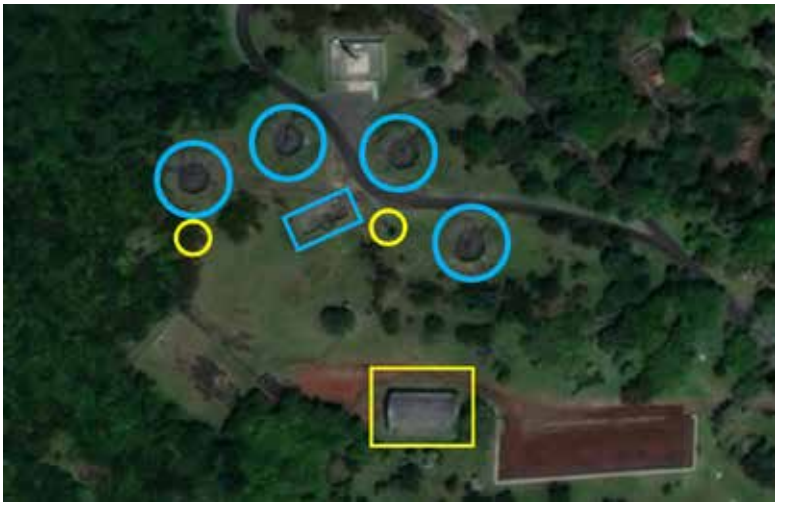


Fig. 7 – Imagem de satélite da Bateria de Artilharia Antiaérea, no Pico das Cruzinhas do Monte Brasil. Nela são visíveis os quatro espaldões onde se encontram posicionadas a peças de artilharia (círculos azuis) bem como o Posto de Comando de Tiro (rectângulo azul), dois espaldões para metralhadora pesada (circulos amarelos) e paiol (rectângulo amarelo). Adaptado de imagem obtida do Centro de Informação Geoespacial do Exército (http://www.igeoe.pt/cigeoesig/).

Conjugando estes elementos, relativos ao eixo de aproximação mais provável da ameaça, com a posição, inequivocamente conhecida da bateria de artilharia antiaérea situada no Pico das Cruzinhas do Monte Brasil, é possível caracterizar o tiro antiaéreo a realizar e as suas condicionantes. Assim, considera-se como objectivo principal[40] da Bateria AA do Pico das Cruzinhas bater aeronaves que se aproximem vindas de Norte e que emergem acima da crista das serras visíveis com o objectivo de bombardear os referidos pontos sensíveis. Uma vez que a distância média entre a crista das serras e os objectivos é de aproximadamente 5 000 m, fazendo os cálculos (que nos abstemos de apresentar) que entram em conta com a velocidade de largada de bombas pelas aeronaves desta época, estima-se uns escassos 90 segundos o tempo que decorre entre a aeronave assomar a crista das serras e ficar à vertical com o objectivo.

Sabendo que o apontador das bombas necessita de cerca de 40 segundos para fazer a respectiva pontaria, permite-nos colocar a *linha de largada de bombas*[41] – LBR[42] entre 40 a 70 segundos após as aeronaves assomarem a crista da serra, sendo então no máximo 70 segundos o tempo que a artilharia dispõe para empenhar e realizar um tiro eficaz sobre as aeronaves, após o que estas já completaram a sua missão (com ou sem sucesso) e podem dar início à manobra de evasão. Dado o

40 Com os elementos disponíveis, e contando já com aqueles que foram obtidos por inferência, não nos é possível propor objectivos secundários.

41 Assumindo que a largada das bombas se faz à altitude da crista das serras (cerca de 650 m), em voo horizontal e ignorando as correcções ao arrastamento aerodinâmico das bombas.

42 LBR – *Line of Bomb Release* – distância do objectivo a que as bombas têm de ser largadas para o atingir.

muito curto intervalo de tempo disponível para bater as aeronaves e pelo facto de serem peças de artilhara pesada, cuja pontaria[43] é mais lenta, o mais eficaz seria a realização de um fogo de barragem[44]. Importa aqui perceber que a missão da artilharia antiaérea não é exclusivamente abater as aeronaves (sendo, no entanto, desejável que o faça), mas sim criar condições de instabilidade ao piloto de modo a dificultar a pontaria das bombas e obrigar a manobras de evasão que reduzam a eficácia do presumível bombardeamento.

Determinado o eixo mais provável de aproximação e o tipo de tiro a efectuar, falta estabelecer os sectores de tiro primários de cada peça[45] em função do objectivo. Doutrinariamente, o sector de tiro de cada peça não deve exceder 120°[46]. Neste caso, em que a bateria AA se encontra disposta de modo a cobrir um campo de tiro de apenas cerca de 180°, considerou-se que todas as peças teriam sectores iguais de 60°, assegurando assim um campo de tiro total de 180° com generosas sobreposições entre si, válido tanto para fogo de barragem, como para o seguimento e tiro sobre alvos aéreos. Tendo em conta o alcance eficaz destas peças, entre 3.000mt com a elevação do tubo-peça a 85° e 7.500mt com o tubo-peça a 0°, é possível estabelecer e representar as contribuições individuais de cada peça para o sector de tiro da bateria.

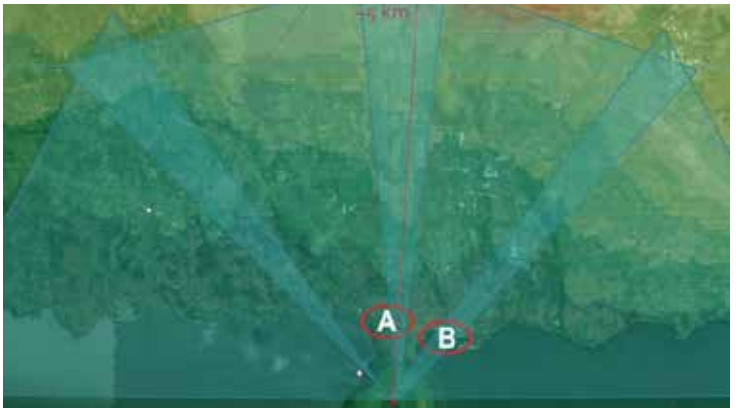


Fig. 8 – Representação dos sectores de tiro de cada peça, de cerca de 60° com as respectivas sobreposições, sobre Imagem de satélite da Bateria de Artilharia Antiaérea, no Pico das Cruzinhas do Monte Brasil. Adaptado de imagem obtida do Centro de Informação Geoespacial do Exército (http://www.igeoe.pt/cigeoesig/).

43 À época e neste caso, manobradas em direcção e elevação, por manivelas, operadas pelos serventes apontadores.

44 Genericamente, o fogo de barragem corresponde em efectuar disparos das bocas-de-fogo a uma cadência determinada, com as espoletas das granadas reguladas para que estas rebentem todas à mesma distância, assegurando assim uma "parede" de fogo com estilhaços que as aeronaves teriam de atravessar.

45 Tal como referido em relação aos objectivos secundários desta bateria, não há informação suficiente para inferir os sectores de tiro secundários de cada peça.

46 Doutrinariamente, nos dispositivos em que as peças se encontram dispostas formando um círculo completo, com um campo de tiro de 360°, cada peça assegura um sector de tiro de 120°, com sobreposições entre si.

Peça AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong

As peças de artilharia antiaérea adquiridas pelo Governo Português em 1940 e fornecidas pelo Reino Unido a partir de meados de 1941, correspondem ao modelo *3.7-inch Ordnance QF AA Gun* britânico, no seu estado de desenvolvimento de 1939, tendo mais tarde recebido o regulador automático de espoletas. Estas bocas-de-fogo AA foram fornecidas em duas variantes: as mais abundantes, mas em número indeterminado, com o reparo semi-fixo, geralmente consideradas fixas[47], pois podiam ser retiradas dos espaldões e rebocadas após a adição de dois blocos rodados, anterior e posterior; as menos abundantes foram as peças ditas móveis, rebocadas[48], nas quais o reparo incluía os blocos rodados, com uma rápida entrada e saída de posição, e que, para fazer tiro, apoiavam em quatro flechas com pratos de nivelamento. No total foram adquiridas 178 peças AA 9,4 cm Vickers-Armstrong.

Fig. 9a Peça AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong, semi-fixa. Museu de Angra do Heroísmo

Fig. 9b - Peça AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong, móvel. Museu de Angra do Heroísmo

47 Observe-se que, em 1948, foi criado o Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa (RAAF), que operava estas bocas-de-fogo.

48 Em Portugal rebocadas pela viatura AEC Matador.

Como referido, estas peças operavam através de um sofisticado sistema de referenciação e predição de tiro, composto pelo altitelémetro Nº 3 MK IV Barry & Stroud" e o seguidor visual (Preditor) Nº 2 Mk I m/940 Sperry, os quais, comunicavam os dados às peças por impulsos electromagnéticos, através de cabos MagSlip.

As principais características destas bocas-de-fogo, podem ser resumidas no seguinte quadro de especificações.

Quadro II – Especificações técnicas da Peça AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong, semi-fixa

Sistema de Armas AA 9,4 cm m/940 Vickers-Armstrong	
Origem	Reino Unido (3,7 in Ordnance QF Gun)
Data Modelo	1939-
Calibre	9,4 cm L50
Alcances	Máximo: 18 000 m (horizontal), 12 000 m (vertical) Eficaz: 3 000 m a 7 500 m (em função da elevação)
Campo de Tiro	Vertical: -5º a +85º Horizontal: 360 º
Cadência de Tiro	(8-12 t.p.m.) 23 – 25 t.p.m.
Guarnição	11 serventes (incl. Cmdt Secção)

Uma Possível Síntese Conclusiva

No contexto da 2.ª Guerra Mundial, os arquipélagos atlânticos, em especial os Açores, pela sua importância geoestratégica adquiriram, uma vez mais, um papel de elevada importância à escala internacional, numa intrincada manobra política e militar de gestão de uma neutralidade desejada por todos os actores, vital para o controlo aliado do Atlântico Norte, para a integridade territorial da América do Norte e para a conservação da soberania portuguesa. Pairaram, ainda assim, sobre o arquipélago dos Açores, várias ameaças de invasão, preventivas ou ofensivas, que não deixariam de pôr em causa a soberania nacional sobre este e outros territórios insulares.

A mobilização de meios militares para os Açores, a projecção de uma força expedicionária que fez chegar às ilhas Terceira, S. Miguel e Faial um total de 28.000 homens num espaço de nove meses (até finais de 1941) e todos os trabalhos de requalificação e criação de estruturas defensivas nas zonas de possível desembarque, apesar de relevante, era ineficaz para conter uma ameaça aeronaval. Podia ser suficiente para conter a invasão ofensiva pela Alemanha,

considerando a sua baixa disponibilidade de meios aeronavais e a distância do continente europeu, mas era claramente insuficiente para conter uma invasão preventiva Britânica ou Americana com meios aeronavais, sendo esta última a mais eminente, tendo estado planeada para o dia 22 de Junho de 1941.

Só após Junho de 1941, quando a Alemanha desistiu da conquista de Gibraltar e fez a viragem para Leste (frente Russa), se aliviaram as pressões sobre o território de Portugal continental que podiam comprometer a neutralidade portuguesa e, consequentemente, as pressões aliadas, sobretudo americanas, para o controlo das ilhas atlânticas, principalmente dos Açores. Neste período de *détente*, que se previa curto (de Junho a Outubro), teve início a instalação de baterias antiaéreas nos Açores (assim como na Madeira e Cabo Verde) com prioridade absoluta, imposta pelo Reino Unido, sobre a implementação do Plano de Defesa Antiaérea de Lisboa. Assim, os Açores foram a primeira porção de território com capacidade para defesa antiaérea de média altitude (entre 3 000 e 6 000 mt) e baixa e muito baixa altitude (menos de 3 000 mt), com peças de artilharia do mais moderno que Inglaterra dispunha, com um sofisticado sistema de referenciação e regulação do tiro.

Propusemo-nos assim, reconstituir o que seria a operacionalização da defesa antiaérea dos objectivos mais remuneradores da Ilha Terceira, seguindo e adaptando a incipiente doutrina táctica conhecida para a defesa de antiaérea de Lisboa no final da década de 1930, e os princípios gerais de defesa antiaérea de áreas ou pontos sensíveis com sistema canhão. Num período em que os sistemas canhão AA estão obsoletos e em que o emprego de artilharia antiaérea, dita pesada, está ausente do espaço português desde a década de 1970, esta reconstrução foi um exercício deveras desafiante e, vindo à luz os documentos que o descrevem a defesa antiaérea de Angra do Heroísmo, será um exercício igualmente interessante perceber quão longe se ficou da realidade.

Se este ensaio gerar a curiosidade suficiente para o preenchimento das lacunas de conhecimento existentes sobre esta instalação e operacionalização de meios AA nos Açores, considera-se já um objectivo atingido.

Fontes

s. a., s. d.. *Regulamento para a Instrução de Artilharia Contra-Aeronaves*. Lisboa: Centro de Instrução da Artilharia Contra Aeronaves.

s. a., 1936. Estudo respeitante à conferência sobre defesa antiaérea, pelo major de Artilharia José Augusto Monteiro do Amaral. Cota: PT/AHM/DIV/3/01/51/35.

s. a., 1937. Qual o calibre que deverá ser escolhido para defesas locais contra

ataques aéreos. (tradução do sueco) Cota: PT/AHM/DIV/3/45/22/25.

s. a., 1938. Algumas muito breves considerações sobre o calibre na Artilharia Anti-Aérea. Cota: PT/AHM/DIV/3/45/22/22.

1941. Bateria Antiaérea Expedicionária aos Açores. Cota: PT/AHM/FO/006/H/11, Cx. 341, pasta 11.

1944/1945. Relatório de Recepção de Material Antiaéreo. Cota: / FO/031/18/394/01.

s. a.; 1946. *Regulamento para a Instrução de Artilharia Contra-Aeronaves*. Lisboa: Ministério da Guerra.

s. a.; 1973. *Dez Anos de Política Externa (1936 – 1947). A Nação Portuguesa e a Segunda Guerra Mundial. Vol. XII*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros

CABRAL, T. – *Esboço do plano geral de defesa do país*, elaborado pelo sub-chefe do Estado-Maior do Exército, general Tasso de Miranda Cabral. Cota: PT/AHM/FP/26/13/337/249, 1937.

Referências Bibliográficas

AGUDO, M. – *A Grande Tentação*. Lisboa: Casa das letras, 2009.

ANTUNES, J. – *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores (1941-1945)*. Lisboa: Ediclube, 1995.

ANDRADE, L. – "A Aliança inglesa e a neutralidade colaborante de Portugal". In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LI-LII, 1994.

ANDRADE, L. – "Os Açores no Século XX, um contributo para a sua História Militar". In *Arquipélago*, 2ª Série, III, 1999.

BORGES, J. – *Armamento do Exército Português. Vol. II Armamento de Artilharia Antiaérea*. Lisboa: Prefácio, 2007.

COSTA, R. – "Peças para Bater Aeronaves". In *Separata da Revista de Artilharia*. Lisboa: 1916.

KOCHER, J. – "Cabos submarinos no século XIX: considerações técnicas e econômicas". In *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia* – 14º SNHCT, 2014.

MARTINS, J. – *A Artilharia nos Açores. 5 Séculos a Troar na terra, no Ar e no Mar*. Ponta Delgada: 2018.

MONJARDINO, A. – "Açores: 50 anos de Presença Militar Estrangeira". In *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LI – LII, 1993.

MORELI, A. – "As pressões dos Aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943: da neutralidade à colaboração". In *Revista de História*, 2009.

SANTOS, C. – "A Artilharia Antiaérea nos Açores – Breves apontamentos". In *Boletim da Artilharia Antiaérea*, II Série, 2003.

TELO, A. – "Os Açores e as estratégias para o Atlântico". In *História dos Açores – Do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

_____ – *Os Açores e o contrôlo do Atlântico*. Lisboa: Edições Asa, 1993.

_____. – *Portugal na Segunda Guerra: 1941-1945*. Lisboa: Veja, 1991.

_____ – 2000. *A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial*. [online] Janusonline.pt. Disponível em: <https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_36.html> [Acedido a 13 Dezembro 2021].

JAIME FERREIRA REGALADO

Gestor da unidade de Militaria e Armamento e da unidade Africana, como Técnico Superior do Museu de Angra do Heroísmo. Licenciado em Bioquímica pela Faculdade de Ciências/UL e pós-graduado em História Militar pela Universidade Lusíada de Lisboa. Possui os estudos avançados em História, Defesa e Relações Internacionais pela Academia Militar/ISCTE-IUL e, no presente, doutorando em História Insular e Atlântica, pela Universidade dos Açores. Desde 1991 que se dedica ao estudo do armamento ligeiro, em especial ao armamento regulamentar português e, mais recentemente, ao estudo da artilharia nas suas dimensões técnica e tática.

Citar este texto:

REGALADO, Jaime Ferreira – A Defesa Antiaérea de Angra do Heroísmo na 2.ª Guerra Mundial. 1940-1943 - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/UJLA1648

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

RECEIOS, PRIVAÇÕES E MISÉRIA NUM AMBIENTE DE PREVENÇÃO ARMADA: ECOS DA II GUERRA MUNDIAL NOS AÇORES

Sérgio Rezendes

Resumo

Isolados no Atlântico Norte, os Açores sempre padeceram em contexto de luta pelo domínio dos mares. Durante a II Guerra Mundial, esta realidade não seria diferente. A interação das autoridades civis e militares perante uma mudança imposta por pressões exteriores evidencia a especificidade e vulnerabilidade do seu povo mediante fatores de ordem externa e interna, anómalos ao país e induzidos pela guerra: bloqueio económico, falta de matérias-primas, de géneros alimentares, rarefação dos transportes, inflação, mercado negro, quebra de poder de compra e agitação social, entre mais. Com uma mobilização ímpar, as ilhas teriam graves dificuldades em sustentar a presença de um vasto contingente militar, que distribuído pelas três principais ilhas teria como função defendê-las independentemente das lacunas materiais e alimentares, humanas e financeiras. A reconversão do dispositivo militar, de paz para guerra, sobrecarregado pelas facilidades concedidas a povos estrangeiros, agravaria ainda mais uma economia dependente do exterior, expondo as ilhas a fatores como o bloqueio económico e a guerra submarina. Perante um Estado com poderes excecionais e autoritário, os militares e o povo conheceriam a rarefação, a insegurança e o encarecimento dos transportes, exemplos das múltiplas variáveis que assolariam o arquipélago e que fariam da capacidade de sacrifício dos açorianos, e de entendimento entre instituições, mais do que uma virtude: uma cumplicidade.

Palavras-Chave: Açores, II Guerra Mundial, Batalha do Atlântico, Economia de guerra

Abstract

Isolated in the North Atlantic, the Azores islands have always suffered in

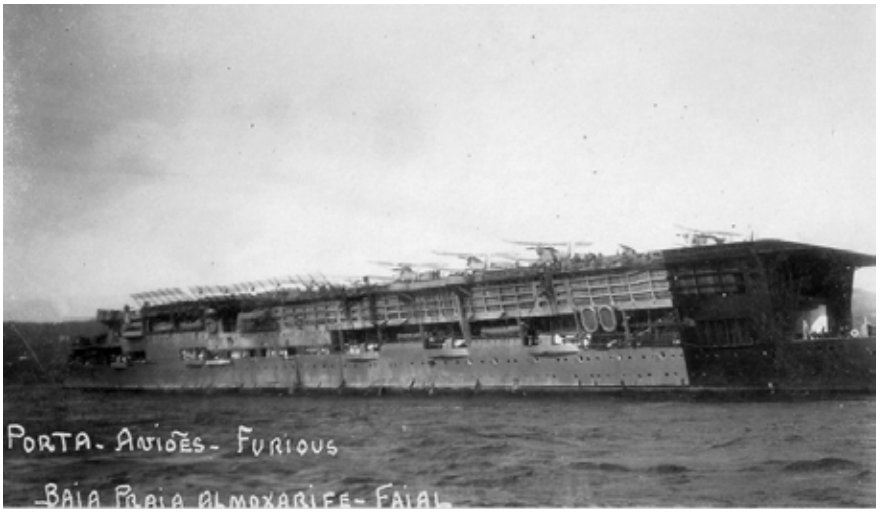
the context of the struggle for control of the seas. During the Second World War, this reality was no different. The interaction of the civilian and military authorities in the face of a change imposed by external pressures highlighted the specific nature and vulnerability of its people in the face of external and internal factors, anomalous to the country and induced by the war: economic blockade, lack of raw materials and foodstuffs, rarefaction of transport, inflation, black market, loss of purchasing power and social unrest, amongst others. With a unique mobilisation, the islands would have serious difficulties in sustaining the presence of a vast military contingent, which, distributed over the three main islands, would have the task of defending them regardless of the material, food, human and financial shortages. The reconversion of the military device from peace to war, burdened by the facilities granted to foreign peoples, would further aggravate an economy dependent on the outside, exposing the islands to factors such as economic blockade and submarine warfare. Faced with a State with exceptional and authoritarian powers, the military and the people would experience rarefaction, insecurity and increased transport costs, examples of the multiple variables that would devastate the archipelago and which would make the Azoreans' capacity for sacrifice and understanding between institutions more than a virtue: complicity.

Keywords: Azores, World War II, Battle of the Atlantic, War economy.

Dependente do equilíbrio e da dualidade ibérica, bem como da integridade do império ultramarino, Portugal, durante a II Guerra Mundial, viu-se forçado a defender a importância estratégica dos arquipélagos atlânticos nomeadamente a dos Açores. Zona de fronteira entre continentes, os beligerantes viam no arquipélago a hipótese de estabelecer portos e aeródromos para apoio dos seus planos militares, nomeadamente a Inglaterra, os Estados Unidos da América (E.U.A.) e a própria Alemanha, privilegiando-se as ilhas como área de passagem ou ligação entre as margens do Atlântico. A proteção do cabo telegráfico inglês, a viabilização dos comboios marítimos no Atlântico e a cobertura aérea das rotas eram razões para uma invasão inglesa aos Açores, tidas como uma alternativa a Gibraltar, caso caísse sob domínio alemão[1]. Dos 27 planos ingleses para a invasão das ilhas, destaca-se a Operação *Brisk*, bem como o plano *Rainbow5* americano e a operação *Félix* alemã que previa a ocupação dos Açores para robustecer a presença alemã no Atlântico e preparar um possível ataque aos E.U.A. Estavam criadas condições para ocupar o arquipélago, caso necessário ou mesmo possível, com ou sem consentimento do Estado português.

1 Antunes, 2005.

1. Passagem por Ponta Delgada do Almirante Karl Dönitz (1935). Col. Weitzenbaur; Rezendes, 2019.



2. Porta-aviões da Royal Navy HMS FURIOUS em Almoxarife, Faial (1934). Col. Museu da Horta, Rezendes, 2019.

3. Ministro da Guerra alemão, Werner von Blomberg, em Ponta Delgada (1937). Col. Weitzenbaur; Rezendes, 2019.

4. Chegada de esquadra portuguesa a Ponta Delgada, sobrevoada por um Hawker Osprey III (1938). Col. R. Gonçalves; Rezendes, 2019.

Declarado o conflito, António de Oliveira Salazar decretou a neutralidade, reforçando os objetivos do Pacto Ibérico (1939). Dada a importância estratégica dos Açores, já evidenciada na I Guerra Mundial e o possível interesse estrangeiro, a comissão liderada pelo Brigadeiro Ernesto Machado teve como missão instalar as baterias de defesa de costa dos únicos portos atlânticos das ilhas (Horta e Ponta Delgada) num processo que só ganhou dinâmica com a queda da França. À transferência do Comando Militar dos Açores para Ponta Delgada (finais de 1939), Ernesto Machado equacionava já a privilegiada situação geográfica do arquipélago mediante o progresso da aviação e a sensibilidade mediterrânica[2].

2 Machado, 1959.

Com as tropas alemães estacionadas nos Pirenéus (1940) e as efervescentes intrigas do outro lado da fronteira, desenvolviam-se boatos de uma iminente invasão aos Açores, assim como à capital, conduzindo ao reforço das guarnições insulares, a começar pela chegada à Horta do primeiro batalhão expedicionário, o de Infantaria n.º 66[3]. Em paralelo aos esforços diplomáticos e à Batalha do Atlântico, intensificou-se o dispositivo militar no Império, representando os Açores cerca de 26.500 soldados expedicionários para reforçar os cerca de 4.500 açorianos, totalizando um valor compreendido entre os 30.000 a 32.000 homens, distribuídos pelas ilhas guarnecidas de São Miguel, Terceira e Faial[4]. A sua defesa é concebida isoladamente, prestando apoio às restantes, se possível. O grande receio do Comando Militar dos Açores (CMA) era o de um ataque convencional, poderoso e simultâneo de tropas aerotransportadas e anfíbias, aos portos e aeródromos em conjugação com desembarques em vários pontos das ilhas, inclusive com recurso a blindados, o que obrigou a um vasto programa de obras de defesa e de instalação de meios antiaéreos, construindo-se aeródromos, posições de artilharia de costa, de campanha e antiaérea; quartéis de tropas; estradas; paióis e dispositivos de defesa de praias, varadouros e portos[5].

5. Desembarque de um Batalhão de Infantaria em Ponta Delgada - II Guerra Mundial. Col. R. Soares; Rezendes, 2019.

Este reforço, solicitado pelas diferentes fações em conflito, preparava para além da defesa da soberania, uma eventual retirada do governo português para São Miguel, caso a capital caísse em consequência da operação *Félix*[6]. Em julho de 1940, o C.M.A. elaborava os planos iniciais de defesa dos três comandos de ilha que, no essencial, determinavam a defesa indiscriminada e a todo o custo. Do intenso reforço dos primeiros três anos, passou-se à rendição das tropas mais

3 Telo, 2003.
4 Menezes, 1988.
5 Rezendes, 2008.
6 Cruz, 2004.

antigas em 1943, reajustando-se os setores num dispositivo que estabilizou em três quartéis-generais; cinco comandos de regimento; 19 batalhões de infantaria; um batalhão de engenharia; três companhias de atiradores independentes; duas companhias de acompanhamento regimental; 24 batarias de artilharia; 10 companhias de engenharia independentes e três esquadrilhas de aviação[7].

Este período é de particular importância pelo clímax na Europa e na Batalha do Atlântico, assinalando a sua fase final o desembarque aliado no norte de África e o avanço dos porta-aviões de escolta americanos, limitando a ação dos submarinos e reabastecedores alemães, retirando pressão à ocupação dos Açores para fins ofensivos, marcando uma nova fase na história do conflito nas ilhas e nas relações com os Aliados. Datam desta segunda fase as exceções às ilhas guarnecidas, registando-se destacamentos militares em Santa Cruz da Graciosa e Vila do Porto em Santa Maria, pelo menos entre 1944 e inícios de 1946.

Contudo, a fase mais crítica para as ilhas remonta ao período de 1939-1942. O descontrolo do segredo militar e a ação da Quinta Coluna conduziram, inclusive, a um Estado de Sítio em São Miguel (1942) que, chocando a população, contribuiu para disciplinar civis e militares até ao final do conflito. Apesar da crítica, o Brigadeiro Carlos Maria Ramirez atestava uma Quinta Coluna já reconhecida pela espionagem, pelo Brigadeiro Ernesto Machado, criador do Serviço de Informações nos Açores e por Santos Costa, nas suas duras missivas ao Brigadeiro-general Marques Godinho (1940/1941), conhecendo-se boatos, sons e atividades suspeitas, para além de um ataque aos paióis dos dois ramos, na Vila das Capelas (São Miguel).

Em resultado, desenvolve-se precocemente a Repartição de Censura Postal e Telegráfica nas ilhas, entre 13 de abril de 1942 e 18 de agosto de 1945, conhecendo-se duas fases distintas, divididas pelo convénio anglo-luso. Aperfeiçoada por duas portarias em 1943 e pela criação da Direção da Censura Militar em Lisboa, que centralizaria a estrutura nacional, por altura do desembarque das tropas inglesas na Terceira, é tida como ótima nos domínios civil e militar. No final do conflito, a Censura à correspondência nos Açores era extremente eficaz, mesmo em relação às tropas estrangeiras, extinguindo-se de forma gradual a partir de maio, começando pela escrita, seguindo-se a telefónica e, por fim, a telegráfica, dois meses após o seu término na Madeira e Cabo Verde.

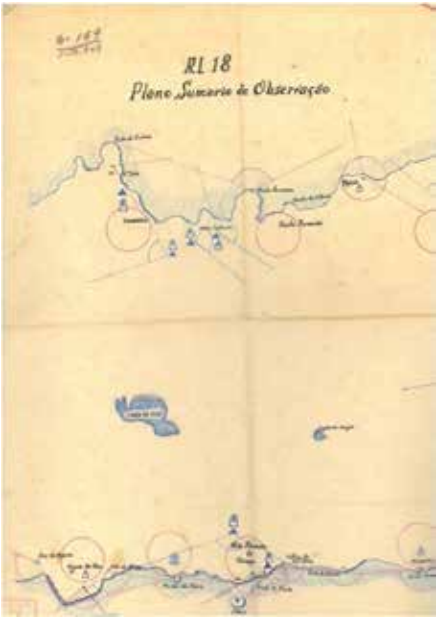
O dispositivo[8]

A génese resulta de um plano elaborado por uma missão de Estado-maior do Ministério da Guerra durante o ano de 1941, sofrendo ajustes à medida que novos ventos se desenvolvem no conflito e na diplomacia portuguesa. Apesar das imperfeições, é um facto que condicionou a ação dos beligerantes, levando-os a

7 Rezendes, 2008.
8 Rezendes, 2019.

ter de preparar uma invasão ao nível de divisão, sendo de concluir que cumpriu a sua missão.

Prevenção, alerta e alarme eram os estados de preparação para o combate, a assinalar pelo C.M.A. ou pelos comandos de ilha, a retransmitir por rede telefónica civil, militar, meios óticos, bandeiras, estafetas ou rádio. O C.M.A. previa um ataque por qualquer das partes, contando com a chegada de recursos, a crescer progressivamente, pela outra parte. Em outubro de 1942, a ameaça pairava sob a forma de dois blocos, um anglo-americano assente em expedições marítimas com o apoio de forças navais, aeronavais e tropas aerotransportadas, e o segundo pelo Eixo, com incursões por mar e ar, de objectivo limitado e ataques submarinos à navegação próxima ao arquipélago. Contaria com o lançamento de paraquedistas no interior das ilhas ou na retaguarda das Posições de Resistência (P.R.) do litoral, tentando forçar a frente marítima com uma ação principal ou mais (de diversão), precedidas e acompanhadas por intensos bombardeamentos aéreos e marítimos, de preparação e apoio ao ataque.



6. Excerto do plano sumário para observação aérea do sector central, São Miguel (1943). Col. CDZMA; Rezendes, 2019.

Para o evitar, havia que atuar à maior distância litoral, desativando em primeiro lugar os transportes de tropas e só depois as escoltas, justificando-se a construção de um elevado número de P.R. ao longo da costa das ilhas guarnecidas bem como de baterias de defesa de costa sob os dois portos atlânticos. Com missão primária de defesa dos portos, o material de 15 cm foi reforçado por outro de menor calibre, fixo ou móvel, de costa, campanha e antiaéreo, caso das 9,4 cm

m/940 próximo às três cidades. Com a mesma importância, a cobertura aérea com unidades de aviação e de Defesa Territorial Contra Aeronaves dependentes do Comando de Aeronáutica, devendo os fogos ser tão intensos quanto possível.

Uma vez rompida a linha de defesa sob praias e portos, entraria em ação uma segunda linha de defesa assente em P.R. à retaguarda, cuja missão prioritária era a proteção antiaérea e contra paraquedistas, alimentada por uma Reserva Geral de sector, sustentada por outra de ilha, convenientemente articuladas por itinerários que permitiam um conjunto de ações no interior ou mesmo o contra-ataque e a retoma/manutenção dos P.R. de primeira ordem no litoral, prolongando a resistência e aumentando a profundidade dos fogos em caso de perca dos P.R. principais, barrando o desembarque e a progressão do IN antes de chegada às áreas de capital importância, os grandes portos e aeródromos. Em caso extremo, cabia também à Reserva Geral a derradeira resistência em redutos convenientemente estudados, sem opção de recuo e com o propósito de ganhar tempo para a chegada de tropas amigas.

Organização[9]

O Comandante Militar dos Açores, sedeado em Ponta Delgada, acumulava com o de Comandante Militar de São Miguel, individualizando-se em 1942. Pelo decreto n.º 32.190 de 12 de agosto, dispõe de general e Quartel-general. Eram os Comandos Militares de São Miguel (C.M.S.M.), Terceira (C.M.T.) e Faial (C.M.F.) seus dependentes, conhecendo em caso de aniquilamento, sucessor no comandante do C.M.S.M. Como Comandante em Chefe das Forças instaladas nos Açores, a Carta de Comando (1943) previa, para além da elaboração do plano de operações e a condução das operações; o Governo Militar do arquipélago; a alteração da Ordem de Batalha; a nomeação, exoneração ou transferência do pessoal militar ou civil, bem como a conclusão de convenções, tréguas ou suspensão de armas que não envolvessem preliminares de paz, esgotamento de forças ou se, por autorização do Governo. Por Governo Militar era entendida a jurisdição sobre as praças de guerra, forças e autoridades militares de terra, mar e ar pertencentes às forças em operação e localizadas nos Açores. Detinha também a superintendência e jurisdição militar sobre a Segurança Pública, incluindo as delegações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, Guarda-fiscal, Legião Portuguesa, C.T.T., Censura, mão-de-obra mobilizada e em caso de emergência, os organismos corporativos e de coordenação económica visando assegurar as carências.

Aliada à faculdade de autorizar, em quaisquer circunstâncias, a importação de material de guerra ou aprovisionamentos, podia suspender e proibir desembarques de mercadorias (ou obras), fixando o *preço justo* na regulação das requisições de pessoal, animais e outras, cabendo aos Governadores Civis o cumprimento das

9 Rezendes, 2019.

suas disposições. Se, em situação normal, as relações se pautavam como normais, em caso de agressão e não estando presentes todo ou parte do Governo, as autoridades civis, Juntas dos Distritos Autónomos, autoridades alfandegárias e delegações públicas ficariam sob sua dependência e autoridade direta.

Do ponto de vista administrativo, detinha competência igual à do Administrador Geral do Exército bem como, para efeitos de justiça e disciplina, de Comandante de Região Militar. Adstritos, duas Repartições de Estado-maior e os seguintes comandos: Transmissões, Artilharia, Engenharia e Aeronáutica, cada qual com um comando de ilha. A coordenação dos serviços cabia ao Chefe de Estado-maior (C.E.M) do C.M.A. em articulação com os C.E.M. de ilha, podendo serem descentralizados em estado normal.

Segundo as instruções especiais do Chefe da Repartição de Justiça do C.M.A., em caso de ataque o Serviço de Justiça ficaria a cargo do Comando de Justiça de ilha e o Serviço de Polícia, com a Defesa Civil do Território. O Serviço de Transportes e circulação ficariam sempre, a cargo da 2.ª Repartição ou do Adjunto do Estado-maior.

7. Posição de Resistência na Agualva, ilha Terceira (c. 1944). Col. CDZMA; Rezendes, 2019.

O Comandante Militar de São Miguel superintendia a defesa geral da ilha que se acreditava ser a principal a tomar pelo inimigo, apoiando-se em três comandos de sectores (e subsectores), intitulados de Oeste, Este e Central, cabendo aos dois primeiros, impedir a progressão para o Central. Se impossível, manter os extremos da ilha em condições de receber tropas amigas, desestabilizando o inimigo sempre que possível, impedindo a sua fixação. O mesmo acontecia com Terceira e Faial, privilegiando-se a defesa de Lajes, Angra do Heroísmo e Horta, com especial atenção a áreas como São Sebastião ou Praia do Almoxarife.

A mudança dos ventos de guerra em 1943 implicou a mudança da política internacional portuguesa em relação aos Açores, autorizando-se a instalação em Lajes, do *Contingente Britânico*, facilitando-lhes o acesso a Santana e aos portos de Ponta Delgada e Horta. Tornando-se necessário ampliar a pista, o Estado permitiu o prolongamento por parte de forças americanas a partir de julho de 1944, acabando por autorizar a construção do aeroporto em Santa Maria em contrapartida pela libertação e reconhecimento da soberania nacional em Timor. Para acompanhar os trabalhos, surge o Comando Militar de Santa Maria, independente do C.M.A. Com Quadro Orgânico publicado em novembro de 1944, foi-lhe atribuído uma companhia de atiradores, a dois pelotões do II Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 18 que se manterá na ilha após a desmobilização do Regimento, bem como de uma companhia de Defesa Terrestre Contra Aeronaves do Regimento de Infantaria n.º 11.

8. Armstrong CTR 15 cm, em Espalamaca, Faial (c. 1944). Col. A. Trancoso; Rezendes, 2019.

A coordenação com a Marinha, Aéronautica, forças auxiliares e autoridades civis[10]

Apesar de alguma expressividade, a Marinha Portuguesa de pouco podia contribuir para a defesa dos Açores, o mesmo acontecendo com a Aeronáutica. Recaia sobre o Exército a responsabilidade da defesa das ilhas, apoiado pelo subordinado Comando de Defesa Marítima dos Açores (1941), situação que se altera em 1942, pautando-se pela colaboração e estreita ligação a quebrar apenas, na emergência do Comando-Chefe da Defesa pelo C.M.A., passando este a coordenar as forças armadas no arquipélago.

10 Rezendes, 2019

O Comandante da Defesa Marítima dos Açores (C.D.M.A.) exercia o Comando Superior das Defesas Marítimas, fixas ou móveis, bem como as unidades aeronavais, encontrando-se em matéria de execução tática, dependente do C.M.A. Assegurando aconselhamento naval, tinha uma forte participação no sistema de alerta ao C.M.A. e comandos de ilha, à ação da Quinta Coluna ou vigilância aeronaval passiveis de atentar ao dispositivo e missão de D.T.C.A. Aos Capitães de Porto, seus delegados, havia que manter estreita ligação com os comandos de ilha, tutelando a jurisdição marítima para efeitos disciplinares, fiscais e policiais, à semelhança das entidades aduaneiras, com ação restrita quando próximos de organizações defensivas do Exército.

A Aviação Naval iniciou as suas operações com carácter estritamente militar entre Lisboa e as ilhas adjacentes a 16 de dezembro de 1940, visando elaborar ainda nesse ano, um relatório sobre a criação de estruturas aeronavais em Ponta Delgada. À revelia da missão oficial, mas provavelmente como missão primária, havia que provar a capacidade de deslocar para esta cidade o Estado Português, em caso de perca da capital. Desta missão resultou um contingente de *Grumman* G-21-B e *Avros* 626 a operar a 4 de junho de 1941, designado como Centro de Aeronáutica Naval em Ponta Delgada em 1943, já com condições satisfatórias. Tinha como missão o transporte de correio, vigilância, busca e salvamento de náufragos e para uma das aeronaves, o levantamento fotográfico das ilhas em colaboração com o navio hidrográfico *D. João de Castro*. Utilizados em exercícios de adestramento nas ilhas guarnecidas, interagiram com os contratorpedeiros responsáveis pela vigilância, patrulha e salvamento de náufragos, casos do *Vouga*, *Tejo*, *Dão*, *Lima* e *Pedro Nunes*.

A Marinha também contribuiu por intermédio da Estação Radio-meteorológica da Horta, apoiando aviadores e mesmo a frota bacalhoeira na Terra-Nova, ao executar os serviços de meteorologia; radiotelegrafia; radiogoniometria e radiofarol, contando também com uma importante estação rádio naval em São Miguel; o *Posto Rádio Naval* em Lages das Flores e um pequeno posto de radiofonia, em Santa Maria.

O reforço militar às ilhas assegurou um efetivo mínimo de meios aéreos terrestres ao mobilizar duas esquadrilhas de caças (1941), estacionando a Esquadrilha de Aviação de Caça n.º 1 no aeródromo de Santana, em Rabo de Peixe (B.A. 4) e a Esquadrilha de Aviação de Caça n.º 2 em Lajes, na Terceira (B.A. 5). A eficácia da Arma de Engenharia rapidamente permitiu a operação dos *Gladiator* que as equipavam, iniciando-se em relativamente pouco tempo os treinos e reconhecimentos aéreos. Destacamentos de Infantaria integraram-se nas unidades de aéronautica de modo a garantir a segurança de instalações e meios, bem como unidades de artilharia. Para a sua defesa, desenvolveu-se o Comando da Aeronáutica e da Defesa Terrestre Contra Aeronaves dos Açores (D.T.C.A.), separando-se em 1942, a componente técnica (instrução e manutenção) da operacional, ficando a primeira a cargo do Comando Geral de Aéronautica por

intermédio do Comando de Aeronáutica dos Açores e a segunda sob alçada do C.M.A. Em fevereiro desse ano, Santana seria reforçada com uma patrulha de bombardeiros *Junkers 52* conhecendo-se doravante e ocasionalmente, a substituição de algumas aeronaves e novas designações embora na prática, as infraestruturas e efetivos fossem mais ou menos os mesmos, apoiados por três postos de rádio do Exército.

9. Soldados do Exército Português (1942). Col. J. Costa; Rezendes, 2019.

A Aeronáutica Militar nos Açores tinha como missão o reconhecimento da nacionalidade e movimentação de forças navais ou aéreas e se necessário, atuava contra aeronaves que não respeitassem os sinais de identificação. Em situação de *Alarme*, as aeronaves deveriam estar em condições de assegurar as comunicações entre o C.M.A. e os comandos militares subordinados bem como para executar as seguintes tarefas por ordem de urgência: 1) ataque à aviação inimiga hostil, abatendo por ordem de prioridades os aviões de transporte de tropas; caças; aparelhos de bombardeamento e aviões de reconhecimento; 2) ataque a navios inimigos, em especial os de transporte de tropas; 3) ataque a forças de desembarque em cooperação com as forças terrestres; 4) ataque a objectivos terrestres nas ilhas não guarnecidas, se ocupados; 5) proteção ao transporte/desembarque de tropas portuguesas e assegurar a proteção à Marinha Portuguesa em missões de reconhecimento e combate.

Oficialmente pela portaria n.º 10.414 de 16 de junho de 1943 sob dependência dos Comandos Militares de ilha, os comandos distritais da Legião Portuguesa nas três cidades ficaram encarregues da Defesa Civil do Território, cooperando diretamente e ativamente quando declarado o Estado de Alerta ou de Alarme na

organização de socorros, evacuações, alertas contra ataques aéreos, ocultação de luzes, trânsito e defesa de centros vitais como civis, de comunicações, economia, terrenos abordáveis pelo ar e concentração de estrangeiros. Estruturados por sectores correspondentes às freguesias, a Legião Portuguesa empenhou-se no espinhoso papel de preparar moralmente as populações e vigiar, em cooperação com os ramos, todas as ilhas. Para melhor desempenho, ficaram também subordinados ao Comando de Aeronáutica e respetivos comandantes de D.T.C.A. podendo contar com a cooperação da Guarda-fiscal e Polícia de Segurança Pública a partir do Estado de *Alerta* e *Alarme*, representando os comandos militares, a propósito da apreensão dos poderes civis, junto da população.

10. Vickers-Armstrong 9,4 m/940 da 9.ª Bateria Expedicionária do GACA 1, em Corujeira, Relva (Ponta Delgada, c. 1944). Col. R. Soares; Rezendes, 2019.

Considerações finais

O sucesso da guerra-relâmpago levou a que o Estado português despertasse de uma letargia na defesa dos Açores por ser fronteira reconhecida entre beligerantes e evidente reduto para um continente português ameaçado. A coberto da necessidade de assegurar a neutralidade e soberania, o arquipélago conheceu nos primeiros três anos do conflito, o maior contingente militar no menor tempo da sua história, pautando-se até ao final por acertos, rendição e gradual desmobilização das tropas. Com os transportes marítimos condicionados às exigências inglesas, senhores da guerra de superfície no Atlântico e tutelados por um Estado que priorizou a componente militar em detrimento da economia das ilhas, o gradual controlo do Atlântico Norte pelos Aliados, mercê não só dos porta-aviões de escolta como da miniaturização do radar; da descodificação do código *Enigma* e da melhoria dos sistemas de escolta (contando com o apoio de Lajes, na Terceira), permitiram uma nova interpretação (1943) do papel dos Açores já não como fronteira mas como elemento de ligação entre continentes e

apoio ao patrulhamento ao Atlântico Central.

José Enes revela-nos em *História dos Açores*[11] um arquipélago com uma agricultura atrasada e indústria incipiente, com dificuldades de exportação, escassez de capital, falta de mão-de-obra qualificada e infraestruturas, podendo apenas contar com dois portos capazes. Apesar das boas intensões dos autarcas, poderes autónomos e normalmente dos governadores-civis, era factual a incapacidade de obter receitas a partir de uma população pobre, envolvida numa economia débil e já de si, sobrecarregada de impostos. Ilhas sobrepovoadas, com escassa capacidade de gerar emprego, mal conseguiam assegurar a alimentação das suas gentes, tendo a ilha de São Miguel como mais expressiva da sua frágil indústria, numa série limitada de produtos, dependente dos escassos e periclitantes transportes, agravada pela perda dos mercados internacionais, entretanto em economia de guerra.

A chamada dos poucos quadros técnicos ao serviço militar obrigatório, lançou a população numa crise de múltiplas frentes, agravada pela escassez de receitas alfandegárias ou de divisas remetidas pelos emigrantes. Apesar da resposta lenta e tardia aos constantes pedidos de apoio à República, em 1941 existiam mortos de fome nos Açores, não por falta de alimento, importado das colónias africanas, mas pelo seu preço e falta de emprego, sendo este o contexto em que o contingente expedicionário encontra as ilhas, priorizando-se por ordem do Estado, a ajuda aos militares e aos animais que os acompanhavam.

Estendendo-se das três ilhas guarnecidas a outras duas, priorizando-se a vigilância nas restantes, o governo liderado por António de Oliveira Salazar não projetou (ou não teve interesse) as repercussões, uma vez que as ilhas não estavam preparadas para os receber em tão pouco tempo, falhando, logo de início, questões básicas como a alimentação e a água. Sem estudos prévios e reforço de estruturas (nem aviso do que se esperava fazer chegar) a rede de canalização e de produção/armazenamento de alimentos colapsou perante a necessidade de assegurar um regular apoio externo a partir do continente, salvando-se pela tradicional solidariedade das restantes ilhas, embora condicionadas às contrariedades, por exemplo climatéricas, e aos muitos interesses económicos. A falta de transportes, o aumento das tarifas alfandegárias, dos fretes e o tabelamento por parte das autoridades civis e militares desencorajariam os produtores de abastecer mercados como os da Horta, Ponta Delgada e Lisboa, correndo o risco de concorrência num sistema logístico desorganizado que podia fazer chegar ao mesmo tempo e após meses de escassez, gado do sul do país.

O prometido apoio do poder central, nomeadamente no reforço às unidades expedicionárias surge na prática limitado e atrasado, sem corresponder às reais espectativas deixando os comandos, as unidades, as autoridades e a população lançadas um pouco à sua sorte, padecendo em última instância o Povo, dado

11 AAVV, 2008

os vastos poderes dos militares, embora em diferentes dinâmicas por ilha. Neste contexto, não só a visita do Presidente da República como a implementação do Emissor Regional (1941), trariam alento aos locais. A presença das forças militares portugueses e estrangeiras faria despoletar algum comércio interno, dinamizando freguesias, vilas e cidades inovando-as pelas esplanadas, restaurantes, frutarias, bares, etc., desenvolvendo-se um pouco e por onde os militares andavam, postos telefónicos, chafarizes, edifícios, estradas, etc., criando-se ou duplicando-se até em alguns casos, a rede de canalização ou de eletricidade. Em consequência, alguns municípios rejuvenescem os seus limitados orçamentos que, com o apoio das limitadas verbas das juntas gerais e as ambicionadas comparticipações do Estado, fizeram evoluir quase no final do conflito, importantes planos de urbanismo ou obras como estradas e reservatórios, preparando-se o ciclo seguinte no que concerne por exemplo, às escolas dos Planos dos Centenários.

Este difícil equilíbrio, forçadamente encontrado entre militares e ilhéus acabou por resultar de uma chegada intempestiva dos primeiros a uma realidade que não lhes havia sido descrita à partida, na capital. À chegada aos portos de destino, os comandantes eram confrontados com a necessidade de requisitar casas, expulsando os moradores ao dito *preço justo*, confrontando-se normalmente com habitações velhas e degradadas, com precisão de urgentes obras de adaptação ao nível de telhados, sobrados, canalizações, cozinhas e esgotos. Esgotadas as reservas financeiras iniciais, tornava-se regular para além da falta de financiamento, materiais como combustíveis, borracha, ferro, pregos ou mesmo fardamento, gerando o receio de incapacidade de lutar por ausência de meios. A contribuir, a ausência de importantes quadros técnicos como mecânicos de armamento ou de aviação, obrigando à reparação de pequenas avarias no continente, deixando a arma a fazer vista, durante meses.

A dotação de material das unidades era, já de si, desajustada para o volume de serviço com que se depararam nas ilhas, em especial no caso da Engenharia. Em alguns casos já faltara à partida, tornando-se frequente os erros nas especificidades ou na expedição, trocando-se a ilha de destino. A má qualidade dos aquartelamentos, mesmo quando construídos de raiz; a escassez e repetição de alimentação; a falta de água, de verbas, de materiais e de infraestruturas como estradas e pontes, colocavam em causa o esforço militar e civil no seu conjunto, em especial se em contexto de emergência. Por falta de prévios e rigorosos estudos, os comandos rapidamente se aperceberam da limitada quantidade de material, sabendo-se hoje provavelmente incapaz de suster a invasão projetada pelos americanos, por exemplo a 22 de junho de 1941[12]. Por exemplo, a única referência aos espaldões CTR 25 cm que a Engenharia encontrou à chegada à Espalamaca (Horta) foram bandeirolas. A Artilharia de Campanha no sector central de São Miguel temia não se colocar em posição de forma célere, por ter de se mover em estreitas estradas de terra, limitadas por muros altos e valas

12 Telo, 1993.

profundas quando não exposta ao fogo inimigo, por serpentearem junto ao mar. Se as difíceis condições meteorológicas camuflavam a sua progressão, ajudando na defesa, bastaria um número pequeno de fogos bem-sucedidos para as colocar inoperacionais, sendo as vias alternativas, piores. Caso os problemas não se colocassem por esta via, seria de esperar sempre outros como a falta de material acessório ao tiro e mesmo suplentes.

Pelo exposto torna-se evidente que o principal problema foi a falta de um planeamento maduro e respetivo envelope financeiro, a tempo e horas, para a campanha nos Açores, assente nas especificidades dos ramos e das armas, em cada ilha e do arquipélago no seu conjunto. Afastado do continente, sobrepovoado e com escassos meios alimentares e de transportes, militares e população açoriana tiveram de se harmonizar num apoio mútuo, aguardado que o conflito não lhes tocasse diretamente, contando com apoios tardios e ocasionais por parte da República, igualmente empenhada na gestão da economia de guerra e defesa do império. Contudo, nos Açores, viaturas militares incendiaram-se em novas garagens em virtude de a humidade penetrar nos sistemas elétricos, por falta de verbas para pagar as portadas.

Luís Salgado de Matos em *Nova História Militar*[13] ajuda-nos a perceber esta dicotomia ao referir que já do antecedente, Portugal era um Estado sem dinheiro pelo que "[…] o esforço financeiro durante a guerra foi dos mais elevados da história portuguesa […]"[14]. Posiciona os encargos em cerca de 42% da despesa pública efetiva (1940) para cerca de 64.000 homens, um efetivo que se mantinha desde 1930. Duplicá-lo-ia para 1944, para cerca de 132.000 militares, baixando a despesa pública para cerca de 38%. Ou seja, mais do dobro do efetivo para menos despesa pública efetiva com os militares[15]. É claramente o reflexo de um país pobre e sem capacidade de fazer face a tal esforço financeiro, percebendo-se a tímida desmobilização logo em janeiro desse ano. Muito mais se podia dizer sobre as diferentes organizações mas, a título de remate, veja-se a recomendação do Estado para combate aos incêndios dos aguardados bombardeamentos aéreos em larga escala: a centenária dupla de baldes, um de areia e outro para transporte de água.

Como Fernando Rosas aponta[16], a economia portuguesa é que padecia de males que não permitiria fazer muito melhor no apoio aos militares, optando-se mais pela estratégia de "tropa em força" para os Açores e depois logo se verá, perdendo-se gradualmente o interesse nas ilhas após a tomada aliada do norte de África e da Sicília; recuo da atividade submarina no Atlântico e das tropas alemãs, a partir de 1943. As consequências do ataque a União Soviética retiraram em parte, pressão à concretização da operação *Félix*, facilitando a opção estatal de

13 AAVV, 2003.
14 Matos, 2004: 155.
15 AAVV, 2004.
16 Rosas, 1995.

lentamente ir "fechando a torneira" às unidades expedicionárias, deixando-lhes a habilidade de cumprir a missão em articulação com as entidades açorianas.

Esta união de esforços refletia-se no apoio social e em várias áreas económicas, caso da luta contra a concertação de preços, em especial nos serviços e nos materiais de construção civil, área duplamente afetada pelo Estado: para além da sua falta (ou de verba), as obras militares que facilmente absorviam mão-de-obra faziam subir o preço da jorna, por exemplo dos camponeses, caso não se recorresse à migração de outras ilhas. Dada a falta de transporte e a tutela na organização pelo Comissariado do Fundo de Desemprego, a migração de desempregados das ilhas mais povoadas para as mais escassas em mão de obra é lenta e pouco eficaz, à exceção das céleres infraestruturas aeroportuárias em Lajes e Vila do Porto.

A António de Oliveira Salazar interessava suster um inimigo que viria de qualquer quadrante, devendo a resistência ser feita até ao último homem, batendo-o no mar o máximo de tempo possível. Em caso de recuo para as montanhas, desenvolver um canal pelo interior da ilha visando um rápido apoio à resistência/guerrilha e à entrada de tropas amigas, a partir de portos nos extremos da ilha. Defesa típica de um país de fracos recursos económicos e assente no ramo terrestre, mais barato de equipar e de manter, os meios navais e aéreos seriam limitados e tecnologicamente evoluídos à década anterior, realizando um papel mais simbólico do que prático, à exceção dos hidroaviões da marinha que não só transportaram correio e medicamentos como efetuaram socorro a náufragos.

Ordenaria uma atenção especial aos estrangeiros até mesmo porque as elites dividiam-se, como a comunicação social local atesta. A suposta paranoia do Brigadeiro Carlos Maria Ramires (1941) terá tido fundamento por se saber da grande ingenuidade de civis e instituições, que explicavam o dispositivo a quem perguntasse; da apreensão de publicidade beligerante; da descoberta de símbolos em estruturas de abastecimento de água a Ponta Delgada ou no ataque às guardas dos paióis da Marinha e Exército em Capelas (São Miguel).

Em resumo e estruturalmente, a II Guerra Mundial dos Açores acaba por seguir a lógica da I Guerra Mundial[17], apesar das enormes e aparentes diferenças. Em ambas, a disputa pelo mar dos Açores e controlo do Atlântico Norte conduziu à escassez de transportes marítimos que, impostos pelo Estado e operados a elevado custo para os locais, conduzem a uma inflação florescente a par da diminuição das exportações, falta de mercados, custo de frete e residual chegada de importações, gerando despedimentos e miséria social. A acompanhar a rápida queda de receita alfandegária, junta-se a incapacidade de pagar impostos diretos e indiretos, pelo que os poderes locais, principais entidades a serem pressionadas pelo povo, acabam por não dispor de recursos financeiros para gerar emprego público de forma a absorver o desemprego, apesar de o tentar fazer. Em efeito de "bola-de-neve", a falta de verba agrava ainda mais as importações, fazendo

17 Rezendes, 2014.

escassear bens essenciais, fomentando especulação e inflação que, espalhado ao tecido económico gera uma recessão civilizacional patente por exemplo, na falência da companhia de Luz das Flores; no desaparecimento do petróleo e consequente retrocesso, para quem podia pagar, à iluminação por óleo de baleia, um material autóctone.

A missão cumpre-se pelo espírito de equipa e resiliência entre autoridades civis e militares, procurando-se na concórdia, a resolução dos problemas. Ultrapassada a fase crítica da guerra e afastado o perigo de invasão à Península Ibérica, a desmobilização militar deixou importantes infraestruturas um pouco por todas as freguesias, desde postos telefónicos a aeródromos; de estradas e edifícios a fontanários num legado incontestável de bem feitorias. Havia também dinamizado o estagnado comércio local, constituindo uma lufada de ar fresco na socialização das populações, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos açorianos. Muitos destes expedicionários acabaram por ficar, não chegando a entrar em confronto pelo que será de concluir que a missão foi cumprida, apesar de todas as falhas. Subsiste a dúvida de um verdadeiro teste, marcado para inícios do verão de 1941, numa altura em que o dispositivo final de defesa estaria longe de estar concluído.

11. Soldado n.º 581/41, Fernando Borges, do 1.º Batalhão Expedicionário do R.I. 12 (Coimbra) de sentinela ao Q.G. do Sector Oeste, Ginetes, São Miguel, Col. CDZMA; Rezendes, 2019

Bibliografia.

AAVV – *Açores na II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

AAVV – "Açores e as dinâmicas do Atlântico: do descobrimento à segunda guerra mundial". In *Atas do II colóquio internacional*, realizado em Angra do Heroísmo, de 28 de julho a 2 de agosto de 1987. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989.

AAVV – *Nova História Militar de Portugal*. Casais de Mem Martins: Círculo de Leitores e Autores, Vol. 4, 2003.

AAVV – *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerras Mundiais*. Lisboa: Governo Regional dos Açores/Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento, 2008.

AAVV – História dos Açores. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Vol. 2, 2008.

ANDRADE, L. – *Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2013.

ANTUNES, J. F. – *Roosevelt, Churchill e Salazar. A luta pelos Açores, 1941 – 1945*. Madrid: Ediclube, 1995.

_____ – "A invasão dos Açores parada pela Operação Barbarossa". In *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

BAYLIN, B. – *Atlantic History – Concept and Contours*. London: Havard University Press, 2005.

BESSA, C. – *A libertação de Timor na II Guerra Mundial. Importância dos Açores para os interesses dos Estados Unidos: subsídios históricos*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1992.

CABRAL, H. e Alegria, P. – *Aviação Naval – Asas da Marinha*. Lisboa: Contra a Corrente, 2023.

CARDOSO, E.P.C. – *História da Força Aérea Portuguesa*. Lisboa: Cromocolor, 3.º Vol., 1984.

CARRILHO, M. – *Portugal na Segunda Guerra Mundial: contributos para uma reavaliação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

COSTA, M. P. C. – *U-Boats nos mares dos Açores – Batalha do Atlântico (1939-1945)*. Horta: Associação de Defesa do Património da Ilha do Pico, 2012.

CRUZ, M. B. – *Correspondência de Santos Costa (1936 – 1982)*. Lisboa: Verbo, 2004.

DART, H. – "Um episódio da Segunda Guerra Mundial nos Açores". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, n.º 222013.

EISENSTADT, S. N. – *The Political Systems of Empires*. New York-London: The Free Press of Glencoe, Collier-Macmillan, 1963.

FERREIRA, J. M. – "Ilhas e Arquipélagos: neutralidade e zonas de influência". In *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

Grave, J. A. G. – *Os Açores na Segunda Guerra Mundial – A visão Interna*. Tese de Mestrado. Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores, 2000.

GERHARD, W. – *A World at War: A Global History of World War Two*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

HERZ, N. – *Operação Alacrity – Os Açores e a Guerra no Atlântico*. Ponta Delgada: Naval Institute Press/Munícipio de Vila do Porto, 2004.

HOWORTH, A. H. – *A Aliança Luso-Britânica e a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: E.N.P., 1956.

LEZCANO, V. M. – "Canarias, Azores y Cabo Verde durante la Batalla del Atlantico (Junio 1940-Septiembre 1943)". In *Anuario de Estudios Atlânticos*. Las Palmas: Patronato de la Casa de Colon, Vol. 23, 1977.

MACHADO, E. – *Recordando nas duas Grandes Guerras*. S.l., 1959.

MENESES, A. F. – *As Lages da ilha Terceira – Aspetos da sua História*. Ponta Delgada: Nova Gráfica, 2001.

MENEZES, M. S. – *A Defesa dos Açores durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: Pentaedro, 1988.

MENEZES, M. S. – "As facilidades concedidas nos Açores a ingleses e americanos em oito de outubro de 1943". In *Os Açores e a II Guerra Mundial*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2007.

OLIVEIRA, J.E.F. – *Aeroporto de Santa Maria 1946 – 1996, Aeroportos e Navegação Aérea*. Ponta Delgada: Coingra, 1996.

OSIANDER, A. – *The states system of Europe – 1640-1990 – Peacemaking and the conditions of international stability*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

REZENDES, S. – "A bateria da Castanheira em Ponta Delgada: da II Guerra à atualidade". In *Atlântida*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, Vol. LIII, 2008.

_____ – *A Grande Guerra nos Açores - Memória Histórica e Património Militar*. Ponta Delgada: Letras Lavadas, 2014.

_____. – *A II Guerra Mundial nos Açores - Receios, privações e miséria num ambiente de prevenção armada*. Lisboa: Caleidoscópio, 2019.

_____ – II Guerra Mundial, 2008 in http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=9835 (consultado em 16-06-2023).

RILEY, C. – "A baleia dos ares os Clippers da Pan American e a cidade da Horta no decurso da Segunda Guerra Mundial". In *O Mar na história, na Estratégia e na Ciência*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, Tinta-da-China Edições, 2013.

RODRIGUES, L.N. – *A Legião Portuguesa: a milícia do Estado Novo (1936-1944)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

RODRIGUES, L. N. – *No coração do Atlântico – Os Estados Unidos e os Açores (1939-1948)*. Lisboa: Editora Prefácio, 2005.

ROSAS, F. – *Portugal entre a paz e a guerra: Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUSSETT, B.M. – *Community and Contention: Britain and America in the Twentieth Century*. Westport Connecticut: Massachusetts Institute of Technology, Greenwood Press Publishers, 1963.

S/A – *A Legião Portuguesa*. Póvoa do Varzim: A.C. Calafate Herds. Lda, s/d.

STEVENS, D. – "Franklin D. Roosevelt and the Azores Delemma, 1941". In *Historian.* Arkansas: Phi Alpha Theta History Honor Society, vol.54, n.º 41992.

TELO, A. J. – *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1989-1948)*. Lisboa: ASA, 1993.

TELO, A. J. – "Os Açores e a neutralidade portuguesa". In *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 2009.

VINTRAS, R. E. – *História secreta da Base dos Açores*. Lisboa: Ulisseia, 1974.

WEISS, K. G. – *The Azores in Diplomacy and Strategy, 1940-1945*. Virginia: Center For Naval Analyses, 1980.

HERZ, Norman – "Covering the Azores Gap in World War II". in http://warfarehistorynetwork.com/daily/wwii/covering-the-azores-gap-in-world-war-ii/ (consultado em onze de março de 2023)].

ROCHA, Alexandre Luis Moreli – "L'archipel portugais des Açores dans le contexte de la transition vers le Conflit Est-Ouest (1946-1947) 'atlantisme et la fin du contrôle anglais sur l'océan)". In *Bulletin de l'Institut Pierre Renouvin*. France: n.º 27 (consultado em 26-05-2023).

ROCHA, Alexandre Luis Moreli – "As pressões dos Aliados e a evolução da política externa portuguesa entre 1942 e 1943: da neutralidade à colaboração". In *Revista de História*, n.º 161, Brasil, Departamento de História da Universidade de São Paulo: 113-144, (consultado em 26-05-2023).

ROOSEVELT, Franklin, Rubber – *A Vital WWII* Commodity in http://www.nationalww2museum.org/assets/pdfs/rubber-in-world-war-ii-fact.pdf (consultado em 26-05-2023).

SÉRGIO REZENDES

Licenciado em História e Ciências Sociais (Via Ensino), Mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento e Doutor em História Insular e Atlântica (séculos XV-XX) pela Universidade dos Açores. Entre 2000 e 2010 foi subdiretor do Museu Militar dos Açores. A sua produção museológica e bibliográfica centra-se nos Açores da I metade do século XX, nomeadamente durante as Guerra Mundiais e enquanto destino de degredo e prisão política. Atualmente é Vereador da Cultura, Educação, História, Património e Logística da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Citar este texto:

REZENDES, Sérgio – Receios, Privações e Miséria Num Ambiente de Prevenção Armada: Ecos da II Guerra Mundial nos Açores - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/FWBM1414

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A MARINHA PORTUGUESA E A 2.ª GUERRA MUNDIAL

Augusto Salgado

Resumo

A Marinha portuguesa chegou à 2.ª Guerra Mundial numa situação muito diferente, em termos de características e qualidades dos meios que dispunha. Se a neutralidade assumida por Portugal fez com que não participasse em acções bélicas, estes meios – navais e aéreos – travaram duros combates no salvamento de vários milhares de náufragos, no Atlântico e no Índico. Neste breve estudo, tentaremos mostrar a criação destes novos meios e as diversas acções que estes desempenharam durante este longo conflito mundial.

Palavras-chave: 2.ª Guerra Mundial, Marinha portuguesa, neutralidade, salvamentos.

Abstract

The Portuguese Navy arrived at the 2nd World War in a very different situation, in terms of characteristics and qualities of the means at its disposal. If the neutrality assumed by Portugal meant that it did not participate in warlike actions, its means – naval and air – fought hard battles in the rescue of several thousand shipwrecked people, in the Atlantic and in the Indian Ocean. In this brief study, we will try to show the creation of these new media and the different actions they played during this long world conflict.

Keywords: World War 2, Portuguese Navy, neutrality, Search & rescue.

A Armada até 1939

Conforme refere António Telo, a Grande Guerra "mata o projecto da "grande esquadra" de 1912", mas os diversos responsáveis pela pasta da marinha no período entre guerras, muitos deles ainda imbuídos dos conceitos de Mahan, ou seja, do combate decisivo, continuam a considerar que o poder naval era fundamental para Portugal.

Contudo, não tendo Portugal conseguido os meios que ambicionava nas compensações pós-guerra, o país vê-se obrigado a adquirir pequenos meios navais ingleses (900 t)[1] – *sloops* – que, inicialmente classifica mesmo como "Cruzadores". A estes meios juntaram-se quatro torpedeiros austríacos[2], os únicos meios navais a que Portugal teve direito no âmbito das compensações de guerra, e que irão formar o núcleo da Marinha dos anos 20 do século XX.

Com o Almirante Pereira da Silva ao leme da Marinha neste período, os planos navais por ele idealizados, sempre no âmbito dos conceitos de Mahan, têm como principal adversário a já conhecida Espanha e uma ameaça vinda apenas de meios de superfície[3]. Ou seja, o papel da arma submarina durante a guerra e os próprios meios submarinos portugueses e espanhóis, são praticamente desconsiderados.

Assim, e face às imensas dificuldades económicas que o país atravessa no pós-guerra, a dimensão dos seus planos para a construção de uma nova Armada adequada à posição marítima de Portugal vai sendo drasticamente reduzidos pelos sucessivos governos. Contudo, Pereira da Silva realiza uma importantíssima reorganização das estruturas da Marinha, realçando, principalmente, o triângulo Lisboa, Açores e Cabo Verde. Esta restruturação, embora grande parte apenas se tenha concretizado "no papel", apontava para Lisboa como a principal base durante o período de paz e estruturas em Leixões e Ponta Delgada que funcionariam apenas em tempo de guerra[4].

Inicialmente, a efervescência política que se vivia em Portugal neste período e os antecedentes da participação revolucionária de elementos da Marinha, levam a que os governantes tenham menos confiança política nesta força. Contudo, paulatinamente, a situação inverte-se. Um dos indicadores mais interessantes é o facto de apesar da terrível situação em que os meios navais se encontravam nos anos vinte, a Armada terá cumprido, escrupulosamente, a redução dos gastos correntes impostos pelo novo ministro das Finanças, Oliveira Salazar. Para tal, teve mesmo de proceder ao abate ou à venda de alguns dos poucos navios que ainda a equipavam[5].

A partir de 1928, novamente com Oliveira Salazar na pasta das Finanças, mas com poderes reforçados, a situação económica do país altera-se e, estando os militares no poder, em termos financeiros é dada prioridade à renovação do Exército e da Marinha. Contudo, importava definir qual a estratégia nacional e, consequentemente, que programa de rearmamento devia ser implementado, no âmbito dessa mesma estratégia. São vários os factores, que aqui não vamos

1 Recordamos que as canhoneiras da classe *Beira*, dos melhores navios que a Marinha teve durante a Grande Guerra deslocavam 500 t.

2 Eram inicialmente seis, mas dois perderam-se durante a viagem até Portugal.

3 TELO, António – *Homens, Doutrinas e Organização*. *1824-1974*, t. I, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, pp. 308-315.

4 TELO, *ibidem*, pp. 316-319.

5 TELO, *ibidem*, pp. 325-327.

detalhar, que levam a que este rearmamento e modernização se inicie pela Armada e não pelo Exército, para além do Império Ultramarino e o facto do plano da Marinha permitir desenvolver as indústrias navais nacionais[6]. No meu entender, considero que o papel fundamental da Marinha na supressão da célebre Revolta de 1931 na Madeira e nos Açores terá sido um factor chave. Aproveitando-se do facto da Armada se encontrar nas graças do regime, Magalhães Correia, agora a chefiar a pasta da Marinha, apresentou um novo plano de restruturação – naturalmente que baseado nos planos anteriores de Pereira da Silva – mas mais adaptado e, eventualmente, mais realista às verdadeiras capacidades financeiras do país.

Deste modo e, ao contrário do que ocorreu quando Portugal entrou na Grande Guerra em 1916, em que a Armada era constituída apenas um conjunto anacrónico de meios navais, de capacidade militar muito limitada, a Armada em 1939 era constituída por um conjunto coerente de navios. Apesar da Armada, como espectável, desejar ter mais meios, conforme iremos referir mais à frente. Portanto, na minha opinião, estes novos meios foram uma espécie de "recompensa" à Armada pelo apoio de 1931 mas, também, deveram-se à visão do Ministro das Finanças Oliveira Salazar, sobre a importância do mar nas ligações com o Império colonial português.

Assim, em 1932, deu-se início à edificação da nova esquadra, agora com o Comandante Magalhães Mesquita na pasta da Marinha, após saída de Magalhães Correia por razões de saúde. Com as finanças nacionais em ordem, numa altura em que no resto do mundo sentia os efeitos da queda da bolsa de New York, Portugal conseguiu negociar, em dois contratos separados, e com diversos estaleiros ingleses, a aquisição ou a construção em Portugal de: cinco Contra-torpedeiros[7] (*Vouga*, *Lima*, *Dão*, *Tejo* e *Douro*), dois Avisos[8] de 1ª classe (*Afonso de Albuquerque,* e *Bartolomeu Dias*), dois Avisos de 2ª classe (*Gonçalo Velho* e *Gonçalves Zarco*) e três submarinos (*Espadarte, Golfinho* e *Delfim*)[9]. Para além dos meios contratados inicialmente para adquirir em Inglaterra, estava previsto ainda a aquisição de um Transporte de Hidroaviões, a ser construído em Itália. Contudo, problemas cambiais levaram os estaleiros italianos a rescindir o contrato. Será esta rescisão que permitirá atingir os números atrás apresentados, com a aquisição do quinto Contra-torpedeiro, do terceiro submarino e de dois novos Avisos. Estes últimos Avisos, o *João de Lisboa* e o *Pedro Nunes*, são construídos em Lisboa, mas com base em planos desenvolvidos por um oficial da Marinha portuguesa[10].

Em termos de capacidades, os novos contra-torpedeiros tinham sido pensados

6 TELO, *ibidem*, pp. 327-332.

7 Curiosamente, foram construídos nos estaleiros portugueses dois outros contra-torpedeiros, que a pedido de Inglaterra, forma cedidos à Colômbia. TELO, p. 338.

8 *Sloops* na terminologia inglesa.

9 OLIVEIRA, Maurício de – *Armada Gloriosa. A Marinha de Guerra Portuguesa no século XX (1900-1936)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1936, p. 275.

10 TELO, *ibidem*, pp. 339-340.

para operar, principalmente, entre Portugal e os arquipélagos Atlânticos, ao contrário do que tinha ocorrido na Grande Guerra. No entanto, não tinham raio de acção suficiente para alcançar directamente Cabo Verde. Em termos de armamento, era semelhante ao britânico no período pré-guerra, com deficiências em termos anti-aéreos e não estavam equipados para a luta anti-submarina. Importa lembrar que, nesta altura, a Alemanha também não podia possuir qualquer meio submarino, pelo que não era ameaça. No entanto, a Espanha, o "nosso inimigo" tinha diversos submarinos operacionais, conforme já referimos. Em termos de defesa anti-aérea, os nossos navios estavam armados com armamento semelhante aos navios ingleses da época. Já os Avisos, foram pensados para as colónias, tendo os de 1.ª classe vindo, inicialmente, equipados com um meio aéreo orgânico próprio. Este meio acabou por ser retirado durante a guerra, em favor de mais armas anti-aéreas, durante as modernizações que Portugal conseguiu ir negociando com a Inglaterra.

Importa também realçar que, não tencionando Portugal adquirir navios de maior categoria, tipo cruzador, todos os navios mencionados foram equipados com peças de artilharia de 4.7 polegadas iguais, ou seja, 120mm, mas de 50 calibres. Ou seja, maior comprimento e, subsequentemente, maior alcance que as peças de mesmo calibre que equipavam outras nações, incluindo a Royal Navy[11]. Adicionalmente, importa realçar que esta nova força naval utilizava combustíveis líquidos, o que anteriormente só ocorria com os quatro já mencionados torpedeiros austríacos.

Para além dos meios navais, antes do conflito, são também adquiridos 33 novos meios para a Aviação Naval, de várias proveniências, maioritariamente britânica. Estas aquisições foram alvo de muitas críticas, mesmo internamente na Marinha. Só a aquisição, já durante o período da guerra dos pequenos hidroaviões *Grumman* G.44 *Widgeon*, é que permitiu dotar a Armada com alguma capacidade efectiva de patrulhamento marítimo[12]. Importar referir que, de forma não organizada, o número e tipo de aeronaves da Aviação Naval foi sofrendo alterações durante a guerra, assim como a aviação do Exército, através da "retenção" e, posterior compra, de aeronaves Aliadas, que pelas mais variadas razões aterravam intactas em território nacional. Naturalmente que, adicionalmente, muitas outras houve que nada foi possível utilizar, por se encontrarem muito danificadas[13].

Em termos de estrutura de apoio, a passagem do Arsenal de Marinha, agora dotado de verdadeiras capacidades oficinais e de construção, para a margem Sul, mais concretamente para a zona do Alfeite, onde a Escola Naval já funcionava desde Novembro de 1936, permitiu também, a partir de 1939, que fosse prestado o necessário apoio oficinal internamente, aos novos meios navais. Algo que era

11 Para compensar este maior comprimento, estas peças tinham um contrapeso característico na zona da culatra.

12 TELO, *ibidem*, pp. 386-387.

13 GUERREIRO, Carlos - *Aterrem em Portugal*, Colares, Pedra da Lua, 2008.

deficiente em períodos anteriores e que nunca seria possível efectuar aos meios previstos no Programa de 1912, caso este tivesse avançado.

Curiosamente, é neste período entre guerras, mais concretamente a 29 de Fevereiro de 1936, que a Armada perde o seu único navio de salvamento, o célebre *Patrão Lopes*. Foi um navio que esteve presente praticamente em todas as situações de encalhe ou de naufrágios ocorridas nas costas de Portugal continental na época, ganhando a fama de ser o navio que saía quando todos os outros entravam nos portos para se abrigar. Os despojos deste navio, cujas acções de salvamento na zona da Península Ibérica tiveram início ainda sob bandeira alemã, nos finais do século XIX, e que foi o mais pequeno navio alemão requisitado em 1916[14], jazem actualmente nas proximidades do Bugio.

Entretanto, o ano de 1936 fica marcado por um outro acontecimento, que irá colocar em perigo a paz na Europa – a Guerra Civil Espanhola. Este conflito volta a trazer à superfície o "perigo espanhol", em especial nos períodos que em Madrid estão governos de Esquerda que apoiam aqueles que se opõe ao regime de Lisboa. Perigo esse que Salazar considera, naturalmente, mais real vindo através das fronteiras terrestres do que pelo mar. Assim, o novo plano naval, proposto em 1937 pela Marinha, e que prevê um aumento substancial no número de meios navais já existentes é, naturalmente, rejeitado pelo regime. E, nem mesmo a aquisição de apenas mais alguns meios foi possível, face à ameaça de guerra na Europa que começava novamente a surgir no horizonte. O Velho Continente encontrava-se, novamente, numa corrida ao armamento naval, como no período que antecedeu a Grande Guerra.

Logo no início do conflito no país vizinho, a Armada portuguesa é utilizada no apoio de cidadãos nacionais que pretendessem regressar a Portugal. Estas acções decorreram em vários portos do Mediterrâneo e do Norte da Península Ibérica, sendo principalmente regatados cidadãos nacionais e alguns brasileiros. Contudo, os navios portugueses também recebem a bordo diversos cidadãos apoiantes de Franco que se encontravam em territórios controlados pelo governo Republicano. Naturalmente que essa não era a sua missão e, ao fazê-lo, os relatórios oficiais existentes no Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha, refere que o faziam por "razões humanitárias". Contudo, o oposto nunca ocorre. Talvez tais atitudes não sejam surpreendentes, pois da leitura dos mencionados relatórios conseguimos perceber que ao nível dos oficiais haveria uma certa "simpatia" pela causa de Franco. No entanto, apenas numa única vez os apoiantes de Madrid são referidos num relatório como "vermelhos".

No âmbito destas missões, há a destacar o apoio que os navios deram à embaixada portuguesa em Madrid, que se tinha deslocado para Alicante, devido

14 SALGADO, Augusto – "O Navio de Salvamento Patrão Lopes", *Revista de Marinha*, nº 991, 2016, pp. 62-63), "Navio de Salvamento Newa (pré-1914)", *Revista de Marinha*, nº 1021, 2021, pp. 78-79 e "Navio de Salvamento Newa em Lisboa (pré-1914)", *Revista de Marinha*, nº1027, 2022, pp. 62-63.

à ofensiva das tropas de Franco. Esse apoio não se limitou à disponibilização de alojamentos, ao embaixador e a outros elementos da embaixada, para além das respectivas famílias, mas, também de comunicações. Neste período importa também destacar a missão de repatriamento de refugiados apoiantes do governo de Madrid que se tinham deste lado da fronteira e que Salazar os quis retirar do país o mais rapidamente possível. Esses refugiados, em especial os que se encontravam na zona de Barrancos, foram levados até Lisboa, onde embarcaram no paquete *Niassa*, que foi escoltado pelo *Douro*. Os dois navios seguiram até Terragona, que se encontrava na mão das forças governamentais, numa missão que teve alguns momentos de tensão com as autoridades locais, em especial, quando o *Niassa* se encontrava atracado ao cais.

Importa aqui referir que este episódio tem levantado alguma controvérsia nos diversos investigadores que têm abordado este assunto, pois estes afirmam que o governo de Madrid desconhecia a intensão de Lisboa enviar os refugiados para o mencionado destino. Efectivamente, à chegada, em terra ninguém estava à espera da chegada deste grupo de pessoas. Até porque, nessa cidade, havia falta de todo o género de abastecimentos. No entanto, no Arquivo Histórico de Marinha, existe documentação que mostra claramente que Lisboa, através do ministério dos Negócios Estrangeiros, tinha informado previamente o governo de Madrid da sua intenção. Muito provavelmente, na situação complicada que se vivia em Madrid, e a própria saída da cidade do governo, a informação "perdeu-se" sem ter chegado aos verdadeiros interessados.

Estas acções humanitárias dos navios da Armada terminam em Setembro de 1936, após a conhecida "Revolta dos Marinheiros", ocorrida no Tejo. Efectivamente, após este episódio, os navios da Armada apenas saem de Lisboa para patrulhas em águas nacionais ou para exercícios em águas portuguesas. A "normalidade" regressa após a conclusão do conflito em Espanha, e é marcado pela ida até Sevilha, após um exercício naval, de vários meios navais portugueses. Naturalmente que esta força naval e os seus elementos, foram apoteoticamente recebidos, tendo sido organizada, inclusivamente, uma tourada em honra de Portugal[15].

O Mundo em Guerra

Contudo, como é comummente conhecido, infelizmente aqueles que previam um novo confronto generalizado na Europa, viram os seus receios confirmados, quando a 1 de Setembro de 1939 as tropas alemãs entraram na vizinha Polónia. Dois dias depois, a Inglaterra e a França declaram guerra à Alemanha, mas não intervêm nos combates que estão a decorrer no território da Polónia. A guerra com estes dois países europeus vai travar-se, inicialmente, apenas no mar, através

15 SALGADO, Augusto - "Portugal and the Spanish Civil War at Sea, 1936–1939", *The Mariner's Mirror*, 107:1, 54-69. 2021.

de navios de superfície e submarinos alemães pré-posicionados no Atlântico.

De imediato, Portugal, ao contrário do que tinha ocorrido no anterior conflito mundial, declarou a neutralidade. Apesar das "simpatias" que o regime nutria pela Itália de Mussolini e, em menor escala, da Alemanha Nazi, Portugal manteve-se fora do conflito que irá, mais uma vez, provocar destruição na Europa e no mundo.

No mar, à semelhança do que tinha ocorrido entre 1914 e 1918, a guerra alterou profundamente as rotas marítimas mundiais e, novamente, Portugal não se encontrava preparado para esta eventualidade. O número de meios navais nacionais existentes à época era insuficiente para assegurar as necessidades do país e, muito menos, das suas colónias, incluindo os arquipélagos atlânticos. Curiosamente, no período pré-guerra, a maioria do movimento dos portos nacionais encontrava-se, como habitualmente, na mão dos britânicos, mas a Alemanha encontrava-se já muito próximo, em termos de importância.

Em termos da importância estratégica de Portugal e dos arquipélagos atlânticos, nos anos iniciais da 2.ª Guerra Mundial e, contrariamente ao que a maioria dos investigadores refere, mesmo sem movimento comercial, todos arquipélagos Atlânticos Ibéricos vão desempenhar um papel importante e não apenas os Açores. Naturalmente que os autores espanhóis tentam realçar a importância das Canárias, que também tem de ser incluído neste conjunto, embora a posição de Espanha no conflito seja diferente da de Portugal. Franco devia muito – em termos políticos, militares e financeiros – à Alemanha e à Itália, pelo apoio que recebeu durante a guerra civil que devastou o país entre 1936 e 1939.

Efectivamente, só em finais de 1941 ou, quando muito, nos inícios de 1942, quando Hitler percebe que afinal a Rússia não iria ser fácil de derrotar, é que toda e qualquer ideia de intervenção alemã na Península Ibérica ou nos arquipélagos mencionadas é abandonada. Tal não impede que os Aliados, primeiros os ingleses e depois os americanos, não mantivessem o seu interesse, em particular nos arquipélagos de Cabo Verde e dos Açores. A Madeira, por não possuir nenhuma capacidade portuária ou porto natural, como o Porto Grande do Mindelo, apenas é incluída nos planos Aliados inicialmente, mas depressa deixa de ter qualquer interesse, mesmo em termos de planeamento.

Mais a Sul, com o fim da ameaça vinda do Norte de África, através das colónias francesas da zona e a subsequente invasão do Norte de África em Novembro de 1942 pelos americanos, afastaram definitivamente a ameaça que pairava sobre Cabo Verde. Curiosamente, nesse ano de 1942, quando os cerca de seis mil soldados portugueses estão definitivamente instalados, é quando os Aliados, em especial os americanos, são a única eventual ameaça ao arquipélago. E será a partir dos inícios de 1943 que os Açores passam a interessar ainda mais aos Aliados, que começam a pressionar, de forma mais dura, Oliveira Salazar.

A Armada em tempo de Guerra

Conforme já mencionado, no início da guerra são principalmente os meios de superfície alemães, previamente posicionados, que de imediato iniciam os ataques contra a navegação mercante Aliada. Nesta altura, há poucos submarinos posicionados à volta de Inglaterra e no Atlântico, incluindo um ou dois ao largo da costa Ocidental da Península Ibérica. Apesar de serem poucos, logo no dia 6 de Setembro, ou seja, três dias depois da Inglaterra e a França declararem guerra à Alemanha, o U-38, do tipo IX, afundou ao largo de Lisboa o navio mercante inglês SS *Manaar*, após uma breve troca de tiros à superfície[16]. Uma baleeira deste navio seria encontrada no dia seguinte, com 16 tripulantes a bordo, pelo vapor português *Carvalho Araújo*. Outros 30 chegaram também no dia 7 a Lisboa, a bordo do navio mercante Neerlandês SS *Mars*. As outras baleeiras foram recolhidas por outros navios mercantes mas, nestes casos, os náufragos não foram desembarcados em território nacional.

Contudo, esses não foram os primeiros náufragos a pisar solo nacional. No dia anterior, dia 6, o rebocador de Lisboa *Europa I* foi recolher ao navio neerlandês SS *Eidanger* 32 náufragos do navio inglês SS *Bosnia*, que tinha sido afundado na véspera pelo submarino alemão U-47, comandado pelo futuramente célebre Günther Prien.

Começava assim, logo nos primeiros alvores deste conflito, uma importantíssima actividade não apenas dos meios navais nacionais, militares e civis, mas também de estruturas em terra, de apoio a náufragos, vítimas da guerra no mar. Este apoio, que decorreu principalmente no Atlântico Norte e no Índico, em especial em Moçambique, de forma intensa até 1943, é actualmente praticamente esquecido, em termos internacionais e mesmo em termos nacionais. A partir desta data praticamente não foram encontrados mais relatos destas acções de salvamento. No total, pelos diversos portos nacionais, em navios de guerra ou mercantes, terão passado cerca de 6.000 homens e mulheres, das mais diversas nacionalidades[17].

16 BLAIR, Clay – *Hitler's U-Boat war. The Hunters. 1939-1942*, New York, Random House, 2000.

17 GUERREIRO, Carlos – *Portugal e o salvamento de náufragos de guerra durante a II Guerra Mundia*l. Dissertação de Mestrado elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Marítima, Alfeite, 2020.

REVISTA DE MARINHA

A MARINHA DE GUERRA PORTUGUESA NAS SUAS MISSÕES DE PAZ

Debaixo de violenta tempestade, o aviso «Afonso de Albuquerque» conseguiu recolher no oceano Índico quási duas centenas de náufragos de guerra de várias nacionalidades. (Ver dentro grande reportagem gráfica)

Fig. 1 - Capa da Revista de Marinha realçando as missões de salvamento da Armada (RM, Ano VII, nº194, 20JUL1943).

Talvez ainda menos conhecido, são as acções de busca e salvamento realizadas com o apoio da aviação naval, muito nos moldes do que actualmente é realizado. Um dos exemplos mais interessantes foi o caso do naufrágio do paquete britânico SS *Avila Star*, torpedeado perto dos Açores a 5 de Julho de 1942. Os primeiros sobreviventes são recolhidos, por acaso, pelo contra-torpedeiro *Lima*, que se dirigia para os Açores para uma comissão no arquipélago, três dias após o afundamento. A última baleeira, que incluía duas mulheres, só foi encontrada no dia 25 de Julho, perto da costa de Marrocos, após ter sido detectada por um dos mencionados hidroaviões, enviado especificamente à sua procura. Naturalmente sem meios para os recolher, pois as aeronaves eram muito pequenas, conforme já referimos, de Lisboa largou de imediato o Aviso *Pedro Nunes* que conseguiu voltar a encontrar e proceder ao salvamento dos náufragos[18].

18 SALGADO, Augusto e GUERREIRO, Carlos, "O salvamento dos náufragos do Avila Star", *National Geographic – História*, nº 5, Jun-Jul 2023, pp. 18-23.

Entretanto, a realidade da guerra submarina leva a Inglaterra a apoiar a modernização, tímida inicialmente, dos nossos navios, com a colocação de calhas para bombas de profundidade, colocação de circuitos de desmagnetização e aumento da capacidade anti-aérea dos meios de superfície. Curiosamente, só em 1944 é que os navios foram equipados com equipamentos ASDIC (o precursor dos actuais sonares) que, pelo seu "secretismo", obrigavam que estes apenas fossem operados por elementos ingleses (quatro por navio)[19].

Se, inicialmente, para a defesa próxima dos portos a Armada recorreu, como já tinha ocorrido na Grande Guerra, a embarcações civis, após a concessão das Lages a Inglaterra cedeu a título de empréstimo oito grandes patrulhas. A destacar, entre os navios civis requisitados, o caso do arrastão *Açor*, que já tinha realizado a mesma função no anterior conflito. Já os recém-chegados navios ingleses encontravam-se bem preparados para a luta anti-submarina e para a rocega de minas, com bom armamento e equipados com equipamentos ASDIC. Inicialmente tinham guarnições britânicas, mas com comandante português, situação que foi sendo alterada com o decorrer da guerra. Os quatro primeiros (P1 a P4) ficaram adstritos à protecção do porto da Horta, acompanhados de um navio (B1) para operar a barreira anti-submarina lá colocada. No porto de Lisboa, possivelmente por se encontrarem a maioria dos meios navais nacionais, apenas foram adstritos dois patrulhas (P7 e P8). Já o P5 e o P6), que não eram mais do que grandes navios de pesca convertidos em patrulhas, vão para Ponta Delgada. Após a modernização dos contra-torpedeiros, os patrulhas P5, P6, P7 e P8 foram devolvidos a Inglaterra em Junho de 1944[20].

Em termos de defesa dos portos, a protecção, por imposição inglesa, começa após 1941, pelo porto de Ponta Delgada, da Horta e do Mindelo. O primeiro por causa dos depósitos de combustível líquidos e o segundo pelos depósitos de carvão. Só depois é que vêm os portos no continente. Por exemplo, a defesa do porto de Lisboa, que é o mais completo, apenas fica concluído em 1943, e inclui: serviço de barragens, rocega de minas, patrulhas e vigilância e um centro coordenador. Este dispositivo juntava aos meios de Marinha os meios de defesa de costa do Exército. Em menor escala, encontrava-se o porto de Leixões[21].

Talvez mais modesto, por se tratar de um único navio, mas não menos importante, foi o papel que o petroleiro da Armada *Sam Braz* desempenhou durante o conflito. Este navio foi mandado construir em 1938 para apoiar a esquadra, no recém-inaugurado Arsenal do Alfeite, na margem Sul do Tejo. Com 3.500t de deslocamento, foi o maior construído na altura, tendo a sua construção apenas ter sido concluída em Novembro de 1942. Contudo, as dificuldades

19 *Setenta e cinco anos no mar (1910-1985),* Vol. 2, Comissão Cultural da Marinha, Lisboa, 1989.

20 *Setenta e cinco anos no mar (1910-1985),* Vol. 9, Comissão Cultural da Marinha, Lisboa, 1997.

21 TELO, *ibidem*, pp. 420-421.

em Portugal conseguir importar combustíveis líquidos, não só pela escassez de petroleiros (alvos preferenciais dos U-boats), como também das limitações em importação impostas pelos Aliados, levaram que no período da guerra o navio fosse utilizado, quase exclusivamente, no transporte desses produtos. Nestas funções, realizou cerca de 24 viagens ao Mar das Caraíbas e quase em exclusividade às Ilhas de Aruba e Curaçau nas Antilhas Holandesas (uma em 1942 a Curaçau, oito em 1943, sete em 1944 e oito em 1945)[22]. De referir que estas ilhas, apesar de não disporem de petróleo, eram providas de importantes refinarias situadas junto de portos naturais ou canais profundos.

Estas viagens, de ida e volta de Lisboa às mencionadas ilhas, demoravam, em média, 40 dias, sendo o rumo indicado todas as manhãs de Lisboa, segundo informações facultadas pela Embaixada dos EUA. O objectivo era o navio não se cruzar com os comboios de navios Aliados que navegavam rumo à Europa, embora fosse frequente os tripulantes avistarem longos comboios de navios que navegavam no sentido contrário, sendo por vezes advertido por navios de escolta para mudar de rumo[23]. Este não era um procedimento habitual. Por norma, Portugal apenas tinha de informar, com antecedência, os movimentos previstos dos seus navios às embaixadas da Inglaterra e da Alemanha[24].

De entre as diversas peripécias que ocorreram com este navio há duas a destacar. A primeira ocorreu logo na primeira viagem, em que apesar do navio se encontrar desarmado com o casario pintado de branco, o costado de cinzento e ostentar grandes marcas de nacionalidade, no dia 2 de Dezembro de 1942 um submarino alemão obrigou-o a parar a tiro de canhão, só o deixando prosseguir após ter verificado a identidade do navio. A outra situação ocorreu em Março de 1944, em que o navio transportava, de forma "clandestina" em relação aos alemães, 1206 madeirenses para trabalhar na indústria da refinação do petróleo naquele pequeno país insular do Caribe. Todos iam com um contrato de trabalho invejável e transparente assegurado na petrolífera Shell. Aparentemente, durante essa viagem e, contrariamente ao que seria também habitual, o navio integrou um enorme comboio Aliado com mais de 150 barcos, entre navios civis e militares, que implicou várias alterações de rota e várias semanas de mar[25].

Também quase desconhecida são as peripécias e as dificuldades que os escassos meios da Marinha em Macau passaram durante o período da guerra. Situações essas que originaram das situações mais complicadas para a Armada. Ainda antes de 7 de Dezembro de 1941, face ao ambiente de guerra existente na região, fruto da invasão da China pelo Japão, Portugal conseguiu manter nesse território simultaneamente dois Avisos, para além da pequena lancha *Macau*. Contudo,

22 *Setenta e cinco anos no mar (1910-1985),* Vol. 13, Comissão Cultural da Marinha, Lisboa, 2003.

23 https://barcoavista.blogspot.com/2010/11/navio-de-apoio-sam-bras.html

24 GUERREIRO, *ibidem*.

25 https://www.dnoticias.pt/2019/3/14/194869-historica-viagem-1200-sera-evocada-sabado-no-funchal/

após o início da guerra, apenas ficou um único Aviso. O primeiro nesta nova "modalidade" foi o *Gonçalo Velho*, cuja comissão decorreu entre Junho de 1940 e Março de 1941. Este foi rendido pelo Aviso *João de Lisboa* que largou de urgência dos Açores no início de 1941 e chegou a Macau em Maio desse mesmo ano. Após o ataque a Pearl Harbour e a ocupação de Hong Kong pelos japoneses, a presença do mencionado Aviso tornou-se complicada. Assim, um ano depois da chegada do navio ao oriente, é-lhe ordenado regressar a Lisboa, fazendo a viagem Oeste-Leste, por imposição do Japão. Aparentemente o navio navegou na zona da célebre batalha de Midway, sem ser avistado por nenhum dos contendores.

Em terra, Macau, apesar de não ter sido ocupado como ocorreu com Timor, também sofreu terríveis provações durante o conflito. O enorme aumento do número de habitantes, devido à chegada constante de refugiados de Hong Kong e da própria China, ocasionou imensas dificuldades, mesmo ao nível mais básico, como era a alimentação. No que se refere aos escassos meios materiais e humanos da Marinha presentes no território, em diversas situações o Capitão do Porto pouco ou nada conseguiu fazer contra as actividades japonesas no território. Inclusivamente, um dos navios da capitânia acabou por ser "requisitado" pelos japoneses. Já no final da guerra, a própria aviação americana chegou também a bombardear o território[26].

Não menos fácil foi a situação de Timor, o único território nacional ocupado por dois dos beligerantes. Efectivamente, nos meses finais de 1941, sob o pretexto de um possível ataque japonês, o território foi ocupado por forças australianas e neerlandesas. Após difíceis negociações com os Aliados e com a promessa do envio de um contingente militar numeroso, Portugal conseguiu negociar a retiradas das forças Aliada[27]. Desde Moçambique, foi preparada uma força expedicionária que embarcou no paquete *João Belo*, escoltado pelo Aviso *Gonçalves Zarco*. Esta força, que era composta por 800 homens das diversas armas, largou de Moçambique a 26 de Janeiro de 1942. Poucos dias depois, a 19 de Fevereiro, os japoneses desembarcaram e ocuparam Timor, tendo os navios recebido as notícias da invasão por rádio directamente desde Dili, no dia 21, quando estes se encontravam no meio do Oceano Índico. No dia 27 de Fevereiro, é ordenado aos navios alterarem o rumo e seguirem em direcção à Austrália. Apesar de politicamente Oliveira Salazar ter condenado o acto, Lisboa ainda não sabia o que fazer com a força expedicionária. Só no dia 2 de Março é que a força é ordenada seguir para Colombo, ou seja, retroceder, numa altura em que os navios já se encontravam com pouco combustível e poucas provisões. Finalmente, a 17 de Março os navios portugueses largam de Colombo com destino ao porto de Mormugão na Índia, tendo o paquete seguido, quase de imediato, para Moçambique, após ter desembarcado os homens que levava a bordo.

26 **S**ILVA, António de Andrade e – *Eu estive em Macau durante a guerra*. Instituto Cultural Macau/ Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1991,

27 TELO, *ibidem*, pp. 435-438.

Já o *Gonçalves Zarco* larga pouco tempo depois para esse destino, onde vai permanecer durante vários meses. Até Dezembro desse ano, realizou várias acções de salvamento a náufragos resultantes de afundamento por submarinos alemães e japoneses[28]. A destacar, o salvamento dos sobreviventes do torpedeamento do navio inglês *Nova Scotia*, que transportava não apenas militares Aliados, como prisioneiros italianos[29].

Em Janeiro de 1945, Timor volta a ser a razão para se concentrar uma força naval em Moçambique, com o objectivo de reocupar a parte portuguesa da ilha. Assim, sob o comando de Ivens Ferraz, o heroico sobrevivente do combate entre o *Augusto de Castilho* e o U-139, em 1918, largam em dias e com rotas diferentes, os Avisos *Gonçalo Velho*, *Afonso de Albuquerque*, *Gonçalves Zarco* e o *Bartolomeu Dias*, escoltando o paquete *Angola*. Posteriormente, também são enviados os navios Sofala e Quanza, com comida e material diverso. A força naval reúne-se ao largo de Dili em finais de Setembro, que após a rendição do Japão já se encontrava nas mãos das autoridades portuguesas sobreviventes à terrível ocupação nipónica e de forças australianas[30]. Apesar dos vários erros cometidos, em termos logísticos e de planeamento, foi a maior força naval portuguesa no Oriente desde há muitos séculos.

Uma neutralidade "frágil"

Conforme já mencionado, na sua posição de país neutral, e para além do caso de Timor, Portugal não travou directamente combates com nenhum dos intervenientes no conflito. No entanto, são inúmeros os exemplos em que o país e os militares são levados ao limite.

Talvez um dos grandes testes a essa neutralidade, raramente mencionado, é a questão dos navios dos países beligerantes em portos nacionais. Em termos dos navios mercantes, mais uma vez, e à semelhança do que ocorreu em 1914, também no início deste conflito os navios mercantes alemães que se encontravam no mar receberam ordens para se refugiar em portos neutrais. Nos portos portugueses, no início da guerra, refugiaram-se 21 navios no total: em Ponta Delgada os petroleiros SS *Rudolf Albrecht* e o SS *Germania* e os cargueiros SS *Antiochia* e o SS *Eilkbek*; na Horta o SS *Klansckee Luis* e o SS *Bornhofen*; em Lisboa o *Heligolands*, em Mormugão o SS *Braunfels*, o SS *Drachenfels* e o SS *Ehrenfels*; em Moçambique o SS *Allerdortmund*, o SS *Rufidgi*, o SS *Uhenfels*, o SS *Watussi* e o SS *Ussukuma*[31]; em Angola o *Windhuk*, o SS *Adolph Woermann*,

28 FONSECA, Henrique Alexandre da – "A Viagem do Aviso «Gonçalves Zarco» ao Oriente em 1941-1943", *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CX, Jan-Mar 1980, pp. 53-66 e Abr-Jun 1980, pp. 377-390.

29 GUERREIRO, *ibidem*.

30 TELO, *ibidem*, pp. 435-438.

31 Embora o documento em referência mencione cinco navios em Moçambique, apenas indica o nome de quatro.

o SS *Adolf Leonhardt*, o SS *Wameru* e o SS *Wgogo*; em Macau encontrava-se um iate de recreio denominado *Loia*[32]. Adicionalmente a esta lista oficial, sabemos que na Guiné-Bissau largou, a 14 de Outubro, o SS *Halle* numa tentativa de se juntar a outros navios alemães que se encontravam nas Canárias. O navio foi interceptado por um meio naval francês e acabou por ser afundado[33].

Mas outros navios, até ao final do ano de 1939, também largaram dos portos nacionais onde se encontravam inicialmente e tentaram regressar à Alemanha. Por exemplo, um dos primeiros navios a largar de um porto português, neste caso de Lourenço Marques, terá sido o SS *Ussukuma*. Este navio conseguiu chegar sem ser interceptado ao porto argentino Bahia Blanca, a 13 de Outubro. No entanto, acabou por ser afundado pouco depois de se fazer ao mar, por navios britânicos empenhados na busca do célebre Cruzador-de-bolso alemão *Graf Spee*[34]. Nesse mesmo dia, o SS *Uhenfels*, com uma importante carga de polpa seca de coco, algodão e ópio, largou de Lourenço Marques, mas foi interceptado na zona da África do Sul por navios Aliados e apresado[35]. Já o SS *Adolph Woermann* manteve-se no Lobito até 16 de Novembro, data em que largou disfarçado do navio português *Niassa*. O navio é interceptado ao largo da ilha de Ascensão por um cruzador britânico, o que levou o seu comandante a afundar o próprio navio para evitar a captura. Alguns dias depois, no dia 23, fizeram-se ao mar dois outros navios alemães, aparentemente sem qualquer ligação entre eles. O primeiro foi o SS *Antiochia* que largou de Ponta Delgada, mas também foi interceptado e sofreu o mesmo destino a Sul da Islândia. O segundo foi o SS *Watussi*, que largou de Lourenço Marques, foi interceptado e afundado ao largo da África do Sul por navios britânicos que procuravam o já mencionado *Graff Spee*[36].

Também ocorreu, pelo menos uma vez, outro tipo de situação, que foi os navios mercantes navios alemães fazerem escalas em portos nacionais. Temos, por exemplo, o caso do petroleiro SS *Trifels*, que faz escala em Lourenço Marques, eventualmente nos dias inicias do conflito, onde substituiu a sua tripulação oriental por elementos alemães que se encontravam nos navios dessa nacionalidade fundeados no porto. Largou e conseguiu chegar a Ponta Delgada nos Açores, a 26 de Setembro. Largou desse porto a 12 de Novembro, disfarçado de navio russo (terá realizado esta operação no porto??), mas acabou por ser interceptado e aprisionado por um navio francês. Os navios entraram em Casablanca no dia 21 de Novembro de 1939[37]. Estes episódios são mais curiosos, pois a 21 de Outubro desse mesmo ano de 1939, Lisboa emitiu instruções a proibir que os navios alemães tivessem liberdade de movimentos nas entradas e largadas de portos

32 AHMNE, S3-E55.P5

33 ALLOIN, René – "Les forces de blocus Allemands. Année 1939", *Navires & Histoire*, nº 137, 2023, 26-53. 34.

34 *Idem*, p. 47.

35 *Idem,* p. 34.

36 *Idem,* p. 46.

37 *Idem,* p. 39.

nacionais. Como essas medidas só podiam ser implementadas pelas Capitanias, importa perguntar o que falhou!

Cumprindo as regras de neutralidade com menos rigor era o apoio que Portugal dava aos meios navais britânicos. São inúmeros os relatos de pequenos navios Aliados entrarem nos portos nacionais, não só para se reabastecerem, como também para efectuar pequenas reparações. Permanências essas que nem sempre cumpriam com o estabelecido nas regras internacionais.

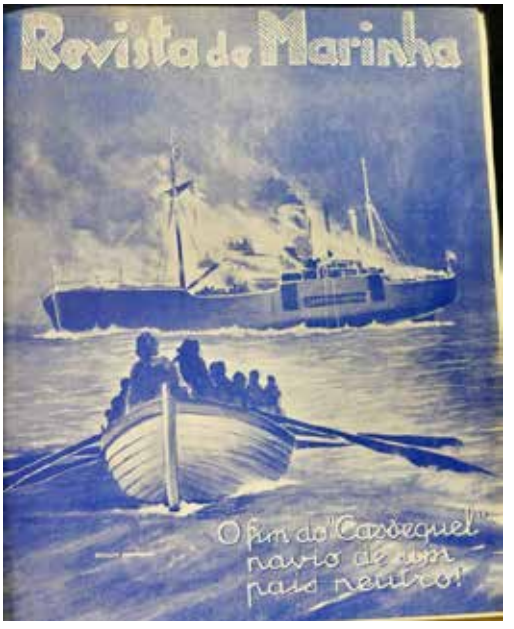


Fig. 2 - Capa da RM ilustrando o afundamento do vapor Cassequel português, por um submarino alemão (RM ano VI, nº143-31JAN1942)

A neutralidade portuguesa também foi posta à prova com os cerca de 10 navios nacionais que foram afundados pelos beligerantes, em especial por submarinos alemães. Contudo, também ocorre pelo menos um, o vapor *Santa Isabel*, que foi afundado por um submarino inglês no Mediterrâneo, por engano. Investigações mais recentes mostram que esse número poderá ter sido maior, se acrescentarmos navios que mudaram de bandeira após terem sido "requisitados", ou melhor "capturados" por algum dos países beligerantes. Haverá alguns exemplos no Oriente, de navios afundados por submarinos americanos quando navegavam com bandeira japonesa[38]. Outros navios houve, em especial navios e embarcações de pesca, que foram atacados com fogo de armas ligeiras por aeronaves de ambos os contendores, conforme informações que é possível encontra na documentação da época existente no Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha.

38 Comunicação pessoal de Carlos Guerreiro. Abril 2023.

Mais numerosas são as inúmeras violações dos espaços de jurisdição nacional, em especial ao longo da orla costeira. Essas violações ocorriam no mar, com os navios Aliados a navegar dentro do Mar Territorial nacional (até 3 milhas de costa), para tentar evitar ataques da aviação alemã. Mas essas violações também eram realizadas por vectores aéreos de ambos os lados, que ou por combate ou por avaria acabavam por aterrar ou cair em território nacional[39].

Para além do território continental, ocorreram também várias situações semelhantes em Cabo Verde. Em especial, após o combate naval entre três submarinos alemães e um submarino inglês, em Setembro de 1941, na Baia do Tarrafal, do Monte do Trigo na ilha de Santo Antão. Importa realçar que o combate foi travado a menos de 300 metros da ilha[40]. Nos Açores, em Janeiro de 1942, ocorreu uma situação semelhante, envolvendo um submarino alemão, o U-581, e dois contra-torpedeiro britânico. Os dois U-boats posicionaram-se nos dois extremos do Canal da Horta, aguardando a saída de um navio de transporte britânico, o SS *Llanggiby Castle*, que tinha entrado no porto da Horta danificado por um torpedo disparado por um submarino alemão. Mais uma vez, um dos submarinos alemães não respeitou as águas de jurisdição nacionais, pois chegou mesmo a "espreitar" à entrada do porto da Horta. Já os britânicos, atacaram o submarino alemão a menos de duas milhas de costa, conforme é possível constatar pela posição dos destroços do mencionado submarino[41].

Mais uma vez, os interesses de Portugal não eram considerados por nenhum dos contendores. E, ao pedido de apoio urgente enviado pelo Capitão do Porto da Horta para que o Contra-torpedeiro português que se encontrava em Ponta Delgada se dirigisse para a zona, a resposta foi, naturalmente, um retundo não. Era preferível não colocar na já complicada situação um navio de guerra português, ainda por cima com uma "aparência" muito britânica.

Mas, a guerra não se fazia apenas por pessoal fardado. Como é comummente conhecido, Portugal durante a 2.ª Guerra Mundial, e Lisboa em particular, era um verdadeiro "ninho" de espiões de todas as nacionalidades. Entre as diversas áreas de interesse das redes de espionagem, em especial as do Eixo, era a movimentação dos navios Aliados, mercantes e de guerra.

Após a informação ser obtida, nomeadamente nas docas de Lisboa, era necessário passar essa informação de forma rápida de modo que ainda tivesse valor operacional. Uma das formas para passar essa informação era através de rádios clandestinos sem fios. Conhecedor dessa possibilidade e, muitas vezes, instigados pelos britânicos, Portugal logo no início do conflito, mandou fechar

39 RODRIGUES, José Augusto – A batalha de Aljezur, 4ª ed., Aljezur, Junta de Freguesia de Aljezur, 2018.

40 D'OLIVEIRA, Emmanuel e SALGADO, Augusto - "Submarinos à vista em Cabo Verde (1941)", *Revista de Marinha*, nº 1014, mar/Abr 2020, pp. 78-81.

41 SALGADO, Augusto e RUSSO, Jorge – "O achamento do U-581. Os Açores na Batalha do Atlântico", *Revista de Marinha*, nº 996, Mar/Abr 2017, pp. 64-65.

ou confiscar os rádios que eram conhecidos[42]. Apesar dessas precauções, duas situações envolvendo rádios clandestinos são famosas. A primeira é de um Sargento Condutor de Máquinas, que a partir do Farol do Cabo de S. Vicente transmitia com um rádio clandestino os movimentos de navios que observava a partir desse ponto estratégico da nossa costa. Uma pesquisa profunda de José Augusto Fernandes permitiu confirmar o que muitos consideravam quase como uma ficção. Afinal, o dito Sargento tinha um equipamento fornecido pelos alemães[43]. A outra situação, foi a do telegrafista do navio de apoio à frota do bacalhau, *Gil Eanes*. Neste caso, os britânicos não tiveram qualquer constrangimento em o retirar de bordo do navio quando este se encontrava em alto-mar. Após ter sido levado para Inglaterra, o telegrafista confessou que recebia dinheiro para relatar, via rádio, todos os movimentos marítimos que observasse[44].

Curiosamente, nos dois casos e, contrariamente com o que ocorria normalmente nestas situações, nenhum dos dois teve o desfecho habitualmente reservado aos espiões, o fuzilamento. Ambos sobreviveram à guerra. Por que razão, desconhecemos.

Em jeito de conclusões

O facto de Portugal não ter sido um dos países beligerantes durante a 2.ª Guerra Mundial tem suscitado muito pouco interesse aos investigadores para o estudo no âmbito da História Militar. Efectivamente, e ao contrário do que ocorreu em África ainda antes de 9 de Março de 1916, quando a Alemanha declarou guerra a Portugal pela requisição dos seus navios em portos nacionais, as forças portuguesas praticamente não entraram em combate com nenhum dos contendores.

Contudo, o espaço mais propício para que tal confronto pudesse ocorrer seria no mar, onde cerca de uma dezena de navios de pavilhão português foram afundados e um número ainda indeterminado foi alvo de ataques, com consequências menos graves. Outros países houve, como por exemplo o Brasil, em que o afundamento de vários navios por submarinos alemães levou o regime do presidente Getúlio Vargas a declarar guerra à Alemanha, apesar das conhecidas "simpatias" com o regime. Ou seja, uma situação em tudo semelhante a Portugal, mas com um desfecho diferente[45]. Se tal tivesse ocorrido, apesar de mais bem equipada durante a 2.ª Guerra Mundial, em comparação com o anterior conflito, a Armada portuguesa não se encontrava verdadeiramente pronta para responder

42 CORSÉPIUS, Yolanda – *A Guerra não era ali*, [s.l.], edição de autor, 2010, p. 25.

43 RODRIGUES, José Augusto – A batalha de Aljezur, 4ª ed., Aljezur, Junta de Freguesia de Aljezur, 2018.

44 GALOPE, Francisco – "O caso do telegrafista do 'Gil Eanes?", *Visão História*, nº29, Jun2015, pp. 95-97.

45 RAMOS, Fábio Pestana – *A Guerra no Atlântico Sul. A 2ª Guerra mundial em águas brasileiras*, Santo André, FPR/PEAH, 2013.

às ameaças desta guerra. Que, curiosamente, não foram muito diferentes do anterior – faltavam as capacidades de luta anti-submarina e contra as minas. Mas também os outros países não estavam e, naturalmente, durante a guerra não havia capacidade para exportar, em especial para um país com ligações "perigosas" ao Eixo.

Contudo, os meios foram os suficientes para a Armada e o país, graças à posição estratégica dos seus territórios atlânticos e ultramarinos, desempenharem um papel importantíssimo, no salvamento de milhares de homens, mulheres e crianças, vítimas de um conflito em que, mais uma vez, as rotas marítimas foram fundamentais para a vitória dos Aliados.

Apesar de nos últimos anos terem vindo a surgir novos estudos sobre o tema, muito ainda haverá por descobrir, como o caso da participação de nacionais em navios de marinhas estrangeiras, em especial nas marinhas civis[46]. Ou, situações no mínimo "estranhas", como a utilização dos portos nacionais por navios militares de ambos os lados, em especial de um submarino alemão atracado a um cais da Horta, simultaneamente com um navio da Armada americana[47].

Fig. 3 - Capa da revista alemã Der Adler, mostrando um dos temíveis FW200 – Condor a atacar um navio mercante. Estas aeronaves eram frequentemente avistadas ao largo de Portugal, vindas de Bordéus (der Adler, nº13, 24JUN1941)

46 SILVA, Ricardo – "O herói português da Marinha holandesa", *Visão História*, nº 29, Jun2015, pp. 48-49.
47 LUTZ, Stephen D. – "The Black and White Ship", *WWII Quarterly*, Winter 2016, pp.38-45.

Biobliografia

ALLOIN, René – "Les forces de blocus Allemands. Année 1939". In *Navires & Histoire*, n.º 137, 2023.

BLAIR, Clay – *Hitler's U-Boat war. The Hunters. 1939-1942*. New York: Random House, 2000.

CORSÉPIUS, Yolanda – *A Guerra não era ali*. [s.l.]: edição de autor, 2010.

D'OLIVEIRA, Emmanuel e SALGADO, Augusto - "Submarinos à vista em Cabo Verde (1941)". In *Revista de Marinha*. N.º 1014, Março/Abril de 2020.

FONSECA, Henrique Alexandre da – "A Viagem do Aviso «Gonçalves Zarco» ao Oriente em 1941-1943". In *Anais do Clube Militar Naval*. Vol. CX. Jan-Mar 1980, Abril-Junho de 1980.

GALOPE, Francisco – "O caso do telegrafista do 'Gil Eanes?". In *Visão História*. N.º 29, Junho de 2015.

GUERREIRO, Carlos – *Aterrem em Portugal*. Colares: Pedra da Lua, 2008.

GUERREIRO, Carlos – *Portugal e o salvamento de náufragos de guerra durante a II Guerra Mundia*l. Dissertação de Mestrado elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Marítima. Alfeite: 2020.

LUTZ, Stephen D. – "The Black and White Ship". *WWII Quarterly*. Winter 2016.

OLIVEIRA, Maurício de – *Armada Gloriosa. A Marinha de Guerra Portuguesa no século XX (1900-1936)*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1936.

RAMOS, Fábio Pestana – *A Guerra no Atlântico Sul. A 2ª Guerra mundial em águas brasileiras*. Santo André: FPR/PEAH. 2013.

RODRIGUES, José Augusto – *A batalha de Aljezur*. 4ª ed. Aljezur: Junta de Freguesia de Aljezur. 2018.

SALGADO, Augusto – "O Navio de Salvamento Patrão Lopes". In *Revista de Marinha*. N.º 991, 2016.

_____ – "Navio de Salvamento Newa (pré-1914)". In *Revista de Marinha*. N.º 1021, 2021.

_____ – "Navio de Salvamento Newa em Lisboa (pré-1914)". In *Revista de Marinha*. N.º 1027, 2022.

_____ – "Portugal and the Spanish Civil War at Sea, 1936–1939". *The Mariner's Mirror*. 107:1. 2021.

SALGADO, Augusto e RUSSO, Jorge – "O achamento do U-581. Os Açores na Batalha do Atlântico". In *Revista de Marinha*. N.º 996, Março/Abril de 2017.

SALGADO, Augusto e GUERREIRO, Carlos – "O salvamento dos náufragos do Avila Star". In *National Geographic – História* N.º 5. Junho-Julho de 2023.

_____ – *Setenta e cinco anos no mar*

(1910-1985). Vol. 2. Comissão Cultural da Marinha. Lisboa: 1989; Vol. 9. 1997 e vol. 13, 2003.

SILVA, Ricardo – "O herói português da Marinha holandesa". In *Visão História*. N.º 29, Junho de 2015.

SILVA, António de Andrade e – *Eu estive em Macau durante a guerra*. In Instituto Cultural Macau/ Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau. Macau: 1991.

TELO, António – *Homens, Doutrinas e Organização*. *1824-1974*. t. I, Lisboa: Academia de Marinha, 1999.

https://barcoavista.blogspot.com/2010/11/navio-de-apoio-sam-bras.html Acedido em Junho 2003.

https://www.dnoticias.pt/2019/3/14/194869-historica-viagem-1200-sera-evocada-sabado-no-funchal/ Acedido em Junho 2003.

AUGUSTO SALGADO

Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha Portuguesa. Investigador do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CH-UL) e do Centro de Investigação Naval da Escola Naval (CINAV-EN).

Citar este texto:

SALGADO, Augusto – A Marinha Portuguesa e a 2.ª Guerra Mundial - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/ARTT2046

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A INVASÃO AUSTRALIANO-HOLANDESA DE TIMOR

David Martelo

Resumo

Ao iniciar-se a guerra no Pacífico, logo após o ataque japonês a Pearl Harbour, os governos holandês e australiano pressionaram o governo britânico no sentido de obterem a concordância do governo português para ocuparem preventivamente a metade leste de Timor, então colónia portuguesa. Este pedido, que, a ser aceite, constituiria uma violação da neutralidade de Portugal, tinha como fundamento a debilidade do sistema de defesa militar existente no território, o qual, uma vez ocupado pelas forças nipónicas, materializava uma ameaça directa ao território da Austrália. Salazar, logo no início das conversações, sublinhou de forma clara que só aceitaria o auxílio dessas forças DEPOIS de um eventual ataque da parte de tropas japonesas e NUNCA de forma preventiva – caso em que se colocaria fora do estatuto de neutralidade. Enquanto da parte do *Foreign Office* se vai manifestando alguma vontade de colaboração com os desígnios de Lisboa, no Oriente, o aparelho militar aliado – britânico e holandês –, deixando perceber uma evidente falta de serenidade, vai conduzir a questão de forma precipitada e acaba por levar à invasão da colónia portuguesa por uma pequena força australiano-neerlandesa, perante a qual o governador português manifestou o seu completo desacordo. Salazar apresentou um veemente protesto ao governo britânico e mandou preparar uma força que, partindo de Moçambique, deveria reforçar o dispositivo português e permitir a retirada das tropas aliadas. Ainda antes dessas tropas alcançarem o seu destino, os japoneses atacaram e ocuparam a ilha, de nada valendo a presença das forças aliadas ali desembarcadas. As pressões diplomáticas e militares de britânicos e holandeses haviam redundado num completo fiasco.

Palavras-Chave: Força australiano-neerlandesa, Invasão, Japão, Pacífico, Salazar, Timor.

Abstract

When the war in the Pacific started, soon after the Japanese attack on Pearl Harbour, the Dutch and Australian governments pressed the British government to obtain the agreement of the Portuguese government in order to occupy the eastern half of Timor, then a Portuguese colony, as a preventive measure. This request, which, if accepted, would constitute a violation of Portugal's neutrality, was based on the weakness of the military defense system in the territory, which, once occupied by Japanese forces, would pose a direct threat to the territory of Australia. Salazar, early in the talks, clearly stated that he would only accept the assistance of these forces AFTER an attack by Japanese troops and NEVER in a preventive way - in which case it would place Portugal outside the status of neutrality. While from the side of the Foreign Office some signs of cooperation with the designs of Lisbon were noticed, in the East, the military allied apparatus - British and Dutch – showing an obvious lack of serenity, will conduct this issue so precipitously, leading to the invasion of the Portuguese colony by a small Australian-Dutch force. The Portuguese governor expressed his complete disagreement and protest. Likewise, Salazar strongly protested to the British government and ordered the preparation of a force that, departing from Mozambique, was to reinforce the Portuguese troops in Timor and allow the withdrawal of the allied troops. Even before these troops reached their destination, the Japanese attacked and occupied the island, making useless the presence of allied forces stationed there. The diplomatic and military pressure from the British and the Dutch had resulted in a complete fiasco.

Keywords: Australian-Dutch strength, Invasion, Japan, Pacific, Salazar, Timor.

A 7 de Dezembro de 1941, uma força aeronaval japonesa ataca de surpresa a base americana de Pearl Harbour, nas ilhas Havai, assestando um extenso golpe no potencial de combate da marinha de guerra estadunidense. Os EUA declaram guerra ao Japão e o conflito, até aí predominantemente europeu, transforma-se no segundo conflito mundial. Prontamente, o governo de Londres pergunta ao embaixador português, Armindo Monteiro, se Lisboa aceitaria que a defesa de Timor fosse feita por forças holandesas e australianas, sob comando britânico. Salazar manda responder que «por ora não considera o ataque japonês como provável e o auxílio britânico apenas pode ser aceite em caso de *ataque efectivo* e não perante *presunção ou ameaça de ataque*». Vieira Machado, Ministro das Colónias, envia para o governador de Timor instruções nas quais refere que, em qualquer hipótese diferente da prevista, deve considerar as forças como agressoras e resistir-lhes com os elementos disponíveis[1] – uma companhia de caçadores. Tanta candura não podia ter fundamentação estratégica. Não é possível imaginar

1 NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. III, p. 363.

que, consultando os seus conselheiros militares, não tenham eles feito ver a Salazar que um ataque japonês a Timor teria sucesso instantâneo.

A 9 de Dezembro, o Encarregado de Negócios holandês em Lisboa avista-se com Teixeira de Sampaio, Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros[2], e pergunta se o governo aceitaria, no caso de ataque ao Timor português, o auxílio de tropas holandesas e australianas que se encontram na parte holandesa da ilha. Desta conversa foi informado o embaixador português em Londres, Armindo Monteiro, sendo instruído no sentido de frisar junto das autoridades britânicas que, em tal hipótese, contávamos «com o auxílio da Inglaterra devido por Tratado, o qual outro qualquer não deve dispensar nem suprir».[3] A posição de Lisboa assenta na convicção de que a entrada de forças estrangeiras em Timor se deve processar no âmbito da aliança existente, a qual, apesar das incertezas, dá mais garantias de retirada das mesmas, terminada a guerra, do que sendo a operação de auxílio conduzida por quem, por motivos geopolíticos, pode ter interesse em nunca mais de lá sair.

Num memorando de 11 de Dezembro, endereçado aos Chefes de Estado-Maior (CEM) britânicos, o *Foreign Office* começa por referir o seguinte: «Forças holandesas estão prontas para entrar no Timor português e as autoridades locais holandesas estão ansiosas por actuar sem demora.» Depois, descrevendo as conversações em curso com o governo português, para, em nome da aliança anglo-lusa, o persuadir a aceitar, desde já, a entrada de forças australianas e holandesas na parte portuguesa, antes mesmo de um ataque nipónico, solicitava aos chefes militares uma opinião para o caso do governo de Lisboa recusar:

> «É necessário, por conseguinte, decidir se, no caso de termos de escolher, preferimos utilizar o Timor português imediatamente ou, no futuro, a utilização das ilhas portuguesas do Atlântico e a implementação da aliança. Os pontos relevantes são: (a) Saber se um ataque japonês ao Timor português é, de facto, provável, dadas as várias alternativas que estão à sua disposição e se um tal ataque está iminente; (b) Saber se é essencial para a nossa segurança no Extremo-Oriente (e particularmente para a da Austrália) negar aos japoneses a utilização do Timor português; e (c) Nessa eventualidade, saber se as forças holandesas e australianas que se prevêem lá empenhar são as adequadas para esse fim. Se conseguirmos cooperar com sucesso com os portugueses no caso do Timor português, criaremos um importante precedente para a cooperação noutras partes do Império português. Se formos rudes para com os portugueses neste assunto, podemos não só prejudicar uma cooperação futura como causar uma imediata reacção política em Lisboa, a qual seria desfavorável aos

2 Tendo Salazar acumulado as funções de Presidente do Conselho de Ministros com as de Ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 6 de Novembro de 1936 e 4 de Fevereiro de 1947, ao Secretário-geral do MNE competia receber os contactos de rotina dos embaixadores acreditados em Lisboa, os quais só eram recebidos pelo titular da pasta nas situações mais delicadas.

3 MOTTA, C. Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial*, p. 28.

nossos interesses na Península Ibérica.»[4]

As cautelas do *Foreign Office* têm tudo a ver com as negociações que decorrem entre Londres e Lisboa acerca da utilização dos Açores pelos Aliados. Temem os diplomatas britânicos que qualquer passo que seja dado, prejudicial à neutralidade de Portugal perante o Japão, possa inviabilizar um acordo que permita a ocupação consentida das ilhas atlânticas. As três questões colocadas pelo *Foreign Office* resumem perfeitamente o que deveria constituir o método de análise da questão de Timor. Denotam um raciocínio lógico e, sobretudo, sente-se que foram concebidas com serenidade. Serenidade é, no entanto, o que mais escasseia entre holandeses e australianos, pelo que nem sequer se apercebem da fragilidade militar do plano que pretendem implementar. Estão reunidas, por isso, diversas condições propícias a uma violação gratuita da neutralidade portuguesa e ao fracasso da missão das tropas a empenhar.

A 12 de Dezembro, Salazar envia a Armindo Monteiro instruções claras no sentido de manter a posição portuguesa de não-aceitação de auxílio militar antes da consumação de qualquer acto hostil. Em Lisboa, Sampaio informa o embaixador britânico de que o governo português vai enviar ao governador de Timor, Ferreira de Carvalho, instruções que o autorizam a solicitar auxílio militar, mas sempre sem qualquer carácter preventivo. No mesmo dia, respondendo ao memorando do *Foreign Office* do dia anterior, o *Joint Planning Staff*[5] tem uma reunião de avaliação da situação quanto à possibilidade de um ataque japonês a Timor, concluindo «que, presentemente, tal não era provável, embora constituísse um natural desenvolvimento se e quando os japoneses estendessem as suas operações a esta parte das ilhas das Índias Orientais Neerlandesas».[6] Esta estimativa do *War Office*[7] só a 19 de Dezembro chega ao *Foreign Office*, quando tudo já se havia consumado em Timor. De facto, ao fim da tarde de 15, o Ministro holandês acreditado em Londres comunica ao *Foreign Office* que haviam sido detectados submarinos japoneses ao largo de Timor, pelo que as autoridades locais, de acordo com os australianos, tinham decidido que desembarcariam na parte portuguesa da ilha, na manhã de 17, com uma força combinada de 350 homens. Esse desembarque far-se-ia com ou sem a concordância das autoridades portuguesas.

Às 23 horas de 15, o governador de Timor recebe em Díli o telegrama secreto n.º 17, do Ministro das Colónias, datado de 12, no qual Vieira Machado ordena o contacto com o governador holandês, para lhe comunicar que

> «tem instruções para combinar ajuda que eventualmente deva ser dada por Governo Inglês por intermédio forças holandesas australianas para defesa nossa parte Timor caso ataque japonês se verifique contra nós. V. Ex.ª não perderá de vista seguintes pontos fundamentais: 1.º Pode encontrar

4 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 32.
5 Estado-Maior Conjunto.
6 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 34.
7 Ministério da Guerra.

> desejo colaboração efectiva imediata como prevenção contra perigos ataque japonês: nossa posição é aceitar auxílio só para caso sermos atacados nossa parte ilha por Japão pois política Governo é manter neutralidade até ataque efectivo qualquer potência seu território soberania; 2.º Auxílio é o que nos é devido aliança inglesa e Governo Inglês nos comunica estar disposto prestar por intermédio forças australianas e holandesas sob ordens gerais alto comando britânico»[8].

As instruções são coerentes com a defesa intransigente da neutralidade portuguesa. Contudo, as medidas militares não tomadas a tempo, pelo vazio defensivo criado, contrariavam esse desejo, só viável se assentasse num forte dispositivo militar português. Acrescente-se a particularidade de o telegrama, dada a sua classificação de secreto, ter de ser decifrado pessoalmente pelo governador português, o qual só na manhã de 16 logrou ter o texto completamente pronto, após vários pedidos de correcções resultantes de erros de transmissão. Depois, não dispondo de transporte nem de sistema de cifra para comunicação telegráfica com o governador holandês, e, não se encontrando em Díli o cônsul britânico, Ferreira de Carvalho preparou-se para estabelecer o contacto ordenado no dia seguinte, 17 de Dezembro.

Em Lisboa, ainda em 16, o embaixador britânico, Ronald Campbell, avista-se com Sampaio e comunica-lhe que a avaliação de emergência que está a ser feita por australianos e holandeses aponta para a necessidade de o auxílio a Timor se concretizar mesmo antes de Ferreira de Carvalho ter tempo para formular o necessário pedido. Nestes termos, o auxílio teria uma feição preventiva, contrariando as intenções expressas por de Lisboa. Não admira que a reacção de Sampaio tenha sido de sentida indignação. No relato desse encontro, que Campbell remeteu para o *Foreign Office*, o embaixador britânico afirmaria:

> «O Secretário-Geral, a quem acabei de fazer a comunicação da forma mais diplomática e persuasiva possível, reagiu da forma mais desfavorável [...] Entretanto, recomendo veementemente que o desembarque não seja efectuado contra a oposição do governador português.» No telegrama seguinte, Campbell acrescenta: «O doutor Sampaio disse que a essência do acordo consistia em que o governador fosse instruído no sentido de entabular localmente conversações de modo que o auxílio que ele estava autorizado a solicitar, no caso de um ataque, pudesse disponibilizar-se nas melhores condições [...]. Se as forças desembarcassem antes de qualquer ataque se materializar, Portugal tornar-se-ia imediatamente beligerante e o primeiro e não último resultado seria a tomada de Macau. [...] Lancei mão de todos os argumentos óbvios [...] mas não consegui demover o Dr. Sampaio. [...] Sinto que, se persistirmos numa atitude de "entrar sem

8 CARVALHO, Manuel A. F., *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)* p. 96. Sublinhado nosso.

> convite",[9] perderemos a confiança do Governo Português, com desastrosas repercussões nas conversações de Londres.»[10]

Na manhã de 17, pelas 07.15, apareceu o cônsul britânico, David Ross, vindo procurar o governador português. Vinha informá-lo de que, cerca das 8 horas, seria procurado por dois oficiais superiores, um australiano e um holandês, para entabularem conversações. À hora prevista, o cônsul e os dois oficiais apresentaram-se no gabinete do governador. Sigamos o relato do governador português:

> «Sem quaisquer preâmbulos, o oficial australiano, tenente-coronel W. Zeggaff, disse que, segundo instruções que os comandos australiano e holandês de Kupang[11] tinham recebido dos respectivos governos, as forças australianas e holandesas deviam dar auxílio militar ao governo da colónia portuguesa de Timor quando este o pedisse para defesa do seu território ameaçado pelos japoneses, devendo, segundo as mesmas instruções, o Governo das Índias Neerlandesas, quando considerasse que havia perigo iminente de qualquer acção hostil das tropas japonesas contra território português, avisar desse facto o governador da colónia, o qual, em face desse aviso, pediria o auxílio que lhe seria imediatamente prestado.»

Depois de exposto o teor das instruções que haviam recebido, o tenente-coronel prosseguiu a sua entrevista com o governador, nos seguintes termos: «Acrescentou que esse perigo iminente existia nesse momento, visto que tinham sido assinalados nas proximidades de Timor vários submarinos japoneses e que, nessas condições, eles vinham com a missão de me avisar disso, a fim de que eu imediatamente solicitasse o auxílio ajustado, que me seria prestado logo.»[12]

Ferreira de Carvalho respondeu, de acordo com as instruções recebidas de Lisboa, que o auxílio negociado só seria pedido depois de agressão efectiva e nunca por ameaças de perigo iminente. O oficial australiano replicou – e, neste caso, com inteira razão do ponto de vista militar – que solicitar o auxílio depois do ataque desencadeado seria demasiado tarde para ter sucesso. E, como nunca haviam admitido que a resposta do governador português condicionasse o que quer que fosse, esclareceu prontamente «que, de resto, as tropas que deviam prestar-nos auxílio estavam já próximo de Díli e tinham de desembarcar, pois eram essas as instruções que tinham».[13] Seguiu-se uma intensa discussão, em que o oficial australiano foi acentuando a sua agressividade verbal e manifesta grosseria, enquanto o oficial holandês se mantinha contido e cortês. Por fim, o tenente-coronel Zeggaff declarou que as tropas estavam a chegar e tinham mesmo de desembarcar, «pois isso era indispensável para garantir a defesa e

9 *Gate-crashing*, no original inglês.
10 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 41.
11 Cidade capital da metade holandesa de Timor.
12 CARVALHO, Manuel A. F., *Idem*, p. 102.
13 *Ibidem*, p. 102.

segurança não só do nosso território como das suas próprias forças».[14] Ferreira de Carvalho, percebendo que o diálogo resvalara para o ultimato, exigiu que o mesmo fosse entregue por escrito, de modo a possibilitar uma sua resposta igualmente por escrito. O documento, em inglês, ditado pelo tenente-coronel Zeggaff e dactilografado pelo cônsul Ross, foi entregue ao governador português às 09.20 de 17 de Dezembro. Dizia o seguinte:

> «Exmo. Governador de Timor português – As instruções que nos foram transmitidas pelo Governador-Geral das Índias Orientais Neerlandesas, emitidas em concordância com o Governo da Austrália, são no sentido de prestarmos auxílio militar ao Governo de Timor português quando solicitado, e também que, quando o Governo das Índias Orientais Neerlandesas considerar que o perigo de uma acção hostil por parte do Japão contra Timor português está iminente, o Governo de Timor português será informado em conformidade e pedirá auxílio conforme acima descrito. Considera-se, neste momento, que é necessária uma acção urgente das tropas holandesas e australianas e que estas tropas desembarquem imediatamente para auxiliar na defesa de Timor português. De acordo com as nossas instruções, essas tropas vão ser enviadas imediatamente. Pedimos que aceitem o auxílio dessas forças. *W. Watt Zeggaff*, tenente-coronel, comandante das forças australianas em Timor, e *J. Weltiger*, tenente-coronel, comandante das forças holandesas em Timor.»[15]

Depois de uma breve reunião com os principais oficiais presentes na colónia, Ferreira de Carvalho conclui que não há condições para oferecer resistência. Enquanto decorrem as conversações e até à consumação do desembarque, aviões holandeses vão sobrevoando Díli e outras partes da colónia. Chega, entretanto, um telegrama de Lisboa. O governador português admite que nele venham novas instruções e pede mais tempo de espera aos dois oficiais estrangeiros, a fim de permitir que o telegrama seja decifrado. É acordado que esperam até às 10.45. Uma vez decifrado, verifica-se que o telegrama fora emitido pelo Subsecretário das Colónias e era a confirmação de instruções anteriores, pelo que o problema em nada muda de figura. Ciente da inutilidade de qualquer gesto de resistência, mesmo simbólica, Ferreira de Carvalho redige a seguinte resposta ao ultimato australiano-holandês:

> «Aos Ex.^{mos} Srs. tenente-coronel comandante das forças australianas em Timor e tenente-coronel comandante das forças holandesas em Timor. – Em resposta à comunicação que V. Ex.^{as} me fizeram hoje às 9 horas e 20 minutos a.m., pedindo para aceitar o auxílio das forças australianas e holandesas que devem ser mandadas imediatamente para o território desta colónia, tenho a honra de comunicar a V. Ex.^{as} que não posso aceitar esse auxílio, conforme instruções do meu Governo em Portugal, visto que a

14 *Ibidem*, p. 103.
15 *Ibidem*, pp. 103-104.

> nossa posição perante o conflito é de neutralidade e não se deu nenhuma agressão ao nosso território [...] Nestas condições, qualquer desembarque de forças será tomado como uma violação à neutralidade do País. – A bem da Nação. – Residência do Governo da Colónia de Timor, em Díli, 17 de Dezembro de 1941. – O Governador, assinado e dactilografado, *Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho*.»[16]

Entregue o documento aos dois oficiais, depois de traduzido para inglês, ambos o lêem, após o que declaram que, antes do desembarque, virá a terra um parlamentário. Depois, retiram-se na companhia do cônsul Ross. Às 11 horas, o governador expede para Lisboa o seguinte telegrama: «Recebi ultimato autorizar sob pretexto auxílio desembarque imediato forças respondi não autorizar termos instruções recebidas. Colónia deve ser imediatamente atacada navios aviões à vista impossível resistir.»[17]

Também é informado o cônsul do Japão, sendo-lhe asseverado que o desembarque era feito sem a concordância do governo português.

Pouco depois das 12 horas, é já visível um desembarque de tropas na costa timorense, a oeste de Díli. Às 13 horas, dois navios aproximam-se do porto de Díli, e, cerca de meia hora depois, arreiam embarcações nas quais transportam para terra as primeiras tropas holandesas. Por essa altura, o governador decide retirar-se para a sua residência, em Lahane, levando a principal documentação classificada e o pessoal do seu gabinete.

Ao tomar conhecimento do telegrama do governador de Timor, comunicando o desembarque das tropas holandesas e australianas, Salazar percebe, então, que de pouco lhe serve ter por si a razão e o direito. Resta-lhe vincar, pela via diplomática, o profundo descontentamento pela ofensa que, num contexto de aliança, assim se consumara. Convocando Campbell, Salazar – no relato do embaixador – expressa o seu desejo de uma explicação da parte do governo de Londres acerca das circunstâncias em que se tinha dado a violação do território português: «Foram os comandantes locais que decidiram agir por conta própria?[18] Tratou-se de um acto forçado pelos governos holandês e da Commonwealth, ou o Governo de Sua Majestade foi um completo e deliberado participante, depois de pesar as implicações e as graves consequências que para o seu aliado podem seguir-se?»[19] Campbell, no relato que enviou ao *Foreign Office*, não esconde o ambiente tenso em que a conversa tem lugar. Salazar diz-lhe, secamente, que não precisa de o reter por mais tempo, forma diplomática de dar por findo o encontro. Visivelmente embaraçado, o embaixador britânico ainda procura defender a atitude tomada em Timor com a ameaça iminente de uma acção japonesa na ilha. De nada lhe serve a argumentação, porque, como reportou para

16 *Ibidem*, p. 107.
17 *Ibidem*, p. 108.
18 No original inglês: *Had the local commanders taken the law into their own hands?*
19 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 48.

Londres, «o Dr. Salazar disse que não pondo em causa o que eu tinha dito, isso não altera o facto de termos violado território português, numa altura em que ele apenas autorizara a realização de contactos».[20]

Nos dias que se seguem, Armindo Monteiro e Campbell procuram aconselhar os respectivos governos a um esforço de contenção e mútua compreensão, de modo a formular um entendimento que suavize a crispação resultante do desembarque aliado. Em 19 de Dezembro, o *War Cabinet* aprecia a questão de Timor. Do registo dessa reunião, resulta significativa a seguinte passagem da intervenção do Lorde Presidente, Sir John Anderson:

> «A decisão que tomámos era a única possível, implicando, nomeadamente, que reconhecíamos que o Governo Português tinha o direito de protestar veementemente contra a atitude adoptada. Pela nossa parte, lamentamos muito que tenha sido necessário tomar esta decisão, mas temos de encarar a realidade do contexto. Tudo teria sido diferente se Portugal tivesse sido capaz de organizar uma defesa efectiva. Devemos, certamente, estar dispostos a retirar em qualquer altura quando Portugal estiver em condições de defender adequadamente o seu território, e, retiraremos as nossas forças quando a situação o tornar possível.»[21]

Se é certo que a passagem sublinhada faz todo o sentido em termos estratégicos, também se verifica, pelos mesmos motivos, que a violação do território de Timor tem tudo para se revelar uma acção gratuita. A força invasora, com um efectivo de cerca de 800 homens[22], cometia uma violação baseada em pressupostos estratégicos aceitáveis, mas com um volume de meios proporcionalmente muito inferiores à importância que a operação deveria ter. Se a colónia estava anteriormente mal guarnecida, perante a hipótese de um desembarque japonês, mal guarnecida continuava com as reduzidas forças aliadas ali desembarcadas.

Ainda em 19 de Dezembro, o embaixador Campbell desloca-se ao ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo portador de um documento que consubstancia a resposta do governo de Londres às perguntas colocadas por Salazar. Campbell sabe que o chefe do governo português se apresta a fazer uma comunicação, na Assembleia Nacional, e teme que diga algo que possa afectar irremediavelmente as relações luso-britânicas. Assim, ao entregar o documento a Teixeira de Sampaio, pede que o mesmo vá a conhecimento de Salazar o mais urgentemente possível. O documento fora escrito com o tempo suficiente para dar lugar a uma recuperação da serenidade. No último parágrafo, em jeito de sumário, era referido:

20 *Ibidem*.

21 *Ibidem*, p. 55. Sublinhado nosso.

22 A força desembarcada era constituída por cerca de 450 tropas holandesas (na maioria nativos javaneses) e por cerca de 350 militares australianos, incluindo nestes números tropas de apoio de combate (1 bateria de artilharia de montanha) e de apoio de serviços. Estes efectivos são os que constam no *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, p. 138, da autoria do governador Ferreira de Carvalho. Todavia, consultando outras fontes, o valor total referido oscila entre 350 e 1.600 homens.

> «O Governo de Sua Majestade está muito desgostoso por, sob a pressão das exigências estratégicas, ter sido compelido a uma acção contra a qual reconhece que o Governo Português tem estrita justificação para protestar. [O Governo de Sua Majestade] Lamenta especialmente ter causado esta desfeita ao governo do seu velho aliado, cuja política no presente conflito tem sido um facto que mereceu da sua parte aprovação e admiração. Em contrapartida, está confiante que o Governo Português reconheça a urgente necessidade militar de uma acção que era necessária para defender o interesse vital das nações Aliadas na guerra que o Japão lhes impôs.»[23]

Apesar dos termos cordatos do documento, Salazar não recua na posição que toma perante a Assembleia Nacional, na tarde desse dia 19. Depois de fazer uma resenha minuciosa dos acontecimentos, sublinha que, perante a intimação feita pelos oficiais australiano e holandês, «o governador, dentro das instruções recebidas, recusou-se a autorizar o desembarque, ao qual, aliás, se não podiam opor as modestas forças locais» [...] Seguidamente, o chefe do governo frisa que o processo não está findo, mas que deverá sê-lo, do que o país será oportunamente informado. Antecipa, pela primeira vez, que «continua o estudo que estava fazendo e a preparação dos reforços da guarnição de Timor» e conclui:

> «O governo tem a consciência de haver-se conduzido com lealdade, com seriedade, com zelo até pelos interesses alheios, com a noção exacta dos deveres da aliança e dos direitos soberanos da nação. Ele julga-se com direito a ser tratado pela forma como trata todos os assuntos e designadamente as suas negociações com o governo britânico. O que a nós, pequenos e fracos, não é permitido, não o é igualmente aos governos que dirigem os grandes impérios – não lhes é permitido perder a calma necessária para distinguir os serviços dos agravos. E pela confiança na própria valentia dos seus soldados hão-de igualmente não confundir a diligência e a precipitação: a primeira aconselharia porventura a negociar, com respeito pelo direito alheio; a segunda levou a invadir o território de um neutro, de um amigo, de um aliado.»[24]

A argumentação de Salazar na censura do comportamento britânico é arguta e moralmente certeira. Até na avaliação da falta de serenidade demonstrada pela componente militar denota uma lúcida apreciação. Em contrapartida, quem se recorda ou estuda o pensamento do Estado Novo em matéria colonial terá dificuldade em compreender como é que a existência de um IMPÉRIO se compaginava com o "nós pequenos e fracos" e esta expressão com o mapa que, nas paredes das escolas, lembrava que "Portugal não é um país pequeno"... De anotar, também, que nenhum dos deputados levanta a questão de culpas próprias decorrentes da inexistência em Timor de um dispositivo militar digno desse nome, como se esse pormenor mais não fizesse do que atestar a boa-fé e o espírito pacífico dos portugueses.

23 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 56.

24 *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 112 de 19-12-1941, p. 84. Sublinhado nosso.

Entretanto, na noite de 20 para 21 de Dezembro, chega a Díli um telegrama do Subsecretário das Colónias, no qual se afirma ser «possível tenha havido equívoco nas comunicações transmitidas às suas forças por Governos interessados» e se recomenda que deve «tratar com correcção oficiais e forças desembarcadas sem que relações sejam tais possam dar a entender conformidade ou acordo secreto para sua vinda e permanência» e acrescenta que «governo trabalha reforço guarnição ilha.»[25] Fica, deste modo, restabelecido o entendimento entre o governo central e o da colónia e dá-se ao governador Ferreira de Carvalho a primeira indicação de que está a preparar-se o reforço militar de Timor.

Em 21, Salazar telegrafa para Londres instruções para Armindo Monteiro. Informa-o de que vai entregar a Campbell dois memorandos, dos quais envia cópias, para que o diplomata português os entregue no *Foreign Office*. Além disso, recomenda o seguinte: «Memorando dá V. Ex.ª ideia posição tomada por Governo e medidas em curso para permitir a Governos inglês e holandês solução caso. Se tropas desembarcadas não são retiradas imediatamente subsistirá dificuldade grave, que será necessário remover, da presença simultânea umas e outras forças que tem de ser evitada. Tenho esperança [...] reforços [...] cheguem à volta de 25 de Janeiro.»[26]

Em 22 de Dezembro, Teixeira de Sampaio convoca o embaixador britânico e entrega a Campbell uma nota com «o mais enérgico protesto contra o acto praticado em violação injustificável do território português» e com o pedido de retirada das tropas desembarcadas, que o governo português se propõe substituir por tropas suas, com o dobro dos efectivos.[27] Na mesma data, é entregue ao Encarregado de Negócios holandês um outro memorando em que a posição portuguesa é manifestada de forma mais radical.

Procurando salvaguardar a sua posição perante o Japão, o governo de Lisboa comunica ao de Tóquio que a invasão de Timor fora um puro acto de força, praticado sem assentimento do governo ou das autoridades locais e recebe como resposta que o almirantado nipónico se verá obrigado a destruir as tropas desembarcadas se as mesmas não se retirarem.

Na cabeça dos responsáveis britânicos surgiu o temor de que toda a situação poderia piorar se, depois de um passo tão grave, justificado pela insuficiência da guarnição militar portuguesa em Timor, os desenvolvimentos futuros viessem a demonstrar que os meios aliados lá colocados também não cumpriam os requisitos para o cumprimento da missão. Assim, ainda a 22 de Dezembro, o Subsecretário Sargent, numa conversa com o Ministro da Holanda em Londres, faz-lhe um alerta de que deixou o seguinte registo: «Aproveitei a oportunidade [...] para lhe salientar que, tendo ocupado o Timor holandês e português para os proteger dos japoneses, era fundamental que as forças aliadas fossem

25 CARVALHO, Manuel A. F., *Idem*, p. 117.
26 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 64.
27 NOGUEIRA, Franco, *Idem*, Vol. III, p. 367.

suficientes para repelir um ataque japonês. Faríamos uma figura de patetas se, depois de tudo o que dissemos, os japoneses conseguissem tirar-nos a ilha.»[28] Esta preocupação de Sargent constitui um dos momentos mais curiosos de todo o processo de Timor. Um membro do executivo britânico, à distância de milhares de quilómetros, consegue ver o que toda a estrutura militar local, desde o general Wavell até aos responsáveis holandeses e australianos, parece não enxergar: que as tropas aliadas que guarnecem a ilha são ridiculamente insuficientes – em quantidade e qualidade – para fazer frente ao um exército poderoso, dispondo de uma clara superioridade aérea e naval. No dia seguinte, 23, os mesmos temores de fiasco militar em Timor são endereçados por escrito pelo *Foreign Office* ao *War Office*. Entre outras considerações, chama-se a atenção para as consequências diplomáticas de um falhanço estratégico em Timor: «Compreendemos que os CEM atribuem considerável importância estratégica à conservação de Timor. [...] se [...] as nossas forças viessem a revelar-se inadequadas para manter as suas posições na colónia, o efeito nas nossas relações com Portugal seria calamitoso.»[29]

Em 25 de Dezembro, Ferreira de Carvalho recebe um telegrama do Ministério das Colónias, no qual é informado de que o destacamento de tropas que está a ser preparado em Moçambique para seguir para Timor é composto por uma companhia indígena de caçadores, uma companhia de engenhos e uma bateria de artilharia de montanha. Trata-se de uma solução bastante económica, que não sobrecarrega grandemente o orçamento, mas que não pode impressionar fortemente as autoridades australianas e holandesas.

Em 27, por não ter instruções sobre a atitude a tomar em caso de ataque japonês, estando presentes forças estrangeiras, o governador enviou para Lisboa o seguinte telegrama: «Virtude situação perante forças desembarcadas peço esclarecer qual atitude tomar no caso de ataque por japoneses.»[30] Passam-se vários dias sem que a resposta chegue.

Em Lisboa, Sampaio e Campbell acordam, em 29, uma fórmula para a substituição das tropas holandesas e australianas, a qual se fará logo que as tropas portuguesas cheguem à colónia. Discorda desta solução o general Wavell, comandante-chefe britânico no Extremo-Oriente[31], o qual pretende que, mesmo após a chegada das tropas portuguesas, as forças holandesas e australianas permaneçam na colónia. Embora Wavell tenha obtido o apoio de Churchill, Eden consegue contrariar a posição do primeiro-ministro britânico e a fórmula decidida em Lisboa entre Sampaio e Campbell acaba por prevalecer.

Embora as tropas portuguesas estejam prontas a partir de Moçambique e haja acordo entre Sampaio e Campbell sobre a substituição das forças australianas

28 *Ibidem*, p. 68.
29 *Ibidem*, p. 70.
30 CARVALHO, Manuel A. F., *Idem*, p. 139.
31 O general Wavell seria designado, em 1 de Janeiro de 1942, Comandante-Chefe das forças britânicas, americanas, holandesas e australianas no Sudoeste da Ásia.

e holandesas, falta, ainda, um compromisso oficial dos governos aliados interessados, garantindo que retirarão à chegada do contingente português. Os contactos que o embaixador britânico vai tendo com o *Foreign Office* não o deixam tranquilo. Em 30 de Dezembro, Campbell telegrafa para Londres a expressar as suas apreensões: «Pode ser que esteja enganado, mas tenho a desconfortável sensação de que o Governo da Commonwealth está esperançado numa situação que eles considerariam justificativa da completa posse de Timor português pelo período de duração da guerra. Isto daria um golpe fatal às relações anglo-lusas.»[32]

A 31 de Dezembro, o *Central Department* elabora um documento, no qual se expõem as múltiplas razões que aconselham, para benefício da causa dos Aliados, que se componham, com a máxima urgência, as relações anglo-lusas. Depois de diversas considerações, de natureza geopolítica, económica e moral, o documento lança um olhar sobre a parte estratégica do problema especificamente relacionada com Timor:

> «5. No outro prato da balança deve ser tida em conta a importância de manter Timor. Isto é, obviamente, importante, e, aos olhos dos australianos, aparentemente vital. Sobre a iminência de uma ameaça a este território parecem existir duas opiniões. Mas admitindo que é uma realidade, é improvável que sejamos, de facto, capazes de defender o território. Admite-se: a. Que não possamos enviar para lá muito mais do que um batalhão; b. Que tal efectivo seria inadequado contra um ataque de qualquer dimensão considerável. Seria simplesmente uma insensatez arruinar a ligação anglo-lusa e, depois, falhar a manutenção de Timor português. Não há razão para supor que um batalhão português seja incapaz de dar conta das actividades de uma 5.ª coluna ou de repelir um ataque de pequena envergadura. Esta última contingência parece improvável.»[33]

Procurando ganhar tempo, o *Foreign Office* começa a construir outra ideia acerca da defesa da ilha. Ao mesmo tempo que se telegrafa para Lisboa saudando a decisão portuguesa de enviar tropas para Timor, levantam-se as primeiras dúvidas sobre a sua capacidade para defender a colónia. Sublinha-se, convenientemente, que o governo britânico sempre considerou as tropas aliadas lá estacionadas como insuficientes nas actuais circunstâncias. Ainda em 31, Campbell reage com firmeza, vendo, uma vez mais, a posição britânica a tentar alterar a solução custosamente alcançada, quando os portugueses haviam decidido enviar o dobro das tropas estacionadas em Timor, justamente para que se não discutisse o valor dessa força: «As suas tropas estão aguardando a partida, e, se antes de aceitarem uma solução que muito terá custado para o seu orgulho, embarcarmos agora numa discussão relativa à conformidade da força portuguesa, parece-me que, à luz de passadas garantias, damos-lhe [a Salazar]

32 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 87.
33 *Ibidem*, p. 90.

todos os motivos para duvidar da nossa boa-fé.»[34]

No *Foreign Office* existe a percepção de que a questão timorense coloca ao governo de Londres questões em que os interesses de Portugal e da Austrália não coincidem. Apesar do empenho do governo de Londres em melhorar a sua manobra estratégica no Atlântico, pela utilização de facilidades em territórios portugueses, há, entre os altos funcionários do *Foreign Office*, quem esteja disponível para argumentar com a arrogância de quem dispõe de mais poder. Nessa ocasião, escreveu Sterndale Bennett, chefe do *Far Eastern Department*:

> «O problema é tal que agora provavelmente terá de ser submetido ao Conselho de Ministros. Vamos pressionar o Governo Português para encarar a realidade e aceitar uma situação perfeitamente razoável (que não será tornada pública), embora possa envolver o risco de uma ruptura com Portugal? Ou vamos pressionar o Governo Australiano para retirar sem condições, correndo o risco de um sério conflito com eles e de um grave perigo para a Austrália? Talvez não fosse prejudicial falar ao Dr. Salazar com franqueza. Os portugueses nunca teriam conservado as suas colónias [...] se não fossemos nós. Não as conservarão presentemente a não ser por nosso intermédio. Vai a aliança falhar-nos na hora da nossa maior necessidade, especialmente quando o que fizemos foi feito como amigos e não como inimigos?»[35]

Da parte britânica, parecia ter desaparecido o sentimento de urgência dos primeiros dias pós-Pearl Harbour, em grande parte porque a parte prática – a ocupação de Timor português por tropas aliadas – estava consumada. O Governo Português, passados os primeiros dias de genuína indignação, percebe que não tem saída soberana para a situação. Assim, o Ministério das Colónias expede, a 31, um telegrama para o governador de Timor, recebido em Díli a 2 de Janeiro, no qual, na parte respeitante ao envio de reforços militares, se afirma: «O governo tem orientado solução sentido reforçar com tropa Moçambique guarnição local acompanhadas desde Lourenço Marques por um aviso [...] não temos querido dar ordem embarque sem estarmos seguros conveniente sequência acontecimentos. Disto temos estado a tratar junto Governo Inglês que até agora não sugeriu qualquer fórmula melhor que sugerida por nós.»[36] Apesar de tudo, a indignação convivia bem com a humilhação resultante da falta de força.

Em 1 de Janeiro de 1942, o *Foreign Office* decide enviar aos CEM um extenso memorando, focando a proposta portuguesa de envio de tropas, para substituição das que haviam desembarcado na parte portuguesa da ilha, salientando-se os seguintes factores relevantes:

> «1) O Governo Português reagiu muito mal à ocupação de Timor, e

34 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 93.
35 *Ibidem*, p. 94.
36 CARVALHO, Manuel A. F., *Idem*, p. 142.

> o fracasso em encontrar uma solução para o conflito provocará uma tal deterioração das nossas relações que afectará seriamente os nossos interesses em Portugal. Isso significa que a nossa posição nas Ilhas Atlânticas Portuguesas (e.g. as facilidades de reabastecimento de combustíveis de que estamos a usufruir nos Açores), as comunicações através de Lisboa e as vitais importações de Portugal (volfrâmio e cortiça) ficarão imediatamente em risco, e que no futuro não haverá perspectivas de uma ocupação sem oposição das Ilhas Atlânticas. 2) Uma deterioração das relações Anglo-Portuguesas conduzirá inevitavelmente a uma crescente influência do Eixo em Portugal, e à deterioração das nossas relações com Espanha. 3) Em contrapartida, a solução agora proposta pelo Governo Português pode ser inaceitável para a Austrália, causando, assim, um aumento de tensão nas nossas relações com o Domínio. E, também não podemos garantir que será aceitável no tocante ao Governo Holandês. 4) Não pode ser considerado completamente certo que as tropas portuguesas, sozinhas, se oponham seriamente a um desembarque japonês, embora haja evidentes vantagens em atribuir ao Governo Português o ónus da defesa do seu próprio território. 5) O pior resultado seria aceitar uma ruptura das relações com Portugal e [...] falhar na protecção de Timor português. Consequentemente, é desejável que se tomem em consideração tanto a iminência da ameaça a esse território como a suficiência das forças disponíveis para a sua defesa.»[37]

Existe no *Foreign Office* a percepção e o receio de que a violação da neutralidade portuguesa em Timor, devido à insuficiência de forças ali empenhadas, possa resvalar para um embaraçoso fiasco. Em 2 de Janeiro, os CEM debruçam-se sobre as questões colocadas pelo *Foreign Office*, concluindo que «a importância de manter as tropas australianas e holandesas no Timor português não justifica o risco de uma ruptura das nossas relações com Portugal»[38]. Seguidamente, o *Foreign Office* informa a Austrália dos pormenores da proposta portuguesa, sem que seja pedida uma reacção. Campbell, entretanto, parte para Londres. Antes de viajar, envia para o *Foreign Office* um longo memorando sobre Portugal. Na parte respeitante aos fundamentos anímicos da sociedade portuguesa dessa época, merece destaque a seguinte passagem: «A questão de Timor veio, agora, abalar a confiança de muitos Portugueses cultos na credibilidade da Grã-Bretanha, para os ferir no seu ponto mais sensível – a sua honra nacional – e, em particular, trazer para mais perto do que nunca de personalidades militares e políticas a constatação da curta distância que separa Portugal da conflagração geral. Um receio instintivo desferiu mesmo um rude golpe na complacente crença, firmemente entranhada nos mais mentalmente devotos deste povo emotivo e simplório, de que Portugal seria poupado aos horrores da guerra graças à rectidão moral do Dr. Salazar e à especial protecção que lhes concedia a Virgem de Fátima.[39] A observação de

37 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 95.
38 *Ibidem*, pp. 96-97.
39 *Ibidem*, p. 97.

Campbell, com a verificação de uma crença milagreira de impacto estratégico, não é de todo deslocada. Para Salazar, era, provavelmente, essa componente espiritual a melhor compensação para os rigores do equilíbrio orçamental, crença essa que parece ter sobrevivido até aos nossos dias.

Enquanto Campbell permanece em Londres, prosseguem, no *Foreign Office*, as discussões resultantes da posição dos CEM, pois há quem concorde e quem discorde das conclusões aparentemente "definitivas" dos chefes militares. A 6 de Janeiro, é recebida em Londres a apreciação do Governo Australiano, fundada em parecer do Estado-Maior local, acerca da proposta portuguesa, que classifica de perigosa: «As forças actualmente disponíveis, tanto em Timor português como na parte holandesa, adicionadas dos 700 militares portugueses propostos, só têm capacidade para repelir "pequenas mordidelas" e não estão à altura de impedir qualquer tentativa séria dos japoneses de conquista da ilha, a menos que um volume considerável de meios aéreos acorra imediatamente em sua ajuda. No curto prazo, esses meios aéreos não parecem estar disponíveis.»[40] Esta estimativa australiana – que os acontecimentos de Fevereiro irão demonstrar ser justíssima – é a confissão de que a violação da neutralidade portuguesa não garantia nada em termos de manutenção da posse da ilha.

A 8 de Janeiro, o governo de Camberra recebe um longo telegrama, proveniente de Londres, no qual é posto ao corrente das diversas conversações em curso. Nele se afirma o interesse numa solução que esteja a meio das duas atitudes extremas – a retirada, definitiva ou não, das tropas aliadas da parte oriental da ilha após a chegada dos reforços portugueses. Na parte mais essencialmente estratégica, o texto sublinha:

> «Também estamos, em termos gerais, de acordo com os outros aspectos focados pelos CEM australianos em relação à dimensão do ataque que os japoneses considerariam possível ou necessário, no seu próprio interesse, desferir contra o Timor português. Se apenas tomar a forma de um relativamente pequeno raide, pensamos que a presença de 800 militares portugueses, juntamente com os que já lá se encontram, acrescidos de reforços aliados, pedidos ou enviados imediatamente assim que o ataque japonês tiver lugar, deve ser suficiente para impedir o sucesso japonês. Se, por outro lado, os japoneses [...] optarem por um ataque em força, então, provavelmente, não seremos capazes de manter o território. Em tal caso, teremos litigado com os Portugueses, perdido o território e, em suma, obtido o pior de dois mundos.»[41]

Ao abrigo de um despacho de 14 de Janeiro, o embaixador Campbell toma posse de diversa documentação que lhe servirá de base para, no seu regresso a Lisboa, apresentar ao Governo Português as ideias do Governo Britânico sobre a solução do problema de Timor, as quais são sintetizadas do seguinte modo:

40 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 100.
41 *Ibidem*, p. 101. Sublinhado nosso.

> «Os três governos estão preparados para concordar com a retirada das tropas australianas e holandesas [...] logo que ali cheguem os reforços portugueses estimados em cerca de 800 homens... Os três governos estão prontos a concordar com um anúncio formal para este efeito, [...] mas apenas concordarão com esta solução se, antes do anúncio ser feito, forem recebidas garantias privadas e secretas de que as forças aliadas serão de novo chamadas ao território no caso de um ataque japonês...»[42]

Regressado a Lisboa, em 15 de Janeiro, Campbell é recebido por Sampaio, a quem entrega a proposta britânica. Em 16, Sampaio comunica a Campbell que o Governo Português está pronto a dar as três garantias pedidas. Em 18, a aceitação portuguesa é comunicada ao Governo Australiano e ao general Wavell. Este, poucos dias antes, declarara que «todos nós estamos profundamente preocupados com a perspectiva de retirada das tropas aliadas, dado que não confiamos que quaisquer tropas portuguesas resistam a uma agressão japonesa».[43]

Em 26 de Janeiro, o governador Ferreira de Carvalho recebe um telegrama do Ministro das Colónias, onde lhe é dado conhecimento do acordo estabelecido entre os governos da Grã-Bretanha, Holanda, Austrália e Portugal para a retirada das tropas aliadas, após a chegada dos reforços idos de Moçambique.

Entretanto, depois das acções fulminantes contra a Malásia, Filipinas, Bornéu britânico e Birmânia, as forças japonesas prosseguem, em Janeiro de 1942, a sua vitoriosa campanha no Sudoeste Asiático. Em 26, Kupang e o campo militar de Atambua, no Timor holandês, são alvo do primeiro ataque aéreo. Díli sofre, em 8 de Fevereiro, um ataque aéreo de pequena dimensão, o qual não causa qualquer ferido. É já com este preocupante cenário que o contingente português parte de Lourenço Marques, na noite de 26 de Janeiro de 1942, a bordo do navio de transporte *João Belo*, levando como escolta o aviso *Gonçalves Zarco*.[44]

Nos primeiros dias de Fevereiro, intensificam-se os ataques da força aérea nipónica a objectivos na parte holandesa de Timor. Em 12, o Ministro das Colónias dá instruções para, no caso de um ataque japonês ao território português, ainda antes da chegada dos reforços enviados de Moçambique, as tropas portuguesas presentes na colónia colaborarem com as forças aliadas na resistência a esse ataque. Nota-se que a questão do cumprimento do compromisso não é um dado plenamente adquirido, sobretudo tendo em conta o parecer do general Wavell. É na base deste parecer que, em 19 de Fevereiro, o primeiro-ministro Winston Churchill remete ao Secretário do *Foreign Office*, Anthony Eden, a seguinte mensagem:

> «A respeito de Timor, devemos dizer ao Governo Português que estamos a proteger Timor até à chegada dos seus reforços. No entanto,

42 *Ibidem*, p. 102.
43 *Ibidem*, p. 104.
44 AHM, 2.ª Div. - 9.ª Sec. - Cx. 1 - N.º 3., Terceira Parte, p. 32.

> quando chegarem, não devemos sair. Devemos deixar as nossas tropas, as tropas holandesas e as tropas deles [portugueses] no local. É óbvio que os portugueses não têm capacidade para proteger a sua neutralidade e Timor é um ponto-chave. O general Wavell deve ser autorizado a tomar todas as medidas militares para garantir a segurança de Timor, sem olhar aos efeitos que tal possa causar ao orgulho português.»[45]

A recomendação do primeiro-ministro vem pôr em causa a credibilidade da diplomacia britânica. Eden reage prontamente: «Sr. Primeiro-Ministro: também estou ciente da mensagem do general Wavell. Este assunto desenvolveu-se enquanto eu estava ausente, mas sei que os CEM foram sendo sucessivamente consultados. A sua conclusão foi que a importância da retenção das tropas aliadas no Timor português não justificaria [...] o risco de uma ruptura com Portugal. [...] Estou disponível para, a todo o tempo, jogar a cartada diplomática de acordo com as necessidades militares para a conduta da guerra. Mas no ponto em que as coisas estão, quando nos comprometemos fortemente com o Governo Português, sou obrigado a dizer que seria perigoso fazer marcha atrás na nossa política. Por último, embora seja assunto fora do meu galho, devo sublinhar que os 380[46] australianos e holandeses presentes [...] dificilmente podem ser considerados suficientes para impedir os japoneses de capturar todo o território, se decidirem (como podem) atacar em força.[47]

Mesmo "fora do seu galho", Anthony Eden pressente aquilo que, desde o início, devia ser considerado como uma evidência. E, já faltavam poucas horas para se chegar, brutalmente, a essa conclusão. Não haverá tempo, sequer, para mais um golpe britânico no orgulho português, circunstância que, a ter-se dado, poderia ter alterado profundamente a atitude pró-Aliados do governo de Lisboa, inviabilizando, por exemplo, a cedência pacífica das bases no arquipélago dos Açores. A invasão e a conquista de Timor por forças do Império Nipónico concretizam-se em 20 de Fevereiro de 1942, data a partir da qual a colónia portuguesa irá, progressivamente, perdendo a sua ligação com Lisboa.

45 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, pp. 105-106.

46 Mais um valor para os efectivos aliados presentes em Timor. Dados os números algo díspares que surgem em diversos documentos da época, não é possível determinar com rigor qual seria o efectivo das tropas entradas em Timor em 17 de Dezembro de 1941. Acreditamos que seja algo entre 350 e 800 militares, o que, em qualquer caso, não altera a avaliação de insuficiência manifestada por diversas entidades.

47 MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 106.

DAVID MARTELO

Coronel de infantaria (reformado), sendo autor de diversas obras de História Militar e tradutor de figuras famosas como Tucídides, Maquiavel, Garibaldi, Jomini e Mussolini. É o administrador do blogue de História Militar "A Bigorna", em www.a-bigorna.pt.

Citar este texto:

MARTELO, David – A Invasão Australiano-Holandesa de Timor - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/RODL4052

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A CIRCULAR DA REPARTIÇÃO DO GABINETE DO MINISTÉRIO DA GUERRA N.º 27 DE 5 DE JULHO DE 1940

Pedro Soares Branco

Resumo

A Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra n.º 27, de 5 de julho de 1940, constitui um documento fundamental para a compreensão do pequeno uniforme e do uniforme de campanha usados pelo Exército Português durante o período da Segunda Guerra Mundial. Infelizmente, tal como sucede com outras circulares com grande importância uniformológica, este documento não foi publicado em Ordem do Exército, correndo impresso de forma autónoma. Como tal, é hoje muito raro, justificando-se por isso a sua divulgação integral, discussão e ilustração por fotografias da época.

Palavras-Chave: Uniforme, Equipamento, Circular.

Abstract

The Ministry of War Cabinet's Circular n. 27 of July the 5th 1940, is a fundamental document for understanding the undress and campaign uniforms worn by the Portuguese Army during the Second World War period. Unfortunately, as it happens with other circulars, this document was not published in "Ordem do Exército" (Army Order), but rather printed autonomously. As such, it is nowadays very rare and its complete divulgation, discussion and illustration with period photographs is thus justified.

Keywords: Uniform, Equipment, Circulars.

Introdução

Por razões cuja discussão não cabe neste trabalho, uma parte importante dos uniformes usados pelo Exército Português, durante a segunda metade do Século XIX e grande parte do Século XX, não foram adoptados por decretos ou portarias constantes em colecções oficiais de legislação ou nas ordens do exército. Em vez disso, foram estabelecidos por circulares que correram de forma autónoma. Muitas destas circulares são hoje verdadeiras raridades, por vezes impossíveis de encontrar em bibliotecas e arquivos militares ou doutras instituições oficiais. A mesma raridade caracteriza, aliás, outros documentos relevantes para a uniformologia portuguesa, como por exemplo as ordens de serviço dos estabelecimentos militares fabris.

No que diz respeito a circulares, uma das mais importantes é a da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra n.º 27, de 5 de julho de 1940. Esta introduziu novos modelos de pequeno uniforme e de uniforme de campanha, face à desadequação dos uniformes homólogos estabelecidos pelo Decreto n.º 22.336, de 18 de março de 1933, então em vigor. Os novos uniformes entraram rapidamente em serviço, sendo usados, por exemplo, pelas forças enviadas para os Açores em 1941 e 1942. A estes uniformes associaram-se novos equipamentos, como o capacete de aço do modelo de 1940, adoptado nesse ano em substituição do velho modelo britânico de 1917.

Figura 1: Praças de Artilharia, circa 1933. O uniforme de campanha para praças apeadas, do modelo de 1933, incluía barrete de campanha, dólman n.º 2, calça n.º 2 e botas com grevas. O segundo-sargento, em primeiro plano, apresenta divisas metálicas nas passadeiras e calça muito clara, provavelmente em resultado da exposição solar e de sucessivas lavagens (Fotógrafo não identificado (Colecção Particular).

Objectivos

Divulgar na íntegra, pela sua importância, a Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra n.º 27, de 5 de julho de 1940, discutindo-a e ilustrando-a com fotografias da época.

Material e métodos

O texto integral da Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra nº 27 de 5 de julho de 1940 é o seguinte:

"Serviço da República - Ministério da Guerra - Circular nº 27 do Chefe da Repartição do Gabinete

Lisboa, 5 de julho de 1940

Tendo a prática demonstrado que os actuais uniformes são impróprios para o serviço de campanha, e sendo conveniente modificar algumas disposições do regulamento de uniformes mandado pôr em vigor pelo Decreto nº 22.336, de 18 de março de 1933, Sua Exª o Ministro da Guerra determina que se observe desde já o seguinte:

Oficiais

1º – O barrete nº 1 conserva o feitio prescrito no actual regulamento de uniformes e é confeccionado em gabardine ou tricot cinzento. O barrete de campanha tem o feitio indicado na figura nº 20. É suprimido o barrete nº 2.

Figura 2: Brigadeiro tirocinado (?) em pequeno uniforme, circa 1940. O barrete n.º 1, do modelo de 1940 para generais e brigadeiros, é usado com o francalete n.º 1 do modelo de 1933. O dólman de campanha para oficial, do modelo de 1940, apresenta nas golas os bordados distintivos dos generais. Atendendo a que os brigadeiros usavam, nas golas, os distintivos das respectivas armas, o distintivo da Arma de Cavalaria, visível na platina direita, poderá indicar

um brigadeiro tirocinado. No entanto, não foi possível confirmar esta hipótese. Os dois postos distinguiam-se também pelo número de estrelas em cada uma das mangas: três para general e duas para brigadeiro. A camisa, aparentemente de cor branca, é usada com gravata preta. O talabarte pertence a um cinturão do tipo "Sam Browne" (Fotógrafo não identificado – Colecção Particular).

Figura 3: Oficial do Regimento de Infantaria n.º 7 em pequeno uniforme, circa 1940. O barrete n.º 1, do modelo de 1940, apresenta o distintivo da Arma de Infantaria sob o número regimental. A pala, sem bordados, é indicativa dum oficial inferior ou dum capitão não tirocinado. O dólman de campanha para oficial, do modelo de 1940, apresenta nas golas carcelas de galão dourado, assentes directamente sobre o tecido do próprio dólman, distintivas da Arma de Infantaria. A camisa é usada com gravata preta. O talabarte pertence a um cinturão do tipo "Sam Browne" (Fotógrafo não identificado (Colecção Particular).

2º – É suprimido o dólman nº 2. O dólman de campanha, para oficiais de todas as armas e serviços, é de gabardine ou tricot cinzento, do tipo destinado a oficiais, e tem o feitio representado na fig. nº 1. A gola é aberta. O dólman abotoa ao meio do peito com quatro botões de cabedal encanastrados, grandes, de cor cinzenta, sendo o primeiro pregado abaixo do ponto de conjunção das bandas e o último na linha da cintura, junto ao bordo superior da fivela do cinturão. Na frente há quatro bolsos cosidos pelo lado de fora, sendo os superiores com macho e pestana e os inferiores só com pestana e um pequeno fole. As quatro pestanas abotoam por meio de botões iguais aos da frente, mas pequenos. A costura superior dos bolsos inferiores deve ficar junto ao bordo inferior do cinturão, e as abas do dólman devem ter 25 a 30 cm. de comprimento, a contar da referida

costura. Na cintura, de um e de outro lado do corpo há um gancho de metal amarelo para apoio do cinturão. Em cada ombro há uma platina fixa, da mesma fazenda do dólman, com 4 cm. de largura. Esta platina é pregada, de um lado na costura que une a manga ombro, e abotoa, do outro lado por meio de um botão igual ao dos bolsos e que se acha pregado, junto à gola. As mangas não têm canhões, mas têm dois botões iguais aos dos bolsos, pregados na parte inferior da costura exterior, e distanciados entre si cerca de 6 cm. O segundo botão a contar de cima, dista da extremidade da manga 3 cm. Os galões correspondentes aos postos medem 5 cm. de comprimento e são pregados na parte exterior e inferior da manga, por forma que o primeiro galão, a contar de cima, diste da extremidade da manga 10 a 8 cm. Os generais e brigadeiros não usam galões no dólman de campanha. Distinguem-se pela aposição de, respectivamente, três ou duas estrelas do padrão regulamentar, no local de galões dos restantes oficiais e por um silvado de folhas de carvalho bordado a ouro, de 5 cm. de comprimento, nos dois lados da gola para oficiais generais (fig. 2). Os brigadeiros usarão o distintivo da arma respectiva. Os coronéis tirocinados usarão na parte superior do galão uma estrela do mesmo padrão. As armas e serviços distinguem-se por meio de carcelas e distintivos (fig. nos 2 a 10). As carcelas medem 5 cm. de comprimento por 2,5 cm. de largura e são pregadas nos dois lados da gola conforme a figura nº 1 indica. Os botões, tanto grandes como pequenos, são convexos e têm gravado o desenho representado na fig. nº 11.

3º – A camisa trabalho do oficial é de popeline de lã cinzenta. Na estação calmosa é permitido o uso de popeline de algodão da mesma cor. O seu feitio é o indicado na fig. nº 56 do regulamento de uniformes. Tem o colarinho virado, com pontas presas por 2 botões, e tem reforços nos ombros, platinas, punhos, e uma algibeira com macho e pestana, de cada lado do peito. A camisa abotoa ao meio do peito por seis botões pequenos, cinzentos. Quando o oficial não faça uso do dólman, a patente distingue-se por passadores enfiados nas platinas, onde se acham pregados os galões correspondentes à graduação. Com o dólman os oficiais usarão gravata de fustão preto.

4º– A calça nº 2 é de cotim de algodão cinzento e tem o feitio representado na fig. 12. Esta calça tem pregada, na parte da frente da perna esquerda, uma algibeira com pestana, abotoando por meio de um botão preto. Esta algibeira está pregada 18 cm. abaixo da linha da cintura e tem 31 cm. de comprimento por 21 cm. de largura.

5º – Os oficiais da Arma de Aeronáutica mantêm os uniformes prescritos no atual regulamento.

Sargentos e furriéis

6º – Aplicam-se aos barretes dos sargentos e furriéis as disposições constantes do nº 1 desta Circular.

Figura 4: Segundo Sargento dos Serviços Auxiliares do Exército em pequeno uniforme, circa 1940. O barrete n.º 1, do modelo de 1940, apresenta o distintivo do extinto Quadro do Secretariado Militar, sob o monograma da Escola do Exército. O dólman n.º 1 para sargentos e furriéis, do modelo de 1940, apresenta nas golas carcelas de galão de seda amarelo, assente em pano verde e avivado do mesmo pano, distintivas dos serviços auxiliares do Exército. Apresenta também as divisas de segundo sargento, colocadas nas mangas e, na manga esquerda, quatro galões dourados, distintivos de dois anos de campanha contra os alemães em França ou em África. A camisa é usada com gravata preta (Fotógrafo não identificado (Colecção Particular)

7º – É suprimido o dólman nº 2. O dólman nº 1 é de gabardine ou tricot cinzento, do tipo adoptado para os sargentos e furriéis, e tem o feitio representado na fig. nº 15. A gola é virada, conforme a mesma figura indica, e aperta por meio de um colchete de forma a deixar ver o nó da gravata. Este dólman abotoa à frente por meio de cinco botões convexos, grandes, de cabedal encanastrado, sendo o primeiro pregado 3 cm. abaixo da parte terminal da gola e o último na linha da cintura, junto ao bordo superior da fivela do cinturão. À frente há quatro bolsos, dois superiores e dois inferiores. Os bolsos superiores são iguais aos bolsos superiores dos dólmans dos oficiais. Os bolsos inferiores diferem dos daqueles por serem cosidos por dentro. As abas dos dólmans têm 25 a 30 cm. de comprimento. As divisas são pregadas na parte superior da manga, 12 cm. abaixo da costura do ombro. A esta costura prende-se também uma platina igual à que ficou descrita no dólman dos oficiais. Os botões são de cabedal encanastrado, sem desenho, fig. nº 11-A. As armas e os serviços distinguem-se por carcelas (figs. nos 2 a 10) de 4 cm. de comprimento por 3 cm. de largura, pregadas de um e de outro lado da gola.

8º – A camisa de trabalho dos sargentos e furriéis é de pano de algodão cinzento e tem o mesmo feitio da camisa de trabalho destinada aos oficiais. Quando se utiliza simultaneamente o dólman usa-se gravata de fustão preto.

9º– A calça nº 2 é em tudo igual à calça nº 2 para oficial.

10º – Os sargentos e furriéis das armas apeadas deixam de fazer uso do calção

a que se refere o atual regulamento de uniformes. Em sua substituição passarão a fazer uso de uma calça-calção de tecido igual ao do dólman e do modelo constante da fig. nº 13.

11º – Os sargentos e furriéis usaram, com a calça-calção a que se refere o número anterior, um botim do modelo da fig. nº 19.

Cabos e soldados

12º – É suprimido o dólman nº 2. O dólman nº 1 é de mescla de lã cinzenta, e tem o feitio indicado na fig. nº 16. A gola é virada, apertando por um colchete sobre o colarinho da blusa. O dólman abotoa à frente por meio de seis botões grandes, de cor cinzenta, sendo o primeiro pregado 3 cm. abaixo do fecho da gola e o último na linha de cintura, junto ao bordo superior da fivela do cinturão. Tem platinas nos ombros como o dólman dos sargentos, mas difere deste em não ter algibeiras inferiores e por ter no peito, pela parte de cima dos bolsos superiores, um reforço da própria fazenda. As armas e os serviços distinguem-se por carcelas de 4 cm. de comprimento pregadas nas golas, como ficou dito para os sargentos.

Figura 5: Primeiro Cabo do Regimento de Infantaria n.º 1 em uniforme de campanha, circa 1940. O barrete de campanha, do modelo de 1940, apresenta o distintivo da Arma de Infantaria sob o número regimental. O dólman n.º 1 para praça, do modelo de 1940, apresenta reforços sobre os bolsos superiores e, nas golas, carcelas em galão de lã amarelo assente sobre o tecido do próprio dólman, distintivas da Arma de Infantaria. Apresenta também, nas mangas, divisas de Primeiro Cabo em pano vermelho, cor distintiva da Arma de Infantaria (exceptuando os batalhões de caçadores), Cavalaria, Artilharia e Engenharia (Fotógrafo não identificado (Colecção Particular).

13º – A blusa de trabalho dos cabos e soldados é de pano de algodão cinzento, do modelo das figs. nos 17 e 18 e tem dois bolsos do feitio do das camisas de trabalho para oficiais e sargentos. O colarinho é virado, fixando-se as suas pontas

por meio de dois botões pretos. Tem, além disso, reforços dos ombros, platinas e punhos. A blusa de trabalho abotoa à frente por meio de cinco botões pretos, sendo o primeiro no colarinho e o último na linha de cintura. Esta blusa aperta na cintura, sob o cós da calça, por meio de uma tira ou cós da mesma fazenda. A tira é interrompida atrás, permitindo esta interrupção, com o auxílio de dois botões, apertar ou alargar o cós da blusa conforme se torne necessário.

14º – A calça nº 2 é em tudo igual ao que ficou descrito no nº 4º desta Circular.

15º – Os cabos e soldados apeados deixam de usar o calção a que se refere o Decreto nº 21.336. Em sua substituição passarão a fazer uso de uma calça-calção do modelo da fig. nº 13, mas de mescla de lã cinzenta.

16º – As polainas usadas pelos cabos e soldados apeados são de lona cinzenta, com 28 a 30 cm. de altura, e fixadas por meio de uma correia passando pela parte inferior da bota, tudo conforme o modelo da fig. nº 14. As polainas das praças montadas são de couro de couro natural e com feitio da fig. nº 21. Para o serviço de guardas à cavalariça, nas unidades montadas, os esquadrões, baterias, etc., disporão de um número suficiente de fatos de zuarte.

Disposições gerais

17º – A fim de manter a mais perfeita uniformidade, este Ministério fixará os tipos dos tecidos que devem ser adotados na confecção dos artigos de fardamento a que se refere a presente Circular. Serão retirados do comércio os tecidos destinados à manufactura de uniformes de oficiais e sargentos, cuja venda ao interessado será feita pelo Estado por intermédio das Oficinas Gerais de Fardamento e Calçado, Depósitos, Cooperativas e Cantinas.

18º – São suprimidas as grevas a que se refere o regulamento de uniformes.

19º – Normalmente, o dólman das praças e a blusa de trabalho usam-se apertados. Porém, nas marchas e exercícios no campo, e, de um modo geral, em todas as circunstâncias em que a violência do esforço despendido o recomende, poderão os comandantes autorizar a prática oposta. Estas autoridades, porém, somente poderão fazer tal concessão em serviço comandado.

20º – Nos barretes nº 1 e de campanha continuam a aplicar-se os emblemas actualmente regulamentados para a diferenciação das armas e serviços.

21º – É abolido o uso das charlateiras por sargentos e praças.

22º – Os artigos de uniforme alterados ou suprimidos pela presente Circular, continuam em vigor até à extinção das respectivas existências.

23º – Mantém-se o distintivo das especialidades previsto no regulamento de uniformes.

O chefe da repartição do gabinete, J.A. Monteiro Amaral - Major".

A) Pequeno uniforme

Para oficiais	Para praças
Barrete nº 1 com francalete nº 2	Barrete nº 1 com francalete nº 2
Dólman de campanha	Dólman de campanha
Calção nº 1	Calção nº 1 (para sargentos e praças montadas)
Bota alta e espora de correia (para oficiais montados)	Calça-calção (para sargentos e praças apeadas)
Bota alta (para oficiais apeados)	Botas com polainas e espora de correia (para sargentos e praças montadas)
Camisa de popeline cinzenta	Botim para sargento apeados
Gravata preta	Bota com plaina de lona cinzenta (para praças apeadas)
Luva castanha	Camisa de trabalho com gravata preta (para sargentos e furriéis)
Fiador nº 2 na espada (quando usada)	Blusa de trabalho (para praças)

Observações: Com este uniforme é permitido o uso da calça n.º 1 aos oficiais e sargentos de todas as armas e serviços, nos casos previstos pelas alíneas a) e b) do § 5.º do art. 56.º do regulamento de uniformes. Aos sargentos é permitido o uso de luvas cinzentas de malha de algodão. Igualmente pode ser autorizado aos sargentos montados o uso de bota de alta de atanado.

B) Uniforme de serviço

Para oficiais	Para praças
Barrete de campanha	Barrete de campanha
Camisa de popeline cinzenta	Camisa de trabalho (para os sargentos e furriéis)
Calção nº 2	Blusa de trabalho (para as restantes praças)
Bota alta e espora de correia (para oficiais montados)	Calção nº 2 para praças montadas
Bota alta (para oficiais apeados)	Calça nº 2
Luva castanha	Bota com polainas e espora de correia (para sargentos e praças montadas)
Fiador nº 2 na espada (quando usada)	Botim para sargento apeados
	Bota com polaina de lona cinzenta (para cabos e soldados apeados)

Observações: Aos sargentos é permitido o uso de luva cinzenta de malha de algodão. Igualmente pode ser autorizado aos sargentos o uso de bota alta de atanado preto. O uniforme de campanha tem a composição constante dos quadros A) ou B) conforme a época do ano. Exceptua-se o barrete, que é sempre de campanha.

Dotação individual de fardamento para serviço de campanha

Designação dos artigos	Oficiais	Sargentos e furriéis	Cabos e soldados
Alpercatas (pares)	—	—	1
Barretes de campanha	1	1	1
Botas (pares)	—	—	2
Botas altas	2	—	—
Botins (pares) (a)	—	2	—
Calças nº 2 (b)	2	2	2
Calça-calção (c)	—	1	1
Calções nº 1 (d)	1	1	1
Calções nº 2 (e)	2	2	2
Camisolas de algodão	2	2	2
Colete de flanela	1	1	1
Camisas de trabalho	3	3	—
Blusas de trabalho	—	—	3
Cuecas de algodão	3	3	3
Dólmans de campanha	1	1	1
Capotes	1	1	1
Polainas de lona (pares) (f)	—	—	1
Polainas de cabedal (pares) (g)	—	1	1
Lenços	3	3	3
Luvas (pares)	1	—	—
Peúgas de algodão (pares)	4	4	4
Placas de identidade	1	1	1
Toalhas	2	2	2
Pequeno equipamento	—	1	1

(a) Para sargentos apeados. (b) Para oficiais e tropas apeadas. (c) Para sargentos e praças apeadas. (d) Para oficiais e tropas montadas. (e) Idem. (f) Para praças apeadas. (g) Para sargentos e praças montadas.

Circular n.º 37 de 7-12-940 da Rep. Gabinete:

Além do cinturão dos equipamentos I m/932 ou I m/914 usados pela Infantaria, deve ser distribuído um cinturão m/902 aos sargentos, furriéis, cabos e soldados daquela Arma, o qual deve usar-se em todos os actos em que não seja obrigatório o emprego daquele equipamento."

Discussão

A Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra n.º 27, de 5 de julho de 1940, representa uma alteração muito significativa do pequeno uniforme e do uniforme de campanha usados pelo Exército Português, no que respeita às suas matérias primas, cor e talhe. Esta não deve ser dissociada das alterações do armamento ligeiro, nomeadamente da adopção das espingardas 7,9 mm m/937 e m/937-A e da conversão da espingarda 6,5mm m/904 Mauser--Vergueiro em espingarda 7,9mm FBP m/904-39 Mauser. Não deve igualmente ser dissociada das alterações dos equipamentos das diversas armas e serviços. No âmbito deste trabalho, justifica-se uma referência particular aos equipamentos I. m/932 e I. m/914, uma vez que são expressamente referidos na própria Circular.

O equipamento I. m/932 n.º 1 destinava-se a praças de infantaria armadas com espingarda. Era composto pelos seguintes artigos: acessórios de tenda m/915 (col.), bornal m/911, cantil m/916-931, capacete de aço m/917 (c.), cinturão m/912, francaletes para atracar m/912, francalete para marmita m/912, marmita m/915, mochila m/912, pala m/912, pano de tenda m/902, porta cartuchos m/912 (direito), porta cartuchos m/912 (esquerdo), prisão de suspensório m/912 (direita), prisão de suspensório m/912 (esquerdo), saco para terra m/912, suporte para tenda m/902, suspensão m/912 e suspensórios de mochila m/912. O equipamento I. m/932 n.º 2 destinava-se a praças de infantaria armadas com pistola e diferia do anterior por não incluir o porta cartuchos m/912 (direito) nem o porta cartuchos m/912 (esquerdo). O capacete de aço m/917 (c.) seria substituído pelo capacete de aço m/940 (c.).

Figura 6: Praças de Infantaria em uniforme de campanha, circa 1940. O uniforme de campanha do modelo de 1940 para praças apeadas incluía barrete de campanha, dólman nº 1 para praça (ou blusa de trabalho, nas épocas mais quentes), calça nº 2 e bota com polaina de lona cinzenta, dos modelos de 1940. O equipamento é, muito provavelmente, o I. m/932 nº 1 (Fotógrafo não identificado (Colecção Particular).

Figura 7: Praça de Cavalaria em uniforme de campanha, circa 1940. O dólman nº 1 para praça apresenta carcelas de galão de lã amarelo, assente em pano vermelho e avivado do mesmo pano, distintivas da Arma de Cavalaria. O equipamento é uma variante do P.C. (ou seja, "Praça de Cavalaria) m/35, com cinturão m/902 nº 1, suspensórios m/935 e, muito provavelmente, cartucheiras m/938. O capacete de aço m/940 (c.) veio substituir o capacete m/917 (c.) (Fotógrafo não identificado (Colecção Particular).

O equipamento referido na Circular como "I. m/914" nunca terá existido com essa designação. A mesma será, muito provavelmente, uma forma incorrecta de designar o equipamento I. m/911-914. Tal como sucedia com o equipamento I. m/932, existiam também equipamentos I. m/911-914 n.º 1 e n.º 2. No entanto, ambos são referidos nos boletins da Direcção da Arma de Artilharia como tendo a mesma composição, o que não faz qualquer sentido. Tendo por base os equipamentos I. m/932 n.º 1 e n.º 2, é provável que o equipamento I. m/911-914 n.º 1 se destinasse a praças de Infantaria armadas com espingarda e fosse composto pelos seguintes artigos: acessórios de tenda m/913 (col.), bornal m/911, cantil m/916-931, capacete de aço m/917 (c.), cinturão m/911-914, francaletes para atracar m/911, francalete para marmita m/911, marmita m/915, mochila m/911-914, pala m/911-914, pano de tenda m/902, porta-cartuchos m/911-914 (direito), porta-cartuchos m/911-914 (esquerdo), prisão de suspensório m/912 (direita), prisão de suspensório m/912 (esquerdo), saco para terra m/912, suporte para tenda m/902, suspensão m/912 e suspensórios de mochila m/911. O equipamento I. m/911-914 n.º 2 era provavelmente destinado a praças de infantaria armadas com pistola e não incluiria, como tal, o porta-cartuchos m/911-914 (direito) nem o porta-cartuchos m/911-914 (esquerdo). O capacete de aço m/917 (c.) seria substituído pelo capacete de aço m/940 (c.).

Conclusão

A Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra n.º 27, de 5 de julho de 1940 estabeleceu alterações muito significativas do pequeno uniforme e do uniforme de campanha usado pelo Exército Português, no que respeita às suas matérias primas, cor e talhe. As mesmas devem ser enquadradas nas alterações ocorridas, no mesmo período, no armamento ligeiro e nos equipamentos das diversas armas e serviços.

Figuras da Circular nº 27 de 5 de julho de 1940

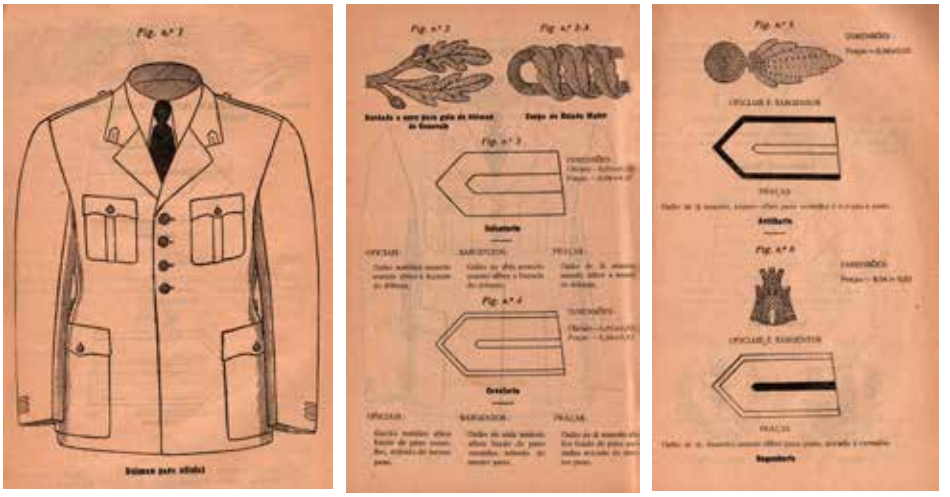


Figura nº 1 a nº 6 da Circular nº 27 de 5 de julho de 1940

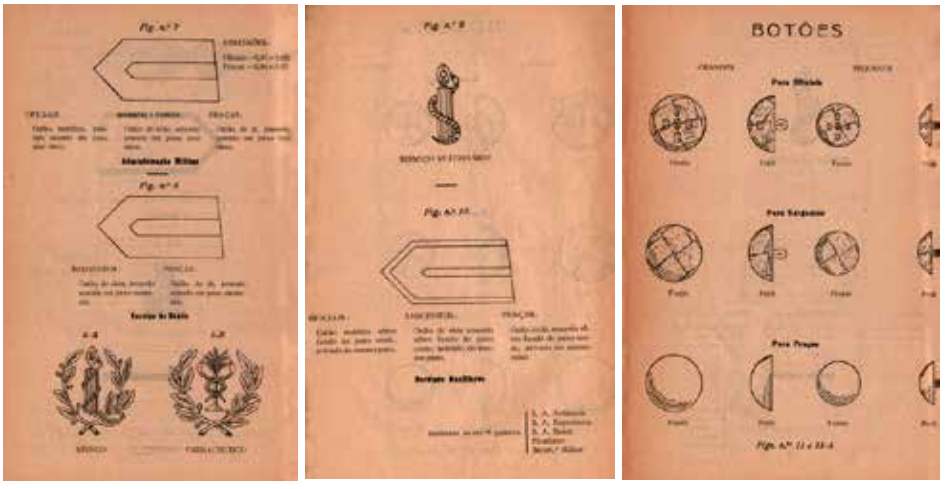
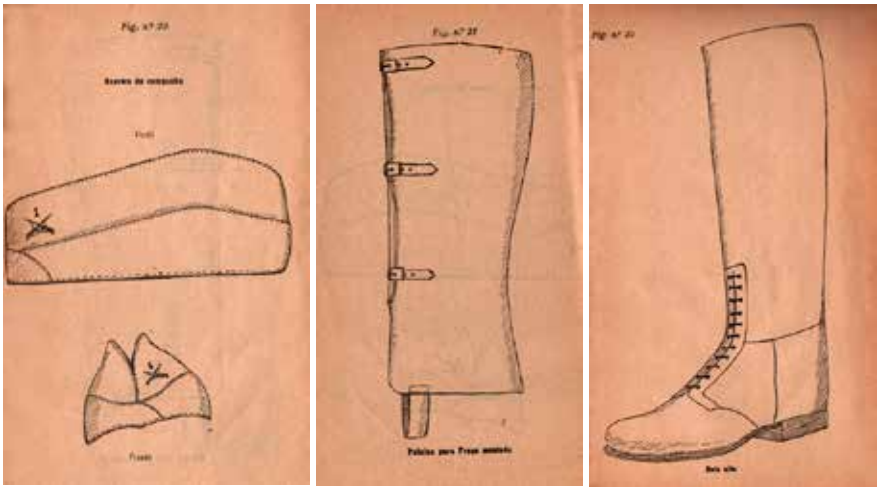


Figura nº 7 a nº 11 da Circular nº 27 de 5 de julho de 1940

Figura nº 12 a nº 15 da Circular nº 27 de 5 de julho de 1940

Figuras nº 16 a nº 19 da Circular nº 27 de 5 de julho de 1940.



Figuras nº 20 a nº 22 da Circular nº 27 de 5 de julho de 1940.

Bibliografia

8.ª Disciplina (1º Ano) – Equipamentos e Arreios (1951-52). Secção Técnica da Escola Central de Sargentos. Águeda.

Nº 2 – Boletim da Direcção da Arma de Artilharia – 15 de Agosto de 1932.

REGALADO, Jaime Ferreira – Espingarda Mauser m/904, m/904-39, m/937 e m/943. Fronteira do Caos, [s.l.], 2015.

Regulamento de Uniformes para o Exército. Decreto nº 22:336 "Ordem do Exército" nº 4, 1ª série, de 18 de Março de 1933 e Circular nº 27 da Repartição do Gabinete, de 5 de Julho de 1940 (1941). Ministério da Guerra. Repartição do Gabinete do Ministro. [s.l.].

https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabardina. Acedido: 11 de junho de 2023.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Tricô. Acedido: 11 de junho de 2023.

https://pt.wiktionary.org/wiki/popelina. Acedido: 11 de junho de 2023.

https://dicionario.priberam.org/fustão. Acedido: 11 de junho de 2023.

PEDRO SOARES BRANCO

Médico. Assistente Hospitalar Graduado Sénior de Medicina Física e de Reabilitação. Professor Associado Convidado da NOVA Medical School. Director Clínico do Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central.

Citar este texto:

BRANCO, Pedro Soares – A Circular da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra N.º 27 de 5 de Julho de 1940 - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/JCUB5422

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A MISSÃO MILITAR DE OBSERVAÇÃO À ALEMANHA E FRENTE LESTE DE 1942 E OS SEUS REFLEXOS FALERÍSTICOS

Humberto Nuno de Oliveira

Resumo

Não obstante a política oficial de neutralidade de Portugal, relativa à Segunda Guerra Mundial, como é sabido vários acontecimentos ao longo dos anos nos colocaram consideravelmente próximo dos eventos da mesma.

O presente artigo aborda as consequências falerísticas resultantes da Missão militar portuguesa de observação à Alemanha e Frente Leste de 1942, a única com uma baixa mortal, na perspectiva dos oficiais portugueses envolvidos bem como dos oficiais alemães que acompanharam a mesma.

Palavras-chave: Missão militar portuguesa de observação à Alemanha e Frente Leste de 1942, Falerística, Álvaro Teles Ferreira de Passos

Abstract

Despite Portugal's official policy of neutrality, concerning the Second World War, as it is known several issues over the years brought us close to the events of that war.

This article addresses the phaleristic consequences resulting from the Portuguese military observer mission to Germany and the Eastern Front in 1942, the only one with a fatal casualty, from the perspective of the Portuguese officers involved as well as the German officers who accompanied it.

Keywords: Portuguese military observer mission to Germany and the Eastern Front in 1942, Phaleristics, Álvaro Teles Ferreira de Passos

Como sabemos Portugal adotou uma posição neutral, nem sempre simples de conduzir, perante a Segunda Guerra Mundial, logrando manter-se à margem do conflito entre as potências do Eixo e os Aliados. Logo no início da guerra, a 1 de Setembro de 1939, o governo português, liderado pelo Professor Doutor

António de Oliveira Salazar, declarou-se oficialmente neutro, esclarecendo a respectiva nota oficiosa:

> "Apesar dos incansáveis esforços de eminentes chefes de governo e da intervenção directa dos chefes de muitas nações, eis que a paz não pôde ser mantida e a Europa mergulhada, de novo em dolorosa catástrofe. Embora se trate de teatro de guerra longínquo, o facto de irem defrontar-se na luta algumas das maiores nações do nosso continente – nações amigas e uma delas aliada - é suficiente para o grande relevo do acontecimento e para que dele se esperem as mais graves consequências: Não só se lhe não pode ficar estranho pelo sentir, como há-de ser impossível evitar as mais duras repercussões na vida de todos os povos. Felizmente, os deveres da nossa aliança com a Inglaterra que não queremos eximir-nos a confirmar em momento tão grave, não nos obrigam a abandonar nesta emergência a situação de neutralidade. O Governo considerará como o mais alto serviço ou a maior graça da Providência poder manter a paz para o povo português, e espera que nem os interesses do país, nem a sua dignidade, nem as suas obrigações lhe imponham comprometê-la"[1].

Embora Portugal tenha mantido a sua neutralidade ao longo de todo o conflito, e não obstante algumas situações que poderiam ter conduzido ao nosso envolvimento, a realidade é que o país marcadamente anglófilo, por razões históricas, se dividia (naturalmente com pesos muito diferentes) entre a filiação num ou noutro dos contendores, posição que, aliás, igualmente se plasmava no seio do Governo onde sempre se verificou a existência dos "partidos" Anglófilo e Germanófilo. Na realidade, não obstante a oficial neutralidade, Portugal logrou ser um Estado que colaborou pontualmente com os dois blocos beligerantes. Além de que "a natureza política dessa neutralidade não se manteve inalterada. Pelo contrário, evoluiu com a própria evolução do jogo de interesses das grandes potências e das estratégias militares da guerra"[2].

Para esta nossa complexa e, seguramente, imaginativa neutralidade António Telo (2000) definiu três períodos distintos: um primeiro correspondendo à fase de supremacia do Eixo (1939 – Dez. 1941); um segundo que correspondeu à fase de equilíbrio de forças (Dez. 1941 – meados de 1943); e o último respeitante ao período de supremacia aliada (meados de 1943 – 1945). Embora, como antes muito bem observara Júlia Barros, "todo o período que se inicia com o estalar da guerra, em 3 de Setembro de 1939, e até à queda da França, em Junho de 1940, é marcado em Portugal por um denominador comum: a distância da guerra"[3].

A história da missão militar de observação à Alemanha e Frente Leste de 12 de Agosto a 10 de Outubro de 1942 insere-se, assim, de acordo com os períodos

1 MNE, *Dez anos de política externa (1936-1947). A nação portuguesa e a segunda guerra mundial*, Vol. II, p. 539.

2 Nuno Severiano Teixeira (coord), História Militar de Portugal, p. 491

3 Júlia Barros, *O Fenómeno de Opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, p. 70.

referidos, no momento do equilíbrio de forças.

A missão em apreço, designada pelo Subsecretário de Estado da Guerra, Fernando Santos Costa, em 11 de Agosto, "para irem ao estrangeiro em missão de serviço relacionada com o plano de rearmamento"[4], é bastamente conhecida, desde logo pelo detalhado e volumoso relatório publicado logo no ano seguinte à mesma pelo seu comandante, o então Coronel tirocinado do Corpo de Estado Maior Álvaro Teles Ferreira de Passos. E, ainda, pelo facto de ter sido a única em que se observou uma baixa fatal. Mais recentemente, um artigo do colega Duarte Branquinho (2006), que, lamentavelmente, passou despercebido, revisitou a referida missão, oferecendo alguns contributos originais e observações que permitiram corrigir algumas incorrecções produzidas em bibliografia entretanto publicada sobre o período da 2.ª Guerra Mundial e a sua ligação ao nosso país.

Foi este artigo que, não obstante não ser esse o objecto daquele estudo, dedicou algumas referências às condecorações resultantes daquela missão, grafando o autor, "Provavelmente todos os oficiais da missão foram agraciados pelo governo alemão com a Cruz da Ordem de Mérito da Águia Alemã"[5], indicando a publicação da mesma em *Ordem do Exército* para cinco deles.

Sabendo-se que para além dos cinco indicados, começando desde logo pelo comandante daquela missão, o Coronel E.M. Ferreira de Passos, outros cinco foram condecorados, como aliás Branquinho suspeitara, importava estudar melhor as implicações falerísticas desta missão.

A constituição da missão, num total de 12 militares, relembramos, era a seguinte: chefe, o já referido Coronel tirocinado do Corpo de Estado Maior Álvaro Teles Ferreira de Passos, que era então o director do Curso do Estado Maior no Instituto de Altos Estudos Militares; os oficiais que haviam terminado o Curso do Estado Maior, de Engenharia (5) os Capitães Afonso Magalhães de Almeida Fernandes, Carlos Miguel Lopes da Silva Freire, José Ferreira dos Reis, Manuel Alcobia Veloso e Mariano Augusto Lopes Pires, de Artilharia (3) os Tenentes Afonso Lopes Franco, Alfredo José Ferraz Vieira Pinto de Oliveira e João António da Silva; integravam-na, ainda, os oficiais de Engenharia Major Frederico Mário de Magalhães Menezes Vilas Boas Vilar, Capitão Fernando Augusto Soares da Piedade e o Tenente Alexandre Nobre dos Santos.

4 *Ordem do Exército* n.º. 10, 2ª. série de 20 de Agosto de 1942, p. 476.

5 Duarte Branquinho, *Uma missão militar portuguesa à Alemanha durante a II Guerra Mundial*, p. 222.

Foto 1- A Missão em Voronej (Rússia), em primeiro plano o chefe da Missão, Coronel Álvaro de Passos.

Destes, o Tenente Afonso Lopes Franco, regressou a Portugal por motivos de saúde a 22 de Agosto e o Capitão Mariano Augusto Lopes Pires, faleceu em Berlim no dia 16 de Setembro, na sequência dos ferimentos no acidente ocorrido na Frente Leste no dia 8[6].

O processo de condecoração dos oficiais portugueses

A proposta de condecoração dos oficiais portugueses surge numa "Nota Verbal", de 26 de Outubro de 1943 (Nº 5828/43) da Legação Alemã, em Lisboa, indicando a relação dos dez oficiais a condecorar e "rogando ao Ministério dos Negócios Estrangeiros se digne solicitar o acôrdo do Govêrno Português para estas condecorações e agradece antecipadamente as estimadas diligências"[7].

A Secretaria Geral do MNE oficia o Gabinete do Ministro da Guerra (Proc. 74,3 Nº. 33), a 4 de Novembro, transmitindo a "lista de oficiais que o Govêrno alemão deseja condecorar, rogando-lhe o favor de informar o que êsse Ministério tenha a observar sôbre estas condecorações e respectivos graus"[3].

A informação para o Ministro da Guerra, esclarece terem sido os militares que "foram á Alemanha em Agôsto de 1942, tendo ali visitado várias escolas, alguns serviços e sectores da frente Oriental", chamando a atenção, todavia, para o "facto dos graus indicados pelo Governo Alemão serem inferiores, segundo o uso normal, aos postos de todos os oficiais à excepção de tenentes". Ainda assim o Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, Tenente-coronel Aníbal de Faro Vianna, por ofício de 10 de Dezembro de 1943, indica que o "Sub-Secretário

6 Ficaram feridos nove oficiais portugueses, tendo para além do falecido merecido internamento hospitalar o Chefe da missão e os Capitães Afonso Magalhães de Almeida Fernandes e Carlos Miguel Lopes da Silva Freire.

7 AHD Arm. 29, 3.º Piso 6 Processo n.º. 66 de 1944.

de Estado da Guerra (...) nada tem a observar aos desejos do Governo Alemão de condecorar os oficiais constantes da lista que acompanhou o mesmo ofício e agradece essa gentileza". Finalmente, o Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, por ofício de 22 de Dezembro, "apresenta os seus atenciosos cumprimentos à Legação Alemã e (...) tem a honra de comunicar que o Govêrno Português nada tem a opor à concessão da Ordem de Mérito da Águia Alemã aos oficiais portugueses"[3].

A 22 de Dezembro de 1943, a Secretaria Geral do MNE informa a Legação da Alemanha "que o Govêrno Português nada tem a opor à concessão da Ordem do Mérito da Águia Alemã aos oficiais portugueses a que se refere a mesma Nota"[3].

Como referido neste último ofício, a ordem escolhida para agraciar os oficiais portugueses foi, naturalmente, a Ordem de Mérito da Águia Alemã (*Verdienstorden vom Deutschen Adler*). Predominantemente uma ordem criada para servir objectivos diplomáticos (embora pudesse ser igualmente concedida a nacionais do Reich) em 1 de Maio de 1937, e que era concedida por méritos militares ou civis, com ou sem espadas.

No período compreendido entre 1937 e 1943, esta ordem possuía seis classes: Grã-cruz com estrela, com estrela, 1.ª classe, 2.ª classe, 3.ª classe e Medalha[8].

Foto 2 - Os três graus da Ordem de Mérito da Águia Alemã atribuídos aos militares portugueses (colecção particular).

8 Em 27 de Dezembro de 1943 a ordem foi reorganizada em nove graus.

Os propostos para serem condecorados com a Ordem de Mérito da Águia Alemã, com Espadas, eram, nos respectivos graus (indica-se entre parenteses a autorização de utilização em *Ordem do Exército*):

Coronel CEM Álvaro Teles Ferreira de Passos (OE n.º 5, 2.ª série, 12 de Maio de 1945, p. 295) – 1.ª classe (equivalente a Comendador);

Major Engª. Frederico Maria de Magalhães Meneses Vilas Boas Vilar Cavalheiros (Declaração 2 da OE n.º 8, 2.ª série, 25 de Julho de 1944, p. 519) – 2.ª classe (equivalente a Oficial);

Com a 3.ª classe (equivalente a Cavaleiro):

Capitão Engª. Fernando Augusto Soares da Piedade;

Capitão CEM Manuel Alcobia Veloso (Declaração 2 da OE n.º 7, 2.ª série 30 de Junho de 1944, p. 467);

Capitão CEM Carlos Miguel Lopes da Silva Freire (Declaração 3 da OE n.º 8, 2.ª série, 25 de Julho de 1944, p. 520);

Capitão CEM Afonso Magalhães de Almeida Fernandes (Declaração 1 da OE n.º 2, 2.ª série, de 31 de Março de 1954, p. 204);

Capitão CEM José Ferreira dos Reis (Declaração 3 da OE n.º 8, 2.ª série, 25 de Julho de 1944, p. 520);

Tenente CEM Alfredo José Ferraz Vieira Pinto de Oliveira (Declaração 2 da OE n.º 11, 2.ª série 15 de Setembro de 1944, p. 643);

Tenente Artª. João António da Silva;

Tenente Engª. Alexandre Nobre dos Santos.

A cerimónia de condecoração dos dez militares portugueses ocorreu na Legação Alemã, então situada num magnífico imóvel da Rua do Pau de Bandeira, no dia 18 de Janeiro de 1944.

Foto 3 - Cerimónia de homenagem e condecoração dos Militares Portugueses na Legação Alemã. Identificáveis, a patir do Coronel CEM Álvaro Teles Ferreira de Passos (assinalado), (um condecorado em segundo plano), Gudrun Baronesa von Hoyningen-Huene (esposa do ministro da Alemanha), o adido do Exército, Coronel von Esebeck (em segundo plano), Major de Engenharia Frederico Maria de Magalhães Meneses Villas-Boas Vilar, o ministro da Alemanha

Barão von Hoyningen-Huene, o adido da Forca Aérea General Kellembeck, adido Weber (em segundo plano), (desconhecido), (um dos condecorados), o adido da Marinha de Guerra capitão Heinichen (em terceiro plano), Tenente Alexandre Nobre dos Santos (em segundo plano), (dois dos condecorados), Capitão Fernando Augusto Soares da Piedade (ponta esquerda) (Arquivo Reinhard Schwartz).

Foto 4 - Da esquerda para a direita, cerimónia de condecoração do Major Villas-Boas Vilar, Capitão Soares da Piedade e Tenente Nobre dos Santos (Arquivo Reinhard Schwartz).

Averbamento e uso

Verifica-se, de imediato, um longo período de averbamentos, desde Junho de 1944 a Março de 1954[9], e que três dos oficiais não pediram autorização para aceitar e usar a condecoração, não sendo a mesma, consequentemente, publicada em *Ordem do Exército*, casos do Capitão Engª. Fernando Augusto Soares da Piedade, do Tenente Artª. João António da Silva e o Tenente Engª. Alexandre Nobre dos Santos.

Seria importante tentar perceber o porquê de tal procedimento tratando-se, então, de uma prestigiada condecoração militar estrangeira, condecorações sempre tão desejadas pelos membros das Forças Armadas. Embora ainda não possamos apresentar conclusões definitivas sobre o assunto, pensamos nesta fase, encontrar uma plausível explicação para o caso do Capitão Engª. Fernando Augusto Soares da Piedade[10]. Sabemos que este oficial, no ano de 1945 esteve envolvido nas actividades que levariam à constituição do Movimento de Unidade Democrática (MUD), organização que pretendia concorrer às eleições em Novembro de 1945.

9 Período francamente posterior à conclusão da guerra e do *III Reich* em 1945. Facto que hoje podemos estranhar, mas que não foi inédito. Recordemos que o próprio Santos Costa, condecorado com a Ordem de Mérito da Águia Alemã com Estrela em 1942, só pediu autorização para a sua utilização e averbamento em 1949.

10 O Processo do Brigadeiro Alexandre Nobre dos Santos (AGE Caixa 3/HIST, Pº 03/95, só é consultável após 2035), os processos do Coronel João António da Silva (neste posto em 1956, reserva em 1959 e que faleceu em 12 de Abril de 1983 - Nmec 50382511) e do Coronel Fernando Augusto Soares da Piedade (neste posto e reserva em 20 de Junho de 1961, desligado do serviço a aguardar pela reforma em 14 de Dezembro de 1972 e falecido em 1 de Novembro de 1976), já consultáveis não nos foram disponibilizados pelo Arquivo Geral do Exército em tempo útil.

Numa informação do Chefe de Gabinete do Ministro (Major L. do Sacramento Monteiro) para o Ajudante General, de 6 de Maio de 1946, afirma-se que Novembro de 1945, enquanto professor no Instituto Militar dos Pupilos do Exército (IMPE) assinou documento "em que se afirmam em oposição aos poderes legalmente constituídos e sendo certo que no momento de agitação política verificada no Paiz a propósito das recentes eleições de Deputados á Assembleia Nacional o Ministerio tomou bem patente e publicamente uma posição que não admite dúvidas quanto à inconveniência de intromissão na política por parte dos oficiais do Exército"[11], sendo por esse facto retirado do IMPE.

Envolve-se, pouco depois, no Movimento de 10 de Abril de 1947[12], "O seu posto de combate, no momento da acção seria a Escola Prática de Engenharia que deveriam [junto com o Major Henrique de Santa Clara da Cunha] revoltar contra os poderes legalmente constituídos" (...) "São estes dois oficiais reincidentes em procedimentos desta natureza e que deram já lugar ao seu afastamento do exercício de funções docentes no Instituto dos Pupilos do Exército. A benevolência usada no julgamento da sua primeira incorrecção de proceder em assuntos de natureza política, não foi compreendida. À benevolência vieram depois corresponder com a reincidência"[7], determinando o Ministro da Guerra que seja punido disciplinarmente com a pena de reforma. Por se ter recusado a prestar declarações à PIDE sobre a sua participação no movimento, aquela polícia sugere mesmo, por ofício de 4 de Setembro de 1947, a sua detenção[7].

Trata-se, assim, de um oficial claramente conotado com a oposição ao regime, para quem a utilização de uma condecoração do derrotado regime Nacional Socialista, seria não uma qualquer honra mas uma afronta política. Pensamos, assim, ser esta a razão do não pedido de averbamento.

Mas esta questão, como é evidente, dependeu de opções pessoais, com uma larga maioria a averbá-la e usá-la, com orgulho, quer ainda durante a guerra, quer depois dela. Dois exemplos destas situações. Durante a guerra, registamos o ofício do Adido Militar do Exército, Coronel von Esebeck ao Capitão do CEM Manuel Alcobia Veloso, de 21 de Março de 1944, "Satisfazendo o desejo que V. Exa. tinha em obter um pouco da fita correspondente á condecoração da Cruz de Mérito da Ordem da Águia Alemã de 3ª classe, com espadas, tenho muito gosto em remeter incluso um bocado da mesma juntamente com uma peça das espadas a colocar sobre a fita ao peito"[13].

11 AHM/FO/033/1/481/3177 Soares da Piedade.

12 A *Abrilada* da Junta de Libertação Nacional, movimento revoltoso militar português, de oposição ao regime (a segunda tentativa de um golpe militar para derrubar Salazar após a II Guerra Mundial, após o *Golpe da Mealhada*, de 10 de Outubro de 1946), encabeçado pelo vice-almirante José Mendes Cabeçadas.

13 Arquivo de João Pedro Teixeira.

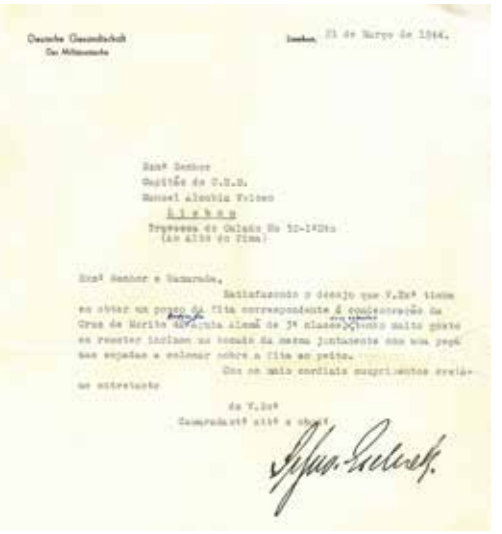


Foto 5 - Ofício da Legação Alemã de 21 de Março de 1944 (Arquivo João Pedro Teixeira).

Para o período posterior à guerra o tardio averbamento por parte do Capitão CEM Afonso Magalhães de Almeida Fernandes, já em 1954, ou, ainda, a escolha do então General Álvaro de Passos quando da pintura do seu retrato pelo famoso pintor Eduardo Malta, em 1951, optou por se fazer retratar com aquela condecoração.

Foto 6 - General Álvaro Teles Ferreira de Passos, galeria dos Comandantes da Academia Militar (Academia Militar).

A proposta de condecoração dos oficiais alemães

A proposta de condecoração dos oficiais alemães, que de mais perto haviam convivido com a missão militar portuguesa, surge pela mão do chefe da mesma pouco depois da chegada da mesma a Portugal. Logo a 15 de Dezembro de 1942, o Coronel Álvaro de Passos, subscreve a proposta, "tendo em consideração os serviços prestados pelos oficiais alemães abaixo designados junto da missão militar durante, não só no período de visitas, mas também durante o de tratamento dos oficiais portugueses feridos"[14]:

– Grande Oficial da Ordem de Avis, o Coronel Hans Jay, "colocado pelo comando do II Exército Alemão às ordens do Chefe da missão e que comandou o comboio especial organizado para a visita à Frente Leste tendo tido à sua responsabilidade a segurança e os deslocamentos da missão e a sua vida material durante essa visita, tendo sido muito útil o facto de falar fluentemente o francês"[10];

– Comendador da Ordem de Avis ("ou com o de Grande Oficial caso tenha sido promovido a coronel como constou"), o Tenente-Coronel Friedrich Herberg, "colocado às ordens do Chefe da missão pelo Estado Maior do Exército e a acompanhou na sua viagem à Frente Leste, tendo-se encarregado do conforto e vida da mesma até ao ingresso na área do II Exército e tendo sido optimo elemento de ligação durante êsse período e posteriormente dado o facto de falar perfeitamente o espanhol"[10];

– Elevado para o grau de Comendador da Ordem de Avis (por já ter sido proposta a concessão do grau de Cavaleiro), o Major Franz von Brentano "que acompanhou , ainda como capitão, a Missão do Estado Maior de visita à Alemanha em 1941, e que substituiu, no seu impedimento, durante o acompanhamento do corpo do falecido capitão Lopes Pires a Portugal, o major von Arnim já agraciado [30 de Agosto de 1942] com o grau de Comendador por êste serviço e pelo oficial de ligação da missão com o Estado Maior do Exército"[10].

– Cavaleiro da Ordem de Cristo, o *Sonderführer*[15] Kurt Dircks, "professor dos interpretes do português no batalhão de interpretes, que prestou relevantes serviços junto da Missão fazendo a tradução de numerosas conferências e documentos, conhecendo perfeitamente a nossa língua, história e tecnologia militar, tendoo vivido no nosso país durante 13 anos. Foi, além disso, pessoa que se consagrou com interesse e carinho da vida da Missão e das pequenas necessidades dos seus componentes que acompanhou desde o primeiro ao último

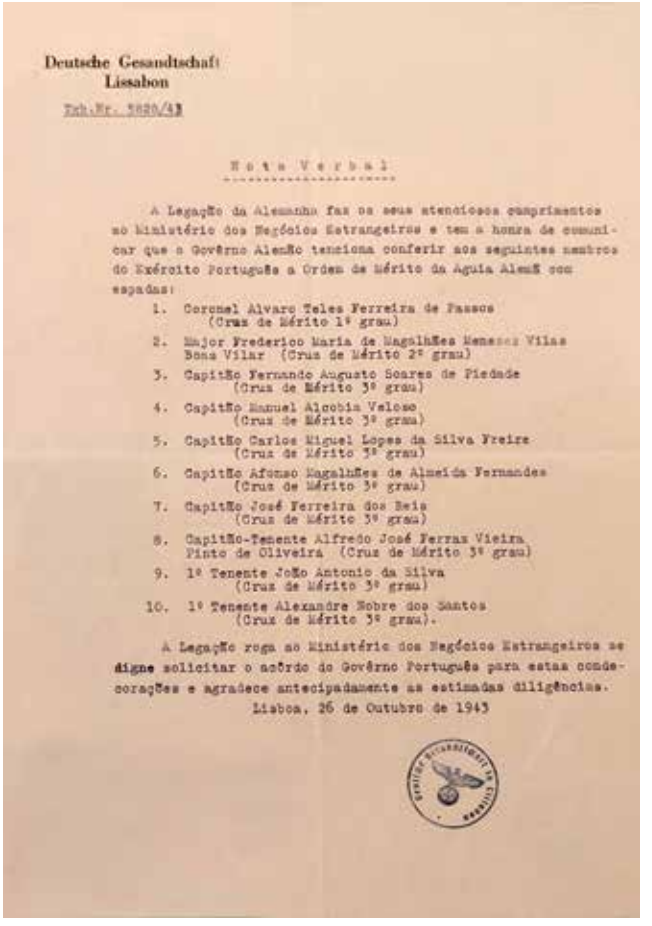
14 AHM FO 006 L14 Cx755

15 Literalmente "líder especial com poder de comando militar" (abreviadamente Sdf ou Sf). O recrutamento dos *Sonderführer* para o serviço militar, permitia garantir a competência dos peritos e especialistas civis para fins militares, preenchendo determinadas funções (desde major a oficial subalterno), garantindo, assim, uma grande variedade de funções de serviço, por exemplo: línguas estrangeiras, trabalho de propaganda, serviço médico, serviço veterinário etc. Normalmente, não recebiam instrução militar e recebiam o soldo correspondente ao cargo que ocupavam, mas apenas em virtude da sua nomeação temporária.

momento da sua estadia na Alemanha e na Frente Oriental"[10].

Em documento, infelizmente, sem data o Adido Militar do Exército, Coronel von Esebeck informa o Chefe do Protocolo do Ministério da Guerra, Coronel de Engª. Augusto Esmeraldo de Carvalhais que "por uma nota acabada de receber de Berlim nenhum inconveniente existe da parte alemã"[10] quanto ao desejo de condecorar os militares supra mencionados.

Por que razão os mesmos não foram entretanto condecorados não o conseguimos apurar e um ano após (18 de Dezembro de 1943) a proposta inicial, o Coronel Álvaro de Passos novamente propõe a condecoração daqueles militares, ao Chefe de Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra, "Tendo sido agora propostos os oficiais componentes da missão para serem agraciados pelo Governo Alemão com determinadas condecorações julgo ser oportuno renovar a proposta que fiz ao regressar a Portugal em Outubro de 1942".



Deutsche Gesandtschaft
Lissabon

Tgb.Nr. 5626/43

Nota Verbal

A Legação da Alemanha faz os seus atenciosos cumprimentos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e tem a honra de comunicar que o Govêrno Alemão tenciona conferir aos seguintes membros do Exército Português a Ordem de Mérito da Aguia Alemã com espadas:

1. Coronel Alvaro Teles Ferreira de Passos (Cruz de Mérito 1º grau)
2. Major Frederico Maria de Magalhães Menezes Vilas Boas Vilar (Cruz de Mérito 2º grau)
3. Capitão Fernando Augusto Soares de Piedade (Cruz de Mérito 3º grau)
4. Capitão Manuel Alcobia Veloso (Cruz de Mérito 3º grau)
5. Capitão Carlos Miguel Lopes da Silva Freire (Cruz de Mérito 3º grau)
6. Capitão Afonso Magalhães de Almeida Fernandes (Cruz de Mérito 3º grau)
7. Capitão José Ferreira dos Reis (Cruz de Mérito 3º grau)
8. Capitão-Tenente Alfredo José Ferraz Vieira Pinto de Oliveira (Cruz de Mérito 3º grau)
9. 1º Tenente João Antonio da Silva (Cruz de Mérito 3º grau)
10. 1º Tenente Alexandre Nobre dos Santos (Cruz de Mérito 3º grau).

A Legação roga ao Ministério dos Negócios Estrangeiros se digne solicitar o acôrdo do Govêrno Português para estas condecorações e agradece antecipadamente as estimadas diligências.

Lisboa, 26 de Outubro de 1943

Foto 7 - Relação da Legação Alemã, com a listagem dos oficiais portugueses a serem condecorados, de notar o lapso na indicação dos postos de alguns deles (Arquivo do Autor).

Porventura fruto do conhecimento da lista de condecorações propostas pela Alemanha a nova proposta surge com alterações e dois nomes acrescentados. A elevação de grau de Friedrich Herberg, entretando promovido a Coronel, e acrescentando o nome do Tenente von Bergen, "pertencente ao II Exército Alemão, o qual tendo anteriormente servido nas tropas paraquedistas foi especialmente encarregado da escolta defensiva do comboio em que viajou e viveu a Missão, tendo-a acompanhado, durante a estadia desta na frente Oriental" e o do *Sonderführer* Picornelly, "Falando correctamente o francês foi adstricto à Missão pelo Comando do II Exército como fotógrafo. Já distinguido pelos serviços prestados como fotógrafo nas linhas de infantaria, foi o autor do grande número de fotografias que documentam os trabalhos da missão"[10].

Esta proposta segue, embora sem o *Sonderführer* Picornelly (sem que tivéssemos conseguido perceber o porquê de tal facto), para o Secretário das Ordens Portuguesas a 1 de Fevereiro de 1944, assinada pelo Chefe de Gabinete (interino) do Ministro da Guerra, o Tenente-Coronel Júlio Botelho Moniz.

O telegrama 97 de 31 de Março de 1944, do MNE para a nossa Legação em Berlim solicita "pedir êsse Govêno Agrément Ordem Aviz Coronel Hans Jay Grande Oficial Friedrich Herberg Grande Oficial Major Franz von Brentano Comendador e Tenente von Bergen Cavaleiro"[3]. Como vimos, não podemos deixar de estranhar tal procedimento, porquanto, à excepção de von Bergen, tal "agrément" já fora previamente concedido.

Parecia andar célere o processo porquanto, por ofício de 5 de Abril de 1944 dirigido pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Chefe de Gabinete do Ministro da Guerra, se informa e solicita uma nova inclusão. "Tendo sido pedido o agrément do Govêrno Alemão para várias condecorações da Ordem de Aviz proposta por S. Exª. O Ministro da Guerra, o Ministro de Portugal em Berlim sugeriu que seja incluído nesse número o General [Friedrich] Olbricht, que foi o principal organisador da recepção da Missão Militar Portuguêsa[16] e que continua ocupando cargo da maior importancia no Ministério da Guerra do Reich"[10]. De igual modo por telegrama nº 127, expedido para a Legação em Berlim nº 127 em 1 de Maio de 1944 o Ministro dos Negócios Estrangeiros informa, "Referência 74 foi feita proposta condecoração General Olbricht"[17], embora não tenhamos encontrado ofício com tal proposta.

Os processos avançam na Chancelaria das Ordens e, a 29 de Março de 1944, o Conselho das Ordens aprova as seguintes propostas do Ministro da Guerra, com os louvores baseados na proposta inicial do Chefe da Missão, Coronel Álvaro de Passos, enviando-as para o Chefe de Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros para os fins convenientes:

16 Telegrama 74, de 3 de Abril de 1944, do nosso Ministro em Berlim, Pedro Tovar de Lemos, conde de Tovar, nesse sentido (AHD Arm 29, 3º Piso 6 Processo nº. 66 de 1944).

17 AHD Telegramas Recebidos e Expedidos Legação Berlim, Maço 72.

"grau de Grande Oficial [da Ordem Militar de Avis] a Hans Jay, coronel do Estado Maior do Exército Alemão com o fundamento de "Prestou úteis e importantes serviços às Missões de estudo de Serviço de Estado Maior e de Engenharia enviadas á Alemanha"[18];

– "grau de Grande Oficial [da Ordem Militar de Avis] a Friedrich Herberg, coronel do Estado Maior do Exército Alemão com o fundamento de "Prestou úteis e importantes serviços às Missões de estudo de Serviço do Estado Maior e de Engenharia enviadas á Alemanha, como oficial posto pelo Ministério da Guerra Alemão adido ao Chefe das referidas Missões (28 de Agosto a 1 de Outubro de 1942)"[19];

– "grau de Comendador [da Ordem Militar de Avis] a Franz von Brentano, major do Exército Alemão com o fundamento de "Pelos serviços prestados ás Missões de estudo do Serviço de Estado Maior e de Engenharia enviadas á Alemanha em 1941 e 1942"[20];

– "grau de Cavaleiro [da Ordem Militar de Avis] a von Bergen, tenente do Exército Alemão com o fundamento de "Pertencendo ao II Exército Alemão e tendo anteriormente servido nas tropas paraquedistas foi especialmente encarregado da escolta defensiva do combóio em que viajou e viveu a Missão Militar Portuguesa á Alemanha e Frente Oriental, tendo-a acompanhado durante a sua estadia na frente Oriental" [21];

Todos os formulários terminam com a solicitação, "tenho a honra de solicitar a V. Exa. que se digne informar esta Chancelaria, para efeitos de publicação do decreto, se o respectivo Govêrno concede o seu «agrément»"[14].

E, ainda, por ofício de 17 de Março de 1944, "grau de Oficial [da Ordem Militar de Cristo] a Kurt Dircks, oficial equiparado do Exército Alemão com o fundamento de Professor dos interpretes de Português no Grupo dos Interpretes do Exército Alemão, nomeado pelo Estado Maior, acompanhou permanentemente a Missão Militar Portuguesa à Alemanha e Frente Oriental como seu interprete, como tradutor perfeito das conferências escutadas, etc"[22], terminando com a mesma solicitação.

A solicitação do necessário «agrément» junto do governo alemão é reforçada pelo telegrama nº 88, para a nossa Legação em Berlim em 21 de Março de 1944.

18 AHD Armário 29, 3º Piso 6 Processo nº. 66 de 1944, ofício da Chancelaria das Ordens Portuguesas n.º 89; Proc. 566-E.

19 AHD Armário 29, 3º Piso 6 Processo nº. 66 de 1944, ofício da Chancelaria das Ordens Portuguesas n.º 90; Proc. 567-E.

20 AHD Armário 29, 3º Piso 6 Processo nº. 66 de 1944, ofício da Chancelaria das Ordens Portuguesas n.º 91; Proc. 568-E.

21 AHD Armário 29, 3º Piso 6 Processo nº. 66 de 1944, ofício da Chancelaria das Ordens Portuguesas n.º 92; Proc. 569-E.

22 AHD Armário 29, 3.º Piso 6 Processo nº. 65 de 1944, Ofício da Chancelaria das Ordens Portuguesas n.º 79; Proc. 1311E.

Esta fase do processo decorre num momento em que, em Berlim, a normalidade era constantemente quebrada por bombardeamentos e subsequentes incêndios (vejam-se os tetemunhos do nosso Ministro em Berlim, Pedro Tovar de Lemos ou do Visconde do Porto da Cruz). Podemos, assim, questionar se terá este processo sido devidamente acompanhado ou, como seria normal, outras seriam as prioridades?

É nossa convicção, ainda, que os acontecimentos ocorridos na Prússia Oriental em 20 de Julho de 1944, o atentado contra o *Fürher*, na denominada "Toca do Lobo" o quartel general de Hitler em Wolfsschanze, organizado por um grupo de oficiais da *Wehrmacht*, liderados pelo Coronel Claus von Stauffenberg, terão sido determinantes para o desfecho deste processo.

Como sabemos, tal atentado era o aspecto essencial e mais visível de um golpe de Estado (*Operação Valquíria*). Ora um dos mentores desse golpe, e indigitado como Ministro da Guerra no caso do seu sucesso, era justamente o General Friedrich Olbricht.

Foto 8 - O General Friedrich Olbricht (Bundesarchiv Bild 146-1981-072-61).

Não é de estranhar, assim, que no âmbito da correspondência relativa a este processo o telegrama expedido de Berlim por Almeida Pile, a 31 de Julho de 1944, refira, "Conforme já é do conhecimento de V. Exª. foi oficialmente anunciado fuzilamento General Olbricht"[23].

Embora não encontremos participação dos demais oficiais propostos neste acontecimento (aliás uma fotografia de Jay em campo de prisioneiros, mostra-o

23 AHD Telegramas Recebidos e Expedidos Legação Berlim, Maço 250.

já após o final da guerra), seguramente que uma lista encabeçada por Olbricht poderá ter determinado o arquivo liminar desta iniciativa, sendo os demais "contagiados" pelo nome daquele General.

Foto 9 - O Coronel Hans Jay, prisioneiro de guerra em Outubro de 1945, entrevistado por dois repórteres (Montreal Holocaust Museum-2011X.136.10).

Na realidade, após esta data, nada mais se encontra nas entidades envolvidas neste processo sobre o mesmo, sendo claro que o mesmo se extinguiu por não terem sido enviados à Presidência os documentos solicitados.

Numa conjuntura complexa, alguns oficiais, que como vimos até obtiveram o necessário "agrément" foram prejudicados pelo momento e conjuntura da guerra, não tendo recebido as condecorações portuguesas para que haviam sido propostos.

Fontes

Arquivo Histórico Diplomático
Armário 29, 3º Piso 6 Processo nº. 65 de 1944
Armário 29, 3º Piso 6 Processo nº. 66 de 1944
Telegramas Recebidos e Expedidos Legação Berlim, Maços 72 e 250
Arquivo Histórico-Militar
FO 006 L14 Cx755
FO/033/1/481/3177 Soares da Piedade

Bibliografia e referências

BARROS, Júlia Teresa Pinto de Sousa Leitão de – O Fenómeno de Opinião em

Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. Dissertação de Mestrado UNL/FCSH, 1993.

BRANCO, Alfredo de Freitas (Visconde do Porto da Cruz) – Como vi o fim da guerra da Alemanha. Lisboa: Editorial do Povo, 1946.

BRANQUINHO, Duarte –- Uma missão militar portuguesa à Alemanha durante a II Guerra Mundial. Lusíada História (série II). Lisboa: ISSN O873-1330. N.º. 3, 2006.

CARDOSO, Débora – Imagem e Propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra. A "neutralidade colaborante" e a propaganda em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial. Coimbra: Revista de História da Sociedade e da Cultura, ISSN 1645-2259. Nº. 17, 2017.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (org.) – Dez anos de política externa (1936-1947). A nação portuguesa e a segunda guerra mundial. Vol II. Lisboa: MNE/Imprensa Nacional, 1962.

PASSOS, Álvaro Teles Ferreira de – Relatório da Missão Militar à Alemanha e Frente Oriental de 12 de Agosto a 10 de Outubro de 1942. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1943.

SCHWARTZ, Reinhard – Os Alemães em Portugal 1939-1945. A colónia alemã através das suas instituições. Porto: Antília, 2006.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) – História Militar de Portugal. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2017.

TELO, António José – Propaganda e Guerra secreta em Portugal: 1939-45. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1990.

TELO, António José – A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial https://www.janusonline.pt/arquivo/1999_2000/1999_2000_1_36.html

Um agradecimento aos amigos João Pedro Teixeira, Paulo Jorge Estrela e Reinhard Schwartz, pelo apoio sempre presente e pela cedência de materiais.

HUMBERTO NUNO DE OLIVEIRA

Historiador (doutor em História), co-Director da Revista Portuguesa de História Militar. Membro do Conselho Científico da Comissão Portuguesa de História Militar e da Direcção de História e Cultura Militar. Presidente da Academia Falerística de Portugal. Professor da Universidade Pedagógica Nacional - Dragomanov (Quieve). Cumpriu, como Miliciano, o Serviço Militar Obrigatório no Exército Português

Citar este texto:

OLIVEIRA, Humberto Nuno de – A Missão Militar de Observação à Alemanha e Frente Leste de 1942 e Os Seus Reflexos Falerísticos. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/UZFM7089

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

OPERATION LONGSHANKS

David Miller

The British raid on the German merchant ship Ehrenfels in Goa in 1943 remained a closely guarded secret until the publication of the book "Boarding Party" in 1978, which was followed in 1980 by the film "Sea Wolves". Both book and film were based on the genuine story but with many added fanciful elements, some for dramatic effect, or in the case of the film, to satisfy the egos of certain actors. Both also gave the impression that the raid was mounted by a handful of middle-aged accountants and tea planters, using an antiquated, steam-propelled barge as transport. There is a grain of truth in all of that, but the reality is that it was a warlike operation with a serious aim, carried out with precision and which resulted in five deaths, the total destruction of four merchant ships and their cargo and, most important of all, the total elimination of a major threat to the Allied naval operations in the Indian Ocean.

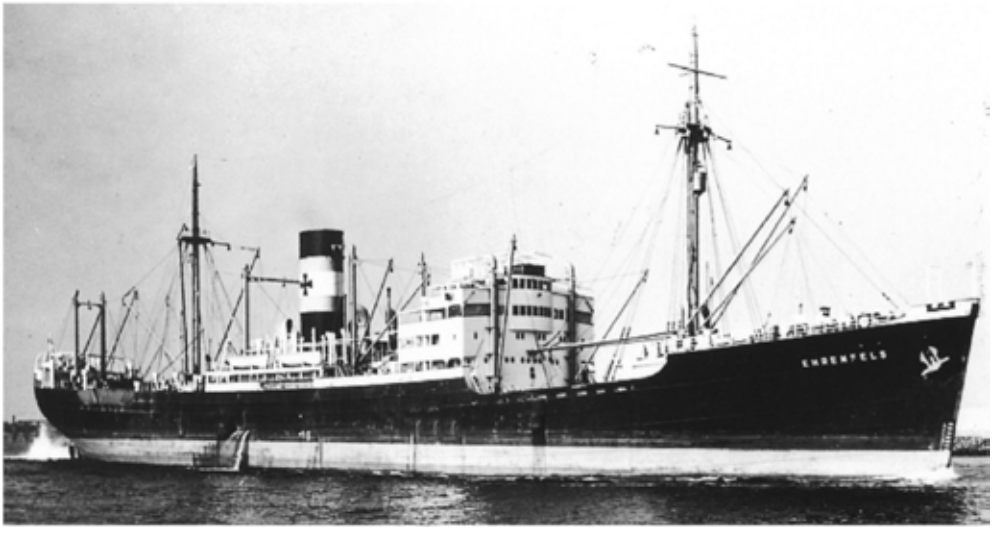


Imagem 1 - German merchant ship Ehrenfels.

Portugal was neutral in the conflict, a very difficult role to play. At home the Portuguese found themselves unwilling hosts to the intelligence organisations of both sides. Further, in 1942 Portugal acted as the intermediary between the Allies and Japan for two major exchanges of diplomats and civilian internees, both at Lourenço Marques. The first took place on 28-29 July 1942, involving the US--chartered Swedish liner, *Gripsholm*, on one side and the Japanese-owned *Asama Maru* and Japanese-chartered Italian liner, *Conte Verde*, on the other. A similar British-Japanese exchange took place, also at Lourenço Marques. between 27 August and 16 September 1942, involving four British liners and two Japanese. All ships sailed under "safe passage rules" and completed their voyages unharmed.

Portuguese Goa was a small enclave some 3,700km^2 in area and in 1940 had a population of just over 5million. It had been a Portuguese possession since the Sixteenth Century and was headed in 1940 by the Governor-General, Colonel José Ricardo Pereira Cabral (1879-1956). He knew the British well, having been appointed Commander of the Order of St Michael and St George (CMG) in 1919 and Knight of the Order of the British Empire (KBE) in 1940, most un-usual honours, which may have made him well-disposed towards the UK. British India was represented in Goa by a Consul, Lieutenant-Colonel (retired) Claude Bremner (1891-1965).

Imagem 2 - Governor-General, Colonel José Ricardo Pereira Cabral (1879-1956).

By early 1943 the position of Goa was delicate. The colony was a long way from the Portuguese homeland and relations with the British were, of necessity, correct although at a personal level, cordial. But, as in the home country, the administration turned a blind-eye to discrete espionage on both sides. There was, however, a complication; the four Axis merchant ships in Mormugão Harbour which appeared fated to remain there until the war's end, although there was always the possibility that one or more might try to escape.

Legally, these ships were taking shelter, while their crews were visitors, not internees, which meant that as long as the ships lay at anchor, paid harbour dues and chandlers' bills, and their crews behaved with discretion, they were left to their own devices. The crews were allowed ashore and some even had small sailing boats which they used for fishing within Goa's territorial waters.

Germany rebuilt her merchant fleet after World War One and by 1939 had a substantial number of ships at sea, the great majority less than twenty years old. Inevitably, many of these were in foreign waters when war was declared on 3 September 1939, some of them on the high seas but many in port - there were no fewer than thirty-nine in the Spanish port of Vigo, for example.

All German ships' masters carried secret orders to be opened on receipt of codeword "*Essberger*", which was issued on 25 August 1939. This directed them to leave potentially hostile ports as soon as possible, or, if at sea, to leave the usual shipping lanes. Shortly afterwards a second codeword was broadcast ordering masters to head for either Germany or a neutral port. Some, which were in British or French ports were interned, some were able to reach Germany, but most headed for the nearest neutral port in order to avoid capture or sinking.

Having reached a neutral port, the German captains were faced with major problems. First, they had to maintain their ships and ensure that engines and other systems remained in working order and supplied with fuel and lubricants. Secondly, they had to look after their crew, making sure that they were fed, paid, given medical treatment and kept occupied. Thirdly, they had to make two sets of plans, the most important being for an escape, while the second was for destruction of the ship, either in port or on the high seas, if threatened with overwhelming enemy force.

Threat to Allies

The Axis ships posed military threats to the Allies since, if they escaped, they could be employed as Armed Merchant Cruisers (AMCs) or as supply ships to replenish both surface ships and U-boats. The British were also paranoid about the German ships being used to gather intelligence about ship movements, particularly sailings, which could then be sent by ship's radio to patrolling U-boats. The worst case for the Allies was that, despite all their precautions, the

German ships would sail immediately after nightfall and then have many hours start until their absence was noticed the following dawn, by which time they would have disappeared over the horizon.

Imperial Japanese Navy (IJN) submarines posed a significant threat to Allied shipping in the Indian Ocean. This was partly due to a shortage of escort vessels, anti-submarine aircraft and modern aids, although some of their success was because Allied merchant shipping sailed almost always without escort. There was, however, an even more ominous development - the Germans were coming.

The German Navy's main effort was in the Battle of the Atlantic, but it also sent boats southwards with considerable success, *Gruppe Eisbär* (Polar Bear Group) (four Type VIIC attack boats and one Type XIV tanker), sank twenty--four ships (163,100grt) around southern Africa during October 1942. Even before *Eisbär* had reached the Cape Dönitz sent another group, this time new long-range Type IXD_2, which rounded the Cape and worked their way North to the Mozambique Channel, where they sank thirty-six Allied merchantmen between November 1942 and March 1943. Every one of the targets was sailing alone – easy pickings. These sinkings caused increasing alarm in various Allied headquarters and major efforts were made to find a cause. One possibility seemed to be that Axis submarines were being informed of Allied shipping movements and a rumour soon gained ground that there was a powerful transmitter aboard the *Ehrenfels*, which was transmitting nightly to submarines at sea. It was further believed that information on sailings from Bombay was being taken by courier to Goa, where it was handed to Robert Koch, a German resident, who then took it to *Ehrenfels*.

Codenames

It is necessary to clarify the codenames:

- Hotspur. Used within India for the kidnapping of Robert Koch on 17-19 Dec 1942.
- Longshanks. Allocated by London for raid on Goa and used by London and SOE(India) when communicating with each other.
- Creek. Despite the use of Longshanks, within India the actual operation was always referred to as Creek, but this name was never used when communicating with London.

Goan Garrison

The Portuguese permanent garrison comprised one company each of light infantry, mortars and artillery – about 500 men in all. There was no coastal

defence, nor was there any anti-aircraft defence. By chance, a reinforcement battalion sailing from Lourenço Marques to Timor had been diverted to Goa, arriving in early February 1942. A small warship called from time-to-time and there was no air force. In total, the Portuguese garrison comprised two small battalions, with limited artillery support, which could have been brushed aside in a major British invasion, although they could be expected to provide resistance to small-scale raiding parties.

The Ships

Braunfels, Drachenfels and the Italian Anfora were not involved in the main action which follows, so can be quickly dismissed; all three were elderly and slow – in fact, typical 1920s tramps. But *Ehrenfels* was in a different category, being not only newer but also considerably faster and more capable. She had twin diesels driving a single propeller, giving long endurance on one engine and high speed on two. Such power also required the hull to be of significantly stronger construction than in a conventional merchant ship. She also had built-in bases for gun mounts and collapsible bulwarks which would hide the guns until required. By late 1942 the British knew that if *Ehrenfels* escaped she would undoubtedly make for Singapore where she would be outfitted with guns and ammunition from Japanese or captured British stocks and transformed into a capable AMC.

All four were required by the Portuguese port authority to give up their ship's radios and a few antiquated weapons. They carried a range of cargo, including electric batteries, electric wiring, a large car destined for an Indian prince, mining explosives, drums of kerosene and many other articles, which were left undisturbed by the Portuguese.

There was also a problem with the crew of these ships; 211 in total (122 Germans, 50 Italians and 39 Indians) and not surprisingly, these men became increasingly bored and fractious as time went by. All their activities were closely watched by the British Consul, who was extremely suspicious, sending regular reports to the government in New Delhi and periodically making informal – sometimes even formal – complaints to the governor-general Colonel Cabral.

Special Operations Executive (INDIA) (SOE(India))

The SOE's India Mission was established in May 1941, its aim being to conduct clandestine tasks outside the scope of other overt or covert organisations. One of its earliest operations was the kidnapping of a German intelligence officer named Robert Koch and his wife from Portuguese Goa to British India. The Dutch East Indies Intelligence service warned their British counterparts in 1939 that this man was an officer in the *Abwehr*, the German military intelligence organisation,

but when Ehrenfels took refuge in Mormugão Koch rented a bungalow ashore but was unable to leave the Portuguese colony, so that he and his wife appeared fated to remain in Goa until the end of the war.

The British consul in Goa repeatedly informed New Delhi of the threat Koch posed, and in November 1942 Major Stewart of SOE(India) carried out a reconnaissance which led to Operation Hotspur in December 1942. False documents were prepared, following which Stewart and another officer named Pugh acquired a Ford station wagon in Bombay, had it repainted and fitted with false number plates and hid some incendiary devices which they planned to use to burn down Koch's bungalow. Their false documents enabled them to pass through Portuguese customs without any problem and on arrival in Panjim they had lunch with the British consul, but what happened the next day has never been resolved. It is certain that the two British officers crossed the frontier into British India, accompanied by Robert and Mrs Koch. One version of these events claims that Mrs Koch was sick and her husband willingly took her into British India for treatment in a British hospital. The other version is that they were forcibly kidnapped and then drugged, before being taken across the frontier. What is certain is that they disappeared in British India and there is no trace as to what happened to them.

The Plans

Both the British and the Axis captains had their plans. In late October 1942 an SOE(India) conference was told that a radio broadcast was being made every night from a ship in the harbour it was claimed that she a proliferation of antennas indicating that she carried more than the normal merchant ship radio installation. All agreed that action was required but that nothing must be done which might infringe Portuguese sovereignty. It was also decided that attempts should be made to bribe the Master of the *Ehrenfels*, Captain Röfer, and carefully selected members of his crew. In a signal London told SOE India that: "…the Foreign Office will raise no objection if this operation is carried out without violence or overt action within Portuguese territorial waters, and provided that the words "trickery" and "chicanery" in your letter mean "Bribery" pure and simple, and nothing else."

British commanders were adamant that they would dearly like to see the four Axis merchant ships incapacitated, but were not prepared to assist in any way, although the Commander-in-Chief of the Eastern Army agreed that elements of the Calcutta Light Horse and Calcutta Scottish might take part in a special operation. From this point on planning went ahead without interruption, SOE India being certain that there was serious deterioration in morale aboard Ehrenfels and a large part of the crew would be willing to cooperate with Allies.

The SOE plan was based on four elements. First, to bribe as many as possible of those in responsible positions aboard Ehrenfels. Secondly, to further reduce the effectiveness of the crew by luring as many as possible ashore, following which the ship would be seized and steamed outside the three-mile limit. But, however much they hoped for a peaceful outcome it was deemed prudent to include an armed party to deal with unexpected contingencies.

In January SOE(India) continued to make contact through cut-outs with some members of Ehrenfels' crew, including the captain, with substantial sums of money being offered as bribes. Unfortunately, the British agents also learnt that there were at least two dedicated Nazis aboard who should not be approached: the chief officer, and the head steward.

Preparations were going ahead in India, but in early February they hit another snag, " SOE London responded on 6 February that it would be impossible to obtain any help from London but then signalled that no further help was needed "…as we have made satisfactory local arrangements"

The German Plan

The British had a plan, but so, too, did the Axis captains, who were well aware that their ships must be a target for a raid by British forces. Their main counter was a plan to scuttle their ships, and observers on the shore saw their crews conduct regular drills in which they practised opening the seacocks at very short notice They also placed explosives and combustible materials in the holds, engine rooms and intermediate decks. A system of alarms using repeated blasts on their ships' sirens was also agreed. It is often said that military plans are good until the first shot is fired and that was certainly the case here, as will now be seen.

The Units and the Men

The SOE had a plan and needed the men to accomplish it and, in the event, almost all the manpower needed for Operation Longshanks was found in Calcutta auxiliary units. Most came from the Calcutta Light Horse (CLH), raised in 1872. Their purported role was defence of their area in the event of a foreign invasion, but it was clearly understood that their real mission was "aid to the civil power" in quelling communal unrest, especially any recurrence of the never-to-be-forgotten Indian Mutiny. These units were essentially mounted infantry, using their horses for rapid movement, but fighting dismounted. All personnel were Europeans, an unusual feature being that the officers were elected by the men, their commission then being confirmed by the Viceroy, but promotion thereafter followed the usual army practice.

In early 1943 Lieutenant-Colonel Pugh of SOE India Mission approached

his friend, Lieutenant-Colonel Grice, Commanding Officer of the CLH, with a request for help. Grice was 45 years old. He joined ICI in India in 1919, and enrolled in the CLH as a trooper in 1920 took command as a lieutenant-colonel in 1939. When he was asked to assemble a party of fourteen men for an undisclosed task at an unknown destination, he set four criteria. First, that the participants should be volunteers; second that they should be fit and suitable for this unspecified mission; third, that they should be unmarried; and fourth that they should, wherever possible, be under 35 years old.

Imagem 3 - Lieutenant-Colonel Grice, Commanding Officer of the CLH

Grice himself broke both the unmarried and age rules, but he was the Commanding Officer and was determined to lead from the front. As shown in the table, the other thirteen men selected were, with two exceptions, under 35 years old, and, Sandys-Lumsdaine apart, were unmarried. The average age was 33.6 years. By employment there were: accountants – six; management – six; insurance – one; and banking – one.

Four volunteers from the Calcutta Scottish also took part in the operation. [Table 4] This was an infantry battalion of the Auxiliary Force, whose personnel were recruited mainly from the many Scots in the East Bengal jute industry. As the Calcutta Light Horse had more than sufficient volunteers it is assumed that the Calcutta Scottish brought some special skill to the operation, which could

have been weapon handling where, as infantrymen, their skills could have been greater than those of the CLH, or it might have been handling explosives, in which they had received recent training.

Thus, the attack force for the operation comprised twenty-four men: six from SOE, four from the Calcutta Scottish and fourteen from the Calcutta Light Horse. There was one professional soldier, one had been a professional, four were wartime soldiers, the remainder were part-timers from the two Calcutta volunteer units. The oldest was 45 and the youngest just 25.

In Calcutta the men started intensive training on 19 February, which actually amounted to no more an hour before breakfast, although it was conducted by regular sergeants and covered revolvers, Sten guns and unarmed combat. They were also given a list of personal kit they were to take with them. This included military field uniform; steel helmet; bedding roll; knife, fork, spoon, plate, mug; washing items; and first field dressing. Every man also had to carry a Service revolver and eighteen rounds of ammunition. They were assembled again on 26 February to be given their orders for the move. They were told that they were to travel by train in civilian clothes and would be divided into small groups, each keeping separate from the others. They were to report to the station at Calcutta, where they would be given their tickets to Madras, and once there they would be given further tickets for the onward journey to Cochin. The first group of two CLH men left that day, followed by five men in two groups on Saturday 27th and the remaining seven on Sunday 28th. The CS travelled in one group. After endless games of cards, numerous cigarettes and a few nips from the single bottle each man was allowed to carry the twenty-four reached Cochin safely and on schedule, where they met the SOE officers who had travelled to Cochin by a different route.

The Voyage of Hopper Barge Number 5

The SOE planners had concluded early in their deliberations that that the only realistic method of approaching the Axis ships was from the sea, but the ship which made the operation possible was singularly undistinguished. Hopper Barge Number Five (affectionately known as *Phoebe*) was thirty years old and owned by the Port Commissioners in Calcutta. Its sole task was to keep navigable channels clear by collecting silt removed from the bottom by a dredger and taking it out to sea where it was dumped. These were essentially daylight-only, fair-weather vessels with a small forecastle, large open-topped hopper taking up the entire midships section, and a section aft containing the engine, propeller, steering and bridge. Other amenities such as accommodation, cooking and toilets were minimal. *Phoebe* also had a raised gangway running lengthways above the hopper, linking the forecastle and superstructure aft.

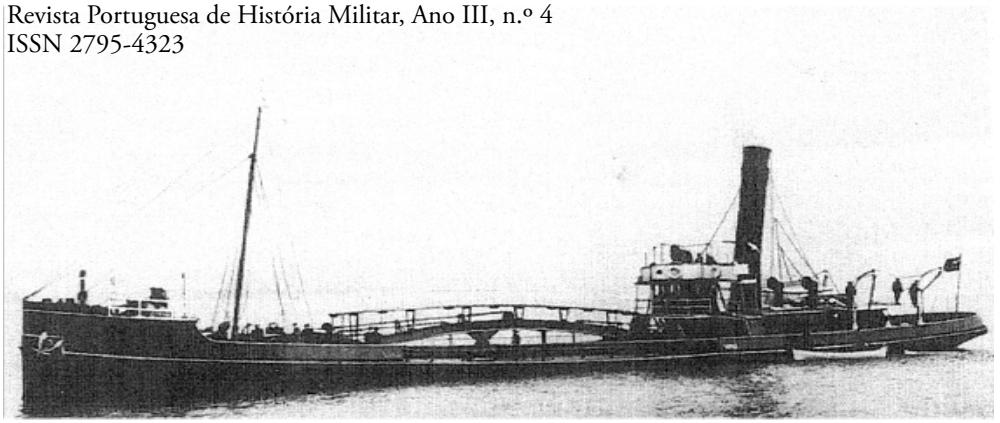


Imagem 4 - Hopper Barge Number Five (Phoebe).

Phoebe was built in Glasgow, Scotland and launched in 1912. It had a design displacement of 1,200 tons, with a length of 61m, an 11.6m beam and draught of 4.9m. *Phoebe* was powered by two coal-fired steam engines driving two three-bladed propellers, which gave a maximum speed of 11 knots, although thirty years later this was probably no more than 8-9 knots at best, with a speed of advance of approximately 6-7 knots. Although built specifically for coastal and estuarine work, it is to her credit that in 1913 it safely made the 8,000 nautical miles delivery voyage from the Clyde to the Hooghli.

Phoebe had a crew of three officers and twenty-five sailors, who were well used to the daily round of loading and dumping silt in the Hooghli estuary. On this occasion, however, they were told that the vessel was going to take part in a military training exercise, which would involve several days absence, although great care was taken not to mention their actual destination, nor the possibility of actual action.

In command of *Phoebe* for this voyage was Commander (retired) Bernard Davies (44), a former Royal Navy officer, who was employed by the Port Commissioners of Calcutta as an Assistant Conservator and thus well acquainted with *Phoebe*. Davies had no hesitation in volunteering for Operation Creek.

Phoebe's capacious hopper was used to carry a large amount of coal, sufficient for the entire voyage to Bombay, as well as water and rations for the crew and passengers. She also carried military stores, including machineguns, rifles, ammunition, explosives and items needed for the attack such as bamboos, timber, railway sleepers, rope, grappling irons and bags of cement. Her peacetime role did not require *Phoebe* to carry any radio sets, but two were installed for this operation.

Phoebe's route was from Calcutta to Trincomalee where she spent a night, then south-about around Ceylon to Cochin, where she picked up all the passengers and thence to Goa for the operation. That concluded, she sailed to Bombay,

disembarked the passengers and then returned to Calcutta. Assuming a speed of advance of 6 knots, the voyage can be reconstructed as follows. The voyage from Calcutta to Trincomalee and thence to Cochin went well, arriving on the morning of 5 March, anchoring a short distance offshore. First aboard was the SOE party, followed by the Calcutta Light Horse in the early afternoon and finally the Calcutta Scottish. As soon as all twenty-four were accounted for Davies weighed anchor and once the ship was clear of the harbour turned her southwards until out of sight of land, when he reversed course and headed north. The men from Calcutta were briefed and were told that their destination was Mormugao Harbour where three German merchant ships were lying at anchor, but that this operation was intended to 'acquire' only *Ehrenfels*. They were also told that British agents would encourage some locals to organise parties which would be attended by at least some of the Axis ships' crews. Agents would also try to bribe the captain and other members of his crew to cooperate in taking *Ehrenfels* out to sea, where a Royal Navy ship would take over and tow *Ehrenfels* to Bombay. The briefers explained that the reason for using members of the CLH, the CS and a civilian ship and crew was so that, if captured, they could be disowned by the British as over-enthusiastic amateurs who had taken it upon themselves to undertake this raid. The meeting closed with them being issued with 30 Rupees each and told that if anything went wrong, they were to get ashore and make their way to the Burmah-Shell Refinery, whose manager had been warned of the possibility of 'visitors'.

The men trained throughout the voyage and were given the exact routes to follow. Rehearsals were carried out; a password was issued and finally everyone had to sew a white cotton disc on the back of their shirts. The morning of the 8th was devoted to preparing for action, with bamboo ladders and other stores placed ready, while a protected emplacement was constructed on the bridge wing for the Bren gun. The firefighting appliances were made ready and all unwanted gear stowed where it would not interfere with the activities on deck. At 2100 everyone blackened their faces and hands, donned helmets, checked weapons, and then rested. The weather was calm, calm with good visibility (it was a New Moon) and high tide was at 0036.

At 0100 9th March everyone took up their positions. On the forecastle were the assault groups with ladder and grappling irons ready, and a man whose task was to answer challenges in either Portuguese or German. Amidships were the carrying parties ready to launch their ladders and carry any stores requested, plus the firefighting party with their extinguishers. At 0145 *Phoebe* approached the buoy marking the entrance to the harbour and Davies ordered members of the ship's crew to suspend ropes and fenders over the starboard side.

At about 0215 Phoebe passed unchallenged under stern of Braunfels and set course for *Ehrenfels*. When they were very close to their target the men on the forecastle heard shouts of "*Achtung! Achtung!*" from Ehrenfels which was now

towering over them, followed by a challenge in English. A searchlight was aimed at *Phoebe*, but Stewart shouted, somewhat dramatically, "*Let them have it*," and a burst of automatic fire shot out the lights and forced the German afterguard to flee. Despite this distraction, *Phoebe* was placed with great skill alongside Ehrenfels, abreast the after well-deck and the grappling irons successfully thrown. There was a momentary hiatus as Phoebe still carried some way and the ladder tangled with the mainmast shrouds, but a touch of '*astern*' brought her back to the correct position. As soon as the ladder was freed, by which time it was about 0225, two men held the ladder while the designated men quickly swarmed up it and dispersed to their allotted tasks. At this point, according to the official report, the British came under fire from Ehrenfels' crew members.

Meanwhile, Captain Röfer had reached the bridge and started to sound the agreed signal on the ship's siren to alert the other Axis ships. He had no sooner started than the first of the SOE party burst into the bridge, and when Röfer refused to stop, he was immediately shot and killed. There is no mention in any of the accounts of the CLS or CS firing any shots at this point, so it appears probable that this must have been done by one of the SOE parties. Corporal Turcan and his CLS group followed the SOE up the boarding ladder and after a brief pause to hold it steady for the next group followed the SOE party to the bridge where they saw the captain lying on the floor, already dead. In accordance with the plan, the bridge was cordoned off while the other groups fanned out around the ship to capture any crew and to assess the state of the engines.

Meanwhile, *Ehrenfels*' Chief Engineer had reached the engineroom, secured the steel doors behind him, blown the scuttling charges, ordered his men to open the seacocks and begun planned sabotage on the engines. When the raiders reached the engineroom, Captain White, the SOE explosives man, used a magnetic charge to blow the door off its hinges and then entered but it was immediately obvious that he was too late, although the actual extent could not be ascertained in the time available. The Chief Engineer also initiated the incendiary charges, starting intense fires which eventually engulfed the whole ship, following which he jumped into the sea and swam ashore. All concerned, including his enemies, acknowledge that he was a brave man who did his duty with great efficiency. Three men searched the crew's quarters but only found one person, a cabin boy, whom they took prisoner and when they subsequently heard the recall signal took him with them back to *Phoebe*.

Meanwhile, another two men headed for the Chief Engineer's cabin, their orders being to ask him if he was prepared to power up the ship to take it to sea and if he refused, they were to shoot him on the spot. On the way to the cabin, they bumped into a steward and manacled him to the ship's rail. The two men then tried to enter the cabin but found that the Engineer had already left and the cabin was ablaze. Duguid dashed off to get an extinguisher, which Crossley used until he could stand the heat no longer, when he staggered out and asked

Duguid to finish off the job.

Also, at this stage the fifteen MiniMax fire extinguishers were carried aboard Ehrenfels and stacked on the after well-deck for use if the Germans set fire to the ship, but, when the fire did break out, it was so fierce that they were of no use and had to be abandoned. By 0235 hours Ehrenfels had sunk some 12 feet and was sitting on the bottom and this, coupled with the ferocious fire, made it clear that there was no question of taking her out of the harbour, let alone reaching Bombay. So, repeated blasts were sounded on Phoebe's siren and the British men returned at once, bringing with them three prisoners. Evacuation was completed by 0240 and as soon as all men were accounted for Phoebe cast off and at 0315 passed the outer buoy and set course for Bombay, transmitted a success signal over both radio links.

The British suffered no losses, although three of the SOE officers were slightly wounded. SOE estimated that sixteen Germans had been killed, including the captain and the majority of ship's officers, but the Portuguese authorities found only five bodies, all of them burned beyond recognition, although one was identified as that of Captain Röfer.

To those on the shore the first sign that anything was amiss was a series of double hoots on ships' sirens at about 0100, and within minutes *Braunfels* was seen to be on fire, followed quickly by *Drachenfels* and some minutes after that by *Ehrenfels*. Crewmen from the German ships were soon reaching the shore - in ships boats, canoes, and, in several cases, by swimming. *Anfora* was seen to start its fires about an hour after the Germans and soon its crew also arrived at the shore, to taunts from the Germans that "*Italy is late as usual*.".

The Portuguese police were quickly on the scene, followed by a platoon of African troops, the latter proceeding to round up every non-Portuguese European at the point of the bayonet, including, for a short time, the British consul. Neither the German nor Italian crews offered any resistance and all 106 surviving Axis personnel were taken to Nova Goa. Daylight revealed four burning, grounded ships. It was quickly established that all men from *Anfora*, *Braunfels* and *Drachenfels* could be accounted for, but there were five bodies, one of which was identified as that of Captain Röfer but three could not be found at all.

The Portuguese arrested all those who had been aboard the ships at the time of the attack and charged them with setting fire to and scuttling their ships. Those who had been ashore at parties at the time could obviously not be faced with similar charges, and were simply interned. The hulks and what remained of their cargoes were sequestrated and became Portuguese property.

The Germans crews were unanimous in stating that all three ships had been boarded by armed and masked men from small boats carrying eight men each.

They were quite convinced that these had all come from a British tanker, which happened to be in port at the time delivering fuel to the colony. On the other hand, the captain of the Anfora said that he had seen a small steamer draw up alongside, first, *Ehrenfels* and, subsequently, *Braunfels* and *Drachenfels* and then put to sea again. The much-derided Italian captain was very nearly correct, but his credibility was challenged when it was pointed out to him that the fires aboard his own ship had been started at least one hour after he alleged that the "small steamer" had put to sea again.

On 17 March the Governor-General discussed the affair with Bremner and said that he knew that the ships' captains had made preparations to fire and scuttle their ships in an emergency, but that nobody could explain just what emergency had arisen to cause the plan to be implemented on the night of 8th/9th. He was also aware that there had been unrest aboard Ehrenfels, whose captain was considered harsh towards his crew, while the chief officer was well-known to be a convinced Nazi. This led the Governor-General to conclude that there must have been an armed uprising aboard Ehrenfels, which explained the shots that had been heard, the death of the captain and the cartridge cases that had been found the following morning, although the discovery of a number of unused fire extinguishers remained puzzling. Bremner was, of course, more than happy to agree with the governor's analysis of what had happened.

Since Portugal was not at war with either Germany or Italy, the former crews of the Axis ships became internees. Those that had been aboard ship at the time of the scuttling were all arrested and held in a fortress, while those had been ashore were given licence to a degree of freedom within Goa. All were a distinct nuisance to the Portuguese authorities in that they had to be housed, fed and provided with medical treatment, while, although their expenses were in theory the responsibility of their parent countries, British controls meant that it was very difficult for the German government to get money through, while Italy was effectively bankrupt, anyway.

In early 1944 the Portuguese Government proposed that six sick German seamen should be repatriated in exchange for a like number of British merchant seamen held in Germany. Then, since Italy had signed an armistice in September 1943, in April 1944 the British Ministry of Economic Warfare proposed that all the Italian seamen should be repatriated. These proposals were then discussed in a very desultory manner between various departments in London, the British Indian government in New Delhi, and the embassy in Portugal. It is clear from the correspondence that while no department had any serious objections, none of them was particularly enthusiastic, either, and in January 1945 the proposal simply petered out. With the end of the war, the majority of these internees were quietly sent home, although several are believed to have settled in Goa.

The three men missing from Goa were, in fact, in British hands. Although

ordered not to do so, when the British raiders abandoned *Ehrenfels* they took with them three German prisoners, who were employed as gardeners and labourers by SOE and seem to have been content with their lot. At the war's end they refused to return to Germany and wanted to become British citizens and, of course, they knew a great deal about the raid on *Ehrenfels* and its participants, which was intended to remain a state secret for at least another thirty years. After some bureaucratic squabbling Heinz Wilhelm Bernadini changed his name to Peter Shortland and was naturalized in October 1948 and it is assumed that the other two were treated the same.

Assessment

The Axis merchant ships in Goa presented a long-running problem for the British. The major threat was that Ehrenfels would escape and be converted to an armed merchant cruiser, but later, when the Allied shipping losses in the Indian Ocean in 1942 became serious, it was inevitable that operational and intelligence staffs should cast around for possible explanations. Operation Longshanks had three main aims, the first of which was to remove *Ehrenfels* from Goa. If this was achieved it would silence the alleged radio station aboard the ship and thus, it was hoped, reduce the effectiveness of German U-boats operating in the Indian Ocean. Also, this would neutralise the maritime threat posed by the *Ehrenfels* should it escape and be outfitted as an armed merchant cruiser. It is important to note, however, that at no stage was Longshanks concerned, in any way, with the other three Axis ships.

The numerous U-boat successes against Allied merchant ships in the Indian Ocean in 1942 and early 1943 were a matter of grave concern to Allied planners. One possibility, based on proven examples of U-boats entering Spanish ports to replenish from Axis merchant ships, was that the four ships in Goa might be supplying U-boats with fuel and other supplies. However, this author's detailed examination of all U-boat records for the Indian Ocean shows no evidence whatsoever of such visits to any Indian port.

The second Allied suspicion was that information on sailings from Bombay was being collated by a spy and then taken by courier to Goa from where it was transmitted to waiting U-boats by a wireless hidden aboard the *Ehrenfels*. There was a known Portuguese government radio station in Goa, but this had been the subject of intense diplomatic pressure from the British earlier in the war and by mutual agreement was not being used for anything other than Portuguese government traffic. Again, nowhere is there the slightest indication that U-boats were receiving information from clandestine transmitters anywhere on the Indian sub-continent, let alone Goa.

There is a perception that the men from these two units were middle-aged

amateurs who had somehow got themselves involved in a real-life drama, but these men had all served in their units for some years, which had included basic military training. The ship *Phoebe* has also come in for adverse comment, due mainly to its age and appearance. However, the fact is that it did all that was required of it, sailing a considerable distance, keeping to the schedule required in the operation order, delivering the raiders to precisely the spot required, and then taking them on to Bombay. The Bengali crew are barely mentioned anywhere. Approximately twenty strong, they were misled into believing that they were going on a short-range military exercise but by the time they reached Trincomalee they must have realised that not all was what it seemed. More than that, not one word seems to have leaked out after their return – no rumours were reported from the Calcutta waterfront, no startling revelations in the local newspapers.

The Germans contributed significantly to the Allied success, as their arrangements for destroying their ships worked so well. The fires were started as soon as the warning siren sounded and spread so rapidly that there was no chance of extinguished them. Scuttling was also achieved quickly and was no chance of stopping it.

The situation ashore was confused by conflicting reports by eyewitnesses. Some stated that masked raiders had arrived in rowing boats from a British tanker which happened to be in port at the time of the raid and that they had boarded all three German ships. Others claimed that there had been a mutiny aboard the *Ehrenfels*, where many of the crew were known to be very discontented, and that Röfer (and perhaps others) had been killed by their own crew.

In summary, Operation Longshanks had achieved the total elimination of the threat of any of the four ships escaping from Goa, which came as a great relief to the RN and RIN. All surviving Axis crew members had been rounded up by the Portuguese and either imprisoned or interned. There had been no losses among members of the raiding party nor among *Phoebe's* crew, all of whom returned home safely. Finally, British involvement was never publicly suggested and if some of the Portuguese officials had any suspicions, they kept them to themselves.

There was an unusual postscript which showed that the neutral status of Goa had not been compromised. Just six months after Operation Longshanks there was a large-scale exchange of civilian internees between the United States and Japan, which was organised and supervised by the International Committee of the Red Cross, and hosted by the Portuguese authorities in Goa. The Swedish liner, Gripsholm, under charter to the US government, and the Japanese Tiea Maru sailed under 'safe passage.' A total of 1,513 Japanese were exchanged for 1,503 Americans. Teia Maru arrived on 15th followed by Gripsholm on 16th October and the exchanges took place on 19th. The ships sailed from Mormugao on 21st and 22nd and returned unmolested to their original ports.

TABLES

	MV EHRENFELS	SS DRACHENFELS	MV BRAUNFELS	SS ANFORA
Flag	Germany	Germany	Germany	Italy
Owner	DDG-Hansa	DDG-Hansa	DDG-Hansa	Lloyd Triestino
Builder	DeSchiMag	Howaldtswerke	DeSchiMag	San Rocco
Entered Service	1936	1921	1927	1922
Length	154m	134m	149m	123m
Beam	18.7m	17.2m	18.4m	16.5m
Draught (full load)	8.27m	9.26m	8.3m	7.7m
Displacement	7,752grt	6,342grt	7,847grt	5,452grt
Deadweight	10,250 tons	9,250 tons	11,200 tons	8,504 tons
Propulsion	Diesel	Steam	Diesel	Steam
Cruising (full load)	16 knots	12 knots	12 knots	10 knots
Crew	44	33 European 39 Indian	45	50
Passenger capacity*	12	4	7	10
Arrived Goa	28 Aug 39	29 Aug 39	1 Sep 39	10 Jul 40

Table 1.The Four Axis Merchant Shps[1] None were aboard on 8/9 March 1943

NAME	RANK	AGE	CIVIL EMPLOYMENT
BRYDEN, William Donald	Trooper	29	Bengal Chamber of Commerce
CLARKE, Geoffrey Hayman John	Trooper	35	Imperial Tobacco Co of India
FARMER, Frank Darrell	Corporal	35	James Finlay & Co Ltd*
FERGIE, Kenneth Rishton	Lance-Corporal	32	George Henderson & Co Ltd*
GRICE, William Henry	Lieutenant-Colonel	45	I.C.I. (India) Ltd
LAW, Colin James Drummond	Lance-Corporal	37	Hongkong & Shanghai Bank
MACFARLANE, Alistair Forbes	Lance-Corporal	40	Jardine Skinner & Co
NOBLE, William Mathewson	Lance-Corporal	33	Commercial Union Assurance
SANDYS-LUMSDAINE, Colin Cren	Lieutenant	35	Williamson Magor & Co
STENHOUSE, Nicol	Lance-Corporal	31	Andrew Yule & Co Ltd*
TANNER, John Darley	Trooper	27	Lovelock & Lewes*
TURCAN, Charles Ian	Lance-Corporal	28	Andrew Yule & Co Ltd*
WATSON, Cecil Herbert	Lance-Corporal	32	Shaw Wallace & Co Ltd
WILSON, Ian Birrell	Trooper	32	Ford, Rhodes, Thornton & Co*

Table 2. Participants from Calcutta Light Horse -

Notes:Ages and ranks shown are as on the date of the operation.* denotes those with civil occupation of accountant

1 Source: World's Merchant Fleets, 1939, Jordan, RW, Chatham Publishing, London, 1999

NAME	CIVIL EMPLOYMENT
Duguid, Robert Hutton	Duncan Brothers *
Miller, William	India Tyre
Patterson, James (Jimmy)	Surveyor, marine engineer
Wylie, Gilman	Norwich Union

Table 3. Participants from Calcutta Scottish

DEPART		ARRIVE		DISTANCE (NM)
Calcutta	19 Feb	Trincomalee	27 Feb	1,091
Trincomalee	28 Feb	Cochin	5 Mar	780
Cochin	5 Mar	Marmugao	8 Mar	333
Marmugao	9 Mar	Bombay	10 Mar	278
TOTAL				2,482

Table 4. Phoebe voyage

DAVID MILLER

Após 36 anos no Exército Britânico, David Miller, deixou a carreira militar, dedicando-se ao jornalismo e à escrita de livros, maioritariamente no âmbito da História Militar. Tendo publicado dezenas de livros, revela-se um autor eclético tendo escrito obras que vão desde Ricardo Coração de Leão, passando pelos samurais até à Guerra Fria. Reside actualmente na Austrália

Citar este texto:

MILLER, David – Operation Longshanks. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/XUVD8950

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

JORGE REI – RELATO E MEMÓRIAS DE UM LUSODESCENDENTE

António Fragoeiro

Resumo

Estima-se que milhares de portugueses e lusodescendentes tenham combatido nas diversas frentes em campanhas militares da Segunda Guerra Mundial, em ambos os lados beligerantes. Da Normandia à Alemanha, de Pearl Harbor a Tóquio, os relatos e registos são inúmeros, tantos, que simplesmente é impossível seguir o rasto de todos os participantes. No texto que se propõe, menciona-se o historial militar de um deles, que participou nos dias seguintes aos desembarques do Dia D, na Normandia, como mecânico responsável pela manutenção e recuperação de viaturas, construção de estruturas e pontes, acompanhando os seguintes acontecimentos até à Alemanha, nos momentos finais do Terceiro Reich.

Palavras-chave: Joseph George Ray, Segunda Guerra Mundial, Lusodescendentes, Dia-D.

Abstract

It is estimated that thousands of Portuguese and Lusodescendants fought on the various fronts in the military campaigns of World War II, on both sides of the war. From Normandy to Germany, from Pearl Harbor to Tokyo, the accounts and records are countless, so many that it is simply impossible to keep track of all the participants. In the text that is proposed, the military history of one of them is mentioned, who participated in the days following the D-Day landings in Normandy as a mechanic responsible for the maintenance and recovery of vehicles, construction of structures and bridges, following the following events to Germany, in the final moments of the Third Reich.

Keywords: Joseph George, Ray World War Two, Lusodescendants, D-Day.

Foto 1 - Sargento Técnico, Joseph George Ray.

Baptizado oficialmente de "Jorge Rei" e terceiro filho de imigrantes açorianos da ilha de São Miguel, deixou de estudar assim que completou dezasseis anos em 1940. Por regra familiar e como exigido a todos os seus irmãos, viu-se obrigado a ir trabalhar para ajudar a sustentar a família.

Passando por uma série de decepcionantes trabalhos e com a guerra declarada após o ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, em Dezembro de 1941, sentiu a necessidade para servir militarmente o seu país e, contrariando a opinião do seu pai, tentou alistar-se voluntariamente na Marinha dos Estados Unidos ainda antes da chamada oficial da recruta. Contudo e mesmo ultrapassando os rigores dos testes físicos, foi-lhe transmitido que as quotas de recrutamento nacional já haviam sido preenchidas para a Marinha e que a única solução seria ingressar no Exército. Consequentemente, deu entrada para indução militar no Exército dos Estados Unidos, a 3 de Março de 1943, em Fort Devens, Massachusetts.

O seu irmão, Alfred, já se tinha alistado anteriormente no Exército, em Novembro de 1942. O irmão mais velho, Frank (Francis), casado e com um filho a caminho, só se alistaria mais tarde, em Novembro do ano seguinte.

Mais tarde processado em Fort Devens, Massachusetts, foi transportado por comboio para o Campo Shelby, Mississippi, onde recebeu 17 semanas de formação e treino básico. Mostrando uma aptidão para a mecânica, foi integrado na "623 rd Light Equipment Engineer Company".

Excertos de suas memórias no campo de treino militar em Camp Shelby:

"*I weighed 147 lbs. when I entered the service and lost 20 lbs. of my meager bulk before Basic Training ended. Although being very lean, I felt stronger then, than at any time in my life." "Physical requirements were very demanding to the point of exhaustion.*

Marching daily came as second nature to us. Long distance marches of twenty-four miles with a field pack and rifle, in a time span of seven hours, tested the most hardy among us. The test yet to come was the dreaded infiltration course.

The length of a football field, it was strung with barbed wire thirty-six inches above the ground with open craters charged with explosives and machine guns firing live ammunition above our heads. We had to crawl the full distance on our stomachs with our rifles cradled in our arms. Reaching the end was, to say the least, very humbling".

Foto 2: Campo de treino básico, Mississippi, 1943. Joseph "Jorge" Ray à esquerda.

Foto 3: À esquerda Herbert Long e à direita Joseph "Jorge" Ray. 1943, Mississippi.

Staging Area e preparativos pré Dia-D

Após meses de treino básico inicial seguir-se-ia a fase final de preparação pré-invasão, a "Staging Area de Nova York", algo que no caso de Joseph seria incrivelmente curta, porque receberia uma carta a informá-lo que a sua avó paternal, Antónia dos Santos Correia Rei, havia falecido. Através da Cruz Vermelha Americana, receberia um passe de emêrgencia para que se pudesse deslocar ao funeral em Rhode Island.

Excertos de suas memórias em West Warwick, Rhode Island:

> "*Mix feelings of spending time with family and sleeping in your own bed, a heavenly experience that I had taken for granted*".

Travessia Trans-Atlântica para Inglaterra e chegada a França

O embarque para território inglês deu-se no "Santa Bárbara", um petroleiro convertido em transporte de pessoal e material, com cerca de 500 soldados. Sem nunca ter viajado em qualquer tipo de embarcação, sentiu-se ansioso e preocupado com a experiência e as adversidades que pudesse encontrar na viagem.

Excertos de suas memórias a bordo do Santa Bárbara:

"*To my surprise, I saw ocean waves twenty to thirty feet high. It remains long in my memory, a most amazing sight to see a convoy of one hundred and fifty ships of all descriptions as far as I could see…..Our ship, the Santa Barbara, was positioned in the middle of the convoy, as we later learned, from an officer this was the flag ship of the vast armada and we would be on a circuitous route to avoid German submarines*".

Integrado na "623rd Engineer Light Equipment company", chegou a Liverpool, Inglaterra a 20 de Janeiro, 1944, juntamente com uma força de 119 soldados e 4 oficiais. Com recurso a comboio, a companhia deslocou-se em direcção a Wokingham, onde, ao fim do dia, escreveu o seguinte:

"I was amazed at the extent of property damage along the route of travel. German aerial assault had mercilessly pounded a town called Coventry…. After many hours of travel, we were lodged in private houses rented by the military called billets. As many as twelve men shared a unit.

My billet was called The Victory Snack Bar, a former variety store. The reason for dispersing men was for safety measures against a total wipe out in case of a direct hit. The Allies controlled the air during daylight hours between six a.m. to eleven p.m. Any aircraft flying at night was considered the enemy. You could set your clock by "Bed Check Gerry." At eleven p.m., the Germans would unleash their aerial assault and as we made our way to the shelters, I could hear the stoic voices of the local gentry saying, "Welcome to England, Yanks".

Chegado a França, desembarcou na Praia de Omaha a 21 de Junho, quinze dias depois da Invasão Aliada. Nas suas memórias do desembarque em Omaha registou o seguinte:

"*As the sun began rising in the east, we were in position for the landing. The ramp door opened like the jaws of a whale, truck engines started and down the ramp I went into some five feet of water. Praying that the truck engine would behave, we continued to tread water for several hundred yards as the Beach Master directed us into position. Thankfully, we made it to the hilltop and gave celebration in silent prayer. However, our celebration was a bit premature when the truck engine began to falter. Without hesitation, I raised the truck hood and began removing molten waterproofing compound from the spark plugs which were overheating and failing, and to my delight, the engine responded well.*

This revelation was passed down the line and, as if by command, a choreography of truck hoods popping was seen down the line. As the engines responded, the units began moving again. I can't say with certainty, but it might not have been a coincidence that I was awarded my corporal stripes a short time later".

De França à Alemanha e regresso aos Estados Unidos

Juntamente com Johnny Strohm, melhor amigo e companheiro de unidade, "Jorge" recuperou e reparou viaturas avariadas e abandonadas por diversas zonas, muitas delas ainda sob ocupação alemã. Construindo também pontes e estruturas, uma colaboração pouco discutida, mas que em muito ajudou os Aliados a chegarem mais rapidamente a "Berlim".

Foto 4: George Ray, à esquerda, e Johnny Strohm na viatura "GMC General Purpose Truck" que utilizaram para resgate e reparação de viaturas aliadas abandonadas. França, 1944.

Foto 5: Viatura "GMC General Purpose Truck com reboque" na rectaguarda da coluna militar, fotografada por George Ray, França 1944.

Foto 6: Viatura norte-americana GMC de abastecimento perto do Rio Reno

Foto 7: Em "território do Reich", soldados alemães tentam o regresso a casa numa carroça puxada a cavalo, sendo fotografados pela coluna de George Ray, 1945.

Excertos de algumas das suas memórias:

> "*We came upon a farmer in a meadow whose horse had stepped on a land mine while pulling a wagon, killing the horse. Before the farmer could overcome his shock, people started to gather seemingly from nowhere. Either by consent or bargain, people began to butcher the remains of the animal where it lay. In a very short time, all that remained was an empty harness and the broken wagon. Such was the shortage of food in the face of the overwhelming drive to survive.*"

Em Meados de Maio de 1945, com o declarar do final da Guerra, a Companhia de Engenharia de George encontrava-se nas proximidades do Berghof de Adolf Hitler. Na altura, verificou-se uma verdadeira e desenfreada "correria" aos despojos de guerra naquela pequena comunidade dos Alpes. Todos queriam algo para levar para casa.

Foto 8: George Ray, no topo esquerdo, e seus camaradas, posam com artefactos retirados de residências próximas do Berghof.

Fotos 9 e 10: Ruínas do Berghof, oficiais e jornalistas aliados de visita ao local. Fotografado por George Ray, 1945.

Foto 11: Encontro dos Irmãos Francis (baixo) e Alfred Ray (direita) em Itália durante a Guerra.

Nota de agradecimento

As fotografias, originalmente captadas por George Ray, foram gentilmente cedidas pela sua filha Marie Rey.

Bibliografia

Joseph George Ray – personal autobiography and oral history, family history research of Marie Ray.

Ray`s family personal photograph album.

Portugal 1939-1945/ Joseph George Ray

Website: https://www.portugal1939-1945.org

ANTÓNIO FRAGOEIRO

Nascido a 21 de Julho de 1981 em Lisboa e residente na Suíça. Investigador da História Militar de Portugal e dos portugueses durante a Segunda Guerra Mundial. Colaborador de "Portugal 1939-1945".

Citar este texto:

FRAGOEIRO, António - Jorge Rei – Relato e Memórias de Um Lusodescendente. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/CLKK2486

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

O DESFILE: AS HOMENAGENS DE PORTUGAL À FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA

Carlos Roberto Carvalho Daróz

Resumo

O Brasil participou ativamente da Segunda Guerra Mundial, enviando uma força expedicionária para combater o nazi-fascismo na Itália. Findo o conflito, o governo português prestou expressiva homenagem a uma representação brasileira que foi recepcionada para um grande desfile em Lisboa, fortalecendo as relações bilaterais entre Brasil e Portugal. O presente estudo encontra-se alicerçado no conceito de história conectada, e tem como propósito analisar como o desfile e as homenagens foram percebidas pela imprensa escrita dos dois países.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Força Expedicionária Brasileira, história conectada.

Abstract

Brazil has actively participated in World War II, sending an expeditionary force to fight Nazi-fascism in Italy. After the conflict, the Portuguese government rendered expressive homage to a Brazilian representation that was received for a great parade in Lisbon, which strengthened the bilateral relations between Brazil and Portugal. The present study is based on the concept of connected history, and its purpose is to analyze how the parade and the tributes were perceived by the written press of both countries.

Keywords: World War II, Brazilian Expeditionary Force, connected history.

"Aquela nobre bandeira // de volta altiva da guerra
É da nação brasileira // *Que é irmã da nossa terra"*
In Fado *Nossos irmãos*, composto por Linhares Barbosa

Introdução

O Brasil foi uma das duas nações latino-americanas a participar efetivamente, com o envio de forças militares, da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Tendo ingressado na guerra somente em 1942, o país enviou uma força expedicionária (a Força Expedicionária Brasileira-FEB) com o valor de uma divisão de infantaria para combater o nazi-fascismo na Itália.

Embora a historiografia tradicional seja predominantemente focada no papel desempenhado pelas unidades de combate da FEB, proponho uma renovação nas fontes históricas, atribuindo novos olhares e perspectivas acerca da participação do Brasil na guerra, sob o paradigma epistemológico da história conectada.

Dois países, uma história conectada – algumas questões teóricas

Tendo surgido da ousadia portuguesa em empreender a expansão marítima nos séculos XV e XVI, o Brasil constituiu-se, por mais de trezentos anos, como a principal colônia do Império Ultramarino português e, posteriormente, foi elevado à condição de Reino Unido até sua independência, processada em 1822. Nesse recorte temporal, a história de Portugal e do Brasil caminhou de forma conjunta, com expressivo conhecimento mútuo em ambos os países. A partir de 1822, contudo, percebe-se certo apagamento da interação entre a história de Portugal no Brasil, e do Brasil em Portugal, lacuna que urge em ser superada pelos historiadores contemporâneos, dada a relação histórica os valores culturais comuns. Sob essa perspectiva, o estudo acerca do desfile da FEB em Lisboa, imediatamente após a vitória na Segunda Guerra Mundial, contribui para a redução desse limitado conhecimento histórico mútuo.

Para o estudo em questão, mobilizo o conceito de história conectada, uma abordagem histórica que tem como foco as conexões e interações entre diferentes sociedades e culturas ao longo do tempo. Visando superar as limitações da história nacional tradicional, que se concentra em uma única nação ou região geográfica, possui como característica destacar como as diferentes sociedades e culturas são interdependentes e influenciam umas às outras.

O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam, um dos principais expoentes filiados à teoria, associa o historiador a um "eletricista", que deve reconectar as

diferentes histórias nacionais que permanecem isoladas, como quem conecta fios que precisam ser unidos para dar vazão à corrente elétrica, ou seja, à história[1].

A história conectada alicerça-se na ideia de que o processo histórico não pode ser entendido apenas a partir de uma série de eventos isolados, mas como um conjunto de relações e interconexões que se estendem para além das fronteiras nacionais e culturais. Isso significa que os historiadores que a utilizam podem estudar a circulação de ideias, produtos, pessoas e práticas culturais entre diferentes regiões do mundo. Sua abordagem tem sido instrumentalizada em uma variedade de áreas, incluindo a história das relações internacionais, história social e cultural, e história da ciência e tecnologia. Ela permite que os historiadores considerem a história sob uma perspectiva mais ampla e integrada, destacando as interações e influências mútuas entre diferentes sociedades e culturas.

Outra abordagem é posta pelo historiador francês Romain Bertrand[2], segundo a qual a história conectada contribui para a pesquisa histórica por meio do estudo das diversas culturas, bem como a dinâmica de circulação de pessoas, ideias, técnicas e recursos. Nesse sentido, a história conectada estuda as conexões reais e as interações entre comunidades que, inicialmente, se opunham geograficamente.

É nessa perspectiva que desenvolvo a presente pesquisa, que propõe, por intermédio do desfile da FEB em Lisboa, buscar reflexões acerca das conexões entre a história contemporânea lusa e brasileira. Para desenvolver a investigação, instrumentalizo fontes diversificadas, com destaque para os principais periódicos de época que publicizaram o evento tanto em Portugal, como no Brasil, e iconografia do acervo do Arquivo Histórico do Exército.

A FEB na campanha da Itália

Tendo o conflito sido deflagrado em 1939, com a invasão nazista da Polônia, inicialmente o Brasil posicionou-se como um país neutro, embora fosse governado por Getúlio Vargas, que nutria simpatia pelo fascismo italiano. O país ingressou na Segunda Guerra Mundial em 1942, em resposta ao ataque contra 35 navios mercantes por submarinos alemães e italianos no Oceano Atlântico, que provocaram a morte de 1.074 brasileiros[3]. Após os afundamentos, a população foi às ruas em protesto, exigindo e declaração de guerra contra a Alemanha nazista e à Itália fascista. Atendendo ao clamor popular, o Governo brasileiro reconheceu,

1 SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Explorations in Connected History*: from the Tagus to the Ganges. Oxford: Oxford University Press, 2005, p. 1.

2 BERTRAND, Romain. Rencontres impériales: l'histoire connectée et les relations euro-asiatiques. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, Paris, n. 54-4 bis, p. 69-89, supplément 2007.

3 GALANTE, Alexandre. Perdas navais brasileiras na Segunda Guerra Mundial. *Poder Naval*, 20 mai. 2018. Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2018/05/20/perdas-navais-brasileiras-na-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em 12 abr. 2023.

em 31 de agosto de 1942[4], o estado de guerra entre o Brasil e as potências do Eixo[5]. Alinhando-se aos Estados Unidos da América (EUA) e com seu apoio, o Brasil tornou-se então um dos dois países da América Latina a participarem efetivamente da guerra[6], e enviou uma força expedicionária para lutar na Itália[7] ao lado das forças aliadas.

A FEB foi formada em 1943 e enviada para o Teatro de Operações da Itália[8] no ano seguinte, subordinada ao V Exército dos EUA[9], onde combateu as tropas alemãs até a vitória final, em maio de 1945. Sua atuação foi marcada por uma sequência de batalhas importantes, como a conquista do Monte Prano e do Monte Castello, que permitiram o avanço das tropas aliadas na região da Emília-Romanha, além da conquista de Montese, uma das mais difíceis e custosas da campanha.

Uma das principais vitórias da FEB foi o aprisionamento, nos estágios finais da guerra, de quase 20 mil soldados inimigos na região de Fornovo di Taro, a maioria deles pertencentes à 148.ª Divisão de Infantaria alemã, a única divisão completa a ser capturada na Itália, além de tropas da República Social Italiana[10]. Além das operações de combate, a FEB também desempenhou importante papel na libertação de diversas cidades e vilarejos italianos, e destacou-se pelo bom relacionamento e interação com a população local afetada pela guerra.

Em oito meses de campanha, entre novembro de 1944 e maio de 1945, a força

4 BRASIL. *Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942* - Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D10358impressao.htm>. Acesso em 10 abr. 2023.

5 Durante a Segunda Guerra Mundial, o Eixo foi uma aliança militar formada por Alemanha, Itália e Japão, estabelecida a partir de setembro de 1940, quando a Alemanha nazista, liderada por Adolf Hitler, firmou um pacto de não agressão com a União Soviética e começou a expandir seu território na Europa, conquistando países como Polônia, Dinamarca, Noruega, França, Holanda e Bélgica. A Itália fascista, liderada por Benito Mussolini, juntou-se à Alemanha, após a conquista da França. O Japão, por sua vez, iniciou sua expansão territorial na Ásia e no Pacífico em 1931, com a invasão da Manchúria, e juntou-se ao Eixo em setembro de 1940, em resposta às sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, Reino Unido e França. Ver HEDINGER, Daniel. The imperial nexus: the Second World War and the Axis in global perspective. *Journal of Global History*, Cambridge, n. 12, p. 184–205, 8 jun. 2017.

6 Além do Brasil, o único país da América Latina a enviar forças militares para combater na Segunda Guerra Mundial foi o México, com o 201º Esquadrão de Caça - autodenominado Águilas *Aztecas,* que operou nas Filipinas subordinado ao 58º Grupo de Caça das Forças Aéreas do Exército dos EUA. Cf. VAZQUEZ-LOZANO, Gustavo. *201st Squadron*: the Aztec Eagles. Ciudad de Mexico: Libros de Mexico, 2019.

7 A FEB deslocou-se para o Teatro de Operações de Itália em cinco escalões por via marítima (o primeiro a 2/7/1944 e o último a 8/2/1945). Por via aérea foram transportados somente 44 militares e 67 enfermeiras.

8 Constituída por uma Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE), composta por 15.000 militares, e de órgãos não divisionários, com cerca de 10.000 soldados.

9 Por ocasião da Campanha da Itália, a FEB atuou subordinada, sucessivamente, ao IV Corpo de Exército, que, por sua vez, pertencia ao V Exército dos EUA.

10 SCHEINA, Robert. *Latin America's Wars*: the age of the professional soldier, 1900-2001, v. 2. Dulles: Potomac Books, 2003.

expedicionária sofreu diversas perdas, incluindo 465 mortos, 2.175 feridos e 147 prisioneiros de guerra[11]. A maior parte das baixas ocorreu durante as batalhas de Monte Castello e Montese, que foram as mais difíceis e sangrentas da campanha italiana. A participação da FEB na Segunda Guerra Mundial é lembrada até hoje como um dos momentos mais importantes da história militar brasileira.

Desmobilização e regresso

A partir do dia 8 de maio de 1945, data que assinalou a vitória das forças aliadas na Europa, a FEB passou a ser empregada como força de ocupação do território conquistado durante a campanha. Depois de ser substituída pela Divisão Cremona italiana[12], a tropa brasileira concentrou-se em Francolise, onde se preparou para o regresso ao Brasil.

Com a FEB ainda em território italiano, o Ministério da Guerra, por meio do Aviso n.º 2.175, de 6 de julho de 1945[13], determinou que as unidades da FEB fossem desmobilizadas e passassem à subordinação do Comando da 1.ª Região Militar a partir das suas chegadas ao Rio de Janeiro. Começava a desincorporação dos convocados e a destinação das unidades para suas guarnições de origem. Na prática, consistia na dissolução automática da FEB, de modo que não eram disfarçadas as preocupações do governo ditatorial de Getúlio Vargas, que via no regresso da força expedicionária, que lutou e venceu o fascismo, uma ameaça. De fato, a FEB foi completamente extinta e diluída quando de sua chegada ao Brasil[14].

Como ocorreu quando da chegada da FEB à Itália, o regresso para o Brasil foi planejado por escalões, definidos pela disponibilidade de navios de transporte de tropas norte-americanos[15]. Com efeito, o 1.º escalão embarcou 4.931 homens no navio USS *Gen Meighs*, sob o comando do general Zenóbio da Costa e tendo como base o 6.º Regimento de Infantaria (RI), que primeiro entrou em ação na Itália. No dia 12 de agosto de 1945 partiu do porto de Nápoles o 2.º escalão, composto por 6.187 homens, com base no 1º RI, embarcados no transporte USS *Mariposa*[16], sob as ordens do general Oswaldo Cordeiro de Farias.

Um 3.º escalão partiu 28 de agosto no navio da Marinha do Brasil *Duque de*

11 Foram mortos 454 integrantes do Exército Brasileiro e 5 da Força Aérea Brasileira. Cf. DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

12 COSTA, Octavio. *Trinta anos depois da volta*: o Brasil na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

13 GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *O dia a dia da FEB na 2ª Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edição do autor, 2020.

14 FERRAZ, Francisco. *A guerra que não acabou*: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.

15 A FEB regressou ao Brasil em cinco escalões, o último dos quais pisou em solo brasileiro no dia 3 de outubro de 1945.

16 COSTA, op.cit.

Caxias, que transportou 6.187 homens, a maioria deles pertencente ao Depósito de Pessoal da FEB[17]. Este contingente foi designado para realizar uma escala em Portugal, antes do regresso ao Brasil, para confraternizar com a nação amiga com a execução de um desfile militar.

No dia 4 de setembro partiu o 4.º escalão, com base no 11º RI e composto por 5.342 homens, que também se deslocaram nos navios USS *Gen Meighs, Pedro I* e *Pedro II*. Finalmente, os últimos elementos da FEB, foram repatriados em 3 de outubro de 1945, no navio USS *James Parker*[18].

"Certo ou errado ?" Portugal como destino

Com a guerra ainda em curso e a FEB em plena operação na Itália, a primeira referência sobre o desfile em Lisboa na imprensa brasileira deu-se por meio da publicação de uma carta aberta a Antônio de Oliveira Salazar, à época presidente do Conselho de Ministros e dominando o poder político em Portugal desde a década de 1930, escrita pelo poeta e advogado português radicado no Brasil Thomaz Ribeiro Colaço. Após tecer diversas críticas ao governo português, inclusive quanto à posição de neutralidade adotada pelo país diante da guerra e seu viés ditatorial, Colaço sugeriu uma maior aproximação política e econômica entre Portugal e o Brasil, e lançou a ideia da realização, em Lisboa após o final da guerra, de um desfile dos expedicionários brasileiros. Disse ele em sua carta: "E quereria então que os admiráveis rapazes da F.E.B., defensores do puro direito também nosso, no regresso passassem por Portugal; acolhidos pelo povo português como ele sabe acolher seus heróis, desfraldassem eles a bandeira de Monte Castelo"[19].

Certamente não em consequência desta provocação pública, o presidente português general Óscar Carmona formalizou, por intermédio do Itamaraty[20], um convite para que a FEB, em seu regresso da Itália, fizesse uma escala em Lisboa para receber as homenagens de Portugal.

No dia 8 de novembro de 1945, quando o mundo assombrado testemunhava os efeitos do ataque nuclear contra a cidade japonesa de Hiroshima e a FEB iniciava o repatriamento de suas primeiras unidades de combate, o jornal *Correio da Manhã*, principal periódico veiculado na capital brasileira, publicou uma coluna de opinião anônima, que apontava diversos questionamentos acerca da pertinência de um desfile da FEB em Portugal. Ponderava o articulista se seria "certo ou errado" tropas brasileiras que haviam sido vitoriosas na luta contra o nazi-fascismo serem homenageadas por um governo considerado por muitos como ditatorial. Abordando esta contradição, levantava algumas questões de

17 Ibid.

18 Ibid.

19 COLAÇO, Thomaz Ribeiro. Carta aberta a Oliveira Salazar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.458, 25 mar. 1945, p. 42.

20 Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

caráter político e social, claramente dirigidas ao Salazarismo: "[...] nos aspectos oficiais do caso, os pracinhas iriam, como heróis da luta anti-fascista, prestar honras a um governo fascista [...]. Pioneiros da liberdade, saudariam o chefe da censura à imprensa. [...] Vencedores da Alemanha, desfilariam ante quem a ajudou. [...] Esses os ângulos errados"[21].

Em sentido oposto, a coluna ressaltava também uma visão considerada por ele como correta, destacando a postura da enorme colônia portuguesa no Brasil que se posicionou contra a neutralidade na guerra. Sob essa visão sociológica, centrada no povo português, o articulista assim se manifestou: "Pode talvez aceitar-se que, com suficiente clareza dada à visita da F.E.B. como feita a esse povo em sua linda verdade de oito séculos; se se marcar a conexão da visita com a atitude unânime dos portugueses no Brasil, que desde a primeira hora se abraçaram com ele repudiando neutralidades duvidosas, assim se crie um equilíbrio entre o errado e o certo. Funcionaria como elemento de desempate o pensamento do futuro"[22].

As objeções do articulista eram controversas, pois, embora o governo Salazar nutrisse simpatia pelo fascismo, Portugal manteve uma posição de neutralidade, e, durante a guerra, forneceu apoio aos Aliados. A partir de 1943, os portugueses possibilitaram que as forças britânicas utilizassem os portos dos Açores para reabastecimento, e, posteriormente, permitiram que os EUA instalassem bases militares nos Açores e em Lisboa[23].

Com a confirmação do desfile e diante da partida dos primeiros contingentes da FEB da Itália com destino ao Brasil, a partir de julho de 1945, cresceu a expectativa dos portugueses em receber as tropas brasileiras. O desencontro de informações recorrente em tempos de guerra, devido à necessidade de sigilo das operações militares, levou parte da imprensa de Portugal a especular que as homenagens seriam realizadas juntamente com as comemorações da Batalha de Aljubarrota[24], marco fundador da nacionalidade portuguesa e celebrada em 14 de agosto. Procedendo a um cruzamento de datas entre a expectativa pela cerimônia e a partida das forças brasileiras, é possível inferir que, ante a ausência de informações precisas, em Portugal era esperado que a tropa do 2º escalão de regresso, que partiu de Nápoles nos navios *Pedro I* e *Pedro II*, em 12 e 26 de

21 DESFILE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.572, 8 ago. 1945, p. 1.

22 Ibid.

23 Durante a Segunda Guerra Mundial, os EUA estabeleceram duas bases militares em Portugal: a Base Aérea das Lajes, localizada na Ilha Terceira, nos Açores, e a Base Naval de Lisboa, localizada na cidade de Lisboa. A Base Aérea das Lajes foi estabelecida em 1943 e tornou-se uma das bases aéreas mais importantes dos EUA na Europa. A partir desta base, as forças americanas realizavam operações aéreas em todo o Atlântico Norte e Central. A Base Naval de Lisboa foi estabelecida em 1944 e serviu como ponto de partida para as operações navais americanas no Mediterrâneo. Cf. WEISS, Kenneth. *The Azores in diplomacy and strategy, 1940-1945*. Alexandria: Center for Naval Analyses, 1980.

24 A Batalha de Aljubarrota ocorreu em 14 de agosto de 1385, perto da vila de Aljubarrota, no centro de Portugal, e opôs as forças portuguesas lideradas pelo Rei D. João I às forças castelhanas lideradas pelo Rei Juan I. A vitória das forças portuguesas asseguraram a independência de Portugal e ajudaram a fortalecer a identidade nacional do país.

julho, respectivamente, participassem do desfile.

Com a data de chegada dos brasileiros a Lisboa ainda incerta, o periódico lisboeta *Diário de Notícias* corroborou em 13 de agosto, erroneamente, que "o contingente da FEB cuja chegada é aguardada nesta capital para amanhã [14 de agosto], totaliza 2.309 homens, que marcharão nas ruas de Lisboa"[25].

A incerteza do desfile não ocorreu exclusivamente em Portugal, mas também no Brasil. Nesse mesmo contexto de dúvida o *Diário da Noite* do Rio de Janeiro ponderou acerca da possibilidade de a FEB não participar das comemorações de Aljubarrota.

Os planos para a visita das tropas brasileiras a Portugal ainda não estão ultimados – declara a embaixada do Brasil nesta capital – acrescentando que nem mesmo se sabe quantos soldados virão e em que navio ou navios viajarão. Não se pode também afirmar categoricamente, muito embora haja esperança, que os soldados brasileiros chegarem a tempo de tomar parte na grande parada da terça-feira próxima[26].

A notícia de que o contingente da FEB não havia chegado a tempo para as cerimônias de 14 de agosto e a frustração popular resultante foi objeto de reportagem do *Correio da Manhã*: "Chegam notícias mal definidas. O povo aguardou a FEB com alvoroço, e ela não chegou"[27].

Uma data aproximada do desfile em Lisboa, ainda incerta, tornou-se pública em 17 de agosto de 1945, por meio do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, que publicou matéria nos seguintes termos: "O contingente dos expedicionários que viaja a bordo do "Duque de Caxias" de regresso de sua gloriosa jornada descerá em Lisboa entre 25 e 30 do corrente [agosto], onde desfilará, a fim de receber homenagens que lhe estão preparadas [...]"[28].

A edição de 26 de agosto do *Correio da Manhã*, periódico sempre atento às movimentações da FEB, especulou acerca de um possível desfile em Paris: "corria ontem nos meios militares, que nossos patrícios também vão desfilar em Paris, achando-se o governo da França, por intermédio de seus representantes aqui, empenhado nessas demonstrações de carinho ao Brasil"[29]. Tal desfile, no entanto, nunca se concretizou, visto que o Governo brasileiro terminou por priorizar Portugal, em razão dos laços históricos e culturais com o país.

Com efeito, a tropa designada para receber as homenagens em Lisboa foi

25 Diário de Notícias, apud DESFILE da FEB em Lisboa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.577, 14 ago. 1945, p. 4.

26 O DESFILE da FEB em Lisboa. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n. 3.862, 14 ago. 1945, p. 8.

27 FEB. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.578, 15 ago. 1945, p. 1.

28 O DESFILE da FEB em Lisboa. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 1.234, 17 ago. 1945, p. 1.

29 AO QUE se diz elementos da FEB desfilarão em Paris. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.558, 26 ago. 1945, p. 2.

o Depósito de Pessoal da FEB, sob o comando do coronel Mário Travassos[30], integrante do 3.º escalão de regresso ao Brasil. O Depósito foi uma unidade *sui generis*, única no Exército Brasileiro, que refletia a influência dos EUA sobre a instituição militar brasileira. Com a missão de instruir a tropa e recompletar o pessoal decorrente das baixas de combate, o Depósito iniciou o conflito com 9 mil homens e chegou ao Dia da Vitória (8 de maio de 1945) com cerca de 6 mil. No dia 28 de agosto, 1.801 "pracinhas"[31] do Depósito de Pessoal da FEB deixaram o porto de Nápoles a bordo do navio transporte de tropas *Duque de Caxias*, com destino ao Rio de Janeiro, com escala programada em Lisboa. A informação foi confirmada pelo *Correio da Manhã*: "Deixou ontem o porto de Nápoles, segundo informa o gabinete do Ministro da Guerra, com destino ao Brasil o "Duque de Caxias", que traz 1.800 homens pertencentes ao efetivo da FEB, sob o comando do coronel Mário Travassos. Esse navio fará uma parada em Lisboa, a fim de que um batalhão daquele contingente, sob o comando do major Paredes, desfile pelas ruas da capital portuguesa, em atenção ao convite feito ao governo do Brasil por intermédio do Itamaraty"[32].

O desfile e as homenagens à FEB em Lisboa

Da mesma forma que as tratativas para o desfile em Lisboa receberam extensa cobertura da imprensa, os jornais brasileiros e portugueses também registraram a expectativa pela chegada do contingente brasileiro a Portugal. O *Correio da Manhã* publicou as impressões tomadas por seu correspondente em Lisboa na véspera da chegada do navio *Duque de Caxias*: "As primeiras bandeiras brasileiras apareceram hoje nas ruas. Os matutinos, em editoriais, incitam a população a manifestar-se com entusiasmo. A imprensa publica um manifesto da Mocidade Portuguesa [...] e da União Nacional [...] pedindo a todos que acolham com entusiasmo os soldados brasileiros"[33]. Prosseguia o periódico destacando o elevado grau de hospitalidade e homenagem que Portugal pretendia oferecer aos brasileiros: "Cada soldado da F.E.B. receberá um livro de talões para as despesas no recinto da Feira Popular, durante o festival em sua honra. Os principais bares, restaurantes e recintos de diversões receberam instruções para não cobrarem qualquer despesa dos elementos da F.E.B"[34].

30 O marechal Mário Travassos (1891-1973) integrou a Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, construiu e foi o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Também participou da comissão que demarcou Brasília e foi autor de *Projeção Continental do Brasil*, um dos primeiros estudos sobre geopolítica feitos no país. Cf. SABÓYA, André Nassim. O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 9, n. 2, p. 29-50, jul./dez. de 2018.

31 Os integrantes da FEB eram chamados carinhosamente de "pracinhas" pela sociedade brasileira.

32 NOTÍCIAS da FEB. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.591, 30 ago. 1945, p. 2.

33 O DESFILE da F.E.B. em Lisboa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.593, 2 set. 1945, p.3.

34 Ibid.

Um desses editoriais citados pelo *Correio da Manhã* foi publicado no *Diário de Lisboa*, convocando a população lisboeta para homenagear os soldados do Brasil: "De toda a parte, acorrerão á orla do Tejo ondas de gente, braços erguidos, vozes vibrantes para aclamar como irmãos na língua dos que chegam o orgulho da raça dos que esperam. [...] que melhores e mais belos galardões podiam, então, ostentar os homens que hoje nos visitam e que, amanhã, ao lado dos soldados portugueses, vão desfilar em grande parada, perante a nação inteira?"[35]

Com efeito, a chegada do *Duque de Caxias* às águas portuguesas no dia 2 de setembro de 1945 deu-se em clima absolutamente festivo. O navio fundeou, inicialmente, em Cascais e ali o contingente brasileiro recebeu as primeiras homenagens e a visita de jornalistas portugueses, os quais, no entanto, não foram autorizados a subir a bordo. A experiência foi descrita no *Diário de Lisboa*, nos seguintes termos: "Entre eles [os soldados da FEB], todos de fardamento escuro e barretes de bivaque, destacavam-se alguns mutilados, que, no meio do entusiasmo, esqueciam as suas próprias amarguras. Em redor do barco, pairando, viam-se embarcações com muitas senhoras em trajes de natação. O seu entusiasmo foi até a simpática lembrança de conduzirem frutas portuguesas [...] que atiravam aos soldados, por entre a alegria destes"[36].

A mesma edição do periódico tronou público o programa de homenagens estabelecido pelo governo português, a ser posto em prática no dia seguinte, o qual é consolidado no quadro 1.

Quadro 1 – Programa de homenagens à FEB estabelecido pelo governo português

Hora	Atividade	Local
1000h	Condecoração da bandeira militar do Brasil pelo presidente da República de Portugal com a Medalha de Ouro de Valor Militar	Praça Marquês de Pombal
1015h	Desfile do contingente brasileiro, seguido por 12 mil homens do Governo Militar de Lisboa	Avenida da Liberdade
1230h	Consagração da bandeira do Condestável, com prestação de honras	Terreiro do Paço
1400h	Almoço oferecido pelo Presidente da República de Portugal aos representantes do Exército Brasileiro	Palácio de Belém
1700h	Oficiais brasileiros assistem concurso hípico	Cascais
2030h	Jantares de confraternização entre oficiais e sargentos brasileiros e portugueses	- Oficiais: Escola do Exército - Sargentos: Batalhão de Barragens da Defesa Antiaérea
2200h	Festival em homenagem à FEB	Feira Popular

Fonte: elaborado pelo autor com base no *Diário de Lisboa* n. 8.180, de 2 set. 1945.

35 LISBOA vai aclamar na parada militar os soldados brasileiros que chegam hoje no "Duque de Caxias". *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 2 set 1945, p. 1.

36 O "DUQUE de Caxias" fundeado na baía de Cascais. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 2 set. 1945, p. 5.

Não tendo sido possível realizar as homenagens por ocasião da rememoração da Batalha de Aljubarrota, a festividade foi programada de forma a ser integrada à cerimônia de consagração da bandeira do Condestável D. Nuno Alvares Pereira, um dos maiores heróis da história de Portugal e patrono da Infantaria do Exército Português[37]. Os locais escolhidos para as homenagens – Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade, Terreiro do Paço, entre outros –, todos da maior relevância histórica e simbólica, demonstram a importância atribuída pelo governo português às relações bilaterais entre os dois países.

Ao cair da noite do dia 2, o *Duque de Caxias* subiu o rio Tejo e atracou em Lisboa para, no dia seguinte, serem processadas as homenagens à tropa brasileira. A unidade escolhida para representar a FEB no desfile em Lisboa foi o III Batalhão do Depósito de Pessoal, composto por cerca de 1.600 homens e comandado pelo major Joaquim Inocêncio de Oliveira Paredes. Entrevistado pelo correspondente do *Correio da Manhã* sobre a representatividade de seu batalhão no desfile, o oficial respondeu com toda simplicidade: "A honra é do Brasil."[38]

Figura 1 – Presidente Óscar Carmona condecorando a bandeira de guerra da FEB. Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

37 O Condestável D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) desempenhou papel crucial na luta pela independência de Portugal contra a Espanha nos séculos XIV e XV, e é considerado um dos maiores heróis do país. Pereira é considerado um símbolo de patriotismo, fé e humildade em Portugal e é honrado como santo pela Igreja Católica. Cf. PINTO, Jaime Nogueira. *Nuno Alvares Pereira*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

38 SOB DELIRANTE aclamação popular. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.595, 4 set. 1945, p. 1.

Acompanhando a programação estabelecida pelo governo português, na manhã de 3 de setembro de 1945 a primeira homenagem foi a condecoração da bandeira de guerra da FEB[39] (Figura 1). Na ocasião, o presidente da República Portuguesa general Óscar Carmona condecorou a bandeira com a Medalha de Valor Militar, uma das mais importantes comendas de Portugal, fato que foi noticiado em primeira página pelo *Diário de Lisboa*: "As tropas brasileiras, que receberam a Medalha de Valor Militar, causaram esplêndida impressão e foram muito aclamadas"[40].

Abrindo o desfile, que contou com um total de 14 mil homens, o contingente brasileiro destacou-se por sua marcialidade e, principalmente, pela legitimidade adquirida ao haver contribuído para a derrota do nazi-fascismo no maior conflito jamais ocorrido. Ao desfilar em terras europeias, a FEB consagrou sua participação na luta pela liberdade e pela democracia (Figuras 2 e 3). O fato foi percebido tanto pela imprensa brasileira como pela portuguesa, que realizou a devida cobertura jornalística.

Figura 2 – Tropa do Depósito de Pessoal da FEB desfilando na Avenida da Liberdade. Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

39 REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério da Guerra. *Decreto-lei nº 34.881*, de 3 de setembro de 1945. Lisboa: Diário do Governo, 1945.
40 14.000 HOMENS desfilaram hoje. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.181, 3 set. 1945, p. 1.

Figura 3 – Tropa do Depósito de Pessoal da FEB desfilando. Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

Com o título "Sob delirante aclamação popular", o *Correio da Manhã* destacou a importância do desfile da FEB para as relações bilaterais entre Brasil e Portugal: "O desfile foi aberto pelas bandeiras de Portugal e do Brasil. [...] O momento atingiu culminâncias de emoções para a massa popular quando as bandeiras de Portugal e do Brasil se desfraldaram juntas ao sopro da brisa"[41].

Outro periódico brasileiro, o jornal *A Manhã* do Rio de Janeiro, por meio de seu correspondente em Lisboa, também celebrou o desfile realizado na cidade: "A cerimônia realizou-se hoje nesta capital [Lisboa], quando mil e seiscentos expedicionários brasileiros desfilaram pela Avenida da Liberdade, juntamente com a tropa da Infantaria portuguesa, diante das mais altas autoridades e dos

41 SOB delirante, op.cit.

mais elevados representantes diplomáticos"[42].

O *Diário de Lisboa*, periódico publicado na capital portuguesa, também repercutiu o desfile da FEB na cidade e o impacto que ele produziu junto à população local: "[...] a banda magnífica do batalhão brasileiro composta por 120 figuras com seus enormes instrumentos metálicos [...] abriu o desfile. Mal despontou a banda no alto da avenida, começaram as ovações. Os passeios das avenidas achavam-se literalmente cobertos de povo. Impressionou o passo marcial e os ecos da marcha militar iam de roldão avenida abaixo"[43]. O periódico prosseguiu em sua narrativa ratificando a boa impressão deixada pela tropa brasileira: "A impressão causada pelo desfile das tropas brasileiras excedeu quanto se podia supor. O povo, já de si disposto a receber com simpatia os briosos soldados do Brasil – regressados da dura campanha da Itália ao lado das tropas aliadas – rendeu-se com o coração e com os sentidos à empolgante marcialidade da infantaria brasileira [...]. Estabeleceu-se logo uma comunhão de sentimentos, e daí o entusiasmo, em algumas zonas, atingindo o delírio, com que os brasileiros foram ovacionados"[44].

Encerrado o desfile na Avenida da Liberdade, foi oferecido pelo governo português, um almoço em homenagem aos brasileiros no Palácio de Belém (Figura 4).

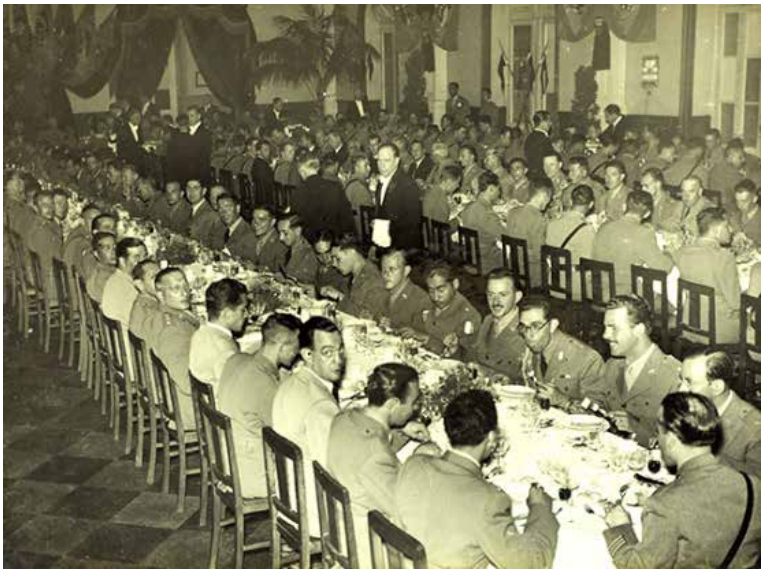


Figura 4 – Almoço oferecido pelo governo português em homenagem à FEB. Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

42 SAUDAÇÕES do presidente Carmona aos brasileiros durante o desfile da FEB. *A Manhã*, Rio de Janeiro, n. 1.249, 4 set. 1945, p.1.

43 Ibid.

44 AS TROPAS brasileiras, que receberam a Medalha de Valor Militar, causaram esplendida impressão e foram muito aclamadas. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 3 set. 1945, p. 1.

Na ocasião, o presidente Óscar Carmona condecorou 25 oficiais brasileiros, da FEB e da Marinha do Brasil (MB), com diferentes comendas portuguesas. O pesquisador português Rui Santos Vargas[45] mapeou as 25 condecorações distribuídas na ocasião, conforme resume o quadro 2.

Quadro 2 – Militares brasileiros condecorados em Portugal

Posto	Nome	Força	Condecoração
Cel	Mário Travassos	FEB	Ordem Militar da Torre e Espada
CF	Raul Reis Gonçalves de Sousa	MB	Ordem Militar de Cristo, com Palma
Maj	Joaquim Inocêncio de Oliveira Paredes	FEB	Ordem Militar de Cristo, com Palma
CC	Álvaro Pereira do Cabo	MB	Ordem Militar de Avis - Comendador
CC	Carlos Chagas Diniz	MB	Ordem Militar de Avis - Comendador
CC	José Arthemio Marques	MB	Ordem Militar de Avis - Comendador
Ten Cel	Archimínio Pereira	FEB	Ordem Militar de Avis - Comendador
Ten Cel	Isaac Ferreira	FEB	Ordem Militar de Avis - Comendador
Ten Cel	Gilberto José Fontes Peixoto	FEB	Ordem Militar de Avis - Comendador
Maj	Manuel Campos de Assunção	FEB	Ordem Militar de Avis - Comendador
Maj	Lélio Rebêlos Miranda	FEB	Ordem Militar de Avis - Comendador
Maj	Arnaldo Augusto da Mata	FEB	Ordem Militar de Avis - Comendador
CT	Edmilson Fontenelle	MB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Bolívar Oscar Mascarenhas	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Clóvis Galvão Silveira	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Mário Martins de Freitas	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Oscar Torres Paranhos	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Oscar Viriato Tomé Savóia	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Paulo Moretzan Brand	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
Cap	Valeriano Dias	FEB	Ordem Militar de Avis - Oficial
1º Ten	Hamilton Barros	MB	Ordem Militar de Avis - Cavaleiro
1º Ten	Dário Gomes de Araújo	FEB	Ordem Militar de Avis - Cavaleiro
1º Ten	Ithamar de Ipyranga Barbuda	FEB	Ordem Militar de Avis - Cavaleiro
2º Ten	Carlos Lopes Cardoso	FEB	Ordem Militar de Avis - Cavaleiro

Elaborado pelo autor com base em VARGAS, 2015.

Na oportunidade da cerimônia de condecorações, o presidente da República de Portugal dirigiu uma alocução ao encarregado dos negócios do Brasil e aos oficiais brasileiros homenageados, a qual foi reproduzida no *Diário de Lisboa*: "Hoje mesmo deveis ter sentido a verdade destas minhas palavras no carinhoso

45 Cf. VARGAS, Rui Santos, As condecorações portuguesas da FEB. In CASALI, Cláudio Tavares (Coord.). *Força Expedicionária Brasileira em Lisboa*. Lisboa: Aditância do Exército e da Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2015.

e espontâneo entusiasmo com que a Nação Portuguesa e o seu governo vos acolheram e coroaram da apoteose de seus aplausos a vitoriosa bandeira do Brasil"[46].

O coronel Mário Travassos, comandante do Depósito de Pessoal da FEB e da representação brasileira em Portugal, agradeceu as palavras do presidente português. Na oportunidade, ele destacou a natureza da sociedade brasileira e o percurso histórico que levou à legitimidade internacional do Brasil, nos seguintes termos, que também foram reproduzidos no mesmo periódico: "Não somos um povo conquistador. Todas as vezes que nossas armas atravessaram as fronteiras que nos legou o Tratado de Santo Ildefonso, fizeram-no pela paz e pela liberdade de povos oprimidos. [...] transpusemos os mares para combater a Itália e quis o fatalismo histórico que, ao invés de combatê-la, pelejassem nossas armas em prol da libertação do seu povo e, consequentemente, da preservação da civilização e cultura milenares. [...]. Fortalecidas, hoje e amanhã, quer nas relações econômicas, quer no intercâmbio cultural, quer na unidade de espírito, as nossas Pátrias são e serão o que sempre foram: uma pujante de glórias – Portugal; e a outra herdeira e continuadora dessas glórias – o Brasil"[47].

As homenagens à FEB em Portugal foram intensas e bastante significativas, porém muito breves, com a duração de apenas 24 horas. No dia 4 de setembro de 1945, menos de 24 horas depois do desfile, o *Duque de Caxias* zarpou de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro, repatriando parte do 3.º escalão de regresso da FEB.

Antes da partida, contudo, as tropas brasileiras foram visitadas pelo general Pereira Coutinho, governador militar de Lisboa, que apresentou as despedidas oficiais do governo português. Na oportunidade, o coronel Travassos manifestou ao general a gratidão dos integrantes da FEB: "Levaremos o seu país [Portugal] no coração. Portugal conquistou-nos"[48]. O navio deixou Portugal sob a intensa aclamação da sociedade lisboeta corroborando o efeito positivo do desfile junto ao povo português, que se reuniu em expressiva multidão no cais no momento da partida, conforme demonstra a figura 5.

46 NO BANQUETE de Belém. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 3 set. 1945, p. 8.
47 Ibid.
48 O "DUQUE de Caxias" parte para o Rio. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.182, 4 set. 1945, p. 4.

Figura 5 – O navio Duque de Caxias deixa o porto de Lisboa sob a expressiva aclamação popular. Arquivo Histórico do Exército (Brasil).

A repercussão política do desfile da FEB em Lisboa reverberou na imprensa brasileira, que tornou pública uma troca de telegramas entre os ministros da Guerra de Portugal e do Brasil, exaltando o fato. A iniciativa partiu do governo português, que enviou pelos canais diplomáticos a seguinte mensagem: "No momento em que a população de Lisboa engloba ao nosso vibrante aplauso forças militares brasileiras e portuguesas em inolvidável desfile pela capital lusitana, transmito a V. Exa. o grande orgulho do Exército Português pelas imperecíveis glórias do heroico Exército do Brasil"[49].

Em resposta, ao mesmo tempo em que chegavam ao Rio de Janeiro as tropas que deixaram a Itália no 1º escalão de regresso da FEB, o general Góes Monteiro, na ocasião ministro da Guerra, endereçou ao seu congênere português a seguinte comunicação, que reafirmava os laços históricos, sociais, políticos e culturais entre os dois países: "Ocasião da chegada a esta capital de retorno à Pátria das tropas brasileiras que sob o comado do coronel Mário Travassos realizou um desfile na capital lusitana atendendo ao convite do governo de Portugal, quero testemunhar a V. Exa. os meus agradecimentos às nobres expressões de seu telegrama transmitindo o reconhecimento do Exército do Brasil às excepcionais homenagens que lhes foram tributadas pelo governo, exército e povo [portugueses]"[50].

49 NOTÍCIAS da FEB. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.614, 26 set. 1945, p. 2.
50 Ibid.

Os ecos do desfile

O desfile da FEB em Lisboa teve grande impacto, tanto em Portugal como no Brasil. Em Portugal, o desfile foi considerado um grande evento, com multidões de pessoas saindo às ruas para verem os soldados brasileiros marcharem. Em termos políticos, o regime Salazarista buscou associar a imagem de seu governo com a vitória dos brasileiros no conflito. Embora Portugal não houvesse participado diretamente da Segunda Guerra Mundial, o desfile da FEB possibilitou uma aderência portuguesa, sob o ponto de vista simbólico, à vitória dos Aliados. Além disso, representou uma demonstração de força do regime, na medida em que reuniu cerca de 14 mil soldados portugueses, além de todas as forças mecanizadas e artilharia do Exército Português, constituindo-se no maior desfile já realizado em toda a história militar portuguesa.

No plano cultural, para a sociedade portuguesa, o desfile foi um marco de solidariedade e união entre dois países, fato que refletiu, sobretudo, na música popular, com a produção de alguns fados cujo tema central era a FEB. Uma das peças musicais em questão foi intitulada *Já Marchava*[51], e interpretada em 1946 pela fadista Amália Rodrigues, uma das mais destacadas musicistas portuguesas, em homenagem aos soldados brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial. A letra da música consistia em um convite à união entre portugueses e brasileiros para lutarem juntos contra a opressão, começando com a estrofe:

Já marchava, marchava // Com Portugal na mão

Brasil vem cá ter comigo // Que este fado é de união.

Com o fado, Amália Rodrigues se unia à causa dos brasileiros na luta contra o nazi-fascismo, e homenageava a coragem e o sacrifício dos soldados que lutaram pela liberdade e pela paz, em um claro desafio ao regime de Salazar. A música consistia em exemplo de como a arte podia ser utilizada como instrumento de união entre diferentes povos, em tempos de conflito e de natural dissociação.

Para registrar a célebre passagem da FEB por Lisboa, o compositor João Linhares Barbosa escreveu outro fado, *Nossos irmãos*, o qual foi interpretado por Natália dos Anjos em seu disco de 1972, que fazia referência ao desfile de 1945 e à ancestralidade e portugalidade envolvendo os dois países e os pracinhas brasileiros. A letra fazia referência a um diálogo entre um filho e uma mãe, ambos portugueses, que teriam assistido ao desfile, fortalecendo valores fraternais e patrióticos:

O Regimento passou // de soldados brasileiros

E um menino perguntou: // minha mãe são estrangeiros?

A mãe sorriu de maneira //que ao filho pareceu de troça

51 SANTOS, M. T. *O fado Já Marchava de Amália Rodrigues*: um estudo sobre a relação entre a música e a memória. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004.

Minha mãe é que a bandeira // que ali vai não é nossa
Nas cores não se assemelha, // tem um céu muitas estrelas
A nossa é verde e vermelha, // mas são lindas qualquer delas
Aquela nobre bandeira // de volta altiva da guerra
É da nação Brasileira // que é irmã da nossa terra
São nossos irmãos bem-vindos, // são nossas as suas garras
E até falam português // tal qual eu falo e tu falas
Marcham ali perfilados // com se fôssemos nós
Os avós destes soldados // foram os nossos avós
Regressam de batalhar, // pelo direito pela verdade
E acabam de conquistar // nossa própria liberdade[52].

Em sua última estrofe, o fado possui um final que poderia ser facilmente classificado como desafiador ou subversivo ao regime, associando a liberdade democrática conquistada na guerra pelos brasileiros com o anseio de esperança em Portugal, trecho que, surpreendentemente, não foi detectado e reprimido pela censura: "Regressam de batalhar/ pelo direito pela verdade/ E acabam de conquistar/ nossa própria liberdade"[53].

Sob a perspectiva brasileira, o desfile permitiu consolidar junto a uma importante nação amiga, a relevância geopolítica do Brasil no cenário internacional do pós-guerra, o que justificou o governo português a convidar a FEB para desfilar em Lisboa.

No dia 19 de setembro de 1945, pouco mais de quatro meses após a vitória dos Aliados na Europa, chegaram ao Rio de Janeiro os navios USS *General Meighs*, da Marinha dos EUA, e *Duque de Caxias*, da Marinha do Brasil, este conduzindo os homens do Depósito de Pessoal da FEB e que haviam desfilado em Lisboa[54]. Na ocasião, os pracinhas foram recepcionados com muita festa e honrarias pela população e pelas autoridades da capital brasileira.

Reflexões Finais

Entre as 44 Divisões aliadas na Itália, a 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária da FEB foi uma das que mais tempo permaneceu em combate de forma contínua,

52 MUSEU DO FADO. *João Linhares Barbosa*, Lisboa. Disponível em <https://www.museudofado.pt/fado/personalidade/joao-linhares-barbosa>. Acesso em 24 abr. 2023.
53 Ibid.
54 GIORGIS, op.cit., p. 190.

239 dias, período no qual libertou mais de 50 cidades e vilarejos italianos da ocupação nazista. No processo, 465 pracinhas morreram na Itália, e, após o final do conflito, a FEB permaneceu na Itália por três meses, como força de ocupação.

Após a vitória na guerra, Portugal prestou homenagens à FEB como uma forma de reconhecimento pela participação brasileira na guerra. Essas homenagens tiveram um grande impacto no Brasil, tanto em termos políticos quanto sociais. Elas ajudaram a consolidar a aliança entre Brasil e Portugal, que já havia sido fortalecida durante a guerra. Além disso, as homenagens foram utilizadas pelo governo brasileiro como uma forma de legitimar a participação do país na guerra e como um símbolo da participação brasileira em assuntos internacionais.

As homenagens também tiveram um grande impacto no imaginário popular brasileiro. A participação da FEB na guerra foi retratada em livros, filmes e outros meios de comunicação, tornando-se um símbolo da luta do Brasil pela liberdade e pela democracia. Essa imagem da FEB ajudou a moldar a identidade nacional brasileira e fortalecer a ideia de que o país era capaz de se posicionar como uma potência regional e internacional.

O desfile da FEB em Lisboa foi um momento histórico para o Brasil, simbolizando a força e a coragem de seus soldados e o orgulho da nação em sua aliança com as forças aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Assim, ao desenvolver as reflexões finais, retomo ao questionamento do colunista anônimo do *Correio da Manhã*, edição de 8 de agosto de 1945, provavelmente um português residente no Brasil: "estaria o desfile da FEB em Lisboa certo ou errado?"[55]. Em que pesem as questões ideológicas dissonantes entre os regimes políticos dos dois países, avalio como acertada a postura adotada pelo Governo brasileiro em realizar o desfile, visto que lançou um olhar para adiante, valorizando os laços históricos entre Portugal e Brasil e projetando uma visão de futuro.

Finalmente, as homenagens prestadas por Portugal à FEB após a vitória na Segunda Guerra Mundial tiveram um grande impacto na política, na sociedade e nas culturas brasileira e portuguesa, consolidando e fortalecendo a aliança histórica bilateral entre os dois países, e ratificaram o valor do soldado brasileiro no contexto da Segunda Guerra Mundial, o maior e mais sangrento da história da humanidade.

55 DESFILE., op.cit.

Fontes Primárias

14.000 HOMENS desfilaram hoje. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.181, 3 set. 1945.

AO QUE se diz elementos da FEB desfilarão em Paris. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.558, 26 ago. 1945.

AS TROPAS brasileiras, que receberam a Medalha de Valor Militar, causaram esplendida impressão e foram muito aclamadas. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 3 set. 1945.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 10.358, de 31 de agosto de 1942* - Declara o estado de guerra em todo o território nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D10358impressao.htm>. Acesso em 10 abr. 2023.

COLAÇO, Thomaz Ribeiro. Carta aberta a Oliveira Salazar. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.458, 25 mar. 1945.

DESFILE da FEB em Lisboa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.577, 14 ago. 1945.

DESFILE. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.572, 8 ago. 1945.

FEB. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.578, 15 ago. 1945.

LISBOA vai aclamar na parada militar os soldados brasileiros que chegam hoje no "Duque de Caxias". *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 2 set 1945.

MUSEU DO FADO. *João Linhares Barbosa*, Lisboa. Disponível em <https://www.museudofado.pt/fado/personalidade/joao-linhares-barbosa>. Acesso em 24 abr. 2023.

NO BANQUETE de Belém. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 3 set. 1945.

NOTÍCIAS da FEB. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.591, 30 ago. 1945.

NOTÍCIAS da FEB. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.614, 26 set. 1945.

O "DUQUE de Caxias" fundeado na baía de Cascais. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.180, 2 set. 1945.

O "DUQUE de Caxias" parte para o Rio. *Diário de Lisboa*, Lisboa, n. 8.182, 4 set. 1945.

O DESFILE da F.E.B. em Lisboa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.593, 2 set. 1945.

O DESFILE da FEB em Lisboa. *A Noite*, Rio de Janeiro, n. 1.234, 17 ago. 1945.

O DESFILE da FEB em Lisboa. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n. 3.862, 14 ago. 1945.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Ministério da Guerra. *Decreto-lei nº 34.881*, de 3 de setembro de 1945. Lisboa: Diário do Governo, 1945.

SAUDAÇÕES do presidente Carmona aos brasileiros durante o desfile da FEB.

A Manhã, Rio de Janeiro, n. 1.249, 4 set. 1945.

SOB DELIRANTE aclamação popular. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, n. 15.595, 4 set. 1945.

Bibliografia

BERTRAND, Romain – "Rencontres impériales: l'histoire connectée et les relations euro-asiatiques". In *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. Paris: n. 54-4 bis, supplément 2007.

COSTA, Octavio – *Trinta anos depois da volta: o Brasil na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

DONATO, Hernâni – *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

FERRAZ, Francisco – *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.

GALANTE, Alexandre – "Perdas navais brasileiras na Segunda Guerra Mundial". In *Poder Naval*, 20 mai. 2018. Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2018/05/20/perdas-navais-brasileiras-na-segunda-guerra-mundial/>. Acesso em 12 abr. 2023.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha – *O dia a dia da FEB na 2ª Guerra Mundial*. Porto Alegre: Edição do autor, 2020.

HEDINGER, Daniel – The imperial nexus: the Second World War and the Axis in global perspective. In *Journal of Global History*. Cambridge: n. 12, 8 jun. 2017.

MASCARENHAS DE MORAES – *João Baptista. A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

PINTO, Jaime Nogueira – *Nuno Alvares Pereira*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

SABOYA, André Nassim – "O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira". In *Revista de Geopolítica*, Natal: v. 9, n. 2, jul./dez. de 2018.

SANDER. Roberto – *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SANTOS, M. T. – *O fado Já Marchava de Amália Rodrigues: um estudo sobre a relação entre a música e a memória*. Tese (Doutorado em História) Universidade de Lisboa. Lisboa: 2004.

SCHEINA, Robert – *Latin America's Wars: the age of the professional soldier, 1900-2001*, v. 2. Dulles: Potomac Books, 2003.

SUBRAHMANYAM, Sanjay – *Explorations in Connected History*: from the Tagus to the Ganges. Oxford: Oxford University Press, 2005.

VARGAS, Rui Santos – As condecorações portuguesas da FEB. In *Força*

Expedicionária Brasileira em Lisboa. Coordenação de Cláudio Tavares Casali. Lisboa: Aditância do Exército e da Aeronáutica da Embaixada do Brasil em Lisboa, 2015.

VAZQUEZ-LOZANO, Gustavo – *201st Squadron*: the Aztec Eagles. Ciudad de Mexico: Libros de Mexico, 2019.

WEISS, Kenneth – *The Azores in diplomacy and strategy, 1940-1945*. Alexandria: Center for Naval Analyses, 1980.

CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ

Coronel de Artilharia da reserva do Exército Brasileiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Université Libre de Bruxelles, especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. É autor de dez livros no campo da História Militar.

Citar este texto:

DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho - O Desfile: As Homenagens de Portugal à Força Expedicionária Brasileira. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/BFKO6365

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

NÚCLEO DE HISTÓRIA MILITAR MANUEL COELHO BAPTISTA DE LIMA. ANGRA DO HEROÍSMO / AÇORES

Jaime Ferreira Regalado

Resumo

O Núcleo História Militar Manuel Coelho Batista de Lima é um polo do Museu de Angra do Heroísmo, na Ilha terceira, Açores. Situado no mais antigo hospital militar permanente em território português do Ocidente, constituído e inaugurado em 2016, é o único espaço museológico de temas militares não tutelado pelo Ministério da Defesa nacional. Tanto pelo edifício, onde se encontra instalado, como pelo seu acervo, o Núcleo História Militar Manuel Coelho Batista de Lima constitui um importante repositório de objetos, conhecimento e memória, material e imaterial, incontornável para e estudo e compreensão da História Militar de Portugal e dos Açores em particular.

Palavras-Chave: História Militar, Património Militar, Museu, Açores.

Abstract

The Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima is a branch of the Angra do Heroísmo Museum, on Terceira Island, Azores. Housed in the oldest permanent military hospital in the Portuguese territory, established and inaugurated in 2016, it's the only museum of military subjects that is not under the jurisdiction of the Ministry of National Defence. Both for the building where located and for its collections, the Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima is an important repository of objects, knowledge and memory, material and immaterial heritage, essential for the study and understanding of the Portuguese military history and especially that of the Azores.

Keywords: Military History, Military Heritage, Museum, Azores.

O Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima constitui um dos múltiplos polos do Museu de Angra do Heroísmo, o qual, entre as exposições de longa duração, exposições temporárias e as diferentes reservas, acolhe os objetos que integram a Unidade de Gestão de *Militaria* e Armamento. Constituído e inaugurado em 2016, é o único museu de assuntos militares que não é tutelado pelo Ministério da Defesa.

Fig. 1 e 1a - Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima, antigo Hospital da Boa Nova. Vista da fachada norte, com a entrada principal.

O interesse e relevância histórica do Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima manifesta-se, desde logo, por se situar no antigo Hospital Militar da Boa Nova, uma referência incontornável em termos de património imóvel militar não fortificado.

Com o início da sua construção, após a conquista castelhana da Ilha Terceira (1583), em data posterior a 1591[1] e podendo afirmar-se que estava

1 Na planta da cidade de Angra desenhada por Jean Hugues van Linschoten, traçada com informações colhidas durante a sua estada na Ilha Terceira (agosto de 1589 e 1591), este hospital não está ainda representado (Linschoten, 1596).

em funcionamento em 1615[2], torna-se assim o mais antigo hospital militar permanente[3], construído para o efeito em território português, neste caso em território insular. Com a construção da Fortaleza de S. Filipe (depois da restauração renomeada de S. João Baptista) e a estrutura fortificada do Monte Brasil, preparada para acolher três tércios castelhanos (cerca de 9000 homens), era fundamental a existência de um hospital que assegurasse os cuidados de saúde de uma tão numerosa guarnição, mas também dos doentes e feridos vindos do mar, das esquadras que aportavam à ilha. Neste contexto, importava a criação de um hospital fora da fortaleza (de modo a prevenir a propagação de doenças infectocontagiosas entre a guarnição) equidistante entre o porto de mar e a fortaleza.

Fig. 2 - Pormenor da gravura de Linschoten, que reflete a cidade de Angra entre 1589 e 1591, no qual se pode observar que no espaço do hospital e capela (assinalado a amarelo) nada existia neste período, tal como se observa que a Fortaleza de S. Filipe (S. João Baptista) também não se encontrava ainda em construção.

2 Um alvará de 2 de outubro de 1621 dá-nos conta do pedido para reedificar o antigo Hospital da Misericórdia em Angra, o qual foi deixado, após 32 anos de ocupação castelhana, em mau estado e quase por terra. O facto deste antigo hospital ter sido deixado pelos castelhanos em 1615 leva-nos a pensar que o Hospital Real Militar da Boa Nova estava já em funcionamento nesta data (*Archivo dos Açores*, Livro VII).

3 Após a batalha de Alcântara e a conquista de Lisboa pelo Duque de Alba, foi construído no Castelo de S. Jorge um hospital militar, operado pelos freires da Ordem Hospitaleira de S. João Baptista, para assistir aos feridos de guerra, de terra e do mar, mas que, pouco depois, foi extinto por não haver, entretanto, necessidade da sua manutenção. Por oposição ao hospital de sangue, montado no local da batalha, e ao hospital de campanha, montado provisoriamente na retaguarda da zona de batalha, o hospital permanente destinava-se a prestar assistência aos feridos, convalescentes ou doentes militares em geral, sem que esteja especificamente associado a uma campanha ou batalha.

Com a Aclamação, em 1640, teve início uma nova organização militar na qual o Estado, através de instituições próprias criadas para o efeito, chamava a si a tutela dos negócios da guerra e supria as necessidades do "exército nacional", incluindo a assistência na saúde aos militares. Ao longo dos vinte e oito anos das campanhas da Guerra da Aclamação até à firmação das pazes com Castela, logo desde o início, teve lugar a construção de uma série de hospitais reais militares, sobretudo nas praças e cidades da raia, onde os combates foram mais intensos. Neste contexto, foi o Hospital da Boa Nova, de Angra, que serviu de modelo à construção dessa malha de hospitais militares do território continental, numa fase inicial aproveitando e adaptando estruturas já edificadas, como conventos ou casas senhoriais, numa associação entre a experiência e conhecimento técnico da assistência a feridos de guerra da Ordem dos Irmãos Hospitaleiros de S. João Baptista[4] e a Engenharia Militar.[5]

Fig. 3 - Pormenor da gravura de Linschoten, que reflete a cidade de Angra entre 1589 e 1591, no qual se pode observar que no espaço do hospital e capela (assinalado a amarelo) nada existia neste período, tal como se observa que a Fortaleza de S. Filipe (S. João Baptista) também não se encontrava ainda em construção.

Assim, o edifício onde atualmente está instalado este polo museológico, reveste-se da maior importância pela sua primazia e como matriz para a construção da nova realidade do serviço assistencial aos militares em campanha, seguindo um fluxo de transmissão de conhecimento inverso ao habitual.

Na génese do relevante espólio de *Militaria* e Armamento do Museu de Angra do Heroísmo está o espírito aglutinador do primeiro diretor deste museu, Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, que imprimiu um cunho singular a esta coleção de objetos militares. Pela sua visão esclarecida e livre dos padrões museológicos militares, reuniu no Museu de Angra do Heroísmo, através de doações do Estado-Maior do Exército e da Força Aérea, armamento e equipamento militar,

4 Entretanto com o Capítulo português separado do Capítulo castelhano.
5 Borges, 2007.

no momento em que saíam do uso operacional, incluindo todos os acessórios, hoje verdadeiras "cápsulas do tempo", que se têm revelado preciosos elementos de estudo para a história e historiografia militar. Adicionalmente, por aquisição e por um trabalho persistente de recolha junto de famílias de militares, várias doações enriqueceram o espólio militar do Museu de Angra do Heroísmo.

Fig. 4 - Pormenor da caixa de ferramentas da Oficina de Ferrador da Peça 7,5 cm TR m/904-06 Schneider-Canet.

Em 1999, pouco após o falecimento do Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, o Governo da Região Autónoma dos Açores fez a aquisição da sua coleção particular e biblioteca, concentrando assim, no Museu de Angra do Heroísmo, toda a obra lavrada por este ilustre diretor.

Com a atual direção, o Museu de Angra do Heroísmo não só deu a merecida visibilidade ao trabalho do seu primeiro diretor, como conserva o mesmo espírito aglutinador e de enriquecimento das suas coleções, sendo frequente a doação de uniformes e objetos militares diversos, por militares ou famílias, assegurando a memória de intervenções mais recentes de militares portugueses em Forças Nacionais Destacadas, desde a KFOR, UNTAET ou, mais recentemente, na ISAF.

Enquanto espaço museológico, o Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima, acolhe três exposições independentes de longa duração e uma exposição temporária.

Uma, de carácter biográfico, dedicada ao primeiro diretor do Museu de Angra do Heroísmo – *Memória e Novidade: Manuel Coelho Baptista de Lima e o Património Açoriano* –, de múltiplas formas indelevelmente ligado à cultura e património militar dos Açores. Dotado de uma visão patrimonial e museológica

notável reforçada pelas formações em museologia realizadas no Louvre e em outros museus da Europa, trouxe diretamente para a Ilha Terceira o conhecimento do que de melhor se fazia em museologia e museografia a nível europeu.

Fig. 5 - Entrada da exposição Memória e Novidade: Manuel Coelho Baptista de Lima e o Património Açoriano.

Fig. 6 - Documentos diversos com notas e apontamentos de formações de Manuel Coelho Baptista de Lima, em museus internacionais, nomeadamente do curso de museologia no Museu do Louvre.

Ao seu empenho e visão se deve o levantamento arqueológico em meio subaquático de um significativo grupo de bocas-de-fogo dos séculos XVI e XVIII da baía de Angra do Heroísmo e do Fanal, em 1972, que levou a que, em 1973, pela

importância dos objetos levantados, estas áreas fossem constituídas pelo Governo Português como Reserva Arqueológica Subaquática, a primeira a ser constituída em Portugal.

Fig. 7 – Campanha arqueológica subaquática na baía de Angra do Heroísmo conduzida pelo diretor do museu de Angra do Heroísmo, Baptista de Lima e o arqueólogo britânico Sydney Wignall. Extração da colubrina João Dias – 1543.

Fig. 8 - Fotografia da colubrina João Dias – 1543, atualmente em exposição.

Importa referir que, na sequência da constituição do Museu da Artilharia (atual Museu Militar de Lisboa) as peças de artilharia de maior relevância[6], sobretudo em bronze, foram levadas dos fortes das ilhas açorianas para integrar este museu em Lisboa. Perdidos assim estes testemunhos que poderiam dar valiosa informação sobre a sua localização e emprego, as bocas de fogo levantadas do fundo do mar, a partir da década de 1970, revestem-se da maior importância para a compreensão do sistema defensivo da Ilha Terceira dos séculos XVI a XVIII.

Um segundo espaço expositivo de longa duração – *Hospital Real da Boa Nova* – evocativo do hospital militar, no espaço da capela dita da Boa Nova. Esta capela, contígua e integrada[7] na edificação do hospital militar, acolhe alguns objetos de uso hospitalar e constitui um espaço interpretativo de alguns momentos relevantes do seu percurso, como seja a oração do Padre António Vieira nesta capela, em 1654, numa das suas viagens do Brasil para o Reino, ou a utilização deste espaço, a partir de 1832, já dessacralizado, como local de impressão de opúsculos e periódicos, quando aqui foi instalado o primeiro prelo que havia chegado aos Açores em 1829.

Fig. 9 – Capela da Boa Nova. Além de espaço de interpretação do Hospital Real da Boa Nova, é um espaço polivalente, onde se realizam conferências e de onde partem diariamente as visitas guiadas à Fortaleza de S. João Baptista.

6 A título de exemplo, a grande peça em ferro forjado dita de Malaca, foi levada da Ilha Terceira para Lisboa, encontrando-se em exposição na Sala Afonso de Albuquerque do Museu Militar de Lisboa. Apenas esta é conhecida pois, infelizmente, o Museu Militar de Lisboa não reteve, à época, a informação da localização das bocas de fogo que vieram dos espaços insulares.

7 *A priori*, a capela terá sido construída simultaneamente com o hospital militar, como seria natural a inclusão de um espaço religioso para cuidar das almas a par dos corpos. Como referido, a gravura da cidade de Angra, realizada por Linschoten, tal como a viu entre 1589 e 1591 (Linschoten, 1596), não representa nenhuma estrutura edificada neste local. Há, no entanto, indícios, difíceis de documentar, que referem vagamente a existência prévia de uma ermida da Irmandade do Terço, neste local. Importa perceber se esta designação se refere ao Terço como força militar (*tercio*) ou ao terço como oração.

FOLHINHA
DA
TERCEIRA
PARA O ANNO
DE
1832,
BIXESTO.
ANGRA:
Impresso do Governo.
1832.

Fig. 10 - Capa da Folhinha da Terceira, impressa no primeiro prelo que veio para os Açores e que, a partir de 1832, funcionou na Capela da Boa Nova.

Um terceiro espaço expositivo de longa duração – *Os Homens, as Armas e a Guerra: da flecha ao drone* – inicia-se com uma reflexão sobre a trindade Homem-Arma-Guerra, desde a origem das primeiras armas que asseguraram ao Homem a sua subsistência posicionando-o na cadeia alimentar essencialmente como predador e, cada vez menos, como predado, mas também como as mesmas armas abriram o caminho para a destruição e mortes em larga escala associadas aos grandes conflitos.

Ao longo desta exposição, que tem como linha condutora os grandes momentos da evolução tecnológica associados aos grandes conflitos e transformação da Arte Militar, principalmente nas grandes transformações da Idade Moderna e Contemporânea, expõem-se uniformes e condecorações, armamento ligeiro e artilharia, acessórios e artefactos militares que ilustram esta evolução, privilegiando os que que se relacionam com a história e personalidades insulares, até à atualidade com as Forças Nacionais Destacadas projetadas para os mais diversos teatros de operações.

Fig. 11 - Sala os Homens, as Armas e a Guerra.

Fig. 12 - Sala os Homens, as Armas e a Guerra.

Por fim, uma vitrine de exposições temporárias – *A Arte na Guerra* – dá a conhecer objetos de uso militar os quais, pela sua representação estética, curiosidade ou raridade, resultante frequentemente dos estudos realizados pelos técnicos superiores do Museu de Angra do Heroísmo, ligados às Unidades de Gestão de *Militaria* e Armamento e da coleção de Têxteis Militares.

Se os espaços expositivos constituem, naturalmente, a componente de maior visibilidade do Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima, só em conjunto com as reservas o museu cumpre integralmente a sua missão[8], afirmando-se como repositório de informação e conhecimento, neste caso da História Militar.

8 Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM-Portugal, 2022).

Por conveniência da conservação preventiva dos objetos, em termos de temperatura, humidade relativa, luminosidade e controlo de agentes bióticos, com base nos materiais predominantes que constituem estes objetos, as reservas do Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima foram divididas em três espaços distintos. Um destinado aos têxteis militares, uniformes e afins, nacionais e estrangeiros, dos meados do século XIX à atualidade, que constitui a maior coleção pública de uniformes militares em Portugal, de entre os quais se destaca a existência de cinco uniformes do período da Guerra Civil. Um segundo espaço, destinado ao armamento ligeiro, acessórios, equipamento individual e artefactos militares, cobrindo um intervalo cronológico entre o século I a.C. e a atualidade, e um terceiro espaço destinado ao armamento de artilharia, do século XVI aos meados do século XX, incluindo viaturas hipomóveis, os respetivos arreios e equipamentos acessórios.

Fig 13, 14 e 15 - Reserva de têxteis militares

Fig. 16 e 17 - Reserva visitável de armas ligeiras

Fig. 18, 19 e 20 - Reserva de Armas Pesadas

Qualquer destas reservas, além de assegurar uma rápida observação do estado de conservação dos objetos que contêm, estão organizadas com uma preocupação didática, já que são reservas visitáveis, por marcação ou por ocasião de eventos realizados periodicamente no Núcleo de História Militar, tendo auferido o prémio APOM, em 2017, de melhores reservas visitáveis.

Na impossibilidade referir todos os objetos relevantes que constituem a coleção de *Militaria* e Armamento, destacam-se apenas um capacete romano em bronze, do tipo Monfortino, datável do século I a.C. (2ª Idade do Ferro), uma espora dos finais do século XIV, duas colubrinas em bronze do início do século XVI, *circa* 1520-1530, e um conjunto significativo de espadas do século XVII. Pela grande relevância tecnológica e histórica, ainda que mais tardia, destaca-se a única bateria completa conhecida da Peça 7,5 cm TR (Tiro Rápido) m/904-06, da qual encontra-se em exposição uma secção e carros de bateria, no convento de S. Francisco, sede do Museu de Angra do Heroísmo.

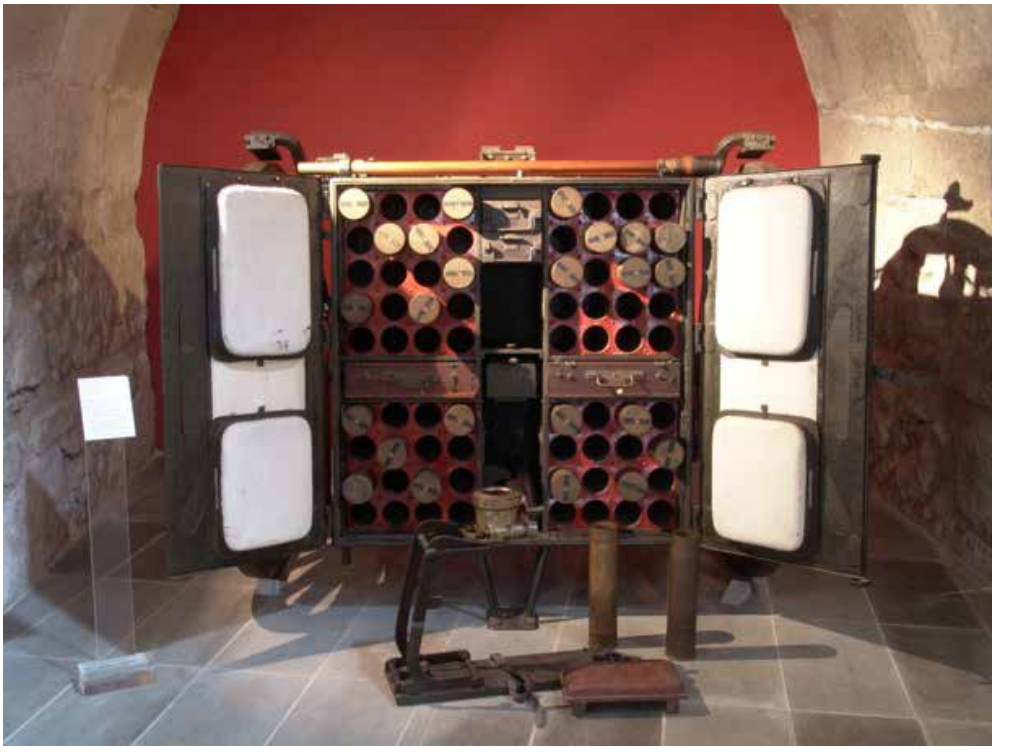


Fig. 21, 22 e 23 - Secção da Peça 7,5 cm TR m/904-06, exposta atrelada ao armão e às mulas que a rebocam, estas uma obra do artista plástico Renato Costa e Silva, aparelhadas com os respetivos arreios m/917, carro de munições e carros de bateria.

Por razões evidentes, fora do Núcleo de História Militar, mas integrando o seu acervo, está a Bateria de Artilharia Antiaérea composta por quatro Peças AA Vickers 9,4 cm m/940, na sua posição original, no alto do Pico das Cruzinhas, no Monte Brasil, com os respetivos espaldões com paiolins, PCT – Posto de Comando de Tiro e espaldões para metralhadora pesada, para a defesa imediata desta posição, tal como foi instalada em 1941, mobilizada para a Ilha Terceira pelo Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº 1 – GACA 1 – Cascais[9], com a missão primária da defesa antiaérea da cidade e do porto de Angra do Heroísmo, durante a 2ª Guerra Mundial. Esta bateria, a única na Europa que conserva a integridade da sua construção e as respetivas peças aí colocadas, constitui um importante elemento de visita/estudo, a nível internacional, no âmbito tecnológico e táctico, dos sistemas de defesa AA da 2ª Guerra Mundial.

9 s.a., 1941.

Fig. 24 - Posição da Bateria de Artilharia AA Vickers 9,4 cm m/940, instalada no Pico das Cruzinhas em 1941.

Fig. 25 - Pormenor de um dos espaldões com a Peça AA Vickers 9,4 cm m/940.

Não menos importante, um conjunto de viaturas militares que inclui dois raríssimos camiões Thornycroft, usados para o transporte da unidade geradora e reboque dos projetores de antiaérea, a partir da década de 1940.

Por fim, uma aeronave FIAT G-91 R/4, a única em Portugal que ainda possui

os *avionics* no seu interior, integra igualmente o acervo da Unidade de Gestão de *Militaria* e Armamento do Museu de Angra do Heroísmo.

Por tudo isto, o Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima, polo do Museu de Angra do Heroísmo, afirma-se como uma importante unidade museológica, repositório de grande diversidade de objetos, valiosos elementos de estudo no âmbito da História e Historiografia Militar, muitos deles, fazendo parte da memória militar da Ilha Terceira e dos Açores durante a 2ª Guerra Mundial ou da memória de muitos dos militares que combateram na Guerra do Ultramar 1961-1975.

Bibliografia

S.A.; 1941. Bateria Antiaérea Expedicionária aos Açores. Cota: PT/AHM/FO/006/H/11, Cx. 341, pasta 11.

AGOSTINHO, J.; 1943. História da Navegação do Holandês João Hugo de Linschoot às Índias Orientais. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, I, 145-166

ANDRADE, L., 1993. A Aliança Inglesa e a Neutralidade Colaborante de Portugal. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, LI – LII, 13-31.

ANDRADE, L., 1999. Os Açores no Século XX, um contributo para a sua História Militar. *Arquipélago*, 2ª Série, III, pp.447-456.

BORGES, A.; 2007. *Os reais hospitais militares em Portugal administrados e fundados pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus 1640-1834*. Tese apresentada à Faculdade de Ciências Médicas. Universidade Nova de Lisboa, para a obtenção do grau de Doutor.

ICOM-Portugal; 2022. Definição de Museu. Disponível em https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/. Consultado em 14 de maio 2023: 22H15.

LINSCHOTEN, J.; 1596. Itinerario, voyage ofte schipvaert, van Ian Huygen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, … . Amstelredam: Cornelis Claesz. Disponível em https://archive.org/details/itinerariovoyage00lins. Consultado em 14 de maio 2023: 21H30.

MARTINS, J., 2018. A Artilharia nos Açores. 5 Séculos a Troar na Terra, no Ar e no Mar. Ponta Delgada: Museu Militar dos Açores.

MENEZES, M.; 1932. *O Hospital Militar da Boa-Nova*. Angra do Heroísmo: Livraria Editora Andrade.

JAIME FERREIRA REGALADO

Gestor da unidade de Militaria e Armamento e da unidade Africana, como Técnico Superior do Museu de Angra do Heroísmo. Licenciado em Bioquímica pela Faculdade de Ciências/UL e pós-graduado em História Militar pela Universidade Lusíada de Lisboa. Possui os estudos avançados em História, Defesa e Relações Internacionais pela Academia Militar/ISCTE-IUL e, no presente, doutorando em História Insular e Atlântica, pela Universidade dos Açores. Desde 1991 que se dedica ao estudo do armamento ligeiro, em especial ao armamento regulamentar português e, mais recentemente, ao estudo da artilharia nas suas dimensões técnica e tática.

Citar este texto:

REGALADO, Jaime Ferreira – Núcleo de História Militar Manuel Coelho Baptista de Lima. Angra do Heroísmo / Açores - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/HKBK8334

Revista Portuguesa de História Militar
Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945
ISSN 2795-4323
Ano III, n.º 4 (Junho 2023)

A "CORRESPONDÊNCIA DE PORTUGAL" E A GUERRA CIVIL AMERICANA (1862)

Júlio Rodrigues da Silva

Resumo:

A Guerra Civil Americana (1861-1865) foi um conflito militar que marcou profundamente as sociedades ocidentais do século XIX. A combinação das causas sociais e políticas com as transformações militares e navais teve um profundo impacto nas mentalidades europeias e americanas. A imprensa portuguesa tornou-se o instrumento fundamental para o conhecimento e compreensão dos acontecimentos que decorreram durante este confronto violento. A "Correspondência de Portugal" iniciou a sua publicação no ano de 1862 marcado por uma viragem essencial na evolução da guerra. Neste artigo analisaremos as informações transmitidas aos leitores portugueses, moldando a sua visão da guerra civil americana. Teremos em consideração as limitações e insuficiências das notícias transmitidas, valorizando as perceções e conceções ideológicas dos seus redatores.

Palavras-chave: Guerra, secessão, escravatura, abolicionismo, armamento.

Abstract

The American Civil War (1861-1865) was a military conflict that profoundly marked Western societies in the 19th century. The combination of social and political causes with military and naval transformations had a profound impact on European and American mindsets. The Portuguese press became the fundamental instrument for the knowledge and understanding of the events that took place during this violent confrontation. The "Correspondência de Portugal" began its publication in 1862, marked by an essential turning point in the evolution of the war. In this article we will analyze the information transmitted to Portuguese readers, shaping their vision of the American Civil War. We will consider the

limitations and shortcomings of the news transmitted, valuing the perceptions and ideological conceptions of its editors.

Keywords: War, secession, slavery, abolitionism, armament.

1. O caso Trent

A *Correspondência de Portugal* começou a publicar-se a 28 de Janeiro de 1862 ou seja mais de seis meses depois da rendição de Fort Sumter (14 de Abril de 1861), data oficial do início do conflito entre o Norte e o Sul. As primeiras imagens da guerra civil americana referiam as dificuldades do governo de Abraham Lincoln ameaçado de uma perigosa rutura e da possibilidade de uma guerra com a Grã-Bretanha. A tensão entre os dois países, nasceu da interceção do navio comercial britânico *Trent* pelo *San Jacintho* (08/11/1861) da marinha de guerra da União e o aprisionamento dos comissários sulistas James Mason e John Slidell pelo capitão Charles Wilkes. A Inglaterra considerou este ato um grave atentado ao direito internacional público, intimando os Estados Unidos a libertá-los num prazo curto. O ultimato inglês não deixou a Lincoln outra alternativa, senão soltar os emissários da Confederação em Dezembro de 1861, apaziguando a hostilidade da opinião pública internacional e evitando um desastroso conflito entres os dois estados [1] . Os redatores da *Correspondência de Portugal* aprovaram totalmente esta decisão, que permitiria afastar a hipótese de uma guerra marítima entre os E.U.A. e a Grã-Bretanha, considerada extremamente prejudicial ao comércio internacional.

A atitude conciliadora do gabinete federal nesta situação face às pressões dos radicais nortistas, provocou uma mudança na perceção inicialmente negativa da capacidade governativa de Lincoln. O periódico constatava o facto da incompreensão cultural europeia dos acontecimentos políticos americanos, suscitar equívocos e erros na avaliação do povo e governo dos Estados Unidos. O reconhecimento do mal fundado desta apreciação precipitada tornou possível uma visão mais positiva do rumo político da União. A prudência demonstrada na resolução do caso do *Trent*, a aposta total na manutenção da paz com a Grã-Bretanha e a vitória federal de Porto Real (03-07/11/1861), demonstravam a credibilidade e habilidade do governo de Washington. A transformação da opinião pública internacional a favor do Norte, conduziu mesmo a uma crítica acerba ao governo inglês, acusado de se ter precipitado e de ter desencadeado uma campanha contra o governo federal, utilizando para esse efeito o *Morning Post*, propriedade de um membro do gabinete. A reviravolta da opinião pública inglesa impediu o governo inglês de reconhecer os Estados do Sul como um país independente, como inicialmente se chegou a temer [2] .

1 Macpherson, James M., *Battle Cry of Freedom. The American Civil War*, London/New York, Penguin Books/Oxford University Press, 1990, pp. 387-391.

2 Carvalho, Filipe Augusto de Sousa, "REACÇÃO EM INGLATERRA A FAVOR DO

2. A guerra de Abraham Lincoln.

As informações transmitidas pela *Correspondência de Portugal*, referentes à evolução da guerra civil, remontavam a 1 de março de 1862 e centravam-se nos primeiros êxitos militares no teatro de operações do Oeste. As batalhas de Fort Henry (06/02/1862) e de Fort Donelson (13-16/01/1862) foram assinaláveis vitórias para o exército federal, rompendo a linha defensiva confederada do general Albert Sydney Johnston. As operações realizadas pelo general unionista Ulysses S. Grant tinham permitido ao governo federal apoderar-se totalmente do Kentucky e a da parte ocidental do Tennessee. As vias de invasão do Sul ficavam abertas, graças ao controlo unionista dos rios Tennessee e Cumberland. A nova dinâmica introduzida no conflito militar traduzir-se-ia numa nova importância deste teatro de operações, deslocando a balança militar a favor do Norte. O jornal português referia de forma extensiva estes acontecimentos, reconhecendo a sua importância, mas guardando um forte ceticismo sobre as hipóteses de o governo de Washington conseguir derrotar os sulistas.

As boas novas favorecendo os unionistas não se reduzem ao Oeste, pois no Leste a expedição naval do general Ambrose Everett Burnside, visando a Carolina do Norte e os seus portos tinha sido um sucesso. As operações realizadas em fevereiro de 1862 [vitória naval federal de Elizabeth City na carolina do Norte (10/02/1862)] tiveram êxito, prolongando-se até junho desse ano, garantindo à União o controlo de boa parte da zona costeira da Carolina do Norte e traduzindo-se numa importante vitória estratégica dos unionistas. Os redatores do periódico não deixariam de relatar estas operações de forma fragmentada. Os êxitos sucessivos dos nortistas pareciam imparáveis nos primeiros meses do ano de 1862, tornando progressivamente credível a possibilidade de a insurreição do Sul ser esmagada em pouco tempo. O periódico faz-se eco desta hipótese, salientando os já referidos desastres militares dos esclavagistas no Oeste e o desânimo crescente dos sulistas perante uma evolução tão desfavorável da guerra. A queda subsequente da cidade de Nashville perante as tropas do general Ulysses S. Grant, a primeira capital confederada a ser conquista pelos nortistas, parecia confirmar as perspetivas mais pessimistas para os Estados rebeldes.

A atenção do jornal voltar-se-ia de imediato para um evento revolucionário nos anais da U.S.N. e da guerra naval da segunda metade do século XIX. A batalha de Hampton Roads (8-9/03/1862) permitiria pela primeira vez, na história contemporânea assistir ao confronto entre navios couraçados revestidos ou construídos em ferro, propulsionados pelo vapor e navios de madeira, recorrendo à vela, dando o primeiro passo para a evolução, que conduziria aos modernos couraçados dos princípios do século XX. A batalha teve dois momentos

NORTE, NA QUESTÃO AMERICANA.", *Correspondência de Portugal*, N.º 3, (01/03/1862), p.1. Consultar o livro de Perkins, Bradford, *The Cambridge History of American Foreign Relations. Volume I, The Creation of a Republican Empire, 1776-1865*, Cambridge University Press, 1995, pp. 217-229.

diferentes: o primeiro entre um navio blindado confederado, o *Merrimac* (*CSS Virgínia*) e os navios de madeira unionistas *USS Cumberland*, *USS Congress* e *USS Minnesota*, travado a 8 de março de 1862 e terminando com uma retumbante vitória dos sulistas; o segundo, no dia seguinte, o combate entre o Merrimac (CSS Virgínia) e o navio blindado unionista U.S.S. Monitor, acabando num empate entre as duas marinhas. A informação inicial da vitória dos confederados surgiria na *Correspondência de Portugal* de dia 30 de março de 1862 [3] .

A consciência de que seria uma revolução no campo dos assuntos navais, só surgiria num artigo posterior de 29 de abril desse ano, no qual se procederia a uma análise do combate e das repercussões nas marinhas de guerra europeias. O ponto de partida da notícia foi a constatação da transformação radical, operada na perceção da opinião pública dos navios de madeira, tornados de imediato obsoletos, não deixando de evocar o inventor do *Monitor*, Ericson. O essencial para os redatores do jornal consistia na apreciação realizada pela primeira potência marítima da época, a Grã-Bretanha, do impacto destas inovações na guerra naval. A valorização efetuada pelo jornal das observações dos especialistas navais ingleses, traduzir-se-ia numa menorização dos couraçados norte-americanos. O principal alvo das críticas era o *Monitor* unionista, o mais inovador dos dois por ser construído todo em ferro, enquanto o rival tinha uma estrutura de madeira, sendo chapeado com placas de aço. A preocupação dos analistas consistia em realçar o poder de fogo dos novos canhões ingleses *Armstrong*, mostrando serem capazes de perfurar as chapas de aço dos novos couraçados. Assim sendo, as lições militares do confronto naval de Hampton Roads (8-9/03/1862) teriam de ser reavaliadas, tendo em consideração estes novos factos e reduzindo a importância dos novos couraçados.

No entanto, seria errado deduzir desta apreciação uma total desvalorização dos novos navios. Nesse mesmo número, publicou um outro artigo da autoria de Filipe de Carvalho sugestivamente intitulado *Monitor* com uma descrição detalhada das diversas partes do navio acompanhada de um desenho esquemático do navio. Trata-se da primeira e única análise detalhada e da reprodução exata da estrutura do couraçado federal da imprensa portuguesa da época. Filipe de Carvalho acrescentou uma nova versão da batalha de Hampton Road, descrevendo o combate entre o *Merrimac* (*CSS Virgínia*) e o *Monitor* para demonstrar a superioridade tecnológica do couraçado unionista sobre o seu congénere confederado.

O autor após atestar a óbvia superioridade do navio unionista, moderava as expetativas dos mais entusiastas defensores dos couraçados, demonstrando a sua fragilidade face aos novos obuses "cilíndrico-cónicos" capazes de perfurar as blindagens destes navios como se tratasse de navios de madeira. A corrida armamentista baseada nas novas descobertas científicas centrar-se-ia na

3 Anónimo, Notícias Políticas Estrangeiras, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N. 5 (30/03/1862), p. 2.

competição entre o canhão e a couraça, atestando a loucura dos homens fascinados ilusoriamente por alcançarem a glória e esquecendo-se do mais importante: a humanidade [4] . As análises das inovações no campo da guerra marítima, não se ficariam apenas pelos novos navios couraçados e a descrição da primeira batalha naval de Hampton Roads. O diretor do periódico deu-se conta da importância dos submarinos na guerra civil americana, embora não se focando sobre a sua capacidade operacional. O redator referia-se ao projeto revolucionário do submarino federal *Alligator* (1862-1863), do engenheiro francês Brutus Amédée de Villeroi (1794-1874), realmente construído em 1862, embora nunca tivesse entrado em combate e se afundasse no ano seguinte sem baixas entre a tripulação. A descrição do redator do periódico era pormenorizada, fornecendo aos leitores uma imagem bastante precisa da nova máquina de guerra[5].

O discurso pacifista de Filipe de Carvalho não deixou de ser uma visão lúcida da capacidade de destruição das novas armas e das consequências trágicas para o ser humano, mais importante do que todos os maravilhosos sortilégios científicos e tecnológicos colocados à disposição das indústrias de armamento. A importância tática e estratégica destas transformações da guerra naval, não foi totalmente compreendida de imediato pelos redatores do jornal, pois as operações militares terrestres eram percecionadas como decisivas na evolução da guerra civil. Assim sendo, a *Correspondência de Portugal* noticiou uma vitória importante do exército unionista, embora com pesadas baixas de parte a parte e acompanhada da sensação do fim próximo da guerra com a derrota dos sulistas. A ausência de indicações mais precisas da batalha, incluindo o nome e a localização não permite a sua identificação. O volume das baixas e a proximidade temporal permite a suposição de ser uma referência à batalha de Shiloh ou Pittsburg Landing travada no teatro operacional do Oeste, no estado do Tenessee entre 6 e 7 de Abril de 1862, conhecida por ser uma das mais mortíferas da guerra civil.

Num número posterior apareceria uma descrição completa e bastante exata desta primeira grande batalha da guerra civil americana, apenas existindo algumas imprecisões sobre os efetivos dos dois exércitos rivais e as baixas sofridas de parte a parte. As dúvidas sobre este evento dos redatores do periódico permitiam aos leitores, duvidar dos números fornecidos pela imprensa estrangeira e minorar a catastrófica derrota dos confederados, referindo a retirada para Corintho, posição estratégica essencial às campanhas do Oeste. A sorte das armas parece pender a favor dos unionistas, em duas outras áreas da guerra civil no Oeste. A ofensiva das forças combinadas da marinha e do exército no rio Mississipi recebeu um novo impulso com a conquista da ilha N.º 10, abrindo o caminho para um avanço até Nova Orleães. O ataque provável dos federais à cidade de Nova Orleães parecia cada vez mais próximo devido à sua importância estratégica e

4 Carvalho, Filipe Augusto de Sousa, O Monitor, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 7 (29/04/1862), p. 2.

5 Anónimo, Navegação submarina, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 18 (13/10/1862), p. 3.

económica para os separatistas. As constantes oscilações da guerra nos diferentes teatros de operações não se refletiam nas diferentes apreciações dos redatores do jornal, das constantes reviravoltas da sorte das armas. No entanto, existia a perceção de que no Oeste, os sulistas estariam a ser derrotados, porque depois da queda de Nova Orleães (28/05/1862) nas mãos dos unionistas, do abandono de Corinth (29/04/1862) pelos sulistas, da destruição da respetiva esquadra e da rendição de Memphis (06/06/1862), o controlo do rio Mississipi passaria para o governo de Washington.

A notícia do abandono de Richmond pelos confederados não correspondia à realidade, mas existia a convicção crescente de que os unionistas controlando o rio Mississipi e possuindo todos os portos do Atlântico estariam numa situação excecional para vencer a guerra, faltando apenas conquistar a capital do Sul, Richmond. Tratava-se de uma perspetiva excessivamente otimista da inevitabilidade da vitória unionista, pois estavam impossibilitados de controlar o rio Mississipi, enquanto a cidade de Vicksburg estivesse nas mãos dos confederados. De igual forma, os federais não controlavam totalmente os portos e baías da costa atlântica, embora o bloqueio da marinha de guerra federal, os fechasse ao comércio internacional com a exceção de alguns bem-sucedidos *block runners*, raros corsários e dos poucos navios de guerra da confederação. Esta visão pessimista da causa sulista era contrabalançada pela convicção da vontade de lutar das forças militares dos estados esclavagistas nas diversas frentes de batalha, do Tennessee, da Virgínia, da Carolina do Sul, de Nova Orleães, do Arkansas e da Geórgia.

No teatro de operações do Leste existiam fortes indícios dos exércitos confederados terem ainda capacidade para resistir às tropas unionistas, fazendo-se a prova através dos sucessos alcançados pelo general confederado Thomas J. Stonewall Jackson na campanha *Shenandoah Valley* na Virgínia, de Março a Junho de 1862. As informações referentes aos combates nesta região são por vezes demasiado parcelares para permitirem uma adequada perceção da sua importância. As derrotas sofridas pelo general unionista, Nathaniel Prentice Banks, nas batalhas de Port Royal (23/05/1862) e de Winchester (25/051862), seguidas de uma desordenada retirada através do rio Potomac para o estado do Maryland, não escaparam ao escrutínio dos redatores do periódico que delas dão uma sucinta, mas correta notícia. O insucesso posterior na mesma área do general John Charles Fremont nas batalhas de *Cross Keys* (08/06/1862) e de *Port Republic* (09/06/1862) não deixou ser brevemente noticiado pela *Correspondência de Portugal*. Todavia, a mudança essencial da visão do periódico, resultaria das informações obtidas sobre a Peninsula Campaign [17/03/1862-01/07/1862], a batalha de Fair Oaks [31/05/1862-01/06/1862] e principalmente as batalhas da campanha dos Seven's Day [26/06/1862-02/07/1862]. Inicialmente as informações transmitidas, embora imprecisas eram otimistas. O exército do Potomac, comandado pelo general George Briton MacClelland, conseguia que

os sulistas abandonassem a posição fortificada de Yorktown (03/05/1862) e seguidamente teria ganho a batalha de Williamsburgo (05/05/1862).

As informações disponíveis não permitiam perceber que se tratava essencialmente de combates e operações dos separatistas, destinados a retardar o avanço federal sobre a capital do Sul, Richmond, e não de verdadeiras "batalhas". Assim sendo, a perceção de uma realidade militar progressivamente negativa para o exército federal de Potomac, só lentamente mudaria. A concentração de 200 mil soldados do Sul em torno de Richmond mostrava ser premonitória de uma batalha decisiva às portas da capital do Sul e também da vontade de lutar dos separatistas que não se dariam por vencidos. As informações sobre a evolução das operações no Leste levantariam sérias dúvidas sobre a evolução dos acontecimentos oscilando entre a vitória e a derrota das forças comandadas pelo general MacClellan. Porém, não existia uma adequada compreensão do decorrer dos combates, a batalha de Fair Oaks (31/05/1862) não era identificada nem referida de forma adequada. Todavia, surgia a pouco e pouco a consciência de que os inícios das operações da batalha de Seven's Days, em torno de Richmond, seriam decisivos no futuro da guerra civil americana. A referência a uma batalha nos dias 25 e 26 de junho de 1862, embora sendo, uma informação inexata, coincidia temporalmente com a primeira batalha de Oak Grove entre os dois exércitos, no dia 25 de junho de 1862 e a subsequente batalha de Mechanicsville de 26 de junho de 1862, terminando a primeira num empate tático e a segunda numa vitória unionista. Desta forma, a descrição dada pelo periódico destes confrontos iniciais não deixaria de ser uma apreciação correta dos acontecimentos.

As notícias referentes aos prolongados combates que decorriam entre 25 de junho e 1 de julho do ano de 1862 pareciam atestar uma reviravolta militar no Leste, referindo expressamente, uma grande derrota federal às portas de Richmond, embora existissem sérias dúvidas sobre a credibilidade das informações transmitidas do estrangeiro [6] .

As notícias imediatas atestariam a presença de uma forte divisão sulista em *Gordonsville*, ameaçando o novo exército da *Virgínia* criada a 26 de junho de 1862 e comandada pelo general nortista John Pope, tratando-se sem dúvida das manobras preliminares da batalha de *Second Manassas* (29-30/08/1862). As informações acerca desta batalha não seriam muito coerentes e inicialmente bastante fragmentadas, anunciando as disposições preliminares dos adversários. A batalha de Cedar Mountain (09/08/1862) seria apresentada como mais um triunfo do general confederado Stonewall Jackson sobre o exército da Virgínia comandado pelo general Pope. A primeira notícia referindo a vitória nesta batalha e a derrota dos unionistas só surgia nas páginas deste jornal a 13 de Setembro de 1862, não muitos dias depois do confronto militar a 29 e 30 de agosto de 1862. As pesadas perdas de ambos os lados na batalha de *Second Manassas* serviam de

6 Anónimo, Notícias Políticas Estrangeiras, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 13 (28/07/1862), p. 2.

base para uma visão desumana da guerra civil.

A rápida evolução do conflito e o facto do periódico ser quinzenal, ligava de imediato a derrota unionista de *Second Manassas* (29-30/08/1862) à ofensiva posterior do exército sulista da Virgínia do Norte a 4 de Setembro de 1862, comandado pelo general Robert Lee, atravessando o rio *Potomac* e entrando no estado unionista de *Maryland*. As primeiras informações não eram nada favoráveis aos federais, anunciando a presença do *Northern Virginia Army* muito perto de Washington e o subsequente pânico que reina na capital dos Estados Unidos da América. A subsequente derrota confederada na batalha Antietam (17/09/1862) não foi devidamente noticiada, mas as suas consequências são imediatamente apreendidas, na retirada das tropas sulistas através do Potomac para a Virgínia. As apreciações sobre estes acontecimentos constatavam de seguida, o fracasso da ofensiva sulista contra o Norte, o fim da campanha de Antietam, a retirada dos separatistas para a Virgínia e a perseguição do general MacClellan.

As notícias referentes a uma ofensiva do general MacClellan na Virgínia são de imediato ultrapassadas pela substituição deste pelo general Ambrose Burnside à frente do exército do Potomac. As pressões republicanas sobre o presidente dos Estados Unidos, neste sentido e a profunda desilusão de Lincoln com MacClellan pela incapacidade demonstrada por este general na perseguição ao Northern Virginia Army comandado pelo general sulista Robert Lee tornaram inevitável a sua demissão e a escolha de Ambrose Everet Burnside em seu lugar. A imagem geral da situação militar entre unionistas e confederados no final de 1862, aparecia como sendo favorável globalmente favorável aos federais. Os acontecimentos políticos relacionados com as eleições dos governadores e congressistas nos meses de outubro e novembro de 1862, a proclamação da emancipação [22/09/1862], e a ameaça de uma intervenção estrangeira britânica e francesa pesariam decisivamente nas análises da guerra civil americana.

3. O intervencionismo europeu

O desfecho final deste conflito civil não se jogava apenas no plano militar, mas igualmente no campo das atividades económicas, industriais e comerciais. As hipóteses de a Europa reconhecer a independência do Sul ou de uma intervenção das suas principais potências para obter a paz, dependiam da "solidariedade dos interesses do mundo". A crença liberal na possibilidade de evitar a guerra, através de um intercâmbio livre de mercadorias, era um dos elementos principais do credo deste periódico e foi expresso na época pelos economistas Richard Cobden e John Bright [7] . A fé na força dos interesses comerciais na preservação da paz, tinha como corolário a perspetiva de uma pacificação dos antagonismos políticos dos

7 Anónimo, Notícias Estrangeiras. Estados Unidos, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 25, (28/01/1863), p.3. Ver Howard, Michael, *War and liberal Conscience*, London, Hurst &Company, 2008, pp. 23-42.

"americanos ingleses". A recusa de intervenção no conflito por parte da Inglaterra e da França era uma garantia de paz na Europa, preservando os seus interesses mercantis. A neutralidade dos referidos países impedia a extensão do confronto ao continente europeu e a transformação de uma guerra civil num conflito mundial ou pelo menos intercontinental. Os impostos lançados pelos sulistas sobre os produtos manufaturados ingleses, produziram o descontentamento dos industriais britânicos com o inevitável impacto negativo inicial na respetiva opinião pública [8] .

O problema mais grave para as empresas têxteis da Grã-Bretanha, era resultante da impossibilidade de importar o algodão, produzido nas plantações esclavagistas do Sul dos Estados Unidos. O bloqueio dos portos da confederação pela U.S.N. tornava impossível escoar esta produção, paralisando as fábricas, deixando os operários desempregados e produzindo uma forte instabilidade social. Os jornalistas da *Correspondência de Portugal* estavam conscientes da posterior existência de uma "crise algodoeira" na Inglaterra, levando os industriais a pressionar o respetivo governo, no sentido de uma intervenção direta na guerra civil americana. Aliás, constatavam a ambiguidade da resposta dos ministros britânicos, não se comprometendo de imediato com este rumo de ação, mas não o excluindo no futuro, tendo em consideração os interesses do comércio e indústria nacionais. A economia inglesa não seria a única a ser gravemente prejudica pelo conflito militar, pois os Estados Unidos da América eram o palco de sangrentas batalhas, de devastações maciças dos campos, de destruições das fábricas, das comunicações e das povoações. Os desastres da guerra eram, assim, reconhecidos especificamente no periódico, que deles deixava uma descrição impressionante [9] .

Nesta visão da guerra civil, o destino do povo americano já estaria decidido, não existindo qualquer hipótese de evitar a total ruína de um país, que suscitar até aí a admiração de toda a gente, devido ao rápido crescimento económico. As oscilações militares entre os dois campos, não faziam prever um desfecho rápido do conflito, parecendo, pelo contrário, eternizá-lo. A esperança numa resolução pacífica do confronto, não estava totalmente ausente da mente dos redatores da *Correspondência de Portugal*, não hesitando para comprovar esta hipótese, em recorrer a um jornal rival, a *Revolução de Setembro*, dando conta de uma proposta de paz do presidente da confederação de Jefferson Davis ao presidente dos E.U.A., Abraham Lincoln. As informações posteriormente chegadas dos Estados Unidos, alentavam esta crença ingénua na aceitação de uma proposta daquele pelo último, visando obter a paz na base do reconhecimento da independência

8 Anónimo, Notícias Estrangeiras. Estados Unidos, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 2 (14/02/1862), p.1. Consultar o livro de Perkins, Bradford, *The Cambridge History of American Foreign Relations. Volume I, The Creation of a Republican Empire, 1776-1865*, Cambridge University Press, 1995, pp. 217-229.

9 Anónimo, Notícias Estrangeiras. Estados Unidos, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 17 (28/09/1862), p. 2.

do Sul e a promessa da extinção da escravatura num prazo de 21 anos. As mesmas notícias surgem de novo, mas num tom menos assertivo, levantando-se, sérias dúvidas, quanto à possibilidade da aceitação pelo Norte da independência do Sul [10] .

O discurso do presidente Abraham Lincoln no final de 1862, recusando qualquer intervenção estrangeira, afirmava a vontade de continuar a guerra e de realizar a emancipação dos escravos. Assim sendo, punha fim às dúvidas sobre esta questão e tornava qualquer tentativa de paz impossível. As dificuldades dos redatores da "Correspondência de Portugal" em obterem notórias fidedigna da guerra civil americana ao longo de 1862, são evidentes. Contudo, a informação transmitida aos leitores desta publicação, permitia-lhes compreender os principais acontecimentos militares do conflito e as questões essenciais que tornavam a sua resolução pacífica impossível. Assim sendo, a opinião pública portuguesa dispunha dos elementos necessários para poder ajuizar corretamente os desafios criados por este confronto militar, perspetivando-se a sua continuação sem fim à vista.

Bibliografia

GOODWIN, Doris Kearns – *Team of Rivals*. New York: Simon & Shuster Paperbacks, 2005.

GUEZO, Allen, C. – *Lincoln's Emancipation Proclamation. The End of Slavery in America*. New York/London /Toronto /Sydney: Simon & Schuster Paperbacks, 2004

HOWARD, Michael – *War and liberal Conscience*. London: Hurst &Company, 2008.

MACPHERSON, James M. – *Battle Cry of Freedom. The American Civil War*. London/New York: Penguin Books/Oxford University Press, 1990.

PERKINS, Bradford – *The Cambridge History of American Foreign Relations. Volume I, The Creation of a Republican Empire, 1776-1865*. Cambridge University Press, 1995.

10 Anónimo, Notícias Estrangeiras. Estados Unidos, *Correspondência de Portugal*, Lisboa, N.º 5 (30/03/1862), p. 2.

JÚLIO RODRIGUES DA SILVA

Doutorado em História e Teoria das Ideias (1999) pela FCSH da UNL. Professor Associado da FCSH da UNL (2011-2023). Investigador Integrado do CHAM da FCSH da UNL (2013-2023). Investigador Colaborador do CEIS 20 da FL da U.C. (2007-2023). Membro Efetivo do Conselho Científico da CPHM (2007-2023).

Citar este texto:

SILVA, Júlio Rodrigues da - A 'Correspondência de Portugal' e a Guerra Civil Americana (1862). Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Portugal no Contexto da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 4 (Junho 2023); https://doi.org/10.56092/YWWZ2390